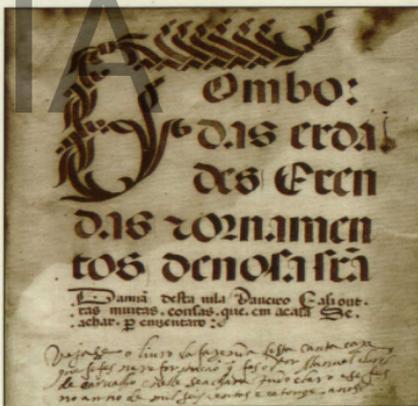


Associação para o Estudo e
Defesa do Património Natural
e Cultural da Região de Aveiro

ano XXVIII série

n.º 5 jul. 2005



PATRIMÓNIOS

biblioteca

FL
7
337

SUMÁRIO

EDITORIAL
Delim Bisnardi Ferreira

ARTIGOS
CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE AVEIRO NO SÉCULO XIX
Álvaro António Dias

SEQUIVO DOCUMENTAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
Amélia Neves

UMA CASA DO ARO EM AROUCA - II
Fernando Albuquerque de Brito

PATRIMÓNIOS
N.º 5

bibRIA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Maria João

QUARTEL DE BOMBEIROS - A CÂMARA DE ACOMODAMENTO
Maria João

ALVARÉS EM ESTARREJA
Delim Bisnardi Ferreira

RECONSTRUÇÃO DO CANAL DE MIRA, RIA DE AVEIRO
Teresa Cunha e Henrique Queiroga

UMA CASA DO ARO EM AROUCA - I
Fernando Albuquerque de Brito

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE NÚMERO SÃO DA RESPONSABILIDADE
DE SEUS AUTORES

PATRIMÓNIOS
BOLETIM DA ADERAV
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL
N.º 5 (ANO XXVI - II SÉRIE) JULHO DE 2005

Solicitamos permuta
We would like exchange
Tauschverkerhr erwünscht
On prie de bien vouloir établir l'échange
Sollecitiamo scambio

DIRECTOR:
Delfim Bismarck Ferreira

EDITOR:
ADERAV - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da
Região de Aveiro
Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora, 2.º piso, salas 4 e 5
Praça da República, n.º 1
3810-156 Aveiro

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:
Artipol, Lda. - Águeda

TIRAGEM:
500 exemplares

ISSN:
972-9091-02-01

DEPÓSITO LEGAL:
162892/01

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE NÚMERO SÃO DA RESPONSABILIDADE
CIENTÍFICA E ÉTICA DOS SEUS AUTORES

SUMÁRIO

EDITORIAL

Delfim Bismarck Ferreira 5

ARTIGOS:

CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE AVEIRO NO SÉCULO XIX

Aires Antunes Diniz 7

ARQUIVO DOCUMENTAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

Amaro Neves 23

O TEXTO PICTÓRICO NA CULTURA POPULAR PORTUGUESA:

inventário de um caso singular

Clara Sarmento 31

A CASA DO ARO, EM AROUCA - II

Fernando Abrunhosa de Brito 41

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO NIDIFICANTE DE CEGONHA-BRANCA *CICONIA CICONIA* NA REGIÃO DE AVEIRO: 1988/2004

Fernando Leão, Leonel Rocha, Ortélia Rocha e Bruno Lucas 75

AS COORDENADAS DE TALÁBRIGA

Luis Seabra Lopes 81

PROJECTO MUSEOLÓGICO NA ÁREA DOS TÊXTEIS RELIGIOSOS

Maria João Mota 93

DOIS QUARTÉIS DE BOMBEIROS - A César o que é de César

Marília Silvestre 109

O PROJECTO BIORIA EM ESTARREJA

um modelo de conservação da natureza ao nível local

Rui Brito, Cláudia Albergaria, Susana Lamas e Rui Boaventura 113

MARISCAGEM DO CASULO NO CANAL DE MIRA, RIA DE AVEIRO

Um exemplo do capital escondido e do juro retirado de um ecossistema

Teresa Cunha e Henrique Queiroga 125

O RIO VOUGA E A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

Reflexão sobre o contributo das associações de municípios

Teresa Fidélis e Tânia Mendes 131

ACTIVIDADES DA ADERAV E EDIÇÕES SOBRE A REGIÃO 143

PATRIMÓNIOS

BOLETIM DA ADERAV

SUMÁRIO

REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL

N.º 2 (ANO XXII - 1998)

2

EDITORIAL

Dejón Bismarck Ferreira

ARTIGOS:

Soluções para

CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE AVEIRO NO SÉCULO XIX

We would like to see you here

ARQUIVO DOCUMENTAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

Arquivo de Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

31

O TEXTO PICTÓRICO NA CULTURA POPULAR PORTUGUESA:

inventário de um caso singular

Clara Zorzato

31

A CASA DO ARO, EM AROUCA - II

Franco Alvarado de Sá

41

bibRIA

RECEBIMENTO DO PLANO DE ADESAO DO PROJETO MUSEOLÓGICO NA ÁREA DOS TÊXTIS RELIGIOSOS

AS COORDENADAS DE TAVARA

CONFERÊNCIAS PATRIMÓNIAIS DA REGIÃO DE AVEIRO EDITORIAL

Lançar mais um número da “*Patrimónios*”, constitui, para além de uma certa coragem, um acto de ambição que, número após número, tem recebido com expectativa da comunidade científica e do “*mercado*” natural, as suas críticas, os seus conselhos e os seus incentivos. Assim, dando continuidade ao esforço empreendido, surgiu o presente volume concluindo as comemorações do 25.º aniversário da ADERAV.

Uma vez mais, obtivemos o imprescindível apoio institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, através da Fundação para a Ciência e para a Tecnologia, sem o qual teria sido praticamente impossível concretizar este nosso desejo.

A Região de Aveiro, reúne uma diversidade de património cultural e natural, tanto tangível como intangível, com uma riqueza de ambientes históricos e paisagísticos que se estendem desde a Ria de Aveiro e do litoral atlântico até às zonas mais serranas do distrito, oferecendo uma multiplicidade de ofertas que, em nosso entender, se encontram manifestamente sub-aproveitadas. Essa multiplicidade extremamente rica, vai desde o património arqueológico de épocas pré-históricas, romanas, medievais e industriais, ao património artístico, arquitectónico, religioso, etnográfico, náutico e gastronómico, entre outros, passando pelo múltiplo património natural inerente a uma geografia tão dispar como a da nossa região.

Todo este incrível património deveria estar ao alcance de todos, contribuindo, de forma elementar, para a fruição, para o bem estar e para o desenvolvimento não apenas da sociedade nas suas múltiplas vertentes como também ao serviço do desenvolvimento económico, devido às suas potencialidades turísticas. Em vez disso, assistimos à sua consecutiva e gradual descaracterização e destruição, e a uma ausência quase total ao seu acarinamento, como que se de um entrave ao desenvolvimento e ao progresso se tratasse.

E do património natural? Depois de um inverno extremamente seco como aquele que tivemos, vamos ver como “sobrevive” este património ao verão que se avizinha. Quantos serão os hectares ardidos, as espécies mortas e quais os prejuízos sociais, ambientais e económicos?

Tentando dar o nosso modesto contributo para o combate a esses flagélos, vimos, uma vez mais, dar à estampa uma publicação que apresenta uma maior diversidade e equilíbrio entre as vertentes relacionadas com o Património Natural e o Património Cultural e que conta, uma vez mais, com um leque de especialistas nas temáticas versadas.

Dos autores que nos honraram com a sua participação neste número da “*Patrimónios*”, não há que nomeá-los e valorizá-los aqui. Veja o leitor o sumário, que os nomes falam por si. E leia, se a isso se dispor, os textos que aqui ficam como prova de mais um contributo que quisemos prestar à nossa região.

Delfim Bismarck Ferreira

Lançar mais um número da "Revista", constitui, para além de uma certa
consciência de análise que, número após número, tem recebido com expectativa
de comunidade científica e do "workshop" natural, as suas críticas, os seus conselhos e
os seus incentivos. Assim, dando continuidade ao espírito empreendedor, surgiu o
presente volume concluído as comemorações do 25.º aniversário da ADEPVA.

Uma vez mais, obtivemos o imprescindível apoio institucional do Ministério da
Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, através da Fundação para a Ciência e para a
Tecnologia, sem o qual teria sido praticamente impossível concretizar este nosso
desajo.

A Região de Aveiro, talme uma diversidade de património cultural e natural,
tanto tangível como intangível, com uma riqueza de ambientes históricos e paisagísticos
que se estendem desde a foz do Aveiro e do litoral algarvio até às zonas mais interiores
do distrito, abrangendo uma multiplicidade de ofícios que, no nosso entender, se
encontram manifestamente sub-aproveitados. Esta multiplicidade extremamente rica,
vai desde o património arqueológico de épocas pré-históricas, romanas, medievais e
modernas, ao património etnográfico, etnoantropológico, etnohistórico, etnoeconómico e
gastronómico, entre outros, passando pelo múltiplo património natural existente a uma
geografia tão diversificada e de tanta beleza.

bibRIA

Todo este inventário, embora não seja exaustivo, constitui um contributo para
formas elementares, porém, indispensáveis para o conhecimento do desenvolvimento
de sociedades nas suas diferentes dimensões. Este inventário constitui um instrumento
económico, devendo ser utilizado de forma adequada e apropriada para a análise
económica e social, económica e histórica, e para a elaboração de planos que
seu desenvolvimento, como que se de um desenvolvimento e do progresso se
realizem.

É do património natural, depois de um inventário extremamente rico como aquele
que tivemos, valor ver como "entrevista" este património ao nível que se vivencia.
Quanto seja os bens materiais, os espaços montes e quais os principais locais,
impostos económicos?

Terçado há o nosso modesto contributo para o combate a essas fadigas, vides,
uma vez mais, há a enorme e rica diversidade que apresenta uma maior diversidade e
equilíbrio entre as variáveis relacionadas com o Património Natural e o Património
Cultural e que coste uma vez mais, com um lugar de especialização nas técnicas
verdades.

Dos autores que são conhecidos com a sua participação neste número da
"Revista", não há que nomear e valorizá-los aqui. Vale o leitor a saber, que
os nomes foram por aí. E já, se a isso se dispuser, os textos que aqui foram como prova
de mais um contributo que queremos prestar à nossa região.

CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE AVEIRO

Aires Antunes Diniz *

Todos parecem esquecer o passado quando querem comunicar que têm uma inovação para mostrar. Foi assim que algumas professoras (Fernandes et alia, 2001), falhas de conhecimento da História da Educação Pátria, aparecem a dizer terem descoberto a pólvora com a *formação em círculo*. Estavam muito falhas de conhecimentos de história pátria.

Mas, como vamos ver, de facto, era corrente no último quartel do século XIX que a formação anual dos professores fosse dada através das Conferências Pedagógicas que abrangiam à volta de uma semana numa cidade ou vila, sede de um Círculo de Professores, uma área geográfica que era composta por diversos concelhos. Aí, os inspectores e subinspectores, como líderes dos professores no estudo dos problemas, assemelham-se às modernas formas de liderança organização dos trabalhadores operacionais no reforço dos seus conhecimentos e empenho na procura de soluções para a qualidade do processo produtivo (Feigenbaum, 1991).

Também em França, após a derrota trágica ocorrida na guerra franco-prussiana de 1870-1871, as conferências pedagógicas apareceram como progressos a realizar dentro do regimen político resultante. Este queria ultrapassar o estado de desânimo propagando o desenvolvimento da instrução com a sua realização que estava associada a bibliotecas pedagógicas (Paroz, 1908; pág. 442).

1 - O Nascimento do Sistema Educativo Português

Em dois de Maio de 1878 como resultado da evolução do pensamento educativo há uma mudança educativa que vai tornar obrigatório o ensino primário, dividindo-o em elementar e complementar. Tem um carácter municipal no seu financiamento, em que o estado tem um papel regulador através dos inspectores e subinspectores, tendo este na parte financeira um papel supletivo já que só financia o que as autarquias locais não conseguem suportar. O suporte legislativo é dado pela referida lei de 2 de Maio de 1878, complementada por uma outra de 11 de Julho de 1880, que se refere às questões financeiras, especificando os impostos e outros rendimentos que o sustentarão. Repare-se que nessa altura, o Estado Português tinha iniciado um processo de Reforma Fiscal com base num Income-Tax que não chega a ser concretizado porque quem tem que pagar os impostos vai boicotando o processo como explica Diniz (2003). Em 28 de Julho de 1881 é por isso publicado um regulamento que integra e explicita a legislação anterior para a tornar executável.

* Economista, exerce a profissão de professor e foi docente da Universidade de Coimbra e da Universidade da Beira Interior. Na área da Educação, tem investigado e publicado na área da Economia da Educação. Participa na Redacção da Revista *O Professor*, tem publicado em revistas Brasileiras de Educação e é Consultor Internacional na revista *Teoria e Prática da Educação* de Maringá, Estado do Paraná. No âmbito da Pedagogia tem feito comunicações em todos os Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação realizados em Lisboa (1996), S. Paulo (1998), Coimbra (2000), Porto Alegre (2002) e Évora (2004). Apresentou comunicações nos 1º, 2º e 3º Congresso Brasileiro de História da Educação, Rio de Janeiro (2000), Natal (2002) e Curitiba (2004). Fez ainda em 2004 uma comunicação ao International Standing Conference History of Education, em Genebra com o título *Coimbra New School Ideals*. email: adiniz@mail.telepac.pt

Define-se aí que a par da formação inicial que é feita em escolas normais de 1º classe que formam professores do ensino elementar e complementar, que estão em Lisboa e Porto e em escolas normais de 2ª classe que se situarão noutros distritos não especificados, haverá uma formação permanente em Conferências Pedagógicas cujo “objecto será o aperfeiçoamento dos métodos, modos e processos de ensino; a organização material e disciplinar das escolas; a estatística e todos os assuntos que especial e directamente disserem respeito ao desenvolvimento da instrução popular.” (art.º 236)

O seu programa na primeira realização será apresentado pelo subinspector de cada círculo, depois de ser aprovado pelo inspector da circunscrição, uma vez que de acordo com o regulamento o país estava dividido em circunscrições que se subdividiam em círculos. Os das Conferências seguintes eram elaborados pelos professores na última conferência com a supervisão do subinspector, mas só seriam publicados nos jornais e distribuídos a todos os professores de cada círculo quando o inspector os achasse em condições de serem aprovados (art.º 237). Todos os professores públicos eram obrigados a assistir a elas (art.º 242), havendo multas por cada dia de falta, correspondendo a um dia de vencimento. Mas as professoras podiam não comparecer desde que apresentassem um relatório e o programa das suas escolas em relação aos pontos em análise na conferência, que devia ser enviado até ao dia imediatamente anterior ao do início das Conferências Pedagógicas (art.º 243).

Em Coimbra, numa primeira edição destas Conferências, em 1883, há uma Comunicação do inspector Francisco Augusto de Quintanilha e Mendonça que as explica. Este começa por falar da importância das conferências como a parte mais relevante das leis mais modernas da instrução primária que as criaram. Mostra que acredita que estas conferências permitem aquilatar do desenvolvimento da educação pública e promover a melhoria da competência didáctica do corpo docente do país. Explica o que pensa através de considerações várias em que conclui que para além de o estado criar escolas, de tornar o ensino obrigatório, de o dotar de museus e bibliotecas, de melhorar a condição salarial e a estabilidade dos professores, há que promover a melhoria dos métodos de ensino e a melhoria pessoal de cada um dos professores para estarem verdadeiramente à altura da sua missão.

Diz então que é para isso que servem as conferências.

Concluindo o raciocínio, considera que a instrução pública é a base essencial da vida política das nações e que só os professores verdadeiramente educados podem satisfazer estas necessidades públicas. Por isso, conclui que as Conferências Pedagógicas são um elemento preponderante da vitalidade das nações mais avançadas.

Faz remontar as conferências pedagógicas à Confederação do Reno que as admitiu como congregações. Recorda que foi Napoleão Bonaparte que as organizou em 1806, mas desapareceram em 1813 com a sua derrota.¹ Diz que mais tarde a Confederação Germânica lhes deu um notável incremento no primeiro quartel do século XIX, que com os seus filósofos profundos e irrequietos se tornou o protótipo da investigação científica. Foi o que levou os restantes países a imitá-los. Faz notar que estas conferências ou congressos têm tido um papel de quase plenitude na

¹ In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. 16º, col. 312.

ciência didáctica na Suíça, Bélgica e Holanda, à família anglo-escandinava onde inclui a América do Norte. Acrescenta-lhe a Áustria e a França e a nossa vizinha Espanha. Não deixa de falar nos países eslavos, a que adiciona os sarmátas que deve corresponder ao sul da Rússia. Adiciona-lhes os otomanos².

Por fim, conclui que só os portugueses estão de fora destas boas práticas quando estes povos já tiraram deste esquema organizativo todas as vantagens dele. É o que considera ser ainda adequado à presente época, sendo possíveis ainda pequenas alterações em função das culturas nacionais.

Passa então a fazer a história das conferências pedagógicas em Lisboa, promovidas no liceu local, durante o ano lectivo 1867-1868 pelo comissário de estudos, Mariano Ghira, sendo realizadas assembleias com alguns professores, quase todos do distrito de Lisboa e alguns, poucos, dos restantes distritos.

Parte daí para realçar a importância das conferências pedagógicas como instrumento de melhoria radical do ensino primário, tirando-o do abatimento condenável em que está. Diz que estas não passavam de palestras com o presidente destas e dos seus officiosos e dedicados protagonistas. Admite contudo que ali foram ventiladas as grandes questões pedagógicas em que assenta a educação dos povos, resultando um relatório feito por uma comissão de que D. António da Costa era o presidente. Chama-lhe elogiosamente o mestre dos mestres.

Fala que então da necessidade de fomentar a instrução primária, que ia só então começar. Deste primeiro movimento resulta a criação da *Gazeta Pedagógica* que é gerida e redigida por Mariano Ghira conjuntamente com D. António da Costa mais dois professores de Lisboa, José Maria Graça Affreixo e Francisco Augusto de Quintanilha e Mendonça. Afirma então que os seus iniciadores tiveram completa aceitação por parte de outros editores de todas as nações da Europa e América, permutando com eles as suas publicações, comentando bastantes vezes os assuntos tratados na *Gazeta Portuguesa*³.

Conta depois como a sua existência foi efémera por falta de dinheiro, mas que esteve na base de uma luta firme de todos os governantes que levou à criação da legislação então actual, onde D. António da Costa é um grande impulsionador deste progresso, tanto no governo de que fez parte, como dos outros. É contudo António Rodrigues Sampaio o seu concretizador em 2 de Maio de 1878, que associa ao então actual Director Geral da Instrução Pública António Maria de Amorim. Acrescenta-lhe ainda Luciano de Castro pela elaboração da lei 11 de Julho de 1880 que é suplementar à de 2 de Maio de Maio, já que define o seu modo de financiamento. Cita aqui em particular o artigo 3º.

É assim que introduz os professores no papel que lhes cabe na concretização do progresso pedagógico que é a Reforma da Instrução Primária, que está numa adolescência - diz - cheia de vicissitudes, mas que é a base necessária de uma administração eficaz e produtiva. Apesar deste objectivo nacional, acrescenta que a

²Actas das Conferências Pedagógicas do primeiro círculo da terceira circunscrição escolar, folha 3, frente e verso, que consulte no Arquivo Histórico Municipal de Aveiro.

³Actas das Conferências Pedagógicas do primeiro círculo da terceira circunscrição escolar, folha 4, frente e verso.

pátria tem desdenhado os serviços dos professores, fazendo divisa da seguinte ideia: *Não existe heroe cuja remuneração seja verdadeiramente condigna!*⁴.

2 – As Conferências Pedagógicas de Aveiro

2.1 - 1883

Aveiro era a sede do quarto círculo da segunda circunscrição escolar e o livro de actas das sessões é aberto em 3 de Outubro de 1883.

As conferências realizaram-se na escola pública do ensino primário de sexo masculino: a Escola da freguesia de Vera Cruz.⁵ Ai, as conferências acontecem com um carácter mais formal e menos detalhado, onde se cumpre o regulamento, citando passo a passo a legislação que os obriga. Parecem ser encaradas como uma imposição legal em que não se acredita como método de mudança das práticas educativas.

No dia 3 de Outubro, o presidente é o subinspector do círculo Dr. Luiz Clemente Carvalho Saavedra Donas Botto que abre a sessão às 10 horas, cumprindo as ordens do Inspector António Simões Lopes. Lê o seu discurso inaugural e as instruções que lhe tinham sido dadas pelo Inspector, fazendo as devidas reflexões sobre elas. Há eleição por unanimidade da mesa e das comissões que devem dar os pareceres sobre os seis quesitos das conferências. Marcam-se as presenças e as faltas. Não se esconde que há falta de dinheiro nas autarquias para financiarem as estadias dos seus professores e isso serve de justificação de faltas. No final, indica-se que no dia seguinte a 1ª comissão vai apresentar o seu parecer.

No dia 4 de Outubro, a sessão abre às dez horas com a leitura e aprovação da acta do dia anterior. Passa-se à leitura do primeiro parecer que é aprovado por unanimidade, mas nada sabemos dele. Cumpre-se o regulamento que manda que o parecer faça parte do processo. Há elogios à Câmara de Oliveira do Bairro por ter pago salários e subsídios aos professores que vieram às conferências. Isso mostra como os professores fazem então lobbying a favor dos seus interesses profissionais. Marcam-se as faltas e fixa-se para o dia seguinte o parecer sobre o 2º quesito e encerra-se a sessão à 1 h30.

No dia 5, tudo começa de novo às 10 horas, sendo a acta desta sessão a mera repetição da burocracia do dia anterior, com a diferença de que agora se agendam dois quesitos para o dia seguinte. Também se recebe um relatório de uma professora⁶ e decide-se que a partir desse dia não lhe sejam marcadas faltas.

No dia 6, tudo se repete como no dia anterior. Aprova-se a acta e os dois por unanimidade, agendam-se mais dois quesitos para o dia seguinte e marcam-se as faltas.

No dia 8, tudo começa de novo às 10 horas, após a leitura e aprovação da acta do dia anterior, há a novidade da notícia da recepção e resposta de ofício da assembleia das conferências de Évora. Recebe-se um atestado de doença de um professor e decide-se que as suas faltas estão justificadas.

⁴ Actas das Conferências Pedagógicas do primeiro círculo da terceira circunscrição escolar, folha 5, frente.

⁵ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 1, frente.

⁶ As professoras estavam dispensadas de comparecer nas Conferências desde que apresentassem um relatório.

Quando se lê o 5º parecer há finalmente uma rejeição deste e com a discussão subsequente sabemos que o assunto é o horário das aulas, que os professores rejeitam porque não querem aulas de manhã e de tarde. Faz-se uma nova proposta, ficando a haver um intervalo de meia hora entre uma e outra. O argumento invocado é a conveniência dos povos. A nova proposta é aprovada com 35 votos a favor e onze a favor no caso das escolas masculinas, mas nas escolas femininas há aulas de manhã e de tarde conforme a proposta feita que ganha por sete votos contra dois. Nota-se assim uma diferente interpretação das conveniências dos povos. Nota-se que há aqui um conflito com a Junta Escolar que no dia 18 de Julho de 1883 tinha definido um horário com aulas de manhã e de tarde, que variava ao longo do ano conforme as condições atmosféricas, expressas pelas diferentes estações do ano.⁷ Parece que o carácter abúlico das juntas escolares e dos delegados paroquiais é uma característica do Interior (Diniz, 2003).



Escola primária da Vera Cruz.

No 6º parecer volta a haver unanimidade.

Também há elogios e votos de louvor à Câmara de Vagos por pagar bem os salários e as gratificações devidas aos professores. Para o dia seguinte, marca-se o trabalho de analisar os pontos propostos para discussão no ano seguinte, sendo eleita uma comissão para este efeito. São ainda marcadas as faltas.

No último dia, marcam-se as faltas e aprova-se a acta do dia anterior para logo se passar à elaboração do programa das Conferências Pedagógicas do ano seguinte.⁸

O 1º ponto é: Quais são os meios disciplinares que o professor deve empregar de preferência na sua escola?; 2º ponto - Importância das bibliotecas escolares. Quais

⁷ Actas da Junta Escolar do concelho de Aveiro, pág. 15, frente e verso.

⁸ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 9, verso folha dez, frente.

são os meios que parecem mais eficazes para as obter?; 3º ponto - Ensino intuitivo. Qual a sua importância no desenvolvimento intelectual dos alunos?. 4º ponto - Importância das escolas nocturnas e dominicais para adultos. Serão necessárias entre nós?; 5º ponto - Quais os meios administrativos e pedagógicos a empregar para obter a regularidade da frequência escolar?; 6º ponto - Importância do ensino religioso nas escolas de instrução primária? Quais os limites que importa não exceder neste ensino?; 7º ponto - Que qualidades deve possuir um professor do ensino primário?; 8º ponto - Quais são os deveres do professor para com os seus alunos, para com os pais destes e para com as autoridades.

Há então propostas de outros pontos como são os de Rosa Ermelinda Mourão Gamelas que pergunta: Será conveniente que os professores de ensino oficial exerçam o magistério particular? No caso (de no ensino) oficial (isso) ser proibido deverá considerar-se como aula particular o tempo que o professor emprega no ensino além do que lhe é designado no respectivo horário? 2º ponto - Quais deverão ser os termos do processo a seguir quando, em virtude do mau procedimento de qualquer aluno, se torne altamente prejudicial na escola? No caso de ser despedido, poderá ele ser admitido noutra escola oficial do mesmo concelho durante o tempo que durar o castigo? Logo a seguir a professora Clementina Barreto apresentou os seguintes pontos: 1º Como deverá proceder para com as alunas cujos pais proibam que se lhes dê educação literária? 2º Conviria representar aos poderes públicos para que se não admitam as aulas particulares a indivíduos que não estejam habilitados para exercer o magistério.

Diz-se que a assembleia os aprovou unanimemente. Embora de modo um pouco dúbio, verifica-se que há um cada vez maior orgulho profissional, tentando restringir o acesso de pessoas que estejam fora do sistema de certificação que deve funcionar com base nas escolas normais.

Há no fim os cumprimentos da praxe ao subinspector que até pede um louvor para si. Estranho. Mas, tudo corre bem porque os professores aceitam a ideia da sua união e auxílio mútuo e logo decidem dar começo a uma associação de professores, pedindo-lhe que seja o seu presidente. O que ele aceita. Para levar esta ideia por diante, os professores elegem um elemento de cada concelho para que juntos estudassem e organizassem os estatutos que irão reger esta associação. Logo a seguir encerram a sessão. Terminam assim as conferências do ano de 1883.

2.2 - 1884

No dia 3 de Outubro de 1884, reúnem-se os professores na escola do sexo masculino da freguesia de Vera Cruz. Aí são reeleitos os secretários do ano anterior por proposta o subinspector que é o mesmo. Faz então o seu discurso inaugural cujo teor não é revelado. Elegem-se a seguir os membros das sete comissões que vão tratar dos sete pontos das conferências. Por recomendação do presidente que é o subinspector estas devem instalar-se logo que termine a sessão e começar a trabalhar nos seus pareceres, em particular no primeiro com o fim de ser apresentado no dia seguinte. Nessa altura, alguns professores lembram-se de enviar um telegrama onde felicitam o poder representado pelo ministro do Reino e pelo director geral da Instrução Pública,

aproveitando para pedir auxílio para a sua classe. Recebem-se justificações de falta e marca-se a ordem de trabalhos para o dia seguinte.

No dia 4 de Outubro, faz-se a chamada, aprova-se a acta do dia anterior, o parecer e quatro quesitos que a comissão lhes adicionou, mas nada sabemos do seu conteúdo porque nada é registado em acta. Apenas sabemos que receberam uma saudação dos conferentes de Vila da Feira e lisonjeados por isso, vão nomear mais uma comissão para lhes responder. Logo a seguir, encerram os trabalhos, agendando o segundo ponto para o dia seguinte.

No dia 5 de Outubro, reúnem-se, aprovam rapidamente a acta do dia anterior e decidem responder à saudação dos professores conferentes do círculo de Portalegre, frisando que estas conferências se fazem no nosso país pelo segundo ano. Aprovam o parecer sobre o primeiro ponto e dão um voto de louvor à comissão que o elaborou. Mas, nada nos dizem sobre ele. Fazem um voto de sentimento pela morte de dois colegas e dão logo a seguir por concluídos os trabalhos.

No dia 7, a acta é aprovada logo a seguir é feita a chamada. Nessa altura, e a propósito do ponto 3, logo que termina a leitura do parecer, intervém Graça Affreixo para discorrer com proficiência sobre o assunto, como informam as actas, terminando a sua intervenção com uma proposta: “o ensino da moral e da religião deve ser o primeiro que se dê às crianças por lições educativas, partindo do desenvolvimento dos afectos e da ideia de bom e de justo. Este ensino deve ter maior partilha de tempo e finalizar pelo hábito de orar.”⁹ Esta proposta é aprovada conjuntamente com o quesito em questão. A seguir Graça Affreixo disserta sobre a importância das Conferências Pedagógicas, pedindo de seguida ao presidente que os conferentes se dividissem em grupo para discutirem este assunto. A ideia é aprovada e no fim ficam todos muito satisfeitos com os resultados obtidos. Encerra-se a sessão após a leitura de alguns atestados de professores que por motivo de doença não compareceram.

No dia 8, reúne-se a assembleia aprova-se a acta e faz-se a chamada dos professores. A comissão do quarto ponto apresenta o seu parecer. Nessa altura, Graça Affreixo toma a palavra e leva a que os primeiros dois pontos sejam aprovados. Nessa altura, aceita-se que os princípios disciplinares paternalmente empregados concorriam para a educação moral dos alunos, reprovou-se a expulsão dos alunos das escolas e considerou-se prejudicado o quarto ponto. A assembleia vai decidir sob a sua influência que desconhece a utilidade dos batalhões escolares, que pelo estudo teórico só são úteis para acostumar os alunos aos trabalhos que impliquem dedicação e para extinguir o horror pela milícia; terceiro, a conferência não se considera esclarecida sobre a utilidade das caixas escolares; 4º que considera que só são úteis quando os seus fundos resultam da privação de alguns caprichos dos depositantes e sejam aplicados na solução das faltas de meios de companheiros necessitados.¹⁰

Encerra-se a seguir a sessão.

Em aditamento vai ser ainda louvado Graça Affreixo pelas suas intervenções, dando-lhe cópia da acta em que tal fica registado para que este a use como aprover. Há

⁹Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 14, verso.

¹⁰Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 15, verso.

ainda uma referência a um ofício do congresso de Penafiel e a ele vai responder uma comissão nomeada para o efeito.

No dia 9, é lida e aprovada a acta para logo a seguir ser feita a chamada. Nessa altura sabe-se que o professor Padre José Tavares Camelo está em perigo de vida. Sabemos então que foi um elemento activo das Conferências de 1883, dando-nos só então uma informação que as actas não reflectiram. Desejam-lhe as melhoras numa moção aprovada pela assembleia.

Os pontos quinto e sexto são aprovados sem quaisquer entraves, havendo entre as suas leituras um intervalo de meia hora.

Há então a leitura de uma circular do congresso de Alenquer, que os felicita e lhes propõe que representem junto de sua majestade através dos deputados do círculo, para que sejam melhorados os vencimentos dos professores primários. É o que a assembleia aprova, resolvendo agradecer-lhes pela comissão competente.

Há uma outra circular do Congresso de Penafiel nos mesmos termos, que lhes propõe que representem perante a Rainha através da Condessa de Pangim. Nomeia-se para isso mais uma comissão.

Nessa altura, os professores são convidados a propor os seus quesitos para as conferências de 1885 e elegem uma comissão para os rever.

Encerra-se de seguida a sessão.

No dia 10, como de costume, é lida e aprovada a acta para logo a seguir ser feita a chamada. Aprova-se a seguir o parecer da comissão e listam-se os diversos temas a tratar nas próximas conferências.

“Primeiro - Educação Física - Higiene das escolas primárias; sua importância; principais preceitos e precauções higiénicas que importa observar nas escolas. Ginástica: sua importância: Principais exercícios e movimentos que devem fazer as crianças para desenvolver convenientemente as suas forças físicas. Instrumentos e aparelhos que para este fim deve haver em todas as escolas.

Segundo - Educação moral Ensino religioso. sua importância e necessidade de se ministrar às crianças. Intensidade que se deve dar a este ensino nas escolas elementares, e quais os métodos e formas de ensino porque deve ser administrado.

Terceiro - Bibliotecas populares - Importância da sua criação em todas as escolas elementares e meios de que se deve lançar mão para o seu estabelecimento.

Escolas nocturnas: suas vantagens e inconvenientes e meios de os remover. Escolas dominicais: qual o seu fim, e em que localidades se devem estabelecer. Quem deverá custear as despesas da sua sustentação.

Quinto - Organização dos passeios escolares sem equipamento militar. Vantagens ou inconvenientes que dela resultam.

Sexto - Inconvenientes que resultam à instrução primária quando o professor se intromete nas questões políticas e em quaisquer questões locais.

Modo como se deve comportar o professor quando se ventilam tais questões.

Sétimo - Qual é mais importante para a escola primária elementar, a instrução propriamente dita ou a educação das faculdades intellectuais.”¹¹

¹¹ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 17, verso e 18 frente.

Há ainda um voto de louvor ao sub-inspector e nomeiam uma comissão para o acompanhar a casa como prova de deferência. Ainda por proposta do sub-inspector, louva-se a assembleia e as comissões. Encerra-se de seguida a sessão.

2.3 - 1885

A conferência realiza-se no mesmo local do ano anterior e mantê-lo-á nos anos seguintes. Como é fim de semana, que se inicia no dia 3, começa muito lentamente, com o subinspector, que é o mesmo, a esperar até às onze horas por mais professores. Decide então adiar a hora do discurso inaugural para a segunda feira seguinte. Toma então a decisão de eleger os secretários da mesa e respectivos suplentes, mas adia a eleição das comissões que vão dar os pareceres sobre as teses. Há só a leitura dos relatórios das professoras e dos atestados por doença. Segue-se alguma discussão sobre assuntos de interesse dos professores, dando-se notícia da participação empenhada de alguns mas sem se dizer o assunto.

A segunda sessão vai acontecer no dia 5, segunda feira, começando pela chamada, leitura e aprovação da acta do dia anterior. Em seguida o presidente faz o discurso inaugural e passa-se à eleição dos membros das comissões e dos que ficam encarregados de uma segunda parte, que vai constar de um exercício de leitura, outro de aritmética e mais outro de gramática.

Segue-se a apresentação dos relatórios de alguns professores sobre vários pontos do programa que vão ser analisados pelas comissões respectivas. E encerra-se a sessão.

Na terceira sessão, feita no dia 6 de Outubro, a acta continua a ser demasiado sucinta e por isso só sabemos que foi aprovada a acta do dia anterior após a chamada e marcação de faltas. Começa a ser discutido o primeiro ponto e só sabemos que o professor José Soares de Figueiredo e Castro, professor em Águeda tem profundos conhecimentos. Mas, como estão cansados adiam a continuação da discussão para o dia seguinte.

Na sessão do dia 7 de Outubro, começa às dez horas após comparência do presidente, mandando que os secretários tomassem os seus lugares. Faz-se a chamada e lê-se a acta que é aprovada. Lêem-se os relatórios dos professores sobre o primeiro ponto que ainda estavam por ler, após o que comissão deu o seu parecer sobre ele, especializando o relatório de José Soares de Figueiredo e Castro. Deu-se de seguida a palavra a Joaquim José da Trindade, professor em Vagos, que falou sobre metodologia e apresentou uma “nova nomenclatura sobre a subdivisão dos modos e processos de ensino, mais clara, fácil e metódica do que até hoje se tem seguido”.¹²

Interessada nesta sua ideia, a assembleia pede-lhe para a apresentar por escrito para que a possa apreciar devidamente.

Começam nessa altura a ser lidos os relatórios sobre Museu Escolares e encarrega-se a comissão eleita para apreciar este ponto de fazer o parecer para o dia seguinte. Deram de seguida a palavra a Joaquim José da Trindade que vai propor um

¹²Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 21, verso.

voto de louvor a José Soares de Figueiredo e Castro pela “boa composição dos seus relatórios”, o que é unanimemente aprovado.¹³

Nessa altura, adia-se para o dia seguinte a continuação dos trabalhos.

No dia seguinte a sessão começa pela chamada e pela leitura e aprovação da acta do dia anterior. Contudo, não sabemos a hora de início porque tal não é dito.

Começam-se os trabalhos pela votação de dois votos de sentimento pela morte de dois professores. Aprova-se o parecer da Comissão sobre os **Museus Escolares** e passa-se à análise o quarto ponto sobre a **educação da mulher** dando a palavra aos diversos autores de relatórios sobre este tema. De novo, distinguiu-se entre eles José Soares de Figueiredo e Castro que apresentou um relatório bem elaborado sobre as vantagens da mulher educada, pelo qual foi aplaudido na sua leitura pela assembleia.

Nota-se que os pontos programados no ano anterior não foram tratados, havendo outros bem diferentes. Contudo, nomeia-se agora uma comissão que vai formular os pontos das próximas conferências. São nomeados e aprovados por unanimidade para esta tarefa José Soares de Figueiredo e Castro, Joaquim José da Trindade e António Maria dos Santos Freire.

Nessa altura procedeu-se às lições práticas sobre leitura e de aritmética.

No dia seguinte, 9 de Outubro, a sessão abre às dez horas e começa pela chamada e a leitura da acta que foi aprovada. Há officios de congratulação de Penafiel e Amarante, indigitando-se uma comissão para lhes responder que são os membros da mesa. Louvam-se os trabalhos de José Soares de Figueiredo e Castro, não se esquecendo de louvar os trabalhos dos outros conferentes. Nessa altura, José Soares de Figueiredo e Castro agradece os elogios dados. Joaquim José da Trindade vai louvar a proposta do presidente que achava justa e conforme o que se passou no Porto.

Em seguida, deu a palavra à comissão que fez o parecer sobre o ponto do programa da **educação da mulher** que lido, sendo aplaudido o seu relator porque – diz-se na acta – foi brilhante. No fim, o parecer foi naturalmente aprovado por unanimidade.

Foram de seguida lidos diversos relatórios sobre o terceiro ponto que é sobre **bibliotecas infantis**, que teve alguma discussão sobre se as bibliotecas deviam ser para as crianças ou para o público em geral. Decidiu-se que deviam ser para o público em geral e não só para os alunos. Passa-se nessa altura a uma lição sobre gramática que é dada a seis alunos por dois professores.

Nessa altura, Joaquim José da Trindade apresenta o seu trabalho sobre métodos, processos e modos de ensino, tendo recebido vivos aplausos.

A sétima sessão realiza-se no dia 10 de Outubro e começa às dez horas. Faz-se a chamada e aprova-se a acta. Há a aprovação de um voto de louvor aos conferentes que apresentaram relatórios proposto por Sarabando da Rocha, professor em Nariz.

Discute-se a seguir a utilidade da bibliotecas infantis que suscitam sucessivas intervenções até que a assembleia deu esta matéria por discutida.

Há agora a proposta de um voto de louvor às comissões que fizeram os pareceres. Nessa altura há a apresentação dos pontos a discutir nas próximas conferências que são aprovados. O presidente está de partida e despede-se elogiando os

¹³ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 21, frente e verso.

professores deste círculo, afirmando que levava com ele as mais gratas recordações e que nunca mais os esqueceria no seu percurso profissional como inspector.

Nessa altura, a assembleia mostra-se contristada, louva o subinspector e nomeia uma comissão para pedir ao governo para que ele fique no círculo, mas nada acontece. A acta é encerrada, mas nota-se que há várias letras e/ou canetas na sua execução. Também há muitos espaços em branco no final, havendo no ano seguinte uma falsa abertura de acta.

2.4 - 1886

No ano de 1886, as conferências pedagógicas começam no dia 4 de Outubro e o subinspector e presidente por inerência é agora António Joaquim Vidal, que imprime um novo ritmo. Começa por fazer o discurso inaugural designado por discurso do estilo.

As faltas são marcadas e votadas as justificações destas que podem ser aceites ou não. São nomeadas as comissões que vão elaborar os pareceres.

É aprovado um voto de sentimento pelo interventivo professor José Soares de Figueiredo e Castro, sendo ainda aprovada a proposta de enviar cópia da acta que o aprova à família.

No fim, o presidente propõe ainda uma comissão para discutir os pontos das conferências do ano seguinte.

No dia 5, começa-se uma acta que se dá sem efeito. Recomeçando logo de seguida pela aprovação da acta do dia anterior, seguindo-se a chamada dos professores.

Existem desde logo efeitos positivos como resultado da mudança de subinspector já que os vai obrigar a ler por diversas vezes o parecer sobre o primeiro ponto, sendo este analisado nas suas diversas partes, tomando notas cada um dos conferentes para que possa discutir as teses. É assim que existe uma discussão acesa e aprovar no fim a primeira parte do parecer.

Nessa altura, um professor, Joaquim Rodrigues Leite vai questionar numa memória que apresenta, o ensino livre, realçando que entram aí muitos indivíduos sem qualquer habilitação. Reclama desta situação já que a considera uma porta aberta para a entrada de estúpidos e analfabetos que prejudicam não só a escola oficial, mas a instrução em geral. Acaba por dizer que estes não a podem dar porque “nemo dat quod non habet”¹⁴. E assim se conclui de forma assertiva¹⁵.

Passa-se em seguida à leitura das outras partes do relatório que são aprovadas unanimemente por toda a assembleia. Como a assembleia ordena que as conclusões sejam transcritas na acta, ficamos a saber que: quanto à leitura se recomenda o uso da Cartilha Maternal, que na leitura o professor deve obrigar os alunos a terem em atenção o modo como falam, corrigindo-lhe os defeitos e fazer com que compreendam o que lêem. Na escrita deve começar pelos elementos, ou seja pela execução separada das letras a partir da sua derivação. Preocupa-se então com a passagem do bastardinho, cursivo, para o bastardo, letra corrida, ou seja com a caligrafia. Na aritmética e sistema métrico decimal começa pelo ensino do cálculo mental, da enunciação e formação dos

¹⁴ Significa “ninguém dá o que não tem”.

¹⁵ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 28, verso.

números, das quatro operações sobre inteiros e respectivas provas, das fracções decimais conjuntamente com o sistema de pesos e medidas, problemas. Na gramática, começa-se pelo estudo das palavras pelas quais se exprimem as pessoas, as qualidades unidas aos objectos e as abstractas, estudo dos verbos e análise das orações, adjectivos determinativos, artigos, pronomes, participios e preposições. Quanto à moral e doutrina cristã, começa-se por usar máximas e preceitos morais combinados da religião, havendo por catecismo o professor.¹⁶ O desenho deve ser feito pelo método de calcar e imitar. E encerra-se a sessão.

A sessão do dia 6, começa sem indicação de hora de início pela leitura e aprovação da acta do dia anterior. Faz-se a chamada e em relação ao dia anterior só falta a professora das Aradas. Analisam-se os relatórios das professoras e as justificações de faltas de professores e quando são dez horas passa-se à ordem de trabalhos. O primeiro parecer trata das excursões escolares e são discutidas as proposições seguintes: 1º Serão ou não proveitosas as excursões pedagógicas? 2º No caso afirmativo, deverão elas ser postas em prática sem primeiro edificar casas para as escolas, arranjar mobílias para elas, pagar condignamente ao professor e pôr em prática o ensino obrigatório? 3º E quem deve custear as despesas com as excursões e com a instrução primária?¹⁷

Após a segunda leitura do parecer, há discussão muito participada com respostas às questões levantadas e explicações para as frases menos explícitas pelo relator e no fim as conclusões são aprovadas por unanimidade.

Passa-se nessa altura à discussão do ponto sobre exposições escolares e sendo dispensada a segunda leitura do parecer, passa-se a discutir as teses seguintes: “1º Que enquanto o governo não olhar a sério para os negócios da instrução popular, esta exposição pedagógica será muito morosa? 2º Que mereceu um voto de louvor o Ex.^{mo} Senhor Doutor Francisco Marques de Moura, d’ Ílhavo e as câmaras municipais que nos seus orçamentos votaram verba para as despesas com as conferências. 3º Que os métodos, livros, cadernos e utensílios de que falam são muito precisos para a instrução das crianças.”¹⁸

Foram aprovadas só as primeiras e terceira parte das conclusões das teses, tendo a segunda sido rejeitada por ser estranha à ordem de trabalhos. Mas, logo a seguir é transformada em voto de louvor em que o Doutor Francisco Marques de Moura é considerado um benemérito da instrução e assaz dedicado à Escola Primária a quem prestou grandes serviços como presidente da Junta Escolar do concelho de Ílhavo. E encerra-se a sessão à três horas.

A sessão do dia 7 abre com a leitura e aprovação da acta do dia anterior e os trabalhos começam às dez horas com a leitura do parecer sobre a **Instrução Nacional** com as seguintes conclusões: “1º Será conveniente que para construções de casas d’aula, as juntas gerais contraíam um empréstimo de dois mil contos, digo de dois mil e quinhentos contos, e que as câmaras municipais sejam obrigadas a pagar o juro e amortização d’ um empréstimo? 2º A superfície das casas de aula deve variar segundo a população das localidades a que for destinada? 3º Deve o ordenado dos professores ser

¹⁶Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 29, frente.

¹⁷Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 29, frente e verso.

¹⁸Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 29, verso.

elevado nas aldeias, vilas e cidades? E quanto? 4º Deve-se tirar desde já as câmaras municipais toda a gerência na instrução primária, ficando o pagamento do ordenado dos professores a cargo do Governo? 5º Não se deve permitir o ensino livre a nenhum indivíduo que não tenha habilitação legal? 6º Devem ser suprimidos nas leis vigentes da instrução primária os cargos das juntas escolares e dos delegados paroquiais.”¹⁹

Há uma segunda leitura e a seguir a discussão aquece.

No fim, pede-se a substituição da expressão Juntas Gerais por governo, fala-se com uma gralha de ordenados a propósito de obstáculos ao ensino, acrescentando-se ao parecer “falta de casas próprias para escolas; os mesquinhos ordenados, supressão por inúteis das entidades - juntas escolares e delegados paroquiais, transferência para o Governo das atribuições das câmaras respeitantes somente à nomeação e pagamento de ordenados aos professores, falta de disposição legislativa que obrigue o professorado livre a uma habilitação legal, e com a restrição a quarta conclusão.”²⁰

As conferências terminam com a sessão do dia oito que se inicia às 10 horas com a chamada. Informa-se agora só acerca dos professores que estão a mais ou a menos que no dia anterior.

Curiosamente, há em Aveiro, e talvez pela proximidade com o Porto, uma grande adesão à escrita sónica de José Barbosa Leão, pedindo-se por isso a sua Majestade que “por ordem superior fosse autorizada que nenhum aluno das escolas elementares que escrevesse, segundo os princípios da ortografia sónica, fosse reprovado.”²¹

Sendo aprovada a proposta por toda a assembleia, encarrega-se uma comissão de elaborar e de remeter esta representação a sua Majestade.

Os pontos das próximas conferências são: Primeiro - Gramática - ortografia sónica, sua conveniência, seus defeitos e seu aperfeiçoamento. Segundo - Agricultura - sua relação com as indústrias do distrito. Como deverá fazer-se o ensino prático desta disciplina nas nossas escolas? Terceiro - educação da mulher - economia doméstica. Quarto - qual o melhor método de leitura seguido até agora? seu aperfeiçoamento e sua demonstração prática. Quinto - estatística - escrituração escolar, livros, mapas, etc. Quais as vantagens da boa, e quais os inconvenientes da má escrituração escolar? Sexto - Programas escolares - sua confecção desenvolvimento.

Há agora um pedido do presidente para que se louve José Barbosa Leão pela oferta de uma gramática sónica a todos os professores do círculo. Propõe ainda que se extraia uma cópia da acta para lhe ser enviada. Pedem-se ainda votos de louvor para os relatores da primeira, segunda e quarta teses. O que foi aprovado pela assembleia. Há votos de sentimento por um professor que faleceu. Há um voto de louvor ao presidente que se opõe e que perante a insistência desta assembleia sai para que esta o aprove. Durante o tempo da votação, é substituído por um professor e sendo esta aprovada entusiástica e calorosamente, regressa para agradecer e encerrar as conferências com algumas palavras com que pretende insuflar aos professores “ânimo e coragem para

¹⁹ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 30, frente.

²⁰ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 30, verso.

²¹ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 31, frente.

retomarem os trabalhos da sua árdua tarefa com zelo e dedicação por esse povinho infantil, que são a esperança da família e da pátria.²²

2.5 - 1887

As conferências de 1887 começam no dia 3 às 10 horas com o esperado discurso do estilo, analisam-se os relatórios das professoras e as justificações de faltas de professores e ainda as escolas vagas. Nomeiam-se as comissões que vão analisar as teses aprovadas do ano anterior par este ano.

Nessa altura marcam-se para o dia seguinte a terceira tese sobre a Educação da mulher e se houver tempo tratarão ainda da quinta tese sobre a Estatística. E encerram a sessão à 1 hora e meia.

A sessão do dia 4 abre com a aprovação e leitura da acta do dia anterior e análise das justificações de faltas, marcando-se as faltas por comparação com as presenças do dia anterior. Elege-se uma nova comissão para analisar os programas escolares e outra para organizar as teses a discutir no próximo ano. Nessa altura passa à análise do parecer sobre a terceira tese que foi aprovado por unanimidade com entusiasmo. Quando se passa à análise da quinta tese há maior discussão e é aprovado após ser modificado com uma alteração referente aos inventários que, quanto às corporações que fornecerem mobília escolar, devem ser organizados por elas e que estas devem dar cópia autêntica aos professores e que estes devem assinar auto de responsabilidade. Marcam-se para o dia seguinte as teses sobre Agricultura e no caso de haver tempo a discussão da quarta tese sobre “Qual o melhor método de leitura seguido até agora.”²³

No dia 5 aprova-se a acta do dia anterior, nota-se a presença de mais professores e há ainda mais algumas justificações de faltas e desculpas por não terem comparecido. Passa-se então ao ponto definido pela tese “Qual o melhor método de leitura seguido até agora” e depois de uma discussão prática pelo professor de Vera Cruz, a assembleia aprova que o melhor método até então é o de João de Deus. Só não vota o professor de Recardães que justifica a sua opção por não conhecer todos os métodos. Nessa altura, o parecer sobre a tese Agricultura é aprovado por unanimidade por força do merecimento do trabalho. Apresentaram ainda programas pedagógicos a convite do presidente alguns professores e a seguir o presidente marcou para ordem do dia seguinte a primeira e sexta tese, que é respectivamente sobre Gramática e Programas escolares. E como é meio dia encerra-se a sessão.

A sessão do dia 6 é aberta às nove horas e marcam-se as presenças, com indicação dos que estão a mais e a menos e entra-se na discussão da Gramática com uma discussão participada. No fim diz-se que professor de Arcos provou que a escrita sónica é a melhor e por isso a conclusão da tese é rejeitada por força da forma em que está redigida e dá-se-lhe uma nova redacção em que se diz: “Na transição da ortografia usual ou etimológica, se fossem simplificando as palavras no sentido sónico tanto quanto seja possível.” Então, o relator vai concordar, dizendo que era o que pensava.

²² Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 32, frente.

²³ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 34, frente.

Já o parecer sobre os Programas Escolares é aprovado por unanimidade.

Escolhe-se a seguir o melhor programa escolar das professoras e o melhor programa dos professores. Parece que se quer impedir uma guerra de sexos.

Nessa altura dá-se para ordem de trabalhos do dia seguinte o programa das conferências pedagógicas de 1888. E à uma hora da tarde encerra-se a sessão.

No dia 7, começa-se antes das nove para aprovar a acta do dia anterior. Feita a chamada, há mais uma presença. Há uma mensagem de felicitações do Porto e encarregam o presidente de lhe responder.

A primeira tese para ser analisada em 1888 é - Educação moral - Ensino religioso, sua importância e necessidade de se ministrar às crianças. A segunda é Higiene das escolas primárias; sua importância. Principais preceitos e precauções higiénicas que importa observar nas escolas. A terceira é Escolas Nocturnas - Suas vantagens e inconvenientes, e meios de os remover. Escolas dominicais; qual o seu fim e em que localidades se devem estabelecer. A quarta é "Quais os meios de que o professor oficial pode dispor para tornar a sua escola o mais instructiva, amena, útil e convidativa?" A quinta é "Convém que em todas as escolas oficiais se adoptem os mesmos compêndios para o ensino das diversas disciplinas ou devem variar segundo a categoria da localidade? Porquê?" A sexta é "Será conveniente no estado actual das nossas escolas primárias a adopção do método legográfico? No caso afirmativo de que utensílios se deverá prover a escola?"²⁴

Todas as teses propostas foram aprovadas por unanimidade.

Logo a seguir, a conferência delibera nomear uma comissão composta pelo presidente e outros professores para organizarem um programa pedagógico, impresso, pago e distribuído pelos professores. Há nessa altura votos de louvores a alguns professores e um voto de agradecimento ao subinspector pelo modo benévolo com que digno tratar os professores. Finalmente, convidam-se todos a acompanhá-lo à sua residência como prova clara de gratidão. Tudo é aprovado mais uma vez por unanimidade e com calor, encerrando-se a sessão e as conferências às doze horas.

No ano seguinte, as conferências já não se realizam e a razão é com certeza a mesma que terminou prematuramente as da Covilhã.

3 – Algumas comparações regionais

Estudei e comparei numa comunicação apresentada em 2004 três experiências: Aveiro, Castelo Branco e Coimbra. Vi assim que os três círculos mostram a influência determinante da variedade e profundidade das teses estudadas na qualidade das aprendizagens dos professores e, consequentemente, estas dependem em muito das decisões de subinspectores e professores na sua escolha. As grandes lutas entre o jesuitismo e as ideias republicanas ainda estão muito embrionárias e também numa situação de trabalho oficial, estas não devem aparecer. Nota-se contudo o seu aflorar tímido. Também as Juntas Escolares, órgão autárquico para controlo do mapa dos horários de aulas, têm um papel diminuto. De facto, estas só aparecem de modo claro no combate ao oportunismo motivado pela falta de profissionalismo dos professores.

²⁴ Actas das Conferências Pedagógicas do quarto círculo da segunda circunscrição escolar, folha 36 verso e 37 frente.

No Sabugal, detectou-se um papel desleixado deste órgão, que não pode ser conferido a nível superior por falta das actas da Circunscrição da Guarda (Diniz, 2003). É contudo, um aspecto que pode e deve vir a ser objecto de investigação em Coimbra e em Aveiro, onde existem. É o que não acontece na Covilhã, onde o seu papel não é exercido conforme as Actas das Conferências Pedagógicas.

No trabalho citado é evidente que os professores do Círculo da Covilhã, apesar do isolamento, conseguem debater e aprofundar os seus conhecimentos das modernas teorias, integrando-se bem nas grandes discussões pedagógicas.

Infelizmente, no círculo de Aveiro vemos um funcionamento quase sigiloso já que as actas pouco dizem. É onde se escondem algumas opções perversas dos professores e, ainda, a falta de conhecimentos que a fragilidade profissional dos subinspectores não consegue mover, aceitando tudo o que de mal acontece neste círculo. Nem sequer existe a continuidade da presença de José Maria Graça Affreixo, que não consegue exercer uma influência determinante. É talvez por causa disso que se muda para Coimbra. Infelizmente, outro professor, que tinha mostrado algum dinamismo, morre entretanto. Só a vinda dum subinspector mais dinâmico vai quebrar, mas, só em parte, esta situação.

Neste processo, Coimbra patenteia a sua pujança cultural nas discussões dos professores, potenciada por um inspector como Francisco Augusto de Quintanilha, que é um intelectual de grande e profunda erudição pedagógica. Há ainda muitos professores de excelente nível e que o mostram no decurso das conferências.

Por isso, em 1888, quando, por falta de financiamento, as conferências acabaram logo na primeira sessão na Covilhã e em Aveiro nem sequer se iniciaram, os professores de Coimbra mostraram ao poder que, mesmo sem apoios, eram capazes de as continuar.

Referências:

Aires Antunes Diniz - A Exclusão dentro da Exclusão, *Praça Velha*, Revista Cultural, Ano VI, n.º 14, Novembro de 2003, págs. 150-178.

Aires Antunes Diniz - Os círculos de qualidade em educação, *Comunicação ao V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 7 de Abril de 2004, Évora.

Armand V. Feigenbaum – *Total Quality Control*, terceira edição, revista, McGraw-Hill International Editions, 1991.

Preciosa Fernandes et alia – *Uma Formação em Círculo, Um sentido no Presente ... Um sentido no Futuro*, Instituto de Inovação Educacional, 2001.

Manuel Barbosa Leão, editor – *Cartas e Publicações* relativas ao falecido Dr. José Barbosa Leão, que, em memória de seu saudoso irmão, reuniu e mandou imprimir, Imprensa Commercial, 1889.

Jules Paroz – *História Universal da Pedagogia*, Livraria Civilização e Livraria Figueirinhas, 1908.

ARQUIVO DOCUMENTAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

Amaro Neves

Palavras de apresentação:

Foi há quase três décadas que, depois de muito procurar, encontrei, em grande estado de abandono, o “arquivo velho da Santa Casa”, o qual, então, se considerava como “papeis sem interesse”... E, feito o levantamento do existente e verificada a riqueza documental, foi o mesmo publicado no então Boletim Informativo da ADERAV, em 1979.

Não surpreenderá ninguém, pois, que com dissabores à mistura e muitas centenas de horas passadas em torno do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, a este tenha dado um cuidado especial, mesmo contra certas sensibilidades e contra naturais dificuldades económicas.

Se é verdade que não houve espaço adequado para a sua total abertura à consulta pública, não é menos verdade que, em 1998, na primeira Mesa Administrativa a que presidi, logo se implementou a abertura do “Núcleo Museológico”, ali expondo, a título de exemplo e chamando a atenção para a riqueza histórico-documental que ali se guardava, algumas raridades documentais (1).

E foi, também, com vista a uma futura abertura dessa preciosa riqueza – acumulada com outras que se juntariam, como eventualmente as cerca de 400 zincogravuras da obra do General João de Almeida e dos seus mapas, um pouco de todo o mundo, com outras doações de livros, eventualmente raros e também inventariados – que se pensou na aquisição da casa do antigo hospital, contígua à igreja da Irmandade, assim se encontrando largueza de espaços que possibilitassem activar e ampliar a sede da Santa Casa e o respectivo museu da instituição.

Mas o tempo foi passando e nem tudo se tornou possível...

No que ao Arquivo diz respeito, porque o conheço bem, em quase todas as dimensões, estando quase concluído o trabalho de inventariação, foi aprovada em Assembleia-Geral a publicação “de brochura autónoma sobre o Arquivo Documental” (2). E a Mesa Administrativa, pouco tempo depois, aprovou o texto-base para abertura do Catálogo das espécies existentes (Fevereiro de 2004), entrando em publicação e, desta forma, coroando o esforço de uma equipa que, na verdade, se empenhou para o concluir no mandato desta Mesa Administrativa. A partir dele, com efeito, se pode oferecer uma melhor possibilidade de consulta.

Havendo todo o interesse na divulgação deste património arquivístico, transcreve-se, a seguir, integralmente, o referido texto-base:

(1) A título de exemplo, no *Boletim Informativo* da Santa Casa da Misericórdia, correspondente ao 3º trimestre, com tiragem de 5.000 ex., foram reproduzidos três preciosos documentos do referido Arquivo.

(2) Realizada em 13 de Novembro de 2003; nela se aprovou o “Plano de Actividades” e respectivo Orçamento, para 2004.

1 - Das prioridades e das dificuldades em manter o Arquivo Documental

O Arquivo Documental da Misericórdia de Aveiro foi, ao longo dos tempos mas, acima de tudo, consoante a sensibilidade de quem, momentaneamente, dirigia a Santa Casa, motivo de justificadas preocupações. Na verdade, ao longo dos 500 anos da sua história, algumas vezes se registaram, em actas da administração, apelos para que os secretários e, eventualmente, outros membros da Mesa Administrativa entregassem livros que estariam em sua posse, inclusivamente com ameaças de procedimentos institucionais e mesmo de procedimentos judiciais externos, nomeadamente recorrendo até *"à intervenção do provedor da comarca para que fossem repostos alguns livros ausentes"* (3), por esquecimento ou por interesse dos próprios em os não entregarem. É que, no bom exercício, era preciso prestar contas direitas e, às vezes, alguns esqueciam-se disso.

Mas, no geral, houve a consciência de que o Arquivo da instituição, pela quantidade e diversidade dos documentos antigos que comporta, como pela sua raridade, assumia um enorme interesse histórico-documental para a vida da Irmandade e para o estudo da região e, em alguns aspectos, do próprio país. E as preocupações passavam também pela qualidade da sua manutenção, tendo em conta os índices de humidade e de salinidade de Aveiro e, por isso, as constantes alterações climáticas, associadas às deficientes condições de conservação e de restauro, em local não específico para o efeito, e ao manuseamento próprio do uso.

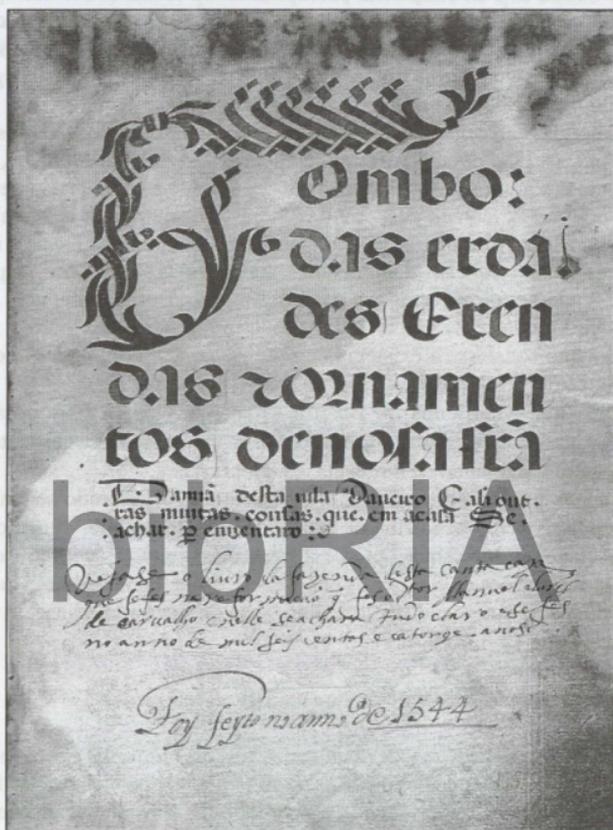
Obviamente, havia ainda que contar com a precariedade do poder das Mesas Administrativas, por séculos, muitas das vezes sujeitas às pressões políticas ou do meio social e às dificuldades económicas, não esquecendo que o objectivo primeiro da Irmandade era dar prioridade aos assuntos de cariz social, no espírito das 14 Obras de Misericórdia. Isto é, primeiro as obrigações e, talvez mais tarde, as devoções e sensibilidades... Depois, é bom lembrar que a Santa Casa, sobretudo nos últimos dois séculos, face à incapacidade do poder central em responder, de forma atenta, aos sectores da doença e da saúde, se desdobrou em esforços económico-financeiros para manter e melhorar o seu hospital - o 1º, construído na 2ª década de 1600 (nas traseiras da igreja), o 2º, erguido sobretudo entre 1853-1856 (ao lado sul da igreja da Misericórdia), e o 3º, já no princípio do século XX, construído no lugar de Santiago (nacionalizado após o 25 de Abril de 1974).

Ora, esta intervenção política da nacionalização se foi infeliz a vários títulos, para o Arquivo da Misericórdia foi desastrosa, perdendo-se dezenas de livros da história da instituição e mesmo da história da medicina, a nível regional... Mas, antes, já há alguns anos que o espólio documental andava mal cuidado, fora das instalações e da jurisdição da Mesa Administrativa em exercício, resultando eventualmente, também, deste facto a perda de documentos e de alguns livros.

Por outro lado, as instalações da própria Sede da Instituição, por décadas, foram usadas para fins pouco identificados com os objectivos estatutários (ainda que para serviços do bem público).

(3) Neves, Amaro, *A Misericórdia nos Séculos XVI-XVII*, SCMA, Aveiro, 1998, pg. 134.

Foram as vicissitudes dos tempos, na documentação em arquivo, como no geral da vida institucional, com altos e baixos.



Tombo antigo da Santa Casa da Misericórdia. Ainda que se leia 1544, há nele vários registos mais antigos, reportados ao ano de 1513.

2- o "achamento" do arquivo velho e recondução à sede da instituição

Foi num espaço esconso do ainda Hospital da Misericórdia (4) que encontrámos, em 1975 (5), depois de diligências diversas por vários organismos, a grande maioria

(4) Após a nacionalização, passou a chamar-se "Hospital de Aveiro" e esta denominação desapareceu em 1999-2000 para dar lugar a "Hospital Infante D. Pedro".

(5) O texto de "introdução" ao Arquivo refere que dois licenciados "efectuaram a meritória tarefa de o recolher do velho sótão do Hospital da Misericórdia, onde se encontrava em más condições de preservação, dando-lhe, novamente, uma certa ordenação".

dessa documentação antiga, amontoada e com odor incomodativo face às instalações para onde fora insensivelmente atirada. Pacientemente, fomos organizando os documentos encontrados, tanto quanto possível, dentro de uma linha de preocupação manifestada pelo provedor, Dr. Lourenço Peixinho, em 1932 (6), escrevendo ao director da Biblioteca Municipal, Dr. Alberto Souto (7) que se fizesse um levantamento do que havia. E este, do que encontrou digno de "arquivo", elaborou uma listagem de 261 títulos, sobretudo seguindo uma ordem cronológica.

Redescobertos e reorganizados os títulos, desde logo verificámos a enorme quantidade de maços e de documentos que escaparam ao dito "inventário", passando a agrupá-los e, até, em muitos casos, a numerá-los, para que se não desviassem do fundo documental comum. E, consumidas muitas horas nesse trabalho de cabouqueiros, recomendámos à Mesa Administrativa de então e a outros poderes locais a necessidade de proteger uma tal riqueza documental, inventariada com 440 espécies bem diferenciadas, sendo certo que estas ficariam, assim, provisoriamente, pois se impunha um outro trabalho global e de cunho arquivístico que repusesse a ordem, neste vasto arquivo. E, para que constasse a existência do que achámos (com uma por outra falha), decidimos publicar essa relação (8) ...

Posteriormente, em adenda do Boletim Municipal (9), foi feita uma publicação mais ampla das existências, agora agrupadas com uma visão do conjunto, mas nem sempre com a autonomia temática das espécies em presença.

Globalmente, porém, ao tempo, o Arquivo, se não organizado segundo as regras do saber específico, pelo menos ficou capaz de ser consultado, sem no entanto se haverem acautelado as identificações, de forma duradoura. E voltou, como sempre defendemos, às instalações da Santa Casa da Misericórdia, com alguns inconvenientes e muitas dificuldades na sua manutenção, pelas mesmas razões climáticas e de espaço apropriado.

3. Do alargamento das espécies e sua articulação

Como talvez tenha sido quem mais consultou este arquivo, no último século da sua existência - por interesse de pesquisa, mas também por obrigações funcionais -, senti a necessidade do seu reajustamento à realidade. E, conscientes das debilidades de que enfermava mas também das riquezas que comporta - sempre lembrando as dificuldades da instituição em acudir àquilo que não sejam as principais vertentes do

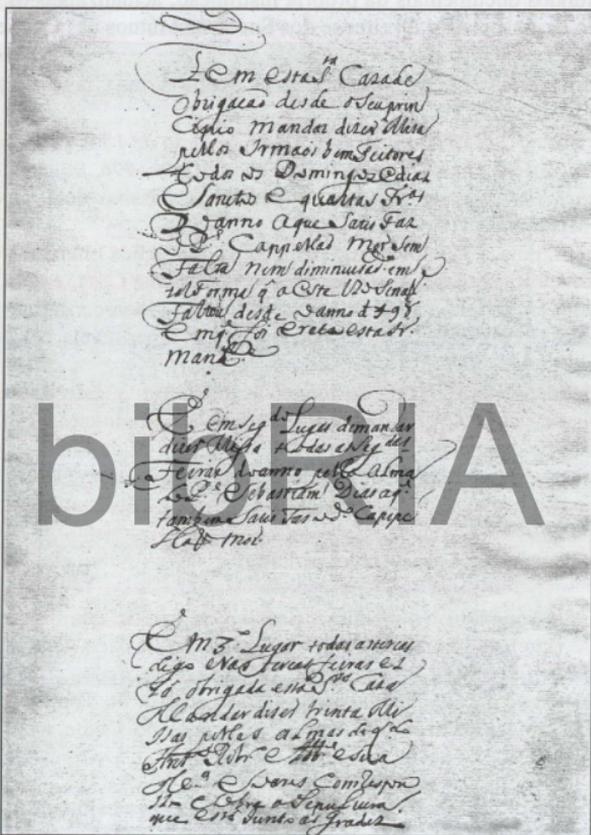
(6) Dizia, na abertura do "inventário", que este "se compunha de 261 exemplares, volumes encadernados, maços de documentos congêneres, documentos avulsos [...] perfeitamente em ordem e em magnífico estado de conservação" (Gonçalves, M. Gabriela e Amaro Neves, (*) Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro", *Boletim ADERAV*, nº 1, Aveiro 1979). Sobre as condições em que se encontrou esse amontoado de documentação, consulte-se a referência bibliográfica supra-citada.

(7) O Arquivo da Santa Casa, ao tempo, andou à guarda da Biblioteca Municipal, do que resultaram inconvenientes diversos, incluindo perdas e trocas, algumas das quais se comprovam no actual Arquivo.

(8) Essa publicação, feita graciosamente tal como o trabalho das centenas de horas de cabouqueiro, mereceu palavras menos elegantes do recém-licenciado do Porto a quem se encomendou e se pagou o trabalho (ainda que aquele tenha aproveitado ao máximo a nossa "inventariação", incluindo os machinhos que havíamos organizado).

(9) *Boletim Municipal de Cultura*, nº 6, Aveiro, 1985.

seu objectivo social - mesmo assim, assumimos (10) reintegrar neste Arquivo o mais possível da documentação antiga, considerando como tal as existências possíveis de inventariação até 1990, isto é, quase cinquenta anos mais do que aquilo que, como tal, havia sido considerado na última inventariação. Para o efeito, contámos com o labor das técnicas da Santa Casa (11).



Documento de meados do século XVII que se refere ao ano da criação da Misericórdia de Aveiro e a obrigações desta instituição.

Entretanto, recuperaram-se um livro e meio do século XVII e alguns da primeira metade do século XX, enquanto se diligenciou, ao mais alto nível (Direção dos

(10) O plural diz respeito à Mesa Administrativa da Santa Casa, ficando a supervisão do trabalho à responsabilidade do Provedor (Amaro Neves) e da Vice-Provedora, Dr. Rosa Maria Rodrigues

(11) A coordenação foi da Dr.^a Liliana Cascais, da área do restauro, colaborando, a Dr.^a Maria do Rosário Costa e a D.^a M. Isabel Peixinho, como administrativas.

Arquivos Nacionais, sem efeito), a recuperação de um livro das obras da igreja da Misericórdia (meados do século XVII), existente no Museu de Aveiro e outros livros existentes no Hospital de Aveiro (outro Hospital da Misericórdia) (12).

E no sentido de não mexer, por ora, nas linhas mestras do Arquivo da Santa Casa que havia sido publicado, optámos por duas adendas ao registado nessa inventariação: uma sobre os fundos documentais da própria instituição, actualizando-os, e outra sobre a documentação da Associação Aveirense dos Socorros Mútuos das Classes Laboriosas.

4 - Associação Aveirense dos Socorros Mútuos das Classes Laboriosas (13)

Esta associação "*foi criada por alvará de 3 de Maio de 1864 [...] e na assembleia geral da Associação, levada a efeito em 8 de Fevereiro de 1996, foi decido dissolver a centenária associação*" (14), entregando-se o activo e passivo dela, aos cuidados da Santa Casa da Misericórdia (15).

Decorreram, pois, 132 anos de intervenção na defesa dos interesses dos sócios, de que resultou um substancial arquivo que, integrado na Santa Casa, e com a consciência do que representa em termos da vida aveirense, passou a merecer-nos iguais cuidados, nos mandatos de 1998-2000 e 2001-2003, enquanto responsáveis pela administração desta Irmandade.

Inventariado provisoriamente ao longo do segundo mandato (16), numa primeira fase, foi depois revista e devidamente ordenada a sua catalogação e consta hoje de fundo autónomo, dentro deste mesmo Arquivo Documental da Santa Casa, com cerca de 740 números (17), o que bem mostra a elevada quantidade dos "*velhos papéis*" desta emérita Associação, bem como o zelo posto na sua defesa e ordenação.

5. Constituição do Arquivo Documental

Sobre o que constitui, realmente, o Arquivo, registre-se que há dois documentos relativos a 1502 (um legado a favor da Santa Casa e um traslado de privilégios para os seus mamposteiros), seguindo-se vários outros legados registados nos anos posteriores dessa primeira metade de Quinhentos e constantes, depois, no Tombo (cuja existência se reporta a 1533, ainda que nele se tenha registado, posteriormente, a data de 1544).

(12) Neste sentido, salienta-se a colaboração do médico deste hospital, Dr. Amorim Figueiredo, através de quem se recuperaram alguns desses livros. Mas outros permanecem por lá, desenquadrados, esperando-se, sempre, que possam ser reintegrados.

(13) Considerando a importância deste, foi-lhe dado destaque no Boletim Informativo nº 14, correspondente ao 2º trimestre de 2003, quando a inventariação ainda estava em curso e longe de se perspectivar o seu fim, mas onde se adiantava que seriam mais de duzentos novos números a ser registados.

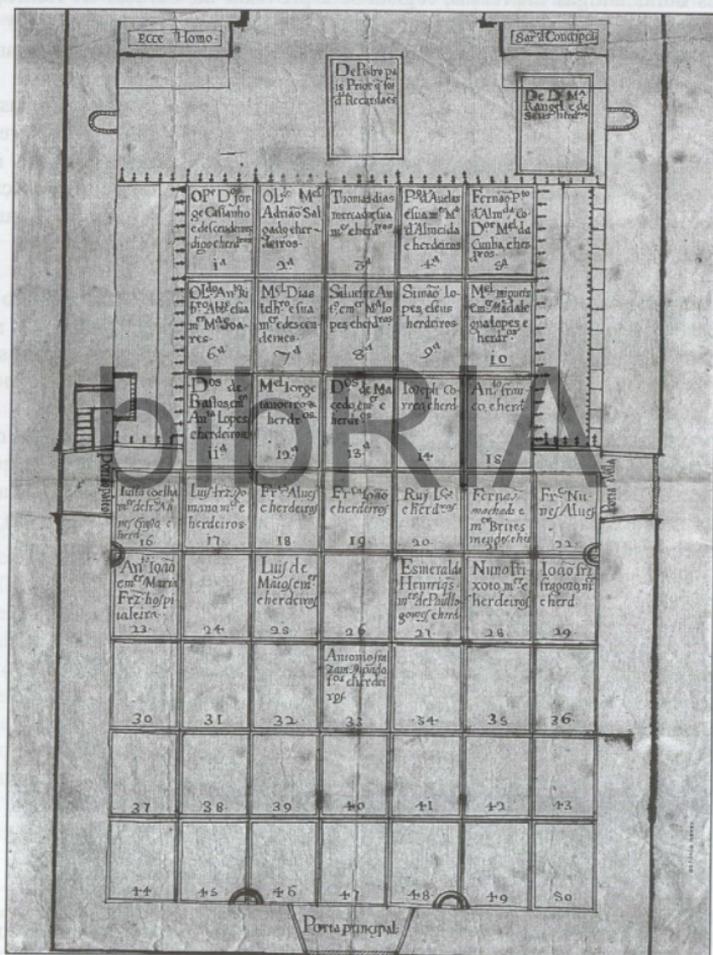
(14) Neves, Amaro, "Associação aveirense de socorros mútuos das classes laboriosas", *Patrimónios* nº2, ADERAV, Aveiro, 2002, pg. 19-25. Consulte-se nesta edição um breve historial da emérita Associação, no qual se alude ao valioso espólio de arquivo.

(15) Este Acto de entrega e de assumpção de responsabilidades inerentes por parte da misericórdia foi celebrado pelos responsáveis das instituições envolvidas: o Provedor Carlos Vicente e o Presidente da Associação, Victor Couto.

(16) A primeira ordenação, muito provisória e selectiva, foi feita no verão de 2001, pela Drª Rita Samuco, face ao amontoado desses papéis.

(17) Registe-se, também, como curiosidade, a recuperação de um amplo armário, bastante antigo e segundo linhas seiscentistas, proveniente da Casa do Seixal, que possibilita a guarda, de forma autónoma, deste "fundo documental".

Há traslados diversos sobre o funcionamento da instituição e, depois, naturalmente, os mecanismos próprios do seu exercício como actas e assentos, receitas e despesas, movimentos de festas e de calamidades, obras construídas e contratos celebrados, legados pios, cartas e registos variadíssimos... que traduzem o pulsar da Instituição e da sociedade aveirense, com alguns documentos régios e da Cúria diocesana (Coimbra).



Curiosa “planta” do tabuleiro da igreja, enquanto espaço de cemitério (do 2º quartel do século XVII), com as campas ocupadas até então.

Das cartas recebidas anote-se a particularidade de um maço proveniente das mais diversas Misericórdias do império colonial (sobretudo do Oriente), mas também do Brasil e... pergaminhos vários que servem de capa a livros de registo comum.

Por outro lado, há documentação que subsiste neste Arquivo sem ligação directa (aparentemente) com a vida da Santa Casa, mas que pode ser resultado do tempo de coexistência com outros fundos na Biblioteca Municipal.

Das obras antigas impressas, regista-se a provisão do Cardeal D. Henrique, de 1565, a autorizar os pescadores a exercerem a sua actividade "aos domingos e dias santos", para se obterem fundos para a remissão dos cativos. E uma quantidade apreciável sobre a vida dos Hospitais da Santa Casa.

Assim, a parte do Arquivo entendida como específica da Santa Casa passou de 388 espécies (na inventariação de 1985) para 930, o que mostra aquilo que se pretendeu privilegiar, neste trabalho, enquanto se não cumprir a total reformulação em moldes arquivísticos. Se a este número se juntarem os relativos à referida Associação dos Socorros Mútuos, melhor se avaliará o que hoje é, globalmente, o Arquivo Documental da Santa Casa da Misericórdia.

Naturalmente, sempre virá quem diga que se poderia ir mais além, o que é compreensível. Mas, na impossibilidade de conseguirmos o óptimo, preferimos registar e actualizar, alargadas, as hipóteses de consulta, nomeadamente para estudiosos que queiram honrar esta Instituição com o seu trabalho científico, face à importância que este Arquivo tem para a História e para a Cultura Regional/Nacional.

Por último, entendemos incorporar nesta inventariação dois exemplares de cada obra, entretanto, impressa sobre a vida e o património desta Irmandade, em qualquer vertente que seja, como forma mais fácil de informar os menos preparados para a leitura das obras manuscritas, defendendo-as sempre que possível do manuseamento feito a título de curiosidade, pois não há, de momento, possibilidade de abrir esta riqueza documental à consulta indiferenciada dos leitores.

Nota final – Para melhor explicitação do texto e da evolução do trabalho desenvolvido, foram adicionadas algumas notas de rodapé ao texto base, com vista a esta divulgação que ocorre, precisamente, 25 anos depois do tal "inventário" feito entre 1976-1978 e que foi publicado pela ADERAV, no seu Boletim n.º 1, em 1979. Entretanto, a referida Mesa Administrativa e o seu Provedor cessaram funções a 7 de Março de 2004.

O TEXTO PICTÓRICO NA CULTURA POPULAR PORTUGUESA: inventário de um caso singular

Clara Sarmento*

Cada forma particular de uma alfaia, construída como é em relação ao assunto que tem de resolver, diz em si mesma a fórmula da sua reprodução; cada desenho inscrito em cada alfaia indica não só uma invocação endereçada ao trabalho de que deve dar conta, como identifica pertenças e qualidades de quem a usou, classifica aos olhos de quem vê o lugar ocupado por quem utiliza a alfaia na hierarquia social onde vive.¹



De acordo com os princípios de semiótica de Umberto Eco, os processos culturais são processos de comunicação, atravessados por uma multiplicidade de subcódigos, descodificáveis através de condições e ocasiões extra e intersemióticas². Por detrás de factos explicitamente não intencionais, que o senso comum tende a considerar acidentais ou não significativos, revela-se uma produção socialmente determinada, embora quase sempre sem autor identificável, de efeitos de sentido. Há nos pequenos rituais e juízos do quotidiano muitos sintomas da pluralidade contraditória das ideologias sociais – os “arbitrários culturais” de Pierre Bourdieu³ – que comandam a produção-recepção de efeitos de sentido e que contribuem para a imagem que os participantes no diálogo social constroem uns dos outros. “Sempre que se trata de imagens”, diz Eco, “ficamos em presença de blocos macroscópicos, de textos analisáveis através de um conjunto de relações convencionais entre unidades

* Professora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), área científica de Línguas e Culturas. Doutorada em Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: clara.sarmento@netc.pt

¹ ITURRA, Raul, “A religião como teoria da reprodução social”, *Ler História* 15, Lisboa, Teorema, 1989.

² ECO, Umberto, *A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica*, trad. Pérola de Carvalho, São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

³ BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1997.

pertinentes de um sistema gráfico. Aquilo a que se chama signo icónico é um texto, sendo prova disso o facto de o seu equivalente verbal não ser uma simples palavra mas, no mínimo, uma descrição ou um enunciado e, por vezes mesmo, todo um discurso, um acto referencial ou um acto locutivo⁴.

O processo através do qual os objectos adquirem capacidade de significação está relacionado com valores e condicionantes sócio-culturais que os transformam em veículos de afirmação de uma identidade, de representação de um espaço, de um contexto, de uma vivência. No presente caso, “uma população que pinta os seus barcos e os lança às águas de uma laguna elabora um álbum de imagens através do qual exprime a sua visão do mundo”⁵.

O “caso singular” deste estudo refere-se ao barco moliceiro, embarcação tradicional ao serviço da agricultura, destinado à colheita e transporte da vegetação subaquática da região lagunar da Ria de Aveiro. As formas muito particulares de produção macro e micro-económica desta região conduzem a fenómenos estéticos, simbólicos e morfológicos peculiares. Na sua introdução ao *Essai sur le Don*, Lévi-Strauss afirma que qualquer cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, na primeira fila dos quais se colocam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência e a religião. Todos estes sistemas pretendem expressar determinados aspectos da realidade física e da realidade social e, mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros. Seguindo a teoria da dádiva de Marcel Mauss, o objecto-barco está também impregnado de individualidade. Cada objecto tem o seu prestígio, o seu nome, a sua personalidade, a sua história: “Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas”⁶.

A característica mais original do moliceiro é o conjunto de quatro diferentes painéis de proa e popa que o adornam, pintados directamente sobre a madeira do barco, prática artística ancestral sem paralelo na cultura popular portuguesa. Os painéis dianteiros acompanham a curvatura da proa, enquanto que os da popa se apresentam sob forma rectangular. Constam sempre de um desenho policromado, enquadrado por cercaduras de flores ou de figuras geométricas e rematado por uma legenda-comentário de ortografia imperfeita, formando uma mensagem ilustrada-escrita una e indivisível.

Enquanto sistema semiótico que seduz e apela à memória visual, os painéis-legenda transmitem uma mensagem em que texto icónico e texto verbal se integram num único, indivisível e sugestivo significado. A iconografia acompanha o texto, prolonga-o, pluraliza-o, condensa-o. Oriundo do social, fixando episódios públicos e privados, locais e regionais, cada um destes universos icónico-verbais pode potencialmente criar depois um ou mais universos semióticos, ao ser narrativizado oralmente pelas gentes da Ria e por amantes dessa arte popular, que acorrem em massa a festividades como o São Paio da Torreira.

⁴ ECO, Umberto, “Pour une reformulation du concept de signe iconique – le mode de production sémiotique”, *Communications* n° 29, Paris, Seuil, 1978, p. 164.

⁵ RIVALS, Claude, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro (Portugal): Culture et Arts Populaires”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 5, fasc. 2-3, 1988, p. 254.

⁶ MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a Dádiva*, trad. António Filipe Marques, Lisboa, Edições 70, 1988 [1950], p. 86.

O decorador, ao mesmo tempo construtor ou “entendido” na arte, realiza as pinturas espontaneamente ou por sugestão dos proprietários das embarcações. A pintura caracteriza-se pelo figurativismo com planos frontais, perspectivas mentais e não miméticas, contornos bem marcados e cores vivas, recorrendo a temáticas da vida quotidiana, num sentido festivo e fantasista. A esquematização de certas imagens tem como finalidade contornar algumas dificuldades técnicas; no entanto, ela serve também para as carregar de um poder significativo mais directo e imediatamente decorativo. Do traço mais incipiente até imagens de cuidada elaboração, o moliceiro exhibe sempre quatro iluminuras diferentes entre si no desenho, no colorido e na legenda que as sublinha.



A originalidade destes pintores reside não na reprodução cuidada do mundo mas numa forma pessoal, inventiva e por vezes insólita de visualizar os objectos, através de imagens equivalentes e paralelas à realidade, que descrevem de modo abrangente e expressivo um universo sócio-cultural específico. A recriação dessa realidade original é reforçada pelo inesperado visual e cromático e pela ignorância técnica, sobretudo evidente nas perspectivas e nas proporções, o que não dispensa porém a existência de convenções figurativas, expressivas, alegóricas e simbólicas, mas nunca obscuras, que possibilitam o seu estudo e categorização.

Nesta análise e categorização do texto pictórico, privilegiou-se um paradigma epistemológico próximo da arqueologia do saber de Michel Foucault e sua busca das formações e práticas discursivas ou epistemas – que marcam as diferentes épocas históricas e dão forma às práticas e ordens sociais – destacando-se ainda a dimensão de inventário e de organização tipológica. Deste modo, e com base em cerca de oitocentos exemplares fotografados no terreno ao longo de duas décadas, podemos afirmar que a temática dos painéis do barco moliceiro se estrutura segundo as categorias e subcategorias do seguinte inventário: A) Painéis jocosos (333): eróticos (187); sátira às instituições (43); sátira a figuras típicas (38); sátira ao trabalho (65). B) Painéis religiosos (74): cristológicos (18); marianos (29); hagiográficos e votivos (27). C)

Painéis sociais (263): trabalho (83); varinas e varinos (20); mestres moliceiros, barqueiros e pintores (43); questões ecológicas e celebração do património (32); festas e cerimónias (38); declarações e sentenças (47). D) Painéis Históricos (80): monarcas e personagens da História (8); Descobrimientos (18); escritores (11); soldados e cavaleiros (43). E) Painéis lúdicos (30): personagens do imaginário e lazer.

Um inventário, segundo António Gramsci, possui uma dimensão prospectiva, pois nunca se constrói durante a produção social do evento. Tal como sucede em relação aos painéis do moliceiro, que não foram inventariados aquando da sua produção, ou seja, não foram produzidos em função de uma categorização pré-existente. O presente inventário é assumidamente uma tentativa de agrupamento sócio-cultural, conforme ao que espelha a dimensão social do discurso textual e iconográfico. Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci afirma que o ponto de partida da elaboração crítica é a consciência daquilo que se é realmente, é “conhecer-se a si mesmo” enquanto produto do processo histórico que depositou no indivíduo toda uma infinidade de traços, sem deixar um inventário. Por isso, o inquérito cultural de Gramsci deve começar por elaborar um inventário dessa amálgama complexa de traços históricos, que designa por “imaginário histórico”, que dá forma ao presente. O imaginário histórico popular é a noção colectiva, heterogénea e frequentemente contraditória de uma sociedade daquilo que a História significa. Não será tanto uma compilação de todos os discursos disponíveis, mas antes uma utilização selectiva de tais discursos. E é precisamente a heterogeneidade do imaginário histórico que faz do conceito de inventário de Gramsci uma ferramenta analógica tão interessante para este estudo.

Nas suas *Mitologias*, Roland Barthes busca também o discurso subliminar, o substracto ideológico que se esconde em textos não de um autor único mas “da História”, num conceito próximo do imaginário histórico, do inventário oculto de Gramsci. Gramsci defende o auto-conhecimento consciente de que somos produto de um processo histórico que não deixa um inventário, apenas uma infinidade de traços. Barthes concordaria, mas defendendo que o inventário pode encontrar-se na forma como lemos os textos, contextos e metatextos à nossa volta, que reproduzem uma tradição e presumem uma audiência. Mesmo desconhecendo os autores desses textos, é possível reconhecer os seus desígnios e intenções de criar determinados efeitos que ditam e reflectem a forma como (e o que) pensam os membros do texto/contexto cultural.

Cientes desta necessidade de contextualização, Bakhtin e Medvedev defendem que é necessário isolar o objecto de estudo e estabelecer com correcção as suas fronteiras, mas de modo a que estas não o desconectem de outros objectos, essenciais à sua inteligibilidade. Em qualquer estudo, o estabelecimento de fronteiras deve ser dialéctico e flexível e não pode basear-se nos dados puramente externos do objecto isolado.

Textos pictóricos como os do moliceiro são também signos com leis de organização e processos de significação particulares que requerem uma interpretação contextualizada, quer sejam ícones figurativos, quer sejam símbolos baseados em relações convencionais, como a bandeira, a pomba ou a Cruz. A imagem do moliceiro é heterogénea, coordena dentro dos limites do seu enquadramento diferentes categorias: “imagens” no sentido teórico do termo (signos icónicos, analógicos), signos plásticos

(cores, formas, composição, textura) e signos linguísticos. A sua inter-relação produz o sentido que se aprende a decifrar, mas o jogo com o contexto pode ser uma forma de gorar o horizonte expectacional do leitor, surpreendendo-o, chocando-o ou divertindo-o. A composição ou geografia interna da mensagem visual é um instrumento plástico fundamental, pela hierarquização da visão e da orientação da leitura da imagem. As representações figurativas colocam em cena personagens, objectos, lugares e atitudes e uma parte da interpretação da mensagem é então determinada pela cenografia que reproduz as posturas culturalmente codificadas. Mesmo a interpretação das formas, cores e luz é antropológica e cultural, apesar de nos parecer natural. A disposição das personagens umas em relação às outras pode ser interpretada em relação aos costumes sociais ou em relação ao próprio espectador. Esta interpretação depende do saber do espectador e pode assim variar, distinguindo-se do reconhecimento puro e simples dos temas e motivos e alcançando a compreensão da mensagem que se constrói para lá da imagem e não somente com a imagem. Existe uma clara função de complementaridade – a função de *relais* de Roland Barthes – e de interpretação entre imagem e palavras, que possuem a capacidade de exprimir, por exemplo, nexos temporais e causais que a imagem dificilmente mostraria. Porque, e ainda de acordo com Barthes, o objecto é sempre polissémico, passível de várias leituras de sentido, que diferem não só de leitor para leitor mas também, por vezes, dentro do pensamento de um mesmo leitor. É assim possível falar de uma recepção produtiva do texto e do objecto, o que implica todo um trabalho simbólico de interpretação. A interpretação, a actividade simbólica e a criatividade são parte do processo de consumo cultural.

Nos moliceiros, os temas dominantes são desenvolvidos através de diversos motivos, “estórias” que se narram a várias vozes. São imagens familiares desde a infância, em toda a comunidade, ao longo das gerações, exprimindo as preferências e as mensagens ideológicas de uma sociedade que se dedica a um tipo de actividade bem diferenciada. Mas a estrutura do moliceiro não permite o desenvolvimento de uma pintura no espaço. O quadro é único, em rectângulo ou em “bico”, com uma narrativa breve e concisa. A sequência narrativa e o seu universo semiótico são concentrados ao máximo numa só imagem/legenda.

Encontram-se motivos claramente estereotipados nos temas religiosos e grande diversidade nos temas profanos. A religião é a popular e/ou a transmitida pelas instituições. Na vida quotidiana, o actor social é captado no seu diálogo com a natureza, o trabalho, a comunidade, os animais domésticos, o sexo oposto e os usos e costumes. Porque a comunidade se insere criticamente num espaço e num tempo, o moliceiro pode olhar-se ao espelho, enquanto barco ou barqueiro, focar a própria faina ou referir as condições ecológicas do seu campo de acção. O humor popular gera a maior diversidade de painéis e narrativas, as predilectas do espectador.

A personalidade do autor (um carácter instituído/determinado ou instituinte/inovador) ensaia a reversibilidade do sistema, através da sátira às condições e modalidades das estruturas sociais, com notável eficácia na apreensão, contestação ou reprodução das relações globais, num fenómeno metacultural. Os sistemas de representação são os símbolos pelos quais os indivíduos e os grupos se interpretam a si próprios e ao meio envolvente e através dos quais transmitem o seu saber e o seu saber-fazer. Os elementos fundamentais desta área cultural, constituída pelo homem na sua

individualidade, a comunidade, o meio ambiente, a técnica, a visão cosmológica e temporal, interagem numa dinâmica constante e universal, para dar vida e continuidade à cultura, em todos os seus sistemas formais e em todas as suas práticas simbólicas.

A iconografia religiosa é plena de imagens paradigmáticas da fiel devoção popular. A crença advém dos ensinamentos oralmente transmitidos pela família, comunidade, tradição e igreja. Preferem-se os santos locais, mais próximos, humanos e muito práticos nas aflições do quotidiano. Os moliceiros têm uma função catequizadora, através da imagem apreendida e transmitida, comunicando valores de fé, caridade e piedade e perpetuando uma cultura. O imaginário católico popular procede a simplificações, adaptações e desvios na transcrição da iconografia de origem clerical. A Virgem Maria, por exemplo, é simplesmente a imagem da mãe carinhosa e protectora e não um mistério divino. O artista popular descodifica para o povo os enunciados da igreja, escolhe-os, reinterpreta-os, apropria-se deles para a sua arte, onde impera uma organização do espaço pictórico, um jogo de formas, cores e referências diferente dos da arte erudita.

Evoca-se a protecção de São José, São Brás, São Francisco, da Rainha Santa Isabel (representada preferencialmente no seu célebre “Milagre das Rosas”, muito difundido nos manuais escolares do Estado Novo), de Nossa Senhora de Fátima, de Santa Joana-Princesa de Aveiro e do São Paio da Torreira, padroeiro dos pescadores. À imagem da Virgem, da Senhora de Fátima e de Cristo roga-se paz e protecção para os marinheiros. Numa área tão carenciada e numa actividade profissional com tantos riscos e tão poucas garantias, é tocante a reiterada solidariedade dos moliceiros para com aqueles que são ainda mais desfavorecidos, principalmente as crianças e as vítimas da guerra. A protecção de Santa Joana estende-se também à própria Ria, cuja decadência por todos é lamentada. Painéis com as legendas “Minha Santa protege a Ria”, “Se não fosse eu o moliceiro já tinha morrido” e “Stª Joana protectora da Ria de Aveiro” podem ser considerados de cariz simultaneamente devoto e ecológico. Algumas das imagens registadas de Santa Joana reproduzem, com maior ou menor fidelidade, num interessante documento dos diferentes talentos ao serviço da arte dos moliceiros, o retrato da Princesa em trajes de corte, obra patente no Museu de Aveiro e cuja autoria foi atribuída a Nuno Gonçalves. Se bem que se desconheça qual a fonte de inspiração do decorador pioneiro, existe aqui uma clara relação entre o referente externo erudito e a reprodução popular do retrato, como se houvesse uma preocupação de rigor histórico que não surge noutras representações mais subjectivas e imaginosas da personagem. O Papa João Paulo II e a sua devoção a Fátima não são esquecidos, como prova da actualização que sujeita os motivos tradicionais em cada restauro. A imagem de Cristo surge sempre associada à pesada Cruz que se carrega, expressão corrente do fatalismo popular.

A História, oralmente contada ou aprendida nos livros escolares, é tentada pelo mito. Nos manuais escolares do Estado Novo essa mitificação é clara, com a glória e predestinação do povo português a encontrar o seu ponto alto durante a era dos Descobrimentos, tão celebrados nos moliceiros. As cenas da vida da realeza baseiam-se na hagiografia histórica (Rainha Santa Isabel e Santa Joana Princesa de Aveiro) e em paradigmas simbólicos do poder e da riqueza, oriundos da tradição oral dos contos (por exemplo, a imagem paradigmática do rei, com espada, manto, coroa e ceptro, num

trono ou a cavalo). A imagem do cavaleiro (aquele que possui ou se desloca a cavalo) significa nobreza e distinção e, por isso, é utilizada no retrato dos mestres moliceiros e construtores navais de renome, hábito que gera, com frequência, divertidos anacronismos.



Nesta pintura de autoria exclusivamente masculina, o elemento feminino é figurado de modo dicotómico. A mulher “local” (mãe, mulher, sempre camponesa) e a mulher “outra” (do cinema, da televisão, da cidade, a mulher moderna) são diferenciadas pelas vestes e pelas funções: exclusivamente de trabalho, no primeiro caso; exclusivamente de lazer, no segundo. A Varina é a mulher de força, espírito e resposta rápida, como num cantar ao desafio, submissa ao homem na teoria mas poderosa na prática, numa inversão social auxiliada pela emigração massiva. Num contexto de pobreza como o da Ria de Aveiro, o trabalho estende-se a todos (homens, mulheres e crianças), sem excepção e sem a estereotipação de papéis e códigos comportamentais tão própria da burguesia. Por isso, a mulher “estrangeira”, em constante indolência e sofisticada na aparência, nunca participa em painéis e legendas laudatórios como os que retratam a Varina, sendo antes objecto de narrativas pictóricas de carácter fortemente satírico e erótico.

Mas a simbologia da produção-trabalho está também plena de alusões à reprodução-sexo. Visível nas variadas metáforas (a mulher referida metaforicamente como peixe, peixão, tainha, pescaria ou carapau) e nas imagens de mulheres erotizadas em contexto de trabalho (pesca, caça, recolha de moliço, agricultura), que se transforma em contexto de prazer. Nos painéis jocosos eróticos, a mulher é hiper-sexualizada nas suas formas: o corpo feminino é mitificado de modo carnavalesco, com vestes bem sugestivas, em cores fortes, de preferência em vermelho.

Existe uma carnavalesação bakhtiniana na inversão de papéis entre homens e animais domésticos. O burro é frequentemente antropomorfizado, como lavrador, estudante, sábio e, principalmente, político. Permutam-se papéis e posições em cena, com o homem a carregar o burro às costas ou a puxar a carroça cujas rédeas o animal

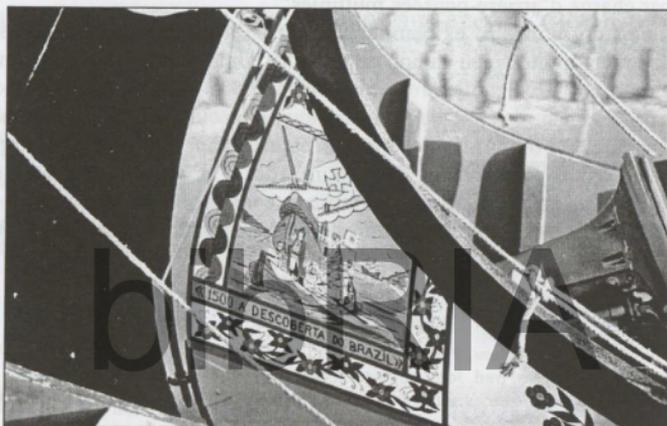
segura. No imaginário popular, a inversão representa o desejo mais ou menos secreto de inverter também a ordem social de eterna pobreza e sujeição. A autoridade policial, por exemplo, é sempre satirizada. Todos os ofícios são celebrados porque todo o trabalho é honrado; mas também todos os ofícios podem ser sujeitos à visão cômica, sem qualquer melindre, com excepção para o mestre moliceiro, pintor ou construtor naval e para o pescador de alto mar, pelos perigos que enfrenta. O único ofício indigno e animalizante para o seu actor é o de político. Nesta disputa simbólica, a voz do povo pela voz do moliceiro sai sempre vencedora, na sátira, na crítica e no lamento. E não faltam motivos de lamento nesta região insalubre até à reabertura artificial da Barra em 1808, com uma mortalidade infantil elevadíssima, fomes e epidemias já durante o século XX. A irreverência crítica deste povo está já documentada em painéis de 1905, mas foi atentamente controlada pelas autoridades durante os anos cinquenta e sessenta. Com efeito, entre 1957 e 1964, os painéis do moliceiro eram obrigatoriamente registados na Capitania, aquando da matrícula da embarcação. De modo a evitar mensagens subversivas ou cenas política e moralmente chocantes, as imagens e as legendas eram respectivamente descritas e transcritas. A liberdade de expressão chegou na década de setenta quando ironicamente deixaram de se construir moliceiros, cuja voz só se tornaria a ouvir em meados dos anos oitenta.

Raramente ocorrem painéis que documentem vivências de classe-média: o painel retrata o povo/trabalhador, oriundo do quotidiano vivido, ou a realza/nobreza, inspirada no imaginário popular. Actualmente, o grande objecto de elevação e nivelação social é a televisão, influente não só em alguns dos cenários figurados, mas também nas novas personagens e eventos que ganharam lugar no moliceiro: Figo, Amália, menino Tonecas, Mário Soares, António Guterres, Colina do Sol, União Europeia, Moeda Única, Expo 98, Big Brother, Campeonato Europeu de Futebol, etc.

Nada mais natural num moliceiro do que encontrar, nas suas iluminuras, referências à vida quotidiana na Ria e arredores, dos quais ele foi, em tempos, o esteio principal. Uma vida encarada nos seus momentos de faina e de festa e também nas suas figuras típicas, descrevendo tradições tantas vezes perdidas ou expressando preocupações de futuro, sob uma perspectiva séria, por vezes até amargurada, que procura fotografar e comentar a realidade circundante. O trabalho na Ria, passado e presente, inspira painéis que retratam a navegação dos camaradas, recolhendo o moliço com os longos ancinhos, os carros de bois prosseguindo a faina em terra, o pastoreio, a moagem, o trabalho nas salinas, a seca do bacalhau, a tecelagem manual ou a pesca na Ria e no mar.

As paisagens lagunares são transcritas iconograficamente através da geografia mental daqueles que as habitam e trabalham. A paisagem é sujeita a uma percepção de ordem cultural, elaborada a partir de um espaço objectivo que é o meio geográfico, natural e humano, representado com fundamentos estéticos pelos próprios actores da sua domesticação, no contexto das relações de produção. As características morfológicas da paisagem são acrescidas de valores afectivos que a diferenciam aos olhos do autor do painel, com o seu conjunto iconográfico organizado num sistema signifiante coerente. A geografia mental dos actores da paisagem só se pode explicar através da compreensão do modo como as sociedades anteriores ou contemporâneas moldaram o território.

O espectador individual participa num sistema histórico-cultural e sócio-económico que canaliza as suas interpretações da paisagem e insere-as frequentemente numa relação imposta ao conjunto social pela terciarização dos residentes permanentes, que se tornaram minoritários. A residualidade crescente da agricultura tradicional faz com que à geografia mental dos camponeses-barqueiros, únicos actores de um espaço agrícola secular, se suceda a era da “paisagem” e dos espectadores tornados actores. A difusão massificada de uma iconografia do litoral pressionada pelo turismo e pela exploração imobiliária faz transitar as representações individuais para representações colectivas, dirigidas a grupos sociais dominantes. Mas, como em toda a mensagem polissémica, há um parcela de leitura individual que subsiste, diferenciando os espectadores directos dos indirectos, de acordo com a sua origem cultural.



Apesar da fortíssima devoção religiosa, há quase como um paganismo telúrico, no amor do moliceiro ao espaço de trabalho e navegação da Ria de Aveiro, expresso em muitas mensagens de cariz ecológico, na ligação fraterna ao grupo de trabalho, no hedonismo dionisiaco de fenómenos de ruptura como as festas e romarias e na inquestionada continuidade cíclica natural, das estações e dos dias, da produção e da reprodução. De tudo isto emerge a visão simultaneamente optimista e resignada, jovial e grave, de uma comunidade que questiona e parodia, inverte e carnavaliza, num simulacro nunca realizado de subversão sócio-cultural.

O moliceiro é, duplamente, o epicentro e o emblema da cultura da região da Ria de Aveiro, da qual se tornou símbolo e reflexo. As figurações dos seus painéis devem ser estudadas como suporte de um discurso simbólico reflectido sobre valores partilhados pela comunidade, e não como um adorno gratuito, mas antes profundamente motivado. A dimensão simbólica e reflexiva do moliceiro baseia-se na organização sintagmática dos motivos pictóricos que compõem os seus painéis e na relação paradigmática destes com o sistema de valores que lhes está subjacente. Segundo Erwin Panofsky, nos seus *Ensaio de Iconologia*, os motivos artísticos e respectivas composições, uma vez relacionados com determinados temas e conceitos, veiculados

por fontes literárias ou pela tradição oral, tornam-se portadores de um significado secundário ou convencional, transmitindo noções abstractas e colectivas.

A compreensão de uma cultura lagunar local não pode ignorar estas micro-narrativas visuais autónomas e migradoras, com a sua organização interna, bem como as condições em que são contextualizadas e adquirem as suas significações funcionais segundas. A dimensão pragmática do objecto signifiante advém da sua inclusão na sensibilidade comum de uma cultura partilhada. Adapta-se ao texto icónico o pensamento de Michel Vovelle sobre o texto literário: “Certes, à mesure que l’on s’avance dans le temps il devient de plus en plus difficile de distinguer cette lecture élémentaire, qui fait du texte littéraire le simple reflet de la pratique sociale du temps, à charge pour nous d’en décrypter les significations latentes, d’un discours beaucoup plus complexe, car chargé d’arrière-pensées multiples”⁷.

Os painéis do moliceiro exibem signos que se integram em sistemas semióticos que ultrapassam em muito o seu campo de trabalho. Uma prática artística como a que se encontra patente no barco moliceiro pode ser encarada enquanto acto paradigmático, arquétipo propiciador da análise de todo um território cultural. No seu estudo, há que relacionar a natureza e o estatuto peculiar do objecto com o contexto performativo e a comunicação interindividual dentro da comunidade. O objectivo último de um estudo de fundo sobre esta embarcação será sempre a construção de um texto a partir dos múltiplos textos que a rodeiam, enquanto objecto ancorado na ideia tão complexa de cultura popular.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland, *Essais Critiques*, Paris, Seuil, 2000 [1964].
- BARTHES, Roland, *Mitologias*, trad. José Augusto Seabra, Lisboa, Edições 70, 1997 [1957].
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1997 [1994].
- DENTITH, Simon, *Bakhtinian Thought: An Introductory Reader*, London and New York, Routledge, 1995.
- ECO, Umberto, “Pour une reformulation du concept de signe iconique – le mode de production sémiotique”, *Communications* n° 29, Paris, Seuil, 1978.
- ECO, Umberto, *A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica*, trad. Pérola de Carvalho, São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
- FOUCAULT, Michel, *L’Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1999 [1969].
- GRAMSCI, Antonio, *Letters from Prison*, New York, Columbia University Press, 1994.
- ITURRA, Raul, “A religião como teoria da reprodução social”, *Ler História* 15, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 95-109.
- MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905, pp. 4-62.
- MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a Dádiva*, trad. António Filipe Marques, Lisboa, Edições 70, 1988 [1950].
- PANOFSKY, Erwin, *Essais d’Iconologie: Les Thèmes Humanistes dans l’Art de la Renaissance*, Paris, Éditions Gallimard, 1997 [1939].
- RIVALS, Claude, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro (Portugal): Culture et Arts Populaires”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 5, fasc. 2-3, 1988, pp. 247-72.
- SARMENTO, Clara, *Os Moliceiros da Ria de Aveiro: Quadros Flutuantes*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 2000 [1999].
- VOVELLE, Michel, *Idéologies et Mentalités*, Paris, La Découverte, 1985.

⁷ VOVELLE, Michel, *Idéologies et Mentalités*, Paris, La Découverte, 1985, p. 44.



A Casa do Aro, em Arouca

De quem era o brasão? Quem mandou fazer e colocar o brasão?

F. Abrunhosa de Brito

continuação do n.º 4 mai. 2004

Prossegue, neste número, a publicação do artigo relativo à *Casa do Aro*, em Arouca. Por falta de espaço, fomos obrigados a facultar aos nossos leitores apenas 20 páginas das 80 que o trabalho requer. Publicámos, então, dois índices, pp. 76 e 77. Um deles, em forma de *índice remissivo*, de nada serviu para a parte então publicada, pelo que voltaremos a incluí-lo mas só no final da publicação; o outro índice, que de novo introduzimos, mostra dois traços que correspondem à partição do artigo pelos - três números - do nossa Revista. Ainda desta vez, o artigo não será finalizado, pelo que solicitamos a paciência do nosso leitor até ao próximo número. Será nesse número que se entenderá o inesperado quadro de razões do enigmático brasão.

A Casa do Aro I - primeiras tentativas

- 1 a Cruz do Aro
 - 2 uma escritura de um Arquivo Particular
 - 3 lugar de trânsito no limite da Vila
 - 4 o brasão em pedra
 - 5 como chegar
 - 6 os brasões de Arouca
 - 7 o proprietário da Casa
 - 8 o enigma, os quartéis do escudo do brasão
-
- 9 o Livro Antigo de Matrizes Prediais da Freguesia de Arouca e os Saraiva
 - 10 as fichas do cartório Teixeira Lopes, de Arouca, e os Notariais de Aveiro
 - 11 o Arquivo Distrital de Viseu e a primeira reconstituição genealógica dos Pereira Saraiva
 - 12 o rol dos Irmãos e Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Arouca
 - 13 o primeiro quartel do escudo do brasão
 - 14 uma pequena volta pelos Paroquiais e a **Casa do Enxido** (esquema 1)
 - 15 segunda consulta ao Arquivo Distrital de Viseu
 - 16 os Livros de Cobrança do Mosteiro
 - 17 ainda a Conservatória do Registo Predial
 - 18 terceira consulta ao Arquivo Distrital de Viseu
 - 19 o assento de casamento de D. Maria José
 - 20 resultado da última consulta ao Arquivo Distrital de Viseu: Os filhos de D. Maria José, Pais e Sogro

A Casa do Aro

II - últimas revelações

-A- Quem são os *Castros*...

esquema Lobo de Sousa, do Aro, e Pereira de Vasconcelos, do Aro

esquema Pereira de Vasconcelos, e Pereira de Castro

-B- Por que estão os Matos Godinho...

esquema a **Casa da Rua de Santo António** (esquema 2)

-C- O que tinha a ver D. Mariana Rosa Pereira de Vasconcelos...

esquema Sousa Lobo, e Pereira de Castro

-D- O que vinha a ser D. Bernarda Rosa a D. Mariana Rosa...

-E- D. Catarina de Almeida *da Cruz do Aro*...

esquema os primeiros possuidores do Aro, os Almeidas

esquema Casa do Aro e Casa do Enxido

-F- De quem era filho provável José Manuel de Sousa Lobo?

esquema duas posições possíveis para José Manuel de Sousa...

esquema D. Constantina.

A Casa do Aro

III - o transcurso do Aro

esquema As Sucessões do Aro de 1500 a 1800

carta topográfica Rios e Trilhos de Arouca

9. O Livro Antigo de Matrizes Prediais da Freguesia de Arouca, e os Saraiva

Quem vendera a Casa a António Dias Costa? Em que data António Dias Costa comprara a Casa? Como se iria saber?! Faziam a compra entre 1910 e 1920, data que logo se revelou completamente desajustada. Ora, 1927 é o ano do averbamento nas Finanças! É que me tinha lembrado de recorrer aos registos nas Finanças, ao averbamento em António Dias Costa, e eventualmente de outros anteriores à compra da Casa, para o que me foi preciosa, e sempre encorajadora, a ajuda do meu amigo (amigo e parente, como é hábito dizer-se entre genealogistas...), Alberto Teixeira de Pinho Gonçalves, da "Associação da Defesa do Património Arouquense". O prédio fora averbado em nome de António Dias Costa no ano de 1927; antes deste ano, a primeira tributação às Finanças coubera a um tal de **António Pereira Saraiva**, e, pouco depois, em 1921, a uma tal de **Maria da Glória Osório Saraiva**, ambos de Boaldeia, Viseu: Qualquer deles, até à data, nada me diziam com respeito a Arouca! Nem diriam a mais ninguém.

Casa de habitação e quintal, com videiras e fruteiras a partir do nascente com a estrada, norte com o largo, poente com o prédio seguinte. Efectivamente era esta; mas ia andando, de mal a pior. Sem o arrimo do Dr. Caetano de São Pedro, para que serviam os Osórios e os Saraivas? O que tinham Osórios e Saraivas a ver com qualquer dos quartéis do Aro? Pois: mesmo nada!

10. As fichas do cartório Teixeira Lopes, de Arouca, e os Notariais de Aveiro

A menos que..., na origem de um dos seus costados... Sentia-me desanimado, mas não vencido! Julgava eu que, encontrada a escritura de compra e venda, se havia de perceber o que significava, o vendedor, para a Rua de Santo António da vila de Arouca... Era preciso, pois, achar o vendedor, ou seja, a escritura.

Optei por deixar-me guiar pelas fichas do notário Teixeira Lopes (preciosas fichas ainda à guarda do edifício novo do Tribunal de Arouca) que me localizaram e me levaram a ler, no Arquivo Distrital de Aveiro, dezenas de “Notariais de Arouca”, quer de António Dias Costa da “Rua de Santo António” ou do “Rio de Janeiro”, como lá constava, quer de António Pereira Saraiva de “Boaldeia”. Da mais interessante das escrituras, direi adiante... Trabalho medonho, como se se tratasse de achar agulha em palheiro! E sem grande êxito, valha a verdade!, ou de pouco interesse. Para mais, assaltava-me a dúvida clássica: E se a escritura de compra e venda não foi feita em Arouca?! E se o comprador ou seu representante tivesse ido a Boaldeia, a casa de D. Maria da Glória? Encontrei, porém, uma escritura que parecia particularmente interessante, uma *Rescisão de Arrendamento*, aos 5 de Fev.º de 1920 [ADA, *Notariais de Arouca*, Livro 1338-20]: O 2.º outorgante, *António Pereira Saraiva, viúvo, morador em Boaldeia, acidentalmente nesta vila* [de Arouca] (o António Pereira Saraiva que já encontrara, acima, nas Finanças em data anterior à do averbamento da mesma casa em nome de D. Maria da Glória) referia *várias propriedades que pertenceram às filhas menores deste, Maria, Glória e Amélia, no inventário orfanológico de Dona Maria Leopoldina de Lemos Osório Saraiva*. (Quem seria tal **D. Maria Leopoldina de Lemos Osório Saraiva?** A mulher de António Pereira Saraiva?). Além disto, de outra vez, entre os papéis folheados, chegou-me uma escritura de venda (15.09.1922) de duas propriedades bem perto do Aro: As *Quintãs e um terço do bravio sito no Outeiral*. O vendedor era uma Osório Saraiva! **D. Maria Alice Osório Saraiva**, provavelmente, uma irmã de D. Maria da Glória... E vejam só: Um dos confrontantes das *Quintãs* (lado Sul) era, de novo, o António Pereira Saraiva!; e um dos confrontantes do *bravio* (do mesmo lado Sul) era, nem mais, D. Maria da Glória Osório Saraiva! Não restava dúvida que esta gente de Boaldeia possuía bens por aqui. Em Arouca! Onde lhes teriam chegado? Sendo gente de fora de Arouca, não era crível que os tivessem vindo adquirir a Arouca, para mais em grupo: mas sim, muito provavelmente, ter-lhes-iam chegado por via de qualquer costado. Impunha-se, portanto, reconstituir a genealogia destes Osórios Saraivas... E logo se encontraria o Aro! Devíamos estar por perto!

ANTÓNIO PEREIRA SARAIVA, de Boaldeia, Viseu	
24.08.1916	Venda de água
25.08.1916	Venda de água
13.10.1916	Venda rectificação e ratificação
27.01.1920	Arrendamento
05.02.1920	Rescisão de arrendamento
01.02.1920	Mútuo
05.02.1920	Renúncia de mandato
16.02.1921	Quitação
06.05.1935	Venda

ANTÓNIO DIAS COSTA	
26.06.1929	Venda, mor. em S.to António, Arouca
27.06.1929	Venda, mor. em S.to António, Arouca
01.09.1931	Mútuo, mor. no Rio de Janeiro
21.11.1933	Troca, mor. em S.to António, Arouca
21.12.1933	Venda, mor. em Arouca
27.01.1934	Venda, mor. em S.to António, Arouca
21.06.1934	Cessão, mor. em S.to António, Arouca
21.08.1934	Venda, mor. em S.to António, Arouca

Vê-se que António Pereira Saraiva morava em Boaldeia entre 1916 e 1935; António Dias Costa morava em Santo António entre 1929 e 1934 excepto em 1931 que estava no Rio de Janeiro. Teria sido a Casa adquirida só em 1931, tão tarde? Não, porque o averbamento fora de 1927. Teria sido comprada entre 1910 e 1920, tão cedo? Ou já teria estado no Brasil (e daí a comprara ou mandara comprar) antes de 1929?

11. O AD de Viseu e a primeira reconstituição genealógica dos Pereira Saraiva

Recorri aos préstimos do Arquivo Distrital de Viseu (que mais tarde havia de reputar de excelentes) na esperança de uma genealogia com qualquer gancho em Arouca. Chegaram-me as primeiras reconstituições dos Osórios Saraivas e Pereiras Saraivas. Ora bem: Tinha havido duas irmãs, Maria Alice da Assunção (sem dúvida, D. Maria Alice Osório Saraiva, acima), nascida em 1900 (26 de Fev.º), e Maria da Glória (a nossa já bem conhecida), nascida em 1902 (4 de Nov.º) do matrimónio de António Pereira Saraiva com **D. Casimira Alice Osório Saraiva**, dispensados do 2.º e 3.º grau de consanguinidade, naturais e moradores em Boaldeia. A primeira, afilhada do pároco Henrique Osório Saraiva (um tio?) e de D. Maria da Luz Osório Saraiva, *solteira, tia materna*; a segunda (*Maria da Glória segunda do nome*), afilhada de seu avô paterno e de Maria da Glória Osório Saraiva, *solteira* (1). Avós paternos, Francisco Pereira da Costa Saraiva e Margarida Delfina; avós maternos, Inácio Rodrigues da Costa Saraiva e D. Maria Leopoldina Osório. (Cá estava a D. Maria Leopoldina, acima). O que se depreende daqui? Antes de mais, permite-nos compreender a relação de António Pereira Saraiva (averbado nas Finanças) com D. Maria da Glória (nas mesmas Finanças, em 1921): Eram, nada menos, pai e filha, esta sucessora daquele no Casa do Aro. Depois, o que sobressai na árvore é o apelido **Costa Saraiva** de ambos os avós, paterno e materno. Assim sendo, a árvore genealógica estreitava-se e empobreciam as probabilidades de se achar costado de Arouca! E mais em evidência ficava, então e apenas, D. Maria Leopoldina Osório. Uma vez mais, as personagens nada nos contavam do brasão do Aro. Nada de gente de Arouca! O único reparo interessante resumia-se a essa avó materna, a quem davam o tratamento de *dona*, D. Maria Leopoldina Osório, ou D. Maria Leopoldina de Lemos Osório Saraiva, como já ficara acima. E nada mais: Muito pouco, ou mesmo nada, que me levasse a prosseguir, interessado, com os registos de Viseu! Esta gente, de nada valia para o Aro! O que fazer então?!

(1) Vide FONTES MANUSCRITAS, ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU.

12. O rol dos Irmãos e Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Arouca

Entretanto, fui ver na Misericórdia. Deixem-me voltar a mencionar o precioso achado, a escritura que nos conduziu a mais uma das grandes famílias da Vila: Sousa Lobo, ou Lobo de Sousa (propriamente, a de José Manuel de Sousa Lobo) e nos informou dos possuidores do *Aro* (os Almeidas) e dos vizinhos do mesmo *Aro*, em Quinhentos. No Livro da Misericórdia, José Manuel de Sousa Lobo vem expressamente referenciado à “Caza e Quinta do Aro”, em 1775, e volta a estar referenciado à mesma em 1799.

Como ia contando, recorri a uma fonte inestimável que é o assento dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Arouca - livro “novo” feito pelo Rev. Dr. José dos Santos Reis, ou Teixeira Teles, ou Aranha, da Quinta de Valdasna, Provedor de Misericórdia, aquele que deixou o nome e uma data no caixotão por cima da porta de entrada do belo tecto desta igreja - ESTA OBRA DE PINTVRA / SEMANDOV FAZER EMOANO / 1773 SENDO PROVIDOR O Dr JOZE / DOS S.tos TEIXEIRA TELLES (2) - O rol é devido, em primeira-mão, ao Dr. Simões Júnior e está inserido num conjunto de notas esparsas oferecidas à Associação da Defesa do Património Arouquense pelos seus descendentes (a família Sobrinho Simões). Dos Irmãos e Provedores pode retirar-se um grupo de personagens relacionadas com o *Aro*. Ou porque se referenciavam directamente à “Caza e Quinta do Aro”, ou porque usavam os apelidos Pereira de Vasconcelos ou Lobo de Sousa (Manuel e José Manuel, respectivamente: dois proprietários da Casa do Aro). O rol junto inclui já, por antecipação (e adiante darei o motivo!) **Baltazar de Castro Pereira**, morador na Lavandeira, Provedor em 1804.

Casa e Quinta do Aro	D. Maria Baptista do Aro	28 Fev.º	1686
	António Lobo de Sousa	02 Março	1703
Quinta do Aro	Maria Antónia, viúva	02 Out.º	1707
	António Lobo de Sousa	19 Nov.º	1713
	D. Mariana Rosa de Vasconcelos	19 Nov.º	1713
Casa e Quinta do Aro	Manuel de Matos Godinho	20 Junho	1717
	Manuel Bernardo de Sousa, Prov.	02 Julho	1734
	Irmãos		
	António Bernardo de Sousa	02 Julho	1735
	António Bernardo de Sousa		
	f.º de M.el Bernardo de Sousa	27 Abril	1738
	D. Ana Margarida m.er do Dr. António Bernardo	31 Out.º	1751
Casa e Quinta do Aro	António Bernardo de Sousa, Prov.		1752
	Manuel Pereira de Vasconcelos	27 Nov.º	1763
Lavandeira	D. Antónia Joana Lobo	24 Junho	1772
Casa e Quinta do Aro	José Manuel de Sousa [Lobo]	8 Jan.º	1775
	D. Bernarda Rosa	22 Julho	1784
	Dr. António Bernardo de Sousa, Prov.		1786
Vila	Rev. António Lobo de Sousa	02 Jan.º	1791
Quinta do Aro	José Manuel de Sousa Lobo, Prov.		1799
Lavandeira	Baltazar de Castro Pereira, Prov.	15 Jan.º	1804
	António Lobo de Sousa, Irmão em 1791		1807
Vila	António Lobo, sobrinho		1807
Rua d'Arca	António Lobo de Souza, Prov.		1811
Rua d'Arca	Tomaz Lobo de Souza	6 Fev.º(?)	1837

(2) BRITO, cit., IX, QUINTA DE VALDASNA. Porto: Trabalho policopiado.

Urge encontrar a relação parental de toda esta gente! Vê-se, pela Misericórdia, que a “Caza e Quinta do Aro” foi de um Pereira de Vasconcelos e foi de um Sousa Lobo, simultaneamente!

Simultaneamente?, outra trapalhada?!

13. O primeiro quartel do escudo do brasão

Em tão longo percurso - interrompido umas vezes por desânimo, outras vezes porque o período, os séculos XIX e XX, estava fora das balizas que me impusera (Boa desculpa!) - já não me lembro quando... uma vez, uma vez mais olhando para a fotografia do brasão da Casa, entendi uma coisa surpreendente: As faixas do primeiro quartel, havidas por Mascarenhas, estavam mordiscadas ao longo de um dos bordos... (Seria de ver melhor, no local, se a luz ajudasse. Efectivamente, assim aconteceu, depois de algumas tentativas de horas do dia, pelas 3, ou mais perto das 4 horas da tarde, de um dia de meio sol:) As faixas, tão toscamente representadas - contrastando aliás com a geral perfeição e invulgar bom gosto da pedra - significavam... Vasconcelos! Os bordos superiores estavam dentados: Eram *veiros*!!! E, então, com os Pereiras do quartel imediatamente abaixo, podia passar a ler-se Vasconcelos Pereira!... Ou Pereira de Vasconcelos, a família que tantas vezes tinha visto referenciada à Rua dos Currais, e mais acima, ou Outeiral, ou Quinta do Outeiral (de Frei Simão, liberal e inimigo das freiras de Arouca). Quem havia de esperar que três pentes pudessem ser três faixas veiradas?

A partir daí, com novo ânimo, foi uma corrida! Havia que rever e equacionar os achados anteriores, e que pareciam conduzir, precisamente, a Vasconcelos Pereira ou Pereira de Vasconcelos, e também a Sousa Lobo ou Lobo de Sousa.

14. Uma pequena volta pelos Paroquiais e a Casa do Enxido

Conviria vasculhar os paroquiais do século dezanove, na certeza de, a pedra, vir de recente data, buscando alguém que se afigurasse responsável por ela. Quem morava na Rua de Currais ou na Rua de Santo António? Parecia-me fácil. Até porque eu já não me pedia uma resposta definitiva!, mas apenas uma hipótese credível que me deixasse arrumar o assunto na prateleira, sem grande inquietação! [RESQUES]ANT IN PACE, como diz um lintel da Rua Mourisca...

Dessa viagem pelos registos da vila - bem fora do âmbito dos meus trabalhos de *GERAÇÕES DE AROUCA* que estão balizados entre 1500 e 1800 - fui encontrando alguns notáveis, e entre eles, os Lobo de Sousa ou Sousa Lobo e os Vasconcelos Pereira ou Pereira de Vasconcelos. Em 1806 nasceu Luis filho de António Lobo de Sousa da Quinta de Nossa Senhora da Ouvida (hoje, “Quinta do Lobo” que está na saída da vila pela estrada para Alvarenga), neto pat. do *Dr. António Bernardo de Sousa e de D. Rosa Margarida* [Lobo de Sousa] *da Praça*. No assento, figura sua tia D. Constança Casimira [esta em 1807, 20 de Julho, na Misericórdia], uma de quatro irmãs de António Lobo de Sousa, vindas com D. Benta Joaquina, mulher deste mesmo António Lobo de Sousa e mãe do Luís acima, seguidas de “António Lobo, sobrinho”: curioso apontamento que é o seguinte:

Anno de 1807

Provedor: Revº Bernardo Fernandes de Pinho

Irmãos

António Lobo de Sousa [Rev. António Lobo de Sousa]- Irm em 1791

era Provedor o Cap. Beça

Villa D. Ana Delfina 20 de junho

D. Constança Casemira “

D. Benta Beatriz “

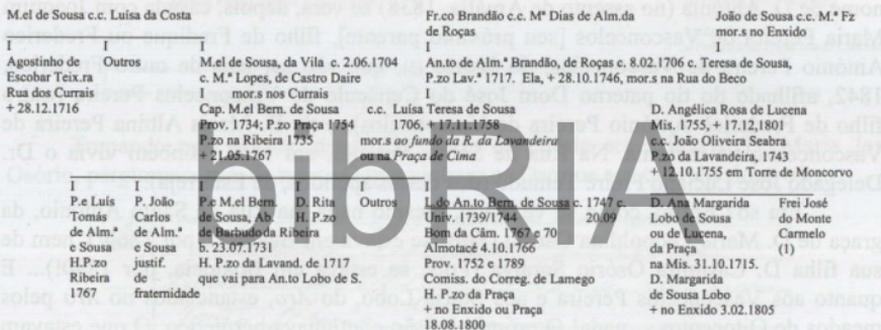
D. Benta Joaquina “

D. Marianna Delfina “

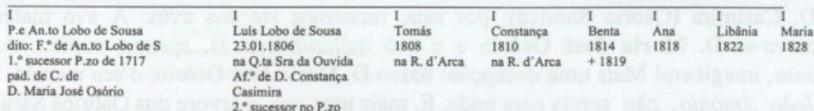
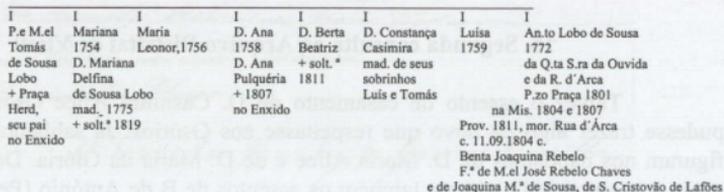
Villa António Lobo, sobrinho 15 de novº

Vejamus num esquema a família do L.do António Bernardo de Sousa e de sua mulher D. Ana Margarida (que também aparece sob o nome de D. Rosa Margarida), moradores no *Enxido* (ou *Enxidio* ou ainda *Incidio*) ou moradores na *Praça*.

esquema 1: Casa do Enxido



(1) Frei José de Monte Carmelo pad. de sua sobrinha Maria, 1756



Repáre-se! Estão aqui muitas das personalidades figuradas na Misericórdia: Manuel Bernardo de Sousa; seu filho o L.do António Bernardo de Sousa; a mulher deste, D. Ana Margarida; dois António Lobo de Sousa (a ver de quem se tratava); e Tomás Lobo de Sousa.

O P.e António Lobo de Sousa, filho de António Lobo de Sousa, não pode ter nascido do casamento com Benta Joaquina que se efectivou só em 1804. Com efeito, consta o P.e António Lobo de Sousa no estado de *clérigo in minoribus* no ano de 1791 (não parecendo que se possa confundir com o Rev. seu homónimo). O Luís, 1806, virá a ser Luís Lobo de Sousa e fará dois casamentos. Na ordem dos nascimentos, foi precedido de Constança, 1803, que teria morrido, pois outra Constança foi baptizada em 1810; entretanto nascera Tomás, 1808; depois de Constança, seguiu-se Benta, falecida em 1819; Ana e Libânia; mais adiante, ainda Maria, 1828, outra irmã, afilhada de António Pinto de Vasconcelos, da Quinta do Outeiral, filho de José Bernardo de Vasconcelos [Pereira] que representava D. Margarida Angélica da QUINTA DO BOCO. Daquele António Pinto de Vasconcelos da Quinta do Outeiral e de sua mulher (uma Vaz Pinto da Casa do Burgo, inimigos figadais em 1832 por força da detenção de Frei Simão!), nasceram filhos, entre 1836 e 40, na Rua dos Currais, provavelmente pouco abaixo do *Aro*. Pelos padrinhos, tios e tias, podem reconstituir-se as famílias, e outros apadrinhamentos proporcionam várias pistas. Uma das tias, que vem com o nome de D. Antónia (no assento de Amália, 1838) se verá, depois, casada com Joaquim Maria Pereira de Vasconcelos [seu próximo parente], filho de Fradique ou Frederico António Pereira de Vasconcelos, do Bairro (3), que vão ser pais de outro Frederico, 1842, afilhado do tio paterno Dom José do Cenáculo de Vasconcelos Pereira (outro filho de Frederico António Pereira de Vasconcelos), e de D. Maria Albina Pereira de Vasconcelos, tia materna. Na Rua de Santo António, em 1852, também vivia o Dr. Delegado José Luciano Freire Temudo (dos destes apelidos, de Estarreja).

Era só? Enfim, como se vê, nada, mesmo nada, na Rua de Santo António, da graça de D. Maria Leopoldina Osório (Pois, se estava em Boaldea, por 1860!), nem de sua filha D. Casimira Osório Saraiva (Pois, se estava em Boaldea, por 1890!)... E quanto aos Vasconcelos Pereira e aos Sousa Lobo, do *Aro*, estanciados no *Aro* pelos meados de Oitocentos..., nada! O próprio brasão continuava hermético: O que estavam por lá a fazer os dinheiros ou botões dos Castros?, perguntava para os meus...

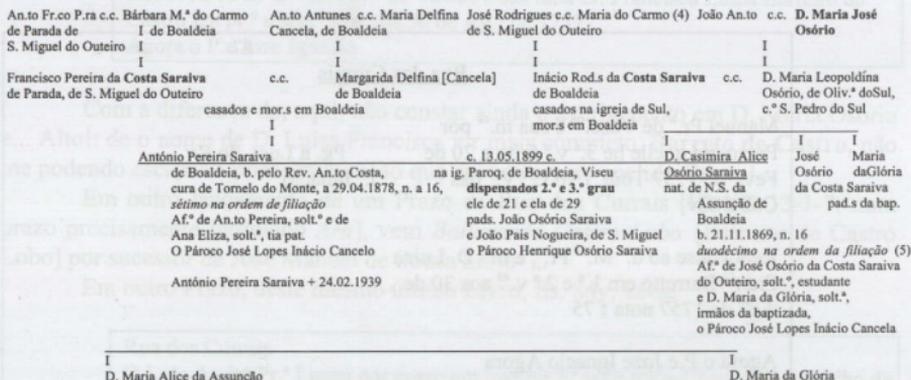
15. Segunda consulta ao Arquivo Distrital de Viseu

Talvez o assento de casamento de D. Casimira Alice Osório Saraiva nos pudesse trazer algo de novo que respeitasse aos Osórios. Já sabíamos dos pais, que figuram nos baptismos de D. Maria Alice e de D. Maria da Glória. Do Arquivo, veio então o assento de C; vieram também os assentos de B de António (Pereira Saraiva) e de D. Casimira (Osório Saraiva); por esta, recuámos até aos avós: A avó materna chamava-se **D. Maria José Osório** e o avô materno está lá, apenas, como... *João António*, imaginem! Mais uma decepção: Salvo D. Maria José Osório, o seu marido, tão só *João António*, não servia para nada. E, mais uma vez, a árvore dos Osórios Saraiva

(3) Vide, adiante, Pereira de Vasconcelos, da Rua de Santo António, da Casa do Bairro (Moldes) e da Quinta do Outeiral.

(ou melhor: a dos Costa Saraiva e a dos Osórios) com nada contribuíam para o esclarecimento da brasão do Aro!!! Mas vamos lá ver:

Guarde-se (vira a ser útil?) o que ficou apurado desde D. Maria da Glória, proprietária do Aro em 1921, até sua bisavó D. Maria José Osório, residente em S. Pedro do Sul:



Trepando pela árvore, desde D. Maria da Glória até à bisavó D. Maria José Osório, perguntava-me, de novo: O que vinham os Osórios aos quartéis do Aro?

António Pereira Saraiva
Casimira Alice Osório Saraiva
João Osório Saraiva
João Pais Nogueira
Pároco Henrique Osório Saraiva
Maria da Glória
Pároco José Lopes Inácio Cancela

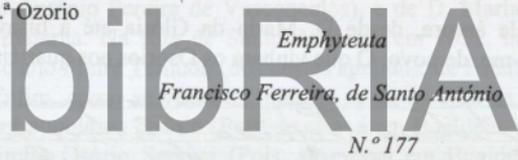
António Pereira Saraiva
Casimira Alice Osório Saraiva
Maria da Glória [tia]

(4) Bárbara Maria do Carmo, ou Maria do Carmo [Costa Saraiva], terá feito dois casamentos.

(5) MELLO, José de Sousa e - *A Linha de Varonia dos Mellos de S. Pedro do Sul*. Rio de Mouro: Pedro Ferreira, Editor, 1997, esclarece que os irmãos de D. Casimira Alice somavam 14 entre rapazes e raparigas; uma destas, D. Ana Idalina de Albuquerque Osório Saraiva c.c. José de Sousa e Melo Cunha e Abreu, n. em Queirã, 1839, Freg. de S. Miguel do Mato, Vouzela, filho do 5.ª Morgado de Queirã, e bisneto de Francisco Xavier, da CASA DE SELA, Arouca.

16. Os Livros de Cobrança do Mosteiro

Em simultâneo, fui explorando os Livros de Foros do Mosteiro, trabalho muito facilitado pela colectânea de fotocópias da mencionada acima “Associação da Defesa do Património Arouquense”. A título de exemplo, transcrevo dois achados referentes à Rua de Santo António ou Rua dos Currais.

87	
<u>Rua dos Currais</u>	
Manuel Pr. ^a de Vasc. ^{os} e sua m. ^{er} por Prazo em q. elle hé 3. ^a v. ^a feito a 20 de Fev. ^o de 1737 Tom. f 96 L. ^o V. ^o das Cob f 83v	Pg. a Luct. do Rv. J. ^e Ignacio
Renovouse ao d. ^o M. ^{el} Pr. ^a , e m. ^{er} D. Luiza Fran ^{ca} Barretto em 1. ^a e 2. ^a v. ^{as} aos 30 de Ag ^o de 1757 nota f 75	
Agora o P.e Joze Ignacio Agora	
D. M. ^a Ozorio	
	
Renda	N.º 176
Dnr. ^o240
Luct ^a m ^o arr. ^{el} de Cera Dom ^o de 10	

[leitura]

fl. 87 / Rua dos Currais / Manuel Pereira de Vasconcelos e sua m.^{er} por / Prazo em que ele é 3.^a vida feito a 20 de / Fev.^o de 1737 Tombo f 96 Livro Velho das / Cobranças f 83v / Renovou-se ao dito Manuel Pereira, e m.^{er} D. Luiza / Francisca Barretto em 1.^a e 2.^a vidas aos 30 de / Agosto de 1757 nota f75 / Agora o P.e Joze Ignacio [Pagou a Luctuosa do Rev. José Ignacio] Agora / D. Maria Ozorio / Emphyteuta / Francisco Ferreira, de Santo António / N.º 177 / Renda N.º 176 / Dinheiro 240 / Luctuosa meio arratel de cera Domínio de 10

O Prazo de 1737, que passara em 3.^a vida a Manuel Pereira de Vasconcelos, foi-lhe renovado em 1757 e a sua m.^{er} D. Luísa Francisca Barreto; passou de seguida ao P.e José Inácio; passou depois a D. Maria Osório.

Que significa isto? De quem fora o Prazo de 1737? E por que lho renovaram em 1757? Não tenho resposta, por ora.

Em outro Livro [L.º 67 de Prazos, III-1.ª D-13-3-7, fls. 88 a 91] lê-se o mesmo apontamento:

M.el Pr.ª de Vas.os e sua m.er por prazo em que elle he 3.ª v.ª feito a 20 de Fev.º de 1737 Tom. fl.96 e hero... de S.ta Marinha
Renovou-se ao d.º M.el Pr.ª de Vas.os e sua m.er D. Francisca Luiza Barretto de Castro em pr.º e seg.ª v.as aos 30 de Ag.º de 1757
Agora o P.e Joze Ignacio

Com a diferença de, aqui, não constar ainda o averbamento em D. Maria Osório e... Alto!: de o nome de D. Luísa Francisca vir mais completo, **Barreto de Castro**, não me podendo escapar a primeira menção que encontrava ao apelido Castro!...

Em outro lançamento de um Prazo da Rua dos Currais [III-1ªD-13-1-7, num prazo precisamente intitulado *Aro*], vem *Baltuzardo Castro Lobo* [Baltazar de Castro Lobo] por sucessor de José Manuel de Sousa Lobo ...

Em outro Prazo, deste mesmo último Livro, fls. 84v, vê-se:

Rua dos Currais
O L.do André Pr.ª Lopes por prazo em que foi 3.ª vida o P.e Constantino Coelho de Pina feito a 29 de Mayo de 1668
Renovado a Fradique António Pr.ª de Vas.os do Bairro de Moldes e m.er D. Margarida de Serra Chucre em 8 de Março 1798
Agora D. Joana do Bairro

Ao lado, a nota de *Extinto*.

Ainda, no Livro cota 34 [III-1.ªD -13-3-34], antigo *Tomo ii*, encontram-se três menções à Rua dos Currais: Uma, *Maria Pereira de Vasconcelos 1.ª vida a 9 de Jan.º de 1712*; outra *a mesma Maria Pereira de Vasconcelos 3.ª vida do prazo em 29 de Out.º de 1673*; outra ainda a *o P.e Constantino Coelho de Pina 3.ª vida do prazo de 20 de Maio de 1668*, respectivamente a fls. 204v, 210 e 215. O trabalho recente publicado sob o nome de "Arouca D'Ontem", da autoria do Dr. Filomeno Silva (Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1993, p. 28) também menciona estes prazos, utilizando-os para discutir as designações de Rua do Aro e de Rua de Santo António: Nos dois últimos documentos, constam residentes, em 27 de Junho de 1712, na Rua do Aro, e no primeiro, figuram *a donzela Maria Pereira de Vasconcelos e o P.e Constantino Coelho de Pina mor.s na Rua de Santo António*, agora em 18 de Julho.

Convém dizer, resumidamente, o que sei destes Pereira de Vasconcelos onde se inscreve o P.e Constantino Coelho de Pina.

Porque é mais cómodo para o efeito, apresento-os em forma de árvore:

Pereira de Vasconcelos, da Rua de Santo António, da Casa do Bairro (Moldes) e da Quinta do Outeiral

L.do António Coelho de Pina c.c. de Macieira de Cambra

Mariana da Trindade Pereira de Vasconcelos

Manuel Reimão de Vasconcelos P.zo a ambos de 29.05.1668

João Reimão de Vasconcelos

I D. Maria Eufrazia P.ra de Vasc.os c.c. Jerónimo Teles de Meneses, da QUINTA DO BOCO	I Frei João Carmelita Descalço	I P.e Constantino Coelho de Pina Cura da Vila	I L.do André P.ra Lopes Godinho do Lugar de Bairro de Outeiro Meio Bach. c.c. Maria Quaresma F.º de Alexandre Quaresma e M.ª Gomes, de Moldes	I Frei Jaime, Carmelita Calçado Cânones em Coimbra 1693-99 1699, Formatura 1701	I Serafina de S. Payo 1.11.1677 H. do Outeiral 2.ª vida P.zo 1682 c.c. M.el de Pinho de Alm.º Cabral mor.s em Cesar
I Jaime 1716	I Manuel Inocência de Vasc. P.ra 1718 + 4.09.1784	I D. Ana Maria P.ra de Vasc.os na Miser. em 1779, com seus irmãos Dr. Jer.º, b. 6.03.1721 + solt.* 13.04.1780	I José Fradique P.ra Lopes do Bairro pad. de José, 1796. Fradrico e Manuel em 1787 b. 29.10.1724	I Fradique António P.ra de Vasc.os b. 1726, + 5.10.1800 c.c. D. Joana Marg. de Serra Chucre, do Bairro + 10.12.1814	I Rev. Dr. Jer.º José P.ra de Vasc.os do Bairro, 1730 Prov. Misericórdia em 1787 + 22.11.1818
I José 1796 D. José do Cenáculo de Vasc.os P.ra	I Mariana 1785 + 1786	I D. Ana 1787 + 1790	I D. Margarida Cândida, 1788 P.ra de Vasc. + Bairro I José, 1825	I Joaq. Maria c.c. P.ra de Vasc.os do lugar do Bairro I Frederico, 1842, Af.º de seu tio D. José do Cenáculo I Amélia, 1838	I D. Ana Augusta de Vasconcelos Pereira I Frederico, 1842, Af.º de seu tio D. José do Cenáculo I Amélia, 1838
I D. Ana Augusta de Vasconcelos Pereira I Frederico, 1842, Af.º de seu tio D. José do Cenáculo I Amélia, 1838	I Anto Pinto P.ra de Vasc.os c.c. D. Ana Amália de Mag. e Vasc.os moradora na R. dos Currais, F.º da Casa do Burgo I Amélia, 1838	I Outros	I Frei Simão, preso em 1832		

17. Ainda a Conservatória do Registo Predial

Lembrei-me, então - ajudado uma vez mais pela incrível disponibilidade de meu amigo Alberto Gonçalves - tentar nova incursão pela Conservatória do Registo Predial, onde encontrei funcionário competente e muito disponível que me proporcionou uma boa lição sobre a utilidade desses arquivos. Infelizmente, as menções que respeitam aos Osórios Saraiva não permitiram avançar muito... Apurei o que passo a expor.

Aos 9 de Outubro de 1927 alguns prédios em Arouca (incluída a casa do largo de Santo António) foram inscritos a favor de António Dias Costa, então ausente no Brasil, prédios que haviam sido comprados a D. Maria da Glória Pereira Saraiva e seu marido, residentes na cidade da Guarda, bem assim a [seu pai] António Pereira Saraiva, viúvo, de Boaldeia, por escritura que se fizera em Viseu a 28 de Setembro de 1926. (E tinha eu andado a procurá-la em Arouca!). Em 1918 consta o arrendamento ao secretário da câmara de Arouca, José da Silva Gouveia, da metade poente da casa de habitação, assim como da parte rústica, arrendamento por sete anos (1.03.1918 a 28.02.1923) feito por António Pereira Saraiva, viúvo, de Boaldeia. Mas, já em 1906 se regista um sub-arrendamento ao mesmo arrendatário que tinha feito Augusto Nazareth Osório Saraiva, solteiro, de Boaldeia, também por sete anos a contar do início de Outubro de 1903, declarando-se, ao tempo, que o *prédio arrendado é pertencente a Dona Maria Leopoldina de Lemos Osório Saraiva*, de Boaldeia. Efectivamente, em data anterior, mas deste mesmo ano de 1903, verifica-se o arrendamento de um bom número de fazendas, ainda por sete anos, a Augusto Nazareth Osório Saraiva *por sua*

mãe Dona Maria Leopoldina de Lemos Osório Saraiva, casada, mas separada judicialmente de seu marido, e actualmente moradora nesta vila de Arouca .

Os escassos dados genealógicos corroboram o que sabíamos dos Osório Saraiva. É certo que a família deteve a Casa do Aro:

Uma morada de cazas de habitação. Telhadas e sobradadas, com suas pertenças e quintal pegado, com arvores de vinho e fruta e agua de rega, situada no largo de Santo António, freguezia d'esta villa d'Arouca. Confronta do nascente e norte com a estrada real, poente e e sul com prédio de Viriato Pinto Leite.

Não se vê, todavia, a relação dos apelidos com as figurações do brasão.

Dizem mais os mesmos Registos que Inácio Rodrigues da Costa Saraiva e mulher Dona Maria Leopoldina de Lemos Osório, de Boaldeia [sogros de António Pereira Saraiva e avós de D. Maria da Glória] hipotecaram alguns prédios de Arouca (um deles, precisamente a Casa) nos princípios de 1874, a Bernardo António Pinto de Magalhães, viúvo, morador em São Pedro. Este veio a falecer pouco depois (4.10.1874) com testamento de 1871 a favor de seu filho Dionísio António Pinto de Magalhães, ausente no Brasil e por isso representado pelo seu tutor António Augusto Pinto de Magalhães, o administrador do concelho. Um dos prédios era a

Propriedade situada a Santo António d'esta villa d'Arouca, freguezia de São Bartholomeu. Compõem-se de uma morada de cazas, com seu quintal que tem fruteiras e arvores de vinho. Confina do nascente com a estrada publica; norte com o adro de Santo Antonio; poente com as cazas de Viriato Pinto Leite; e do sul com o quintal do mesmo Viriato Pinto Leite.

É pouco? Ficámos todavia a saber que D. Maria Leopoldina de Lemos Osório Saraiva e seu marido Inácio Rodrigues da Costa Saraiva, moradores em Boaldeia, hipotecaram a Casa e outros bens em 1874. Mais à frente, em 1903, D. Maria Leopoldina - que ainda possuía a Casa mas estava separada judicialmente de seu marido e residia em Arouca, provavelmente na Casa, ou em parte dela (como veremos) - arrendou-a com outras propriedades a um filho, solteiro, de Boaldeia. Este irá subalugá-la. O mesmo inquilino, em 1918, virá a tomar por sete anos (término no último de Fev.º de 1923) a António Pereira Saraiva, viúvo, de Boaldeia, a metade poente da Casa (a parte que ostenta o brasão). Por fim, em 1926, a Casa foi vendida a António Dias Costa por D. Maria da Glória Pereira Saraiva e por seu pai António Pereira Saraiva.

Ao fim e ao cabo, entre os achados, sobressai - e apenas - o nome de D. Leopoldina de Lemos que, de novo, se afigura a chave do enigma do brasão da Casa do Aro.

18. Terceira consulta ao Arquivo Distrital de Viseu

Voltei a recorrer aos serviços do Arquivo de Viseu (e volto a louvar a competência e a rapidez com que me serviram). Agora, estava convencido de que um

eventual irmão de D. Maria Leopoldina teria sido o responsável pela feitura do brasão da Casa do Aro!

Pois. Não quero dizer que só pudesse ter havido um caminho para os senhores do brasão da Casa do Aro... Apenas, vou contando o meu próprio caminho! E, em “caixas”, fui deixando os principais achados:

Um mapa de Arouca;
os quartéis do brasão da Casa do Aro;
a escritura da “Quinta do Carqueijal” (aliás, da Quintã do Aro);
o rol dos Irmãos e dos Provedores da Misericórdia de Arouca, relacionados com o Aro;
a árvore dos Osório Saraiva;
algumas Cobranças de Foros do Mosteiro;
os Pereira de Vasconcelos, do Aro, de Moldes, e do Outeiral;
as vicissitudes da Casa entre 1874 e 1926.

Posto isto, ressalvar-me-ão o escrúpulo de não revelar, com maior clareza, algumas fontes que reputo de confidenciais (Uma das razões por que as minhas **GERAÇÕES DE AROUCA** se atêm a 1800!...).

19. O assento de casamento de D. Maria José

Enquanto aguardava resposta de Viseu (questão de um dia!)... E por fim, e de novo, o meu amigo Alberto Gonçalves transmitiu-me um achado que acabara de fazer nos livros de Arouca: Um registo de casamento a Santo António, em 1828, de uma tal D. Maria José Osório Coutinho e Vasconcelos, filha de mulher solteira de Boucegedim (Moldes, Arouca) e de pai incógnito.

S. Bartolomeu de Arouca, L.º 19 de C., fls. 129

*Aos quatorze de Abril de mil oitocentos e vinte e oito nesta Igreja Parochial de S. Bartholomeu da Villa d Arouca Bp.do de Lamego na presença do P.e João de Carvalho q então era Parocho desta freg.ª e das tt.as abaixo nomeados no fim deste assignadas se receberão com palavras de presente em q. mostravão seus mútuos consentimentos João António de Lemos Castelo Branco Maldonado f.º legitimo de João de Lemos Castelo Branco Maldonado ja defunto e de D. Maria Candida da Silveira Rosado do logar de Oliveira freg.a de S.to Adrião de Sul Bp.do de Viseo. Com D. Maria José Osorio Coutinho e Vazconcellos f.ª natural de Bernarda Gomes solteira já defunta do logar de Boucegedim freg.ª de S. Bartolomeu da Villa de Arouca Foram tt.as o R.do António Lobo de Sousa, e Joaquim Antonio Teixeira desta Villa. Fiz este ascento aos dez de Maio de mil oito centos e vinte e nove por despacho do I.mo e R.mo Sr D.or Vigário Capitular G.or deste Bp.do o qual despacho se acha incerto no seg.te appenso no fim do L.º de Baptizados desta Ig.a como fica declarado a fl cento e vinte deste Livro
Par.o M.el de Almeida*

João Lemos Castelo Branco Maldonado c.c. D. Maria Cândida da Silveira Rosado
I
de S. Pedro do Sul

Bernarda Gomes, solteira,
de Boucequedim
I

João António de Lemos Castelo Branco Maldonado c. 14.04.1828 c. D. Maria José Osório Coutinho e Vasconcelos

Pois, foi o achado decisivo: E - curioso! - Alberto Gonçalves ainda não sabia que eu já conhecia a existência de D. Maria José na árvore dos Osórios Saraivas e a tinha por bisavó garantida de D. Maria da Glória! Contou-me Alberto Gonçalves que, ao achar o assento, lhe parecera, apenas, poder interessar-me por se tratar da Rua de Santo António e por trazer uma senhora do apelido Osório com raízes em Arouca..., além de me ter já ouvido falar na representação de Vasconcelos no 1.º quartel do brasão e de me ter ouvido também falar de uma possível representação de Coutinhos no 2.º quartel... O achado concedia mais dois apelidos a D. Maria José Osório - *Coutinho e Vasconcelos* (por fim!, Coutinho!, o Coutinho do 2.º quartel do *Aro!*); mostrava os apelidos de seu marido (que nada tinham com o *Aro*); e, mais interessante ainda: dava-a por filha de uma mulher de Arouca!!!

Depois, com a diferença de apenas um dia, tinha nas mãos o resultado da terceira e última consulta ao Arquivo de Viseu: com duas espantosas surpresas! A primeira, D. Maria da Glória (Osório Saraiva) fora terceira-neta do P.e José Inácio [dos Vasconcelos Pereiras, da Casa do Aro]... A segunda, os apelidos de João António, marido de D. Maria José Osório, afastavam de vez a hipótese acima colocada, ou seja, a de ter sido um dos seus filhos o autor do brasão: Pois não era crível que qualquer dos filhos de D. Maria José pudesse ter concebido o brasão do *Aro*... (por mais elevado conceito em que tivesse a ascendência do P.e José Inácio), sem nele ter figurado qualquer um dos sonantes apelidos de seu pai João António de Lemos Castelo Branco Maldonado (6)! Quer isto dizer: A Casa do Aro, embora pudesse ter pertencido a D. Maria José Osório, filha do P.e José Inácio, bem pode ser que igualmente tivesse pertencido a um dos seus tios, ou qualquer um dos seus primos coirmãos, um pouco antes dela (ou em co-propriedade), e este parente lá tivesse instalado o seu brasão de Vasconcelos, Coutinhos, Pereiras e Castros... (Recordemos que D. Maria José, à data do casamento, passara já 34 primaveras...). Ou o autor do brasão teria sido seu próprio pai, o Padre José Inácio?

De quem era o brasão? Quem mandou fazer e colocar o brasão?

20. O resultado da última consulta ao Arquivo Distrital de Viseu

O resultado da consulta a Viseu revelou dois irmãos de D. Maria Leopoldina (os tais de quem eu atribuíra, hipotética mas erradamente, a proeza do brasão). O mesmo resultado e demais dados que já possuíamos podem traduzir-se pelo esquema:

(6) Jornal "Tribuna de Lafões", n.º 681, de 25-07-1977, traz a genealogia dos Lemos da Casa do Vínculo ou do Morgado, de Sul, onde vieram entrosar os Maldonados por uma F.ª de D. Migeul Maldonado, da freguesia dos Anjos, Lisboa. O mesmo trabalho refere "D. Maria José Osório Pereira de Vasconcelos, de Arouca".

P.e José Inácio e Bernarda Gomes, solteira de Fuste, Arouca, F.º de M.e l Gomes e M.ª Gomes do lugar de Bouceguedim		João Lemos Castelo Branco Maldonado, de Oliveira, S.to Adrião de Sul S. Pedro do Sul	c.c.	D. Maria Cândida Escolástica da Silveira Rosado, de Nellas, S. Pedro do Sul
I I I I		I		I
D. Maria José Osório Coutinho e Vascos, de Fuste, Arouca, 4.10.1793	c. 14.04.1828 c. em S.to An.to	João António de Lemos Castelo Branco Maldonado de Oliveira, S.to Adrião de Sul, S. Pedro do Sul		D. Maria Máxima c.c. Joaquim Manuel de Loureiro, de Viseu
I		I		I
João 5.12.1830 Af.º de Alexandre Azevedo Coutinho e Faro* da Soenga, S. Martinho de Mouros, e o Ab. José António da Costa com procuração de D. Maria Máxima m.er de Joaquim Manuel de Loureiro, da cid. de Viseu, tia pat. do B.		Maria Leopoldina 17.02.1832 Af.º de Lourenço Homem Teles da Quinta da Quebrada de Besteiros e o baptizante com procuração de D. Maria José de Lemos, tia da B.		Augusto 26.03.1833 Af.º de José Gomes da Silva e Lima da cid. de Viseu e sua F.ª D. Isabel Maria, tia do B.

- Vide MELO, Álvaro de Azeredo Leme Pinto e - *Azeredos de Mesão Frio Seus Ramos e Ligações* (2.ª ed.). Barcelos: Ed. do autor, 1992, p. 185, onde se pode ler: Nasceu na Casa de Soenga, em S. Martinho de Mouros, em 1793 e faleceu em 1850, tendo sido coronel da Milícias de Arouca por despacho de 6.04.1813.

D. Maria Joze Ozorio teve, de seu marido João António de Lemos, 3 filhos João, Maria [Leopoldina] e Augusto, nascidos e b. em Sul, S. Pedro do Sul.
João, b. 17(?) 12.1830; n. 5.12.1830, F.º de João António de Lemos, nat. lugar de Oliveira e D. Maria Joze Ozorio, nat. de Bouseguadim, Neto pat. de João de Lemos nat. de Oliveira desta freg. e de D. Maria Cândida Escolastica nat. do lugar de Nellas freg. d' ai, Neto mat. do P.e Joze Ignacio e de Bernarda Gomes solteira do lugar de Bousegadim freg. de Arouca. Pad.s Alexandre Azevedo Coutinho e Faro nat. da Soenga freg. de S. Martinh o de Mouros e por sua procuração o dito abb.e Joze Antonio da Costa, D. Maria Maxima m.er de Joaquim Manuel de Loureiro da cidade de Vizeu thia paterna do Baptizado.
Maria [Leopoldina], b. 4.03.1832, n. 17.02.1832, F.º de João António de Lemos, nat. lugar de Oliveira e D. Maria Joze Ozorio, nat. de Bouseguadim, Arouca, neta pat. de de João de Lemos nat. de Oliveira e de D. Maria Cândida Escolastica nat. do lugar de Nellas freg. d' ai, e mat. do P.e Joze Ignacio e de Bernarda Gomes solteira do lugar de Bo useguadim freg. de Arouca. Pad.s Lourenço Homem Telles da Quinta da Quebrada de Besteiros e por sua procuração toquei eu baptizante Madrinhã D. Maria José de Lemos thia da baptizada.
Augusto, b. 15.04.1833, n. 26.03.1833, F.º de João António de Lemos, nat. de Oliveira e D. Maria Joze Ozorio, nat. de Bousegadim, Arouca Neto pat. de João António de Lemos, nat. lugar de Oliveira e D. Maria Escolastica nat. do lugar e freg. de Nellas e mat. do P.e Joze Ignacio e de Bernarda solteira do lugar de Bouseguadim freg. de Arouca. Pad.s José Gomes da Silva e Lima da cidade de Vizeu e sua F.ª D. Izabel Maria thia pat. do baptizado .

Ora, sempre me fascinara a ascendência materna-materna-materna de D. Maria da Glória (neta de D. Maria Leopoldina). Obteve uma linha ascendente desde D. Maria da Glória - bisneta - a D. Maria José - bisavó - linha que sempre me parecera significativa. A dificuldade residiu em identificar, por fim, aquela D. Maria José Osório!

Chegados aqui, sabido que era filha do P.e José Inácio - dos Pereiras de Vasconcelos do Aro - também se entende, agora, o que estavam a fazer os Castros no brasão da Casa do Aro!!! Pois: os Castros da mãe do P.e José Inácio!!!

Fim.

Por que não?!

...mas ficaríamos sem saber muita coisa (coisas capazes de preencher outras tantas páginas?)...E porque me atrevo a pensar que o benévolo leitor não se importa de prosseguir a caminhada, pergunto:

Quem nasceu em casa do Pereira de Vasconcelos da Rua de Santo António

A Casa do Aro

II - últimas revelações

E MUITO FICOU POR ESCLARECER!

-A- QUAIS SÃO OS *CASTROS* QUE ESTÃO NO BRASÃO DO ARO?
POR QUE É QUE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS E JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO SE DIZEM AMBOS DA *CASA E QUINTA DO ARO*?

-B- POR QUE ESTÃO OS MATOS GODINHO NO *ARO* E QUEM DELES DESCENDE?
A MULHER DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS, DA RUA DE SANTO ANTÓNIO, ERA FILHA DAQUELES DO *ARO*? MAS A CASA DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS NÃO VEIO POR AÍ MAS ADVINHA DE UM CUNHADO DESTES, ANTÓNIO LOBO DE SOUSA, CASADO COM SUA IRMÃ MARIANA, MORADORES NA RUA DE SANTO ANTÓNIO...

-C- O QUE TINHA A VER ESTA PEREIRA DE VASCONCELOS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO - D. MARIANA ROSA - COM OS PEREIRA DE VASCONCELOS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO? OU SEJA, COMO É QUE A CASA DA RUA DE SANTO ANTÓNIO VAI DOS PEREIRA DE VASCONCELOS DE MARIA, DO PADRE CONSTANTINO E DA MÃE DELES, MARIANA, PARA OS PEREIRA DE VASCONCELOS DE MARIANA E MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO? OU NÃO VAI?
QUANTAS CASAS ERAM AS *CASAS DO ARO* E QUANTAS CASAS ERAM AS *CASAS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO*?

-D- O QUE VINHA A SER D. BERNARDA ROSA A D. MARIANA ROSA DA RUA DOS CURRAIS (OU RUA DE SANTO ANTÓNIO)? E JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO A MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS? CONHECIDO O TRAJECTO QUE TIVERAM OS PEREIRA DE VASCONCELOS PARA A RUA DE SANTO ANTÓNIO, QUE TRAJECTO TIVERAM OS MESMOS PARA A *CASA E QUINTA DO ARO*?

-E- D. CATARINA DE ALMEIDA DA *CRUZ DO ANO* PROVIRIA AOS ALMEIDAS DA QUINTA DO ARO? O *ARO*, OU PARTE DA QUINTA, TERIA PASSADO A SEU FILHO ANTÓNIO LOBO DE SOUSA MORADOR NA RUA DOS CURRAIS (OU RUA DE SANTO ANTÓNIO) E, POSTERIORMENTE, TRASITADO - UM E OUTRO DOS *AROS* - A SEU CUNHADO MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS?

-F- DE QUEM ERA FILHO PROVÁVEL JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO?
COMO É QUE O *CLERIGO IN MINORIBUS* ANTÓNIO LOBO DE SOUSA PODE SER FILHO DE OUTRO ANTÓNIO LOBO DE SOUSA DA MESMA IDADE?
ONDE PÁRA O REGISTO DE B DE BALTAZAR PEREIRA DE CASTRO, FIGURA PRINCIPAL QUE COLMATARIA, EM SIMULTÂNEO, A AUSÊNCIA DE JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO?

TAIS SÃO OS QUESITOS!

Um painel “de anjos” enquadrados por uma cruz. São 8 anjos dispostos em 3 conjuntos, em Monsaraz, Alentejo:

Um par de anjos, no topo superior da composição, desdobra, realçando a inscrição IRNI, um listel feito das asas dos anjos principais!;

dois pares de anjos, um de cada lado do corpo da cruz, sobre nuvens que são trecho s de asas alheias!;

Assim esteve 300 anos...

e, agora, reposto...



Painel de azulejos numa das paredes da “Casa da Inquisição” recentemente reposto na sua lógica. Jornal PÚBLICO, de 03.11.02

e mais dois anjos ajoelhados. Pois..., é nestes dois últimos anjos que reside o grande escândalo dos painéis!

A composição que o assentador dos azulejos nos deixou há 300 anos, é... delirante! Assim: os rostos dos anjos principais, os que estariam ajoelhados, subiram, acompanhados de parte das asas, e postaram-se no topo; e os daí desceram, pairando algures, meio perdidos!

Os grupos centrais - que não diferem muito - foram sublinhados com os extremos das asas dos anjos principais! E, no grupo do lado direito, deu para figurar uma mitra feita à custa dos decotes das albas dos anjos ajoelhados! Por fim, além de outras fantasias, o pé da cruz recebeu uma espécie de coração, feito com os cotovelos dos anjos principais, que descansa numa almofada de tecido das albas dos mesmos anjos!

Descobriu-se agora que os azulejos, assim trocados, estavam porém marcados no tardo por linhas e colunas - quão perfeito *modo de aplicar* - oferecendo-se deste modo à *reposição da verdade*...

Valeu a pena? Convenhamos que a composição errada, abstracta, e bem-humorada..., é verdadeiramente delirante! Pena foi que a tivessem apeado. Será que a “correção” a vai merecer?

-A-

(os *Castros*, do brasão)

(Manuel Pereira de Vasconcelos e José Manuel de Sousa Lobo, ambos da Casa e Quinta do Aro)

(os Pereira de Castro, de Sernadelo)

QUAIS SÃO OS *CASTROS* QUE ESTÃO NO BRASÃO DO ARO?

POR QUE É QUE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS E JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO SE DIZEM AMBOS DA *CASA E QUINTA DO ARO*?

O PAINEL DO ARO - DOS PEREIRA DE VASCONCELOS E DOS SOUSA LOBO - É CONFUSO. NÃO SE ESCLARECEU BEM O PORQUÊ DOS *CASTROS* NO BRASÃO; NÃO SE EXPLICOU O DESIGNATIVO DA *CASA E QUINTA DO ARO* DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS, MORADOR NA RUA DE SANTO ANTÓNIO; NEM SE EXPLICOU O DESIGNATIVO DA *CASA E QUINTA DO ARO* DE JOSÉ MANUEL SOUSA LOBO.

(os *Castros*, do brasão)

(Manuel Pereira de Vasconcelos e José Manuel de Sousa Lobo, da *Casa e Quinta do Aro*)

Enfim, chegara a hora de uma leitura mais orientada dos livros paroquiais. Inicialmente, o pouco proveito colhido resultou da ausência da família, longe de Arouca, por um século, imagine-se!; identificados agora os ascendentes, vai ser gratificante conhecer o século dezoito da Rua de Santo António da vila de Arouca.

Dei-me em procurar o baptismo do P.e José Inácio. O P.e José Inácio, herdeiro do Prazo da Rua dos Currais de Manuel Pereira de Vasconcelos; o P.e José Inácio, pai de D. Maria José da Rua de Santo António em 1792.

O P.e José Inácio teria nascido por 1750?

O primeiro dos nados na Rua de Santo António em casa de Manuel Pereira de Vasconcelos, foi Bernarda em 1750, afilhada de D. Mariana viuva *moradora nesta villa* (madrinha cuja importância veremos adiante...). O segundo foi José, em 1753. A mãe vem sob o nome de D. Francisca Luísa Pereira de Castro. Ora, por fim!, **Pereira de Castro**, precisamente a primeira leitura do 3.º e 4.º quartéis do brasão da Casa do Aro! Dizia-se, a senhora D. Francisca Luísa, natural de *Sernadello freg. de Santo Adrião* (de Sever), Penaguião, filha de um Matos Godinho e de sua mulher, uma Pereira de Castro do dito Sernadelo. Pela paterna, Bernarda, 1750, provinha de D. Catarina Isabel Osório de Vasconcelos, da cidade de Lamego, o que explica o Osório de D. Maria José e o Osório dos primeiros Osório Saraiva que venderam a casa (recordam-se?) a António Dias Costa! Seguem-se os irmãos de Bernarda, logo com José em 1753, como disse... São tantos – agora! – os ladrilhos que fazem sentido!... Já me havia perguntado, por exemplo, se Baltazar Pereira de Castro, teria sido filho de José Manuel de Sousa Lobo e de D. Bernarda Rosa Pereira de Castro da Rua de Santo António!... Por exemplo, se Manuel Pereira de Vasconcelos – senhor da Casa do Aro – não teria sido sogro de José Manuel de Sousa Lobo – senhor da Casa do Aro – ou seja, se D. Bernarda Rosa, mulher

de José Manuel de Sousa Lobo, não teria sido filha de Manuel Pereira de Vasconcelos!...

(os Pereira de Castro, de Sernadelo)

Em simultâneo, veio-me à ideia outra relação: Os Pereira de Castro, de Sernadelo, poderiam ser os mesmos de Manuel Pereira de Castro “morgado de Sernadelo” que já encontrara nos Rocha Tavares, de Ovar (casa do conhecido genealogista Salvador da Rocha Tavares, cunhado de Diogo Leite da CASA DE EIRIZ (7), Arouca). O caminho natural para os achar seguiria pelo registo de casamento de Manuel Pereira de Vasconcelos em Santo Adrião de Sever, Penaguião. Estive para consultar o Arquivo Distrital de Vila Real, mas preferi ir à procura de Baltazar (de Castro Pereira ou Pereira de Castro), até porque os desta graça (Baltazar) seriam poucos, ou nada frequente, nos paroquiais. Para minha surpresa, não o encontrei: Filho de pai de Arouca (José Manuel de Sousa Lobo, dono da Casa do Aro) e de mãe de Arouca (D. Bernarda Pereira de Castro, filha do dono da Casa do Aro, Manuel Pereira de Vasconcelos)..., como não o achar? Em compensação, com igual surpresa, encontrei, aqui realizado, o matrimónio de Manuel Pereira de Vasconcelos com D. Francisca Luísa Barreto de Castro *Falcão – de Castro Falcão* –, ela representada na celebração do matrimónio por seu irmão Luís José Pereira de Castro, filhos de Pedro de Matos Godinho e sua mulher D. Leonor de Castro Falcão. Era a primeira vez que encontrava menção aos **Pereira de Castro Falcão**, exactamente os apelidos do “morgado de Sernadelo” (como recordarei), moradores que foram na freguesia de S.to Adrião de Sever! Então, estes Pereira de Castro da Casa do Aro, eram os mesmos Pereira de Castro da Casa de Fijô na Vila da Feira: **O enigma dos Castro do 4.º quartel estava decifrado**. Abrindo um Livro de S. Nicolau da Vila da Feira, logo apareceu Francisco Joaquim da Rocha Tavares (um dos filhos do morgado Salvador da Rocha Tavares) e sua mulher D. Violante Luísa **Pereira de Castro**, da vila de Ovar e assistentes na sua quinta de Fijô da vila da Feira, a baptizarem na capela da dita quinta, Ana, 1756, neta materna de Manuel *Pereira de Castro Falcão* (o mesmo apelido), nascida na *freg. de Sever comarca de Sobre Tâmega* (a mesma naturalidade).

Juntem-se, em dois esquemas: Pereira de Vasconcelos e Pereira de Castro:

Lobo de Sousa, do Aro, e Pereira de Vasconcelos, do Aro

D. Catarina de Alm.da c.c. Amador Ferreira
da Cruz do Aro, + 12.05.1709

Cap. Jacinto P.ra de Sousa c. 20.11.1669 c. D. Cat.na Isabel Osório de Vasc.os
moradores na quinta do lugar de Vermoin

I
Fernão Lobo
+ 1686

I
D. Ângela da Cunha
c.c. João da Silva
de Abreu

I
António Lobo de Sousa (8)

2.º X em 1713 c.
I
D. Mariana Rosa
de Vasconcelos
5.06(?)1680

I
M.el P.ra de Vasc.os
do Aro; nat. de Galegos
28.10.1682

I
D. Francisca

(7) BRITO, cit., I, **CASA DE EIRIZ**. Porto: Trabalho policopiado.

(8) ADA, *Registos Paroquiais da Freguesia de S. Salvador, Arouca*. L.º 22 O 1710-1749: António Lobo de Sousa morador a S.to António (Arouca), faleceu a 14.11.1740 na freguesia de S. Salvador de Galegos (Penafiel). Foi herdeira sua mulher D. Mariana. ADP, *Registos Paroquiais da Freguesia de S. Salvador de Galegos, Penafiel (Bobine 284)*: O registo de Galegos anotou que *faleceu na sua quinta de Vermoin* [que lhe pertenceria por sua mulher D. Mariana Pereira de Vasconcelos, da *aldeia de Vermoin*] e acrescentou que *faleceu sem sacramentos posto o acharão morto na sua cama*.

Pereiras de Vasconcelos, e Pereira de Castro

ROMARIZ	D. Catarina de Alm.da da Cruz do Aro + 12.05.1709 c.c. Amador Ferreira	Jacinto P.ra de Sousa da cid. do Porto mor.s em S. Salvador de Galegos, Penafiel	D. Cat.na Isabel Osório de Vascos nat. da cid. de Lamego		Pedro de Matos Godinho c.c. D. Leonor P.ra de Castro mor.s Semadelo, S.to Adrião de Sever	
	D. Jacinta c. 1698 c. de Meneses 25.08 de ROMARIZ + 13.02.1704	An.to Lobo de Sousa c.1713 c. ou An.to Lobo do Aro mor.s na Rua de S.to António + em S. Salvador de Galegos 14.11.1740 H. sua m.er D. Mariana	D. Mariana Rosa de Vasconcelos + R. S.to An.to 10.02.1753	M.el P.ra de Vascos nat. S. Salvador de Galegos, ant." c" de Aguiar de Sousa test." a sua irmã Fr.ca e a seus filhos	D. Francisca mor. na Rua de S.to An.to Fr.ca e a seus filhos	D. Francisca Luísa Barreto Pereira de Castro Falcão nat. de Semadelo, Sever, Penaguilho

VER ESQUEMA SEGUINTE

VASCONCELOS



PEREIRA CASTRO

Próximo do fim do presente estudo – embora os quartéis I e III possam continuar a ser lidos por Vasconcelos-Pereira (e esta leitura foi a primeira ideia que conduziu, aliás com bons frutos, a posteriores descobertas) – parece-me, agora, de ler, simplesmente, **Vasconcelos** no quartel I, e **Pereira-Castro** nos quartéis III e IV. Aliás, os mesmos quartéis e pela mesma ordem estão figurados no brasão dos Castro da Rocha Tavares Corte Real, (*pode ver-se NOBREGA, Vaz-Ozório da - Pedras de Armas do Concelho de Lousada (Heráldica de Família)*). Porto: Edição da Junta da Província do Douro Litoral, 1959, p. 358, obra que transcreve a C.B.A. passada a João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real, de 2.04.1813, onde se lê, p. 360, “que elle [João de Castro, etc] he filho legitimo do Sargento Mór Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte Real, Cavalleiro Profeço na Ordem de Christo e Juis dos Direitos Reaes que foi de propriedade no Condado da Feira, e de sua mulher Donna Violante Luiza Pereira de Castro a qual era filha legitima de Manoel Pereira de Castro, Senhor da dita

Casa de Fijô e Morgado de Sernadello⁹⁹ [sublinhado meu], etc; e na pedra de armas da Casa de Ponte da Veiga, Lousada (NOBREGA, ob. cit., p. 358); mas já na pedra de armas da Casa de Fijô, Vila da Feira, brasão concedido em 1897 a outro membro desta família (Visconde e Conde de Fijô), os quartéis estão invertidos, ou seja, Castro-Pereira (vide BISMARCK-FERREIRA, Delfim - *Casa e Capela de Santo António em Albergaria-a-Velha (Século XVIII)*). Porto: Universidade Moderna-Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999, p. 431).

(a Casa da Rua do Aro ou Rua de Santo António;

esquema 2 ascendência e descendência da Casa da Rua de Santo António)

L.do An.to Coelho de Pina c.c. D. Mariana da Trindade P.ra de Vas.os Pereira de Vasconcelos Maceira de Cambra		D. Ana Maria de Sousa c. 1.04.1686 c. M.el de Matos Godinho na Mis. 1717, + 13.04.1737 mor. na <i>Q.ta do Aro pegado a esta vila</i>		Pedro de Matos c.c. D. Constantina Godinho + 19.09.1705 nat. cid. Porto mor.s no Aro ou na <i>Q.ta do Aro</i>				
I Maria Pereira de Vasconcelos 3. ^a vida do P.zo de 1673 e P.zo R. dos Currais, 1712 mor.s na Rua do Aro ou de S.to An.to a mesma D. Maria Eufrazia c. no BOCO c. Jerónimo Teles de Meneses P.zo dos Currais ao F. ^o José Teles de Meneses	I P. Constantino Coelho de Pina do Bairro, 3. ^a vida P.zo de 1668	I Ldo André P.ra Lopes Godinho c.c. M. ^o Quaresma c.g. de Pereira Lopes, do Bairro	I Jacinto P.ra de Sousa da cid. do Porto c.c. D. Cat.na Isabel Osório de Vas.os (prov.m.te, Osório Coutinho de Vasconcelos) da cid. de Lamego	I An.to de Matos Godinho + 24.01.1748 c. 2X c. Maria Freire F. ^o Fr.co Saldanha e M. ^o Freire, da Tota, c.g. da Tota, c.g. Lamego	I Pedro de Matos Godinho mor. na cid. Porto c. 2X c. Maria Freire F. ^o Fr.co Saldanha e M. ^o Freire, da Tota, c.g. da Tota, c.g. Lamego	I D. Leonor P.ra de Castro ou Barreto de Castro Falcão de Sernadello S.to Adrião de Sever + 17.05.1760 em casa de seu genero M.el P.ra de Vas.os, da Rua dos Currais	I D. Mariana do Aro 1687+1767 Sebastiana 1691 D. Ângela do Aro 1698 +1765	I Angélica 1700 António 1703
D. Mariana mor. Sto An.to + v. ^o 10.02.1753 H. seu irmão e sob.s	D. Francisca H. de seu irmão M.el P.ra de Vas.os e sob.s	Manuel Pereira de Vasconcelos nat. de Vermoin Freg. S. Salvador de Galegos c. ^o de Penafiel, antigo de Aguardar de Sousa] da "Cza e Quinta do Aro" + em S.to An.to 5.11.1764	c. 6.04.1750 c. mor.s em Sto António	D. Francisca Luísa Barreto Pereira de Castro de Sernadello Freg. S.to Adrião de Sever c. ^o de Penafiel + v. ^o na R. S.to An.to 29.04.1780, <i>dote a seu genero José Manuel</i>				
José Manuel de Sousa Lobo da "Cza e Quinta do Aro" + Lavandeira 16.05.1800 dote a seu filho	c.c. D. Bernarda Rosa Pereira de Castro, + na Rua S.to An.to 19.10.1784 I Baltazar Pereira de Castro ou Baltazar de Castro Lobo da R. S.to An.to e da Lavandeira	Maria 20.11.1754 Af. ^o de José Teles de Meneses do Boco, solt. ^o	Manuel 9.02.1756 Af. ^o de Diogo Leite Cabral e sua F. ^o D. Angélica de Eiriz	P. José Inácio Pereira pad. seus sob.os [netos] Pedro e Joaquina I D. M. ^o José Osório Coutinho e Vas.os 4.10.1793, de Fuste F. ^o de Bernarda Gomes, solt. ^o de Fuste,	Outros, neste esquema			
sucessor do P.zo	c.c. D. Mariana Jacinta da Silveira ou Vas.os F. ^o de Luis Inácio da Silveira e de D. Anastásia de Moraes, da vila de Goivães	F. ^o de M.el Gomes e Maria Gomes, de Bouceguedim c. 14.04.1828 c. João António de Lemos Cast ^o Branco Maldonado F. ^o de João de Lemos Cast ^o Branco Maldonado						
Bernarda, 1791, R. S.to An.to, Af. ^o An.to Lobo de Sousa <i>clerigo in minoribus</i> Pedro, 1793, Af. ^o P.e José Inácio tio do B.; + na Lavandeira, 1798 D. Joaquina, 1794, na R. S.to An.to Af. ^o do P.e José Inácio Pereira seu tio José, 1797, na <i>Q.ta do Aro</i>		João 1830 Maria Leopoldina 1832 Augusto 1833						
	D. Ana, 1798, na Lavandeira, Af. ^o de An.to Leite Cabral e sua m.er D. Josefa Angélica, de Eiriz Antónia, 1802, na Lavandeira, proc. do pad.s An.to Lobo de Sousa e mad. sua irmã D. Constança Casimira + na Lavandeira 1803							

-B-

(a Casa da Rua do Aro ou Rua de Santo António;

esquema 2 ascendência e descendência da Casa da Rua de Santo António)

POR QUE ESTÃO OS MATOS GODINHO NO ARO E QUEM DELES DESCENDE?

A MULHER DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS, DA RUA DE SANTO ANTÓNIO, ERA FILHA DAQUELES DO ARO? MAS A CASA DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS NÃO VEIO POR AÍ MAS SIM DE UM CUNHADO DESTE, ANTÓNIO LOBO DE SOUSA, CASADO COM SUA IRMÃ MARIANA, MORADORES NA RUA DE SANTO ANTÓNIO...

ENRIQUECENDO UM POUCO O ESQUEMA, COMEÇA A PERGUNTAR-SE: SERIA QUE D. FRANCISCA LUÍSA PEREIRA DE CASTRO, MULHER DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS, PROVINHA DOS MATOS GODINHO DA QUINTA DO ARO? PEDRO DE MATOS GODINHO DA QUINTA DO ARO TERIA FEITO UM SEGUNDO CASAMENTO EM SERNADELO, NOS PEREIRA DE CASTRO?

Recorde-se que Maria Pereira de Vasconcelos (que depois passará a chamar-se D. Maria Eufrázia Pereira de Vasconcelos, casada na QUINTA DO BOCO (9)), morou na Rua do Aro ou Rua de Santo António com seu irmão o P.e Constantino, filhos de Mariana Pereira de Vasconcelos e do L.do António Coelho de Pina. Maria Pereira de Vasconcelos possuía o P.zo da Rua dos Currais em 1712 que viera dos ditos seus pais (e, pela descrição da propriedade do Prazo, vemos que se tratava da Casa do Aro); seu irmão, com ela residente, possuía outro Prazo que viera de sua mãe Mariana Pereira de Vasconcelos e de um irmão desta, Manuel Reimão de Vasconcelos. A estes voltaremos.

Note-se também a considerável diferença de idades dos netos de D. Bernarda Rosa para os netos do seu irmão o P.e José Inácio.

-C-

(a Casa e Quinta do Aro)

O QUE TINHA A VER ESTA PEREIRA DE VASCONCELOS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO – D. MARIANA ROSA – COM OS PEREIRA DE VASCONCELOS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO? OU SEJA, COMO É QUE A CASA DA RUA DE SANTO ANTÓNIO VAI DOS PEREIRA DE VASCONCELOS DE MARIA, DO PADRE CONSTANTINO E DA MÃE DELES, MARIANA, PARA OS PEREIRA DE VASCONCELOS DE MARIANA E MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO? OU NÃO VAI?

QUANTAS CASAS ERAM AS CASAS DO ARO E QUANTAS CASAS ERAM AS CASAS DA RUA DE SANTO ANTÓNIO?

O PAINEL DESFOCA ESTES PEREIRA DE VASCONCELOS, SOBREPONDO-OS NO MESMO LADRILHO!

(a Casa e Quinta do Aro)

O esquema atrás é o resultado sucinto de um conjunto de informações que foi possível articular. Por ele logo se vê a sucessão dos proprietários da Casa e Quinta do Aro. Com efeito, encontra-se menção à Quinta a partir de Manuel de Matos Godinho, com notícia na Misericórdia em 1717. No Quinhentos, a Quinta andara, como vimos, nos Almeidas, revelados pelas escrituras apresentadas por José Manuel de Sousa Lobo. Que a possuía, também: Já lá vamos! Dos Matos Godinho passou (aliás, não passou) aos Pereira de Castro e, aqui, começa a interessar-nos, por motivo dos 3.º e 4.º quartéis do brasão. Dos Pereira de Castro vem (aliás, não veio daqui) a Manuel Pereira de Vasconcelos, e de novo nos interessa por força dos 1.º e 3.º quartéis do escudo. Deste Manuel Pereira de Vasconcelos, senhor da “Caza e Quinta do Aro”, com notícia na Misericórdia em 1763, passa então (e aqui já é bem assim) a José Manuel de Sousa Lo-

(9) BRITO, cit., VI, QUINTA DO BOCO. Porto: Trabalho policopiado.

bo, também da “Caza e Quinta do Aro” segundo idêntica notícia na Misericórdia em 1775 e de novo em 1799. Tudo isto, em palavras breves. Em caixa deixarei um percurso mais explícito e algumas hipóteses. De resto, o que o esquema apresenta, acrescenta e corrobora, dispensa comentário adicional.

O que já sabemos é que quatro famílias detiveram o *Aro* (e isto aconteceu muito antes da casa da Rua de Santo António chegar aos Osório Saraiva). Foram elas: Os Almeida; os Lobo de Sousa, por duas vezes; os Matos Godinho; e os Pereira de Vasconcelos, também por duas vezes. Não está a ser fácil entender como se relacionavam parentalmente. A primeira família foi a dos Almeidas. Encontro menção (em bora o texto do Prazo pareça ter desaparecido, ou melhor, desapareceu todo o L.º 23 onde a escritura estava) a um Jorge de Almeida (morador? em Melarezes), que obteve em 1532 o Prazo do *Aro*, do Cortinhal e um casal em Melarezes (10). Da mesma geração, ou da geração seguinte, podia ter sido um António de Almeida, *cav. fidalgo d’El Rei*, senhor de um Prazo de 1552 (11) e, ainda, “Gaspar ou João de Almeida” que veremos adiante. À geração subsequente terá pertencido Manuel de Almeida que encontramos no Carqueija I e no *Aro* nos anos de 1566, 1576 e 1592 (na tal escritura, lembram-se?); ainda, desta geração, Milícia de Almeida de Vasconcelos – que foi mulher do tabelião Jorge Barbosa (este, testemunhava em 1572, como vimos, mas apadrinhava já em 1565) – “filha de Gaspar ou João de Almeida” (segundo a familiatura de seu genro, o FSO Manuel Teixeira Homem (12)) e ainda, possivelmente, o próprio escrivão Almeida que achámos em 1566 (13). Da geração seguinte, sabe-se de Manuel de Almeida Barbosa, senhor do *Aro* e Melarezes. Deixou quatro filhos todos contemplados no *Aro* e em Melarezes. (Na renovação a Francisco de Almeida Barbosa e seu irmão Luís de Almeida Barbosa (14), se referem os *quartos do casal do Aro*, bem como a outro irmão João Barbosa de Almeida (15)). Voltaremos a eles, porque parece ser útil ao entendimento das gerações do *Aro*.

Manuel de Almeida Barbosa (o segundo na caixa acima), desaparecido em 1699, fora casado com Maria da Fonseca, falecida em 1690; sem filhos, passaram os bens a seus sobrinhos Damiana e Jerónimo de Miranda Pinto [filhos de João da Fonseca Pinto e Joana de Miranda] e será por isso que encontramos Jerónimo de Miranda Pinto com terras vizinhas do *Aro*, as *Quintãs* (gente que, um dia destes, encontraremos em CASA DE SÃO PEDRO (16), Arouca). Outro Francisco Barbosa mostra-se casado com Isabel Ferreira, moradores no Outeiral de São Pedro (Prazo de 1662) e, igualmente sem geração, a Quinta do Outeiral vai para Serafina de São Paio (também filha de Mariana da Trindade Pereira de Vasconcelos), casada em Cesar com Manuel de Pinho de Almeida (17) [Cabrál], mãe dos Pereira de Vasconcelos da Quinta do Outeiral. Porque não se descortina a relação de D. Catarina de Almeida, *da Cruz do Aro* (ou de seu marido Amador Ferreira) com os Pereira de Vasconcelos do mesmo *Aro*, tentarei construir uma hipótese de trabalho: Antes de mais, vejamos a descrição das casas de morada de Maria Pereira de Vasconcelos, da Rua dos Currais ou Rua de Santo António.

(10) Vide FONTES MANUSCRITAS, AUC,MSMA, Jorge de Almeida (se é que está certa esta data).

(11) Vide FONTES MANUSCRITAS, AUC,MSMA, António de Almeida.

(12) *Arquivo do Distrito de Aveiro. Revista Trimestral para Publicação de Documentos e Estudos relativos ao Distrito*. Aveiro: Ed. Francisco Ferreira Neves, 1935-1976, vol. XLI (1975), pp. 46 e 47.

(13) Anote-se, todavia, um *João de Almeida filho de Martim Vaz do Amaral* (obviamente, filho do 1.º matrimónio com uma Almeida), com óbito em 1615.

(14) Vide FONTES MANUSCRITAS, AUC,MSMA, Francisco de Almeida Barbosa e Luís de Almeida Barbosa.

(15) Vide FONTES MANUSCRITAS, AUC,MSMA, João Barbosa de Almeida.

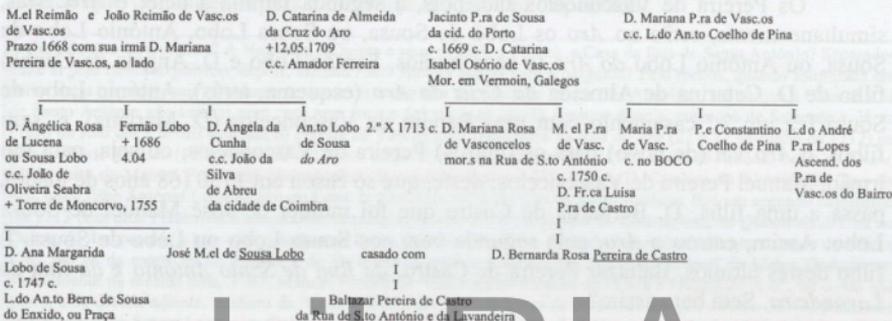
(16) BRITO, cit., VI, QUINTA DO BOCO, CASA DE SÃO PEDRO.

(17) Vide FONTES MANUSCRITAS, AUC, MSMA, Seraphina de S. Payo Pereira.

Duas casas sobradadas em que vive a requerente (Maria Pereira de Vasconcelos, solteira, 3.^a vida) *citadas detrás do Aro*; confrontam do nascente com Lourenço Manuel de Lamego, do poente com Inácio de Almeida, do Sul *com quintal deste prazo e da mesma requerente* e do Norte com a rua pública. Acrescenta: *mais o quintal que está por detrás*, etc. Vê-se que a propriedade não continha toda a frente actual, pois a Nascente estava outra casa: A casa de *Lourenço Manuel de Lamego...*, que vai constituir a solução!

Na geração seguinte, teremos:

Sousa Lobo, e Pereira de Castro, da Rua de Santo António



O esquema coloca alinhados os Pereira de Vasconcelos da Rua de Santo António, sejam os de Mariana Rosa [Pereira] de Vasconcelos, nora de D. Catarina da Cruz do Aro, sejam os de Mariana da Trindade Pereira de Vasconcelos, mãe de Maria Pereira de Vasconcelos (ou D. Maria Eufrázia, do BOCO) e de seu irmão o P.e Constantino de um *Prazo da Rua dos Currais*, e moradores na Rua do Aro ou Rua de S.to António. **Eis a solução de outro enigma: Duas famílias Pereira de Vasconcelos no mesmo Aro!**

Conhecemos alguns dos filhos de D. Catarina de Almeida e de seu marido Amador Ferreira. Alguns deles seguem o apelido Lobo ou Lobo de Sousa. Será que D. Ângélica Rosa (mãe de uma Lobo de Sousa), casada na Lavandeira com João de Oliveira Seabra, representaria mais um ramo dos mesmos Lobo de Sousa? Não vai chegar, ainda desta vez, para entender!

-D-

(os Pereira de Vasconcelos e os Pereira de Vasconcelos)

O QUE VINHA A SER D. BERNARDA ROSA A D. MARIANA ROSA DA RUA DOS CURRAIS (OU RUA DE SANTO ANTÓNIO)? JÁ VIMOS JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO E MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS: CONHECIDO O TRAJECTO QUE TIVERAM OS PEREIRA DE VASCONCELOS PARA A RUA DE SANTO ANTÓNIO, QUE TRAJECTO TIVERAM OS MESMOS PARA A *CASA E QUINTA DO ARO*?

O ESQUEMA ANTERIOR MOSTRA QUE D. BERNARDA ROSA ERA SOBRINHA DE D. MARIANA ROSA DA RUA DE SANTO ANTÓNIO (AGORA SE PERCEBE A IDENTIDADE DE SUA MADRINHA, DITA D. MARIANA VIUVA MORADORA NESTA VILLA) E SOBRINHA-AFIM DE ANTÓNIO LOBO DE SOUSA DO ARO; MOSTRA TAMBÉM JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOBO GENRO DE MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS, EXPLICANDO POIS A PRESENÇA DO SEGUNDO, QUER NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, QUER *CASA E QUINTA DO ARO*.

(os Pereira de Vasconcelos e os Pereira de Vasconcelos)

Prossigamos. Também conhecemos alguns filhos de D. Mariana Pereira de Vasconcelos e seu marido o L.do António Coelho de Pina, e sabemos igualmente que outros dois Pereira de Vasconcelos, D. Mariana Rosa (de novo o nome *Rosa*, que já não é mera coincidência!) e Manuel Pereira de Vasconcelos, eram filhos de Jacinto Pereira de Sousa *da cidade do Porto*. Desconheço como este se relaciona: Apenas se apura, em Galegos, Penafiel, que possuía, casado, uma Quinta no lugar de Vermoim onde teve, de sua mulher D. Catarina, seis ou sete filhos, neles incluídos Mariana em 1680 e Manuel em 1682 (18).

Os Pereira de Vasconcelos são, pois, a segunda família a deter o *Aro*. Mas, simultaneamente, estão no *Aro* os Lobo de Sousa, ou Sousa Lobo, António Lobo de Sousa, ou António Lobo *do Aro* (e seus irmãos, Fernão Lobo e D. Ângela da Cunha) filho de D. Catarina de Almeida *da Cruz do Aro* (esquema, atrás). António Lobo de Sousa fez um 2.º casamento com uma Pereira de Vasconcelos (D. Mariana), e, sem filhos, o *Aro* vai (de novo) para os (outros) Pereira de Vasconcelos, ou seja, para um irmão, Manuel Pereira de Vasconcelos; deste, que só casou em 1750 (68 anos de idade), passa a uma filha, D. Bernarda de Castro que foi mulher de José Manuel de Sousa Lobo. Assim, entrou o *Aro*, pela segunda vez, nos Sousa Lobo ou Lobo de Sousa. É filho destes últimos, Baltazar Pereira de Castro, *da Rua de Santo António e da Rua da Lavandeira*. Será bem assim?

Simultaneamente, está a *Casa e Quinta do Aro* em Manuel de Matos Godinho (Misericórdia, 1717). Da mesma geração, ou subsequente, consta Pedro de Matos Godinho e sua mulher D. Constantina que morre na *Quinta do Aro* em 1705, a mesma morada daquele Manuel de Matos. Em 1687, 1691 e 1698 tinham nascido três filhas de Manuel de Matos Godinho, Mariana, Sebastiana e Ângela. D. Ângela *do Aro* fenece em 1765 e sua irmã, D. Mariana *do Aro*, em 1767, ambas com a nota de *muito pobrezinhas*. Depois de Manuel de Matos Godinho, nem seu filho António, nem seus netos, estão referenciados ao *Aro*. De um Matos Godinho, Pedro de Matos Godinho *da cidade do Porto*, e de sua mulher D. Constantina – já mencionados e também moradores na Quinta do Aro – nasceram Angélica, 1700, e António, 1703. Um Pedro de Matos Godinho, *da cidade do Porto* (provavelmente, o mesmo, em segundo matrimónio) vai casar-se com uma Pereira de Castro, de Sever, Penaguião. Pois é esta senhora – D. Leonor Pereira de Castro – quem virá a falecer *em casa de seu genro Manuel Pereira de Vasconcelos da Rua dos Currais*, em 1761, precisamente o dono da Casa de Santo António, e acrescenta-se: *fizera doação a sua filha D. Francisca* (Luísa Barreto de Castro, mulher do dito Manuel Pereira de Vasconcelos). Todavia, os sogros de Manuel Pereira de Vasconcelos nada teriam recebido do *Aro*, não obstante ela ser filha de um Matos Godinho da Quinta do Aro. Este mesmo *Aro* chegou a Manuel Pereira de Vasconcelos por outra via: vindo de seu cunhado António Lobo de Sousa, sem filhos; e António Lobo de Sousa, ou António Lobo *do Aro*, por sua vez, o teria recebido de sua mãe D. Catarina de Almeida *da Cruz do Aro*, falecida em 1709. (Teria sido bem assim?

(18) Vide FONTES MANUSCRITAS, ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO.

O que tinha a ver a Quinta do Aro com a *Cruz do Aro*? Havemos de entender...). Acha-se a renovação do *Praço da Rua dos Currais* (Rua de Santo António) a Manuel Pereira de Vasconcelos (3.^a vida) e sua mulher D. Francisca Luísa Barreto de Castro, praço que coubera em 1.^a e 2.^a vida, em 1682, ao cunhado daquele, António Lobo de Sousa (filho comprovado daquela D. Catarina) e a sua mulher *D. Mariana Rosa de Vasconcelos*.

Chegados aqui, poderá dizer-se que D. Mariana Pereira de Vasconcelos, viúva de António Lobo do Aro, teria vindo a pesar no casamento de seu irmão Manuel Pereira de Vasconcelos com uma Matos Godinho, da *Quinta do Aro*.

Enfim, para lá de alguma coisa que ficou entendida, o leitor espera a completa clarificação do painel, espera a destrinça da restante trapalhada!

A Casa do Aro seriam duas? A Nascente, a Quinta e seus casais?; a Poente, a Casa da Rua de Santo António? Separados entre si pelo *caminho público*, depois, *estrada real*? Haverá razões para a pergunta? Pelo menos, quando formulada em certas datas ou momentos? Obviamente que a distinção não se coloca ao tempo dos Almeidas, até porque a Casa da Rua de Santo António não existia: nem casa nem (nome de) rua; um século e pouco depois, começos de Setecentos, já no *Praço da Rua dos Currais* estavam os Pereira de Vasconcelos moradores na *Rua do Aro* (22 e 27 de Junho de 1712) ou *Rua de Santo António* (12 de Julho de 1712), ou simplesmente a *Santo António* (1740, óbito de António Lobo de Sousa; 1760, óbito de Manuel Pereira de Vasconcelos). Por aquele tempo, 1709, morria D. Catarina de Almeida da *Cruz do Aro*, e seu filho António Lobo do Aro ou Lobo de Sousa, morador na Rua de Santo António, fará um segundo casamento em 1713 com uma Pereira de Vasconcelos. Simultaneamente, em 1705, morria D. Constantina, na *Quinta do Aro* ou na *Quinta do Aro pegada a esta vila*, casada com Pedro de Matos Godinho. Voltada a metade do século, os anos de 1765 e 1767 são os da morte de D. Ângela e de D. Mariana, ambas ditas do Aro, filhas de Manuel de Matos Godinho; e, praticamente na mesma data, 1763, Manuel Pereira de Vasconcelos dizia-se da “Caza e Quinta do Aro”, tal como seu genro, uma década adiante, também da “Caza e Quinta do Aro”. O Livro de Fôros anotou que o Praço do Aro passou de José Manuel de Sousa Lobo para Baltazar de Castro Pereira (19). Um dos filhos deste, José, 1797, nasceu a *Santo António*, de pais da *Quinta do Aro*. De tão grande trapalhada, é possível perceber, julgo, que Quinta do Aro e Casa da Rua de Santo António (se é que distintas) pertenciam à mesma família, não obstante separação física que entre elas existia e ainda existe hoje.

-E-

(os empraçamentos do Mosteiro: Os Pereira de Vasconcelos e António Lobo de Sousa, todos de Santo António)
 (as três casa dos Aro)
 (os primeiros possuidores do Aro, os Almeidas)
 (Baltazar Pereira de Castro)
 (os homónimos António Lobo de Sousa)
 (José Manuel de Sousa Lobo)

D. CATARINA DE ALMEIDA DA CRUZ DO ARO PROVIRIA DOS ALMEIDAS DA QUINTA DO ARO? O ARO, OU PARTE DA QUINTA, TERIA PASSADO A SEU FILHO ANTÓNIO LOBO DE SOUSA, MORADOR NA RUA DOS CURRAIS (OU RUA DE SANTO ANTÓNIO), E, POSTERIORMENTE, TRANSITADO – UM E OUTRO DOS AROS – PARA SEU CUNHADO MANUEL PEREIRA DE VASCONCELOS?

(os empraçamentos do Mosteiro: Os Pereira de Vasconcelos e António Lobo de Sousa, todos da Rua de Santo António)

Com efeito, neste adiantado ponto do presente trabalho não se entende ainda muito bem por que razão a Casa da Rua do Aro ou Casa da Rua de Santo António, dos Pereira de Vasconcelos, era chamada de *Quinta do Aro*. Desta Quinta mais nada soubemos desde os Almeidas da *Quinta do Carqueijal* e *Quintã do Aro*. Os paroquiais não proporcionam outros avanços, pelo que teremos de recorrer ao Cartório do Mosteiro.

(19) Vide FONTES MANUSCRITAS, ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, José Manuel de Sousa Lobo.

A escritura de incontestável interesse é o reconhecimento do *Prazo da Rua dos Currais* a Manuel Pereira de Vasconcelos e sua mulher. Já a vimos. O **esquema 2** anota duas famílias Pereira de Vasconcelos cujo parentesco desconheço (se é que o tinham!). Uns, vieram de Galegos, Penafiel: D. Mariana Pereira de Vasconcelos, baptizada em Galegos em 1680, faleceu na Rua de Santo António em 1753, viúva de António Lobo de Sousa, tendo ambos aí vivido. Sem filhos, D. Mariana deixou a casa a seu irmão Manuel Pereira de Vasconcelos, nat. também de Galegos, nascido em 1682, e só casado em 1750 com uma Pereira de Castro natural de Sever, Penaguião, e (muito curioso!) com um costado de Arouca pois provinha da mesma *Quinta do Aro*. Onde teria chegado a casa da Rua de Santo António a António Lobo de Sousa, *do Aro*, filho de D. Catarina de Almeida *da Cruz do Aro*? Haverá alguma relação entre o apelido *Almeida* de D. Catarina e os velhos Almeidas senhores da *Quintã do Aro*?

E, antes de mais, porquê a proximidade física dos Pereira de Vasconcelos da Rua do Aro ou Rua de Santo António (Maria Pereira de Vasconcelos e o P.e Constantino) e António Lobo de Sousa e sua mulher D. Mariana Pereira de Vasconcelos da Rua de Santo António? Pois, mais três enfiteuses do Cartório levarão ao entendimento das casas do Aro!

Vejamos a primeira. Um dos prazos dos Currais (reconhecimento de 1712) estava em Maria Pereira de Vasconcelos, moradora na Rua do Aro ou Rua de Santo António, e com ela seu irmão o P.e Constantino Coelho de Pina – como já sabemos – casas que confrontavam do nascente, note-se, com *Lourenço Manuel* [de Vasconcelos] *de Lamego*. Com efeito, uma Pereira de Vasconcelos, Mariana Pereira de Vasconcelos, m.er do L.do António Coelho de Pina, moradores na vila de Cambra em 1682, detinham propriedades em Arouca (e tinham residido na Rua dos Currais), nomeadamente uma propriedade que fora dela, Mariana Pereira de Vasconcelos, e de seu irmão Manuel Reimão de Vasconcelos. (Destes apelidos, apenas sei que em 1671 morrera na vila de Arouca o P.e Manuel Reimão de Vasconcelos, sobrinho e herdeiro do P.e Manuel Reimão, falecido no Porto em 1668 (20)), e outras possessões que foram de seu marido o L.do António Coelho de Pina, como propriedades em São Pedro, concretamente o Prazo de Boca da Vila (primeiro a título subenfitéutico; depois, por compra a Joana de Almeida Cabral), que vão para seus filhos, dois deles, Maria Pereira de Vasconcelos e o P.e Constantino Coelho de Pina; do P.e Constantino passará a outro irmão, aos Pereira de Vasconcelos do Bairro de Moldes, bem como a uma outra filha de D. Mariana, Serafina de São Paio, ascendente dos Pereira de Vasconcelos do Outeiral [a Quinta do Outeiral de Frei Simão].

Uma segunda enfiteuse respeita a António Lobo de Sousa e sua mulher D. Mariana Pereira de Vasconcelos, em 1737. Compreendia *duas casas com um quintal citas no citio da cappela de S.to Antonio* que as *houverão por titulo de compra a* [precisamente] *Lourenço Manuel de Vasconcellos Capp.am mor da cidade de Lamego* (21): Quer dizer, António Lobo de Sousa e sua m.er D. Mariana Pereira de Vasconcelos viviam paredes-meias com os primeiros Pereira de Vasconcelos.

(20) BRITO, cit., **ABERTURA, II. nomes e sobrenomes**, OS VELHOS REIMÕES. Porto, trabalho policopiado.

(21) AUC, MSMA, III-1.ª D-13-2-54, fls 459.

Era António Lobo de Sousa *Escrivao da Camara e Almotaçaria enqueredor e contador e distribuidor desta villa*. Vivia, então, do lado nascente, noutras casas, na mesma rua e local da Capela de Santo António, que tinham sido compradas (embora, à data, pertença ainda do Capitão-mor de Lamego Lourenço Manuel de Vasconcelos (22), por ainda não ter *vendido todas as mais propriedades a que a sobredita pertence* (23)), *casas do cimo da Rua dos Currais* onde morava. Sabe-se também que a casa de António Lobo de Sousa tinha uma escada de pedra adoçada ao lado Poente, elemento portanto que a separava da casa contígua dos Pereira de Vasconcelos.

Conjugando a informação pela qual D. Catarina de Almeida *da Cruz do Aro* faleceu a 12.05.1709, parece isto significar que estava com seu filho António Lobo de Sousa. Aliás, nesse ano, ainda viúvo de sua primeira mulher D. Jacinta de Meneses que morrera em 1704, só vindo a casar de novo (com D. Mariana Pereira de Vasconcelos) uns quatro anos depois, em 1713... Sendo assim, a expressão *houverão por titulo de compra*, (apesar de ser um plural...), não significava a inclusão de D. Mariana, devendo nós supor, talvez, que António Lobo de Sousa ocupava já as casas como subenfitentea naquele ano de 1709 (e até antes, pois consta em 1693, 16 de Nov.º, padrinho de uma criança da vila, *António Lobo de Sousa do cimo da rua dos Currais ou Rua se Santo António*).

Vejamus a terceira enfitense prometida. Trata-se de uma espectacular escritura que envolve D. Ângela da Cunha, filha de D. Catarina de Almeida *da quinta do aro*, em 1683, que comprova a procedência desta e mostra toda uma linha ascendente dos Almeidas dos Casais do Aro desde o primeiro foreiro, Jorge de Almeida Cabral, em 1519 (24). **Ficava provada a filiação de D. Catarina de Almeida na Quinta do Aro** (mais tarde, em 1709, *declinada D. Catarina de Almeida da Cruz do Aro*), filha de Manuel de Almeida Barbosa, neta de Manuel de Almeida [por certo, Manuel de Almeida *da Quinta do Carqueijal e Quintã do Aro*, longamente já visto...] e bisneta de Jorge de Almeida *do Casal do Aro, Melareses*, etc, naquele de 1519.

[13-2-29, fl 94] **Mariana da Trindade**

m.er do L.do Antonio Coelho [de Pina] desta vª
mor.s C.º de Cambra

procuração de 3.06.1682, vila de Cambra, escrivão João Soares de Almeida
3.ª vida Mariana da Trindade Pereira

P.zo da Boca da Vila, Serrado de Souto da Branja com sua devesa e souto do forçado

Subenfitense e depois

por ter comprado a dita enfitense a Joana de Almeida Cabral

[13-3-34, fl 220] Passou, assim parece, a sua filha Serafina de São Paio m.er de Manuel de Pinho de Almeida, de Cesar. Rec. 28.06.1712 e 4.07.1721.

Fazenda que veio do Casal do Outeiral e o Cerrado da Branja e o Olival da Branja, etc.

(22) GONÇALVES DA COSTA, Manuel - *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga: tip. Barbosa & Xavier, 1977-1992, vol. V (1986), pp., nomeadamente, 166, 407, 446, 543, 555, 635 e 661, menciona o Cap. Lourenço Manuel de Vasconcelos, na vila de Lalim, residente no lugar da Rede, fidalgo, vereador e juiz, casado com D. Teresa Serafina do Amaral.

(23) AUC, MSMA, III-1.º D-13-2-54, fl. 459, Prazo a António Lobo de Souza, 1737.

(24) AUC, MSMA, III-1.º D-13-3-34, fls 454. Atrás, fora apontado, com reservas, *Jorge de Almeida em 1532*.

[13-4-10, fl 72v, *Rua dos Currais*]

[13-3-34, fl 210] **Maria Pereira de Vasconcelos**, donzela

Mor. Rua do Aro

22.06.1712

3.ª vida, por testamento

P.zo de seus pais [29.10.1673] L.do António Coelho de Pina e Mariana Trindade Pereira

2 casas sobradadas por detrás do Aro, onde vive. Confronta do

nascente, Lourenço Manuel [de Vasconcelos], de Lamego

poente, Inácio de Almeida

Sul, quintal do mesmo P.zo

Norte, caminho público.

Vai passar a Joze Telles de Menezes, 3.ª vida

P.zo Rua dos Currais

filho de Jerónimo Telles de Menezes e Maria Pereira de Vasconcelos, 1.ª e 2.ª

P.zo 9.01.1731

Rendimento a D. Joaquim Lourenço e m.er, 4.04.1797

Agora D. Margarida do Boco

Agora Dr. Caetano Tavares da Silva e Quadros

Agora seu filho Joze de Quadros.

[13-4-10, fl 73, *Rua dos Currais*]

[13-3-34, fl 215] **P.e Constantino Coelho de Pina**

Mor. Rua do Aro

27.06.1712

(c/ sua irmã Serafina de S. Paio e seu cunhado, de Cesar)

P.zo de 1668 (29.05)

Manuel Reimão de Vasconcelos e sua irmã Mariana Pereira de Vasconcelos

3.ª vida deste P.zo

Cerrado da Branja e outras propriedades

[13-3-7, fl 83v, *Rua dos Currais*, ao L.do André Pereira Lopes, 3.ª vida (irmão do P.e Constantino)]

Renovado a Fradique Antonio Pereira de Vasconcelos do Bairro de Moldes e m.er D. Margarida da Serra Chucre, 8.03.1798

Agora D. Joana do Bairro [Ver esquema: Pereira de Vasconcelos..., da Casa do Bairro, Moldes]

[13-4-10, fl 72, *Rua dos Currais*]

[13-3-34, fl 204v] **Maria Pereira de Vasconcelos**, donzela

e seu irmão o P.e Constantino Coelho de Pina

Mor. Rua de Santo António

12.07.1712

P.zo 1682 ao L.do António Coelho de Pina

Propriedades em Romariz, em Moldes e na S.ra da Mó

Viviam na Rua de Santo António, em casas pegadas, D. Mariana Pereira de Vasconcelos, de Galegos, Penafiel, por estar casada com António Lobo de Sousa, como disse. Chamemos-lhes Casa-de-Cima. E vivia Maria Pereira de Vasconcelos, filha de outra Mariana Pereira de Vasconcelos, como também disse. Chamemos-lhe Casa-de-Baixo. Não pára de intrigar a existência de duas Marianas Pereira de Vasconcelos, ambas da Rua do Aro, tal como o nome de Constantina (D. Constantina da Quinta do Aro) e de Constantino (o P.e Constantino Coelho de Pina) da Rua do Aro!

(as três casas do Aro)

Quem se mete nisto não vá desprevenido por qualquer vereda, dando por certas evidências apenas aparentes... Entendemos, agora, que as casas do *Aro* eram três:

a velha Quinta do Aro, que ainda vemos na filha de D. Catarina de Almeida, como nos descendentes de um tio, Francisco Barbosa de Almeida, e ainda vemos no

determinativo *do Aro* aplicado a António Lobo, e nos determinativos da “Caza e Quinta do Aro” referentes aos Irmãos da Misericórdia Manuel Pereira de Vasconcelos e seu genro José Manuel de Sousa Lobo (que as possuíam, pelos vistos, ainda em meados de Setecentos);

a Casa-de-Baixo da Rua do Aro ou Rua Santo António em Maria Pereira de Vasconcelos, solteira, depois casada no BOCO, que chegará depois à posse de seu filho José Teles de Meneses do BOCO, casa onde nasceu, 1757, D. Ana *A Castelhana*, filha de D. Sebastião de Ciais, cunhado de José Teles, e deste José Teles passando ao Dr. Caetano de Quadros (seu herdeiro temporário) e ao filho José de Quadros, e como disse aos Ciais do Romariz, que tinham *o rendimento em 1797*, talvez porque também descendiam de Maria Pereira de Vasconcelos casada no BOCO;

a Casa-de-Cima da Rua do Aro ou Rua Santo António de António Lobo de Sousa *do Aro*, por compra, filho de D. Catarina de Almeida, casado em D. Mariana Pereira de Vasconcelos, de Galegos, que depois passou a seu cunhado e irmão Manuel Pereira de Vasconcelos (dito da “Caza e Quinta do Aro”), e ainda depois à filha deste, D. Bernarda Rosa Pereira de Castro e a seu marido José Manuel de Sousa Lobo, pelo que foi este dito igualmente da “Caza e Quinta do Aro” (aliás, descendia também da mesma Quinta); e, depois... (havemos de perceber!), a seu filho Baltazar Pereira de Castro ou, então, a seu irmão e cunhado, o P.e José Inácio...

Por fim, ficou entendido. Os Pereira de Vasconcelos moradores na Rua do Aro ou Rua de Santo António foram senhores do antigo *Prazo dos Currais* [ao Aro] e foram senhores do antigo *Prazo do Aro* [Quinta do Aro]. As designações de Rua dos Currais (ou de Santo António) e Rua do Aro, que coincidiam no que concerne à Rua, induzem em erro se se trata do *Prazo do Aro* e do *Prazo dos Currais*, efectivamente distintos. Os *Quintã e Casal do Aro* dos velhos Almeidas não coincidiam com a propriedade a que correspondia o designativo “da Caza e Quinta do Aro” de Manuel Pereira de Vasconcelos e de seu genro: a primeira expressão mencionava a Quinta do Aro e as suas pertenças; as segundas incluíam a Casa da Rua do Aro (ou Rua de Santo António) e a velha Quinta do Aro, vizinha de São Pedro.

O *Prazo os Currais* (ou melhor: um dos prazos dos Currais, pois constam outros nos mesmos Currais) chegara por compra a António Lobo de Sousa; sua viúva deixou-o ao irmão Manuel Pereira de Vasconcelos e deste passou a seu filho o P.e José Inácio, e deste, por fim, a sua filha D. Maria José Osório; o *Prazo do Aro* (a Casa e Quinta do Aro), que vinha dos antigos Almeidas, chega a D. Catarina de Almeida e dela passa a seu filho António Lobo de Sousa, e toma o mesmo rumo do outro Prazo, vindo parar a seu cunhado Manuel Pereira de Vasconcelos; deste, a sua filha Bernarda Rosa e a seu neto Baltazar Pereira de Castro.

A distinção dos *Aro* é importantíssima. O assentador do painel decapitara as duas figuras principais e transferira as carantonhas dos anjos grandes para os querubins do topo de cima... Deixei atrás dito: “os sogros de Manuel Pereira de Vasconcelos nada teriam recebido do *Aro*, não obstante ela ser filha de um Matos Godinho da Quinta do Aro.” E ainda acrescentei (o que é verdade): “Este mesmo *Aro* chegou a Manuel Pereira de Vasconcelos por outra via: vindo de seu cunhado António Lobo de Sousa, sem filhos”. Poderia admitir-se que Manuel Pereira de Vasconcelos – que recebera efectivamente a Casa da Rua de Santo António de sua irmã D. Mariana em 1753 (ano

do seu falecimento; reconhecimento do prazo mais tarde em 1757), nela residente e já casado desde 1750 – tivesse herdado também, do lado de sua mulher, qualquer parte da *Quinta do Aro*, antes de 1763 (ano em que, na Misericórdia, o fazem da “Caza e Quinta do Aro”): objecto, se assim tivesse acontecido, do *dote para casar* (1750) mencionado no testamento de sua sogra D. Leonor. Em verdade, já era senhor da Casa da Rua de Santo António (desde 1753) e provavelmente da “Casa e Quinta do Aro” (anotado na Misericórdia em 1763), muito antes do falecimento de D. Ângela e D. Mariana, *muito pobrezinhas* em 1765 e 1767..., o que é significativo.

CASA DA QUINTA DO ARO

Lado Sul. Casa de Sobrado com Loja-Adega, adjacente



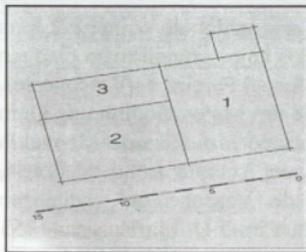
Lado Nascente. Casa de Sobrado



Lado Poente. As duas Lojas adjacentes



Lado Norte. Loja e Casa de Sobrado



1. Casa de Sobrado e Latrina
2. Primeira Loja
3. Segunda Loja

escala em metros

(os primeiros possuidores do Aro, os Almeidas)

Finalmente, ficámos habilitados (dúvidas irão persistir sempre) a entender as casas do *Aro*. No Rol dos Prazos de São Salvador do Burgo figura um Jorge de Almeida em 1532 – data intrigante pois se situa entre outras muito posteriores, precisamente de um século depois – remetendo para o L.º de Prazos n.º 25 que não encontrei, sendo de admitir o seu extravio do Cartório (25): Porém, a escritura de D. Ângela da Cunha veio colmatar o perdido e até antecipou a data do Prazo do Aro e Melarezes para 1519 e, numa das suas partes, designa o foreiro por Jorge de Almeida *Cabral*. Já conhecia quatro personalidades deste apelido composto, talvez nascidas por 1500 ou 1510: Duarte de Almeida Cabral, Cristovão de Almeida (Cabral), Joana de Almeida e Manuel de Almeida, este, padrinho nos anos de 1565 a 1568 (26). Teria sido Jorge de Almeida o pai destes? Muito possivelmente, assim foi, até porque o nome Jorge vai continuar na estirpe (Jorge de Almeida, *prior de Macinhata da Seixa*; Jorge de Almeida, da CASA DE SELA (27)). Seu filho Manuel de Almeida – tratado por cavaleiro fidalgo, residente na sua *Quinta do Carqueijal* e senhor da Quintã do Aro nos anos de 1566, 1576 e 1592 – foi pai, por sua vez, de Manuel de Almeida Barbosa que dividiu o Prazo do Aro por quatro filhos rapazes, dos quais terá ficado pouca descendência. Mas daquele primeiro Manuel de Almeida também ficou D. Catarina de Almeida *da quinta do aro*, que viria a falecer em 1709 dita *da Cruz do Aro* em casa de seu filho António Lobo de Sousa, antes do segundo casamento deste. Outra filha de D. Catarina de Almeida, D. Ângela da Cunha, casada em Coimbra, tenta reaver a posse da totalidade da *Quinta do Aro*, mas sem êxito. Embora exibindo um *reconhecimento da quinta do aro* em 1684 a sua mãe D. Catarina de Almeida, reconhece igualmente outros detentores da parte ou quinhão proveniente de Francisco de Almeida Barbosa.

(Baltazar Pereira de Castro)

Reatarei a volta pelos paróquiais, o nosso fio interrompido.

Manuel Pereira de Vasconcelos, embora nascido em S. Salvador de Galegos (Penafiel), vive na Rua de Santo António da vila de Arouca, casado em 1750, e aqui morre em 1764. D. Francisca Luísa sobrevive-lhe longos anos, vindo a falecer em 1780 *com dote a seu genro José Manuel*. Com efeito José Manuel de Sousa Lobo estava casado com D. Bernarda de Castro, primeiro nado do matrimónio de Manuel Pereira de Vasconcelos da “Caza e Quinta do Aro”, e será dono também, como vimos, da “Caza e Quinta do Aro” (por sua mulher: Agora se entende a razão de residência na Casa e Quinta do Aro em 1755, já casado por certo com D. Bernarda, daí). D. Bernarda, sob o nome de D. Bernarda de Castro, morre em Santo António aos 34 anos, em 1784. Seu marido sobrevive. De seus próprios passados ter-lhe-ia chegado o Prazo da Rua da Lavandeira, onde falece em 1800 *com dote a seu filho* (Baltazar Pereira de Castro) que já aí estava. Antes, Baltazar mora em Santo António (onde terá nascido) - e virá a herdar o *Aro* (*Prazo do Aro* ou Casa e Quinta do Aro), pois o seu nome figura no Livro

(25) AUC, MSMA, *Livro Índice Geral dos Prazos, Freguesia de São Salvador do Vale de Arouca, que menciona o L.º 23, fl 42, Mellarezes. Prazo feito a Jorge de Almeida do cazal do Aro, e do Cortinhal nesta villa, e de hum cazal cito em Mellarezes freguesia do Salvador a ii de Junho anno de 1532.*

(26) BRITO, cit., *ABERTURA, II. nomes e sobrenomes, Os ALMEIDAS*. Porto: Trabalho policopiado.

(27) IDEM, XI, *QUINTA DE TERÇOSO, CASAS DE SELA*. Porto: Trabalho policopiado.

de Foros a seguir ao de seu pai José Manuel de Sousa Lobo - casado em data muito posterior à da morte de sua mãe. Em Santo António nascem-lhe quatro primeiros filhos, o primeiro em 1791, mas passã para a Lavandeira onde constam outros dois a partir de 1798.

os primeiros possuidores do Aro, os Almeidas

Jorge de Almeida Cabral
P.zo do Aro e Melarezes, 1519

I
Manuel de Almeida (28) c.c.
sr. Q.ta do Carqueijal e do Aro

I
Manuel de Almeida Barbosa
sr. do Aro e Melarezes

"Gaspar ou João de Almeida"

I N... Barbosa	I Jorge Barbosa tabelião	I c.c. Mílicia de Almeida de Vasconcelos	I António de Almeida Fid. Casa d'El Rei, P.zo 1552	I João de Almeida escrivão, 1566
I Domingos 1569	I António 1571	I Francisco 1575 <i>Fr.co Barbosa o velho, em 1618</i>	I Francisca de Almeida de Vasconcelos c. 1638 c. M.el Teix.ra Homem, F.S.O.	

I
M.el de Almeida
Barbosa
c.c. M^a da Fonseca
+ 1690
s.g.
+ R. dos Currais 22.01.1633
1699

I
Fr.co de Almeida
Barbosa
P.zo ¼ Casal do
Aro e ¼ Casal de
Melarezes
L.º 21 fl.93
c. 11.11.1625 c.
Clara de Beça P.ra., + v^o em
S.to Estêvão, 1668

I
Luís de Almeida
Barbosa

I
João Barbosa
de Almeida
um quinhão do
casal do Aro e outra
fazenda em Melarezes
22.08.1631
L.º 20 fl. 94

I
D. Catarina de Almeida,
da Quinta do Aro, P.zo 1684,
e da Cruz do Aro + 1709

João , 1627 António, 1629
P.ie João Barbosa

Teria sido Baltazar Pereira de Castro a erguer a actual Casa do Aro e a colocar o brasão? Mas por que motivo a casa vai parar a sua prima coirmã D. Maria José, filha de seu tio o Padre José Inácio? Note-se que D. Maria José, nascida em 1793, era praticamente da idade das filhas de seu primo. Teria sido criada com elas? D. Maria José casou em 1828, com 34 anos. No assento de baptismo nenhuma presença de Pereira de Vasconcelos ou Sousa Lobo, mas no assento de casamento figura um Sousa Lobo, o P.e António Lobo de Sousa, filho de outro António Lobo de Sousa, este, irmão ou sobrinho, segundo parece (a entender, abaixo), de José Manuel de Sousa Lobo, tio de D. Maria José. José Manuel de Sousa Lobo, pai de Baltazar Pereira de Castro, tinha falecido ia para 28 anos! D. Maria José Osório Coutinho e Vasconcelos casou com gente de fora, mas realizou o casamento em Arouca (pois o registo anota à margem *S.to Antonio*, ou seja, residente na casa da Rua de Santo António)...

E quanto a José Manuel de Sousa Lobo? Onde pára o assento de seu baptismo? Nada!

Falta, falta..., fazem as duas principais figuras... do Painel!

(continua)

(28) É provável que este Manuel de Almeida (que conhecemos no *Carqueijal* e na *Quintã do Aro*) fosse casado com uma irmã do tabelião Jorge Barbosa, também matrimoniado com uma Almeida.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO NIDIFICANTE DE CEGONHA-BRANCA *CICONIA CICONIA* NA REGIÃO DE AVEIRO: 1988/2004

*Fernando Leão, Leonel Rocha, Ortélia Rocha e Bruno Lucas **

A espécie

A Cegonha-branca é uma espécie inconfundível: ave de grande tamanho, podendo atingir os 190 cm de envergadura, possui plumagem branca com as penas de voo pretas. Nos adultos as patas e o bico são vermelhos enquanto nos juvenis são pretos.

A reprodução tem início de Março a princípios de Abril sendo os ninhos construídos em pontos altos. A postura é de 1 a 7 ovos (mais habitualmente de 3 a 5). A incubação dura cerca de 30 dias e as crias estão aptas a voar ao fim de cerca de 60 dias.

A alimentação é bastante variada incluindo insectos, vermes, pequenos peixes, mamíferos e anfíbios que caça sobretudo em campos agrícolas, pastagens e terrenos alagados.



Esta espécie é migradora estando presente na nossa região sobretudo na época de reprodução. No entanto, nos últimos anos, são cada vez mais os casais que cá permanecem também no Inverno. Quanto aos juvenis, esses continuam, no final do Verão, a migrar para a África Ocidental.

Após uma acentuada regressão até meados da década de 80, actualmente, a espécie encontra-se numa fase de recuperação sendo considerada comum. Segundo dados de 1994 a população portuguesa estava estimada em 3 302 casais, estimando-se em 2004 (segundo dados provisórios do VI censo internacional) que a população ronde os 7 300 casais reprodutores.

* Núcleo Regional de Aveiro da Quercus – A.N.C.N, Apartado 363, 3811 Aveiro, Portugal.

O recenseamento

O recenseamento da população nidificante de Cegonha-branca na região de Aveiro é já uma actividade com longa tradição no Núcleo Regional de Aveiro da Quercus – A.N.C.N.

O primeiro recenseamento efectuado pelo Núcleo data de 1988, e a partir deste ano foram vários os recenseamentos efectuados os quais só foram possíveis devido à colaboração de voluntários, principalmente sócios da Quercus. Contudo, dadas as características inerentes ao voluntariado, em alguns dos anos, nomeadamente entre 1998 e 2000, não foi possível obter quaisquer dados, e noutros, entre 1995 e 1997, os dados consideram-se incompletos.

Em 2001, já com a Ria de Aveiro classificada como Zona de Protecção Especial ao abrigo da Directiva Aves (Directiva 79/409/CEE), na tentativa de actualizar os dados sobre a real situação da espécie nesta região, foi desenvolvido um vasto trabalho de campo por parte da Associação. Neste ano visitaram-se todos os locais do distrito para os quais existiam referências anteriores da presença da espécie.

Já em 2004 (Março a Maio) decorreu o VI Censo Internacional de Cegonha-branca o qual foi coordenado pela Associação alemã NABU/Birdlife. Em Portugal, o censo esteve sob a coordenação conjunta da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e do Instituto de Conservação da Natureza (ICN).

Na sequência do trabalho desenvolvido desde 1988, o Núcleo Regional de Aveiro da Quercus participou no referido censo tendo ficado a seu cargo a realização do censo no distrito de Aveiro com excepção dos concelhos de Estarreja, Murtoesa e Ovar, os quais, para efeitos do VI Censo Internacional estariam sob a responsabilidade do ICN. No entanto, e com o objectivo de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido e acompanhar no terreno a evolução da população em toda a área habitualmente prospectada pela Associação, o Núcleo procedeu também às contagens nos concelhos sob responsabilidade do ICN.

A evolução da população reprodutora

Os primeiros dados relativos ao estudo da população reprodutora de Cegonha-branca no distrito de Aveiro remontam a 1958/1959 (Santos Júnior, 1961 *in Rosa et al.* 1994). Nessa altura, a população reprodutora foi estimada em 34 casais.

A partir dessa estimativa, os vários estudos realizados na década de 70 e 80 (Borges de Carvalho, 1977 *in Rosa et al.* 1994; Candeias & Araújo, 1989 *in Rosa et al.* 1994) apontam para uma acentuada regressão da espécie na região, culminando com a sua extinção no final da década de 80 (Fernandes, 1991).

Em 1988, ano em que o Núcleo Regional de Aveiro da Quercus – A.N.C.N. efectuou o primeiro recenseamento, não foram encontrados quaisquer ninhos ocupados, levando a crer na provável extinção da espécie na região. Em 1989 foi encontrado o primeiro ninho como resultado de um processo de recolonização que teve início no vale do Cértima (Fernandes, 1991). Desde então, a população tem crescido a um ritmo acelerado, com instalação de novos ninhos nos vales do Vouga, Águeda, Cértima e sobretudo na margem lagunar (Fernandes, 1991; Martins, 1993; Rosa *et al.* 1994; Fernandes, 1994; Fernandes, 1998; Leão *et al.* 2002).

Quadro 1- Evolução do número de ninhos de Cegonha-branca na região de Aveiro.

Ano	Ninhos existentes	Ninhos ocupados	% Ninhos ocupados
1958/59*	34	-	-
1974/77**	12	-	-
1984***	9	7	77,8%
1988	0	0	0%
1989	1	1	100%
1990	1	0	0%
1991	7	4	57,1%
1992	6	6	100%
1993	12	12	100%
1994****	17	17	100%
1995	33	-	-
1996	35	-	-
1997	53	-	-
2001	92	83	90,2%
2004	152	146	96,0%

*Santos Júnior, 1961 in Rosa *et al.* 1994;

** Borges de Carvalho, 1977 in Rosa *et al.* 1994;

***Candeias & Araújo, 1989 in Rosa *et al.* 1994;

**** Rosa *et al.* 1994.

Em 2001 a população reprodutora contava já com 92 ninhos dos quais, 83 estavam ocupados.

Em 2004, ano em que se efectuou o VI Censo Internacional da População de Cegonha-branca, o distrito de Aveiro contava já com 152 ninhos, 146 dos quais ocupados. Este valor representa um crescimento de 76% em relação a 2001 e de 759% em relação a 1994 (ano do último censo nacional).

A distribuição da população

Esta população distribui-se apenas pelos concelhos que têm confluência com a Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro (a qual inclui a Pateira de Fermentelos e Vale do rio Cértima) excluindo Ílhavo e Vagos.

O concelho de Estarreja é aquele que, actualmente, detém o maior número de casais reprodutores (32,2% da população presente no distrito de Aveiro), seguido pelos concelhos de Aveiro (19,2%) e de Albergaria (14,4%). De notar que estes três concelhos, com área geográfica na zona natural conhecida como pertencente ao Baixo Vouga Lagunar, possuem 65% de toda a população reprodutora presente no distrito de Aveiro.

No Quadro 2 apresenta-se a evolução do número de ninhos por concelho, só se referindo os concelhos do distrito nos quais a espécie está ou esteve presente.

Quadro 2- Evolução do número de ninhos por concelho.

CONCELHO	ANO					
	1989	1991	1993	1995	2001	2004
Águeda	1	2	2	3	8	19
Albergaria-a-Velha	0	0	2	4	16	21
Anadia	0	0	1	1	0	0
Aveiro	0	2	1	4	9	28
Estarreja	0	3	4	10	36	50
Ílhavo	0	0	1	1	0	0
Murtosa	0	0	0	0	1*	11
Ovar	0	0	1	1	1	4
Oliveira do Bairro	0	0	0	9	21	19
Total	1	7	12	33	92	152

* dado fornecido à posteriori do recenseamento por um residente no concelho.

A actual localização geográfica de todos os ninhos em relação à ZPE da Ria de Aveiro demonstra a elevada importância desta zona húmida para a população de Cegonha-branca sendo possível diferenciar dois grandes núcleos reprodutores: um no Norte da ZPE (Baixo Vouga Lagunar) e outro no Sul da ZPE (Vale do Cértima).

Esta concentração de ninhos nestes dois locais é coincidente com a localização dos arrozais na região e na ZPE sendo muito frequente observar-se bandos de cegonhas a alimentar-se nos arrozais, o que poderá reflectir a maior disponibilidade de alimento que este habitat oferece em relação aos demais presentes na região.

Os locais de construção do ninho

Quanto ao tipo de suporte utilizado para a construção do ninho, a esmagadora maioria dos ninhos (92,7%), localiza-se em postes de transporte de energia (postes de média, alta e muito alta tensão e postes desactivados).

Apenas 7,3% dos casais escolhem outro tipo de estruturas para construção do ninho nomeadamente chaminés fabris (3,3%), igrejas (1,3%), postes emissores de telecomunicações (1,3), postes de iluminação de campos de futebol (0,7%) e estruturas fabris (0,7%).

Comparando estes valores com os dados disponíveis dos anos anteriores (Fernandes, 1991; Martins, 1993; Rosa *et al.* 1994; Fernandes, 1994; Fernandes, 1998; Leão *et al.* 2002), verifica-se que a tendência se mantém, ou seja, a preferência pelos postes em detrimento das construções humanas ou das árvores.

As conclusões

Os dados recolhidos confirmam a elevada importância da Ria de Aveiro para a população de Cegonha-branca nesta região, verificando-se que todos os ninhos detectados se localizam nos concelhos que têm confluência com a ZPE, sendo o

concelho de Ovar, (até ao qual se estende um braço da Ria de Aveiro) o limite Norte litoral de ocorrência desta espécie no país.

Os valores obtidos no censo de 2004 confirmam a tendência de aumento da população de Cegonha-branca na região envolvente à ZPE da Ria de Aveiro assistindo-se a um elevado incremento de ninhos sobretudo nos concelhos de Águeda, Aveiro, Estarreja e Murtosa.

Em todo o perímetro lagunar destaca-se a elevada importância do Baixo Vouga Lagunar para esta espécie, já que os concelhos que fazem parte desta área (Aveiro, Albergaria e Estarreja) albergam no seu conjunto 65% de toda a população existente no distrito. Esta é uma área com uma grande extensão de campos agrícolas e área húmida, destacando-se sobretudo os arrozais de Salreu os quais são de elevada importância como área de alimentação desta espécie. Por outro lado, a presença no concelho de Aveiro, a poucas centenas de metros do Baixo Vouga Lagunar, do aterro Sanitário de Taboeira, oferece mais uma oportunidade de alimentação à espécie sendo frequente observar bandos de cegonhas a alimentarem-se neste aterro.

Do levantamento efectuado não foram detectados quaisquer ninhos nos concelhos do interior do distrito. Nestes concelhos o habitat é predominante florestal com coberto vegetal dominado sobretudo por eucalipto, pelo que as oportunidades de alimentação são escassas e restringem-se apenas aos vales aluvionares dos pequenos rios e ribeiros que atravessam estes concelhos.

Bibliografia

- Borges de Carvalho, 1977 in Rosa *et al.* 1994. The present Situation of White Stork *Ciconia ciconia* in Portugal.
- Candeias & Araújo, 1989 in Rosa *et al.* 1994. The present Situation of White Stork *Ciconia ciconia* in Portugal.
- Farinha, J. & Costa H. (1999). Aves Aquáticas de Portugal – Guia de Campo. Instituto de Conservação da Natureza.
- Fernandes, C. 1991. Recenseamento da Cegonha-branca no Distrito de Aveiro (1988-1991). Núcleo Regional de Aveiro da Quercus (Relatório não publicado)
- Fernandes, C. 1994. Recenseamento da Cegonha-branca no Distrito de Aveiro (1988-1993). Painel apresentado na Feira do Ambiente de Aveiro. Núcleo Regional de Aveiro da Quercus
- Fernandes, C. 1998. Censos de Cegonha-branca no Distrito de Aveiro. Salgueiro 0: 2.
- Leão, F; Rocha, L. & Rocha, O. (2002). A População Nidificante de Cegonha-branca *Ciconia ciconia* na Região de Aveiro. *Airo* 12:84-87.
- Martins, J. 1993. A Cegonha-branca em Portugal. Quercus – A.N.C.N.
- Rosa, G.; Araújo, A. & J. Martins 1994. The present Situation of White Stork *Ciconia ciconia* in Portugal.
- Santos Júnior, 1961 in Rosa *et al.* 1994. The present Situation of White Stork *Ciconia ciconia* in Portugal.

bibRIA

concelho de Ovar (antigo distrito de Braga) em Braga (de Aveiro) O limite Norte
litoral de ocorrência desta espécie no país.

Os valores obtidos em 1997, continuam a evidenciar a existência de populações
populações de *Cyclops bicuspidatus* em locais de água doce, sobretudo
se a não elevada temperatura de muitos rios e lagoas nos concelhos de Aveiro,
Estarreja e Murtosa.

Em todo o perímetro lagunar destaca-se a elevada importância do Bairro Vagos
Lagunar, pois esta espécie já que os concelhos que fazem parte desta área (Aveiro,
Arouca e Estarreja) abrangem no seu conjunto 65% da total a população existente no
distrito. Esta é uma área com uma grande extensão de campos agrícolas e áreas húmidas,
destacando-se sobretudo os arrozais de Salgueiro ou para a elevada importância
como área de alimentação desta espécie. Por outro lado, a presença no concelho de
Aveiro, a poucos quilómetros de terras do Bairro Vagos Lagunar, do rio Santo António de
Tavôga, oferece mais uma oportunidade de alimentação à espécie sendo frequente
observar grandes bandos de zygotes a alimentarem-se neste rio.

O levantamento efectuado não foram detectados quaisquer outros nos concelhos
do interior do distrito. Nestes concelhos a paisagem é predominantemente agrícola com campos
vegetal, dominando sobretudo sobretudo por cereais, pelo que as oportunidades de alimentação
são maiores e abrangem a grande maioria das áreas agrícolas e extensas áreas
que abrangem estas condições para esta espécie. Os dados apresentados são
de carácter preliminar e deverão ser confirmados em estudos futuros.

Bibliografia

Barros, J. & Costa, H. (1997). Aves Aquáticas de Portugal. Livro de Campo. Instituto
de Conservação da Natureza, Lisboa. 192 pp. (em português).

Fernandes, C. (1997). Recenseamento de *Cyclops bicuspidatus* no Distrito de Aveiro (1997-
1998). Mestrado Regional de Aveiro de Gestão Ambiental e Qualidade do Ambiente (1997-
1998). Universidade de Aveiro, Aveiro. 110 pp. (em português).

Fernandes, C. (1998). Recenseamento de *Cyclops bicuspidatus* no Distrito de Aveiro (1997-
1998). Mestrado Regional de Aveiro de Gestão Ambiental e Qualidade do Ambiente (1997-
1998). Universidade de Aveiro, Aveiro. 110 pp. (em português).

Fernandes, C. (1998). *Cyclops bicuspidatus* no Distrito de Aveiro. Relatório de Trabalho
Final do Mestrado Regional de Aveiro de Gestão Ambiental e Qualidade do Ambiente (1997-
1998). Universidade de Aveiro, Aveiro. 110 pp. (em português).

Leite, F. & Barros, J. (2002). A População Inicial de *Cyclops bicuspidatus* em
Caldas de Aveiro. Relatório de Trabalho Final do Mestrado Regional de Aveiro de Gestão
Ambiental e Qualidade do Ambiente (2001-2002). Universidade de Aveiro, Aveiro.
110 pp. (em português).

Rosa, G., Araújo, A. & Martins, 1994. The present situation of White Stork *Ciconia
ciconia* in Portugal.

Santos Júnior, 1961 in Rosa et al. 1994. The present situation of White Stork *Ciconia
ciconia* in Portugal.

AS COORDENADAS DE TALÁBRIGA (a)

Luís Seabra Lopes *

Resumo: A cidade de Talábriga, que os autores antigos situam na região do Vouga, é uma espécie de antepassada romana de Aveiro. Infelizmente, apesar de andar na mira dos investigadores desde o século XVI, o problema da localização de Talábriga ainda não tem uma solução geralmente aceite. Em trabalhos recentes, aponte as fraquezas da conjectura tradicional, segundo a qual Talábriga se situaria na zona da Branca ou Albergaria-a-Nova, e propus a sua identificação com o castelo do Marnel. Neste artigo, depois de fazer o ponto da situação sobre o problema, apresento um novo e importante argumento, a favor da minha tese, baseado na geografia de Ptolomeu. (1)

I

A história de Talábriga parece começar com um episódio heróico de resistência à dominação romana. Com efeito, em 138 a.C., o consul Décio Júnio Bruto empreendeu a primeira grande campanha militar pelo actual território português. Apiano de Alexandria incluiu na sua *Romanorum Historiarum* a narrativa dessa campanha, a qual se estendeu a toda a região que vai do Gualdalquivir ao Minho. Bruto, em vez de enfrentar as populações das montanhas, que fãcilmente se refugiavam, preferiu conduzir a campanha pelas zonas mais desafogadas do litoral e foi atacando as cidades. Talábriga aparece referida no último capítulo da narrativa de Apiano (sigo a tradução de Sousa Baptista (2)):

«Entre outras cidades que se rebelaram foi Talábriga a que mais vezes o fez. Brutus, voltando ali, os habitantes da cidade pediram-lhe clemência e confiaram-se ao seu arbitrio. Em primeiro lugar mandou que lhe entregassem os trãnsfugas dos romanos, os prisioneiros e todas as armas, além dos refjens; depois ordenou que saíssem da cidade com mulheres e filhos. Logo que acabaram de o fazer, cercou-os de tropas e arengou-os, dizendo-lhes que quantas vezes se rebelassem, tantas vezes mais violentamente a guerra lhes seria feita. Amedrontados e convencidos de que mais asperamente se vingaria deles, Brutus acalmou-se contentando-se só com estas recriminações. Tomou-lhes os cavalos, mantimentos, dinheiro público e mais apetrechos bélicos, restituindo-lhes depois a cidade, o que eles já não esperavam. Depois de tantos feitos, Brutus voltou a Roma».

A destemida resistência oferecida pelos habitantes ajudou a mitificar a povoação, tornando ainda mais urgente determinar a sua localização. Disso mesmo se fez eco, em 1907, o arqueólogo Félix Alves Pereira na passagem seguinte:

(a) Este artigo foi escrito para a revista Estudos Aveirenses, n.º 6-7, 1996, que não chegou a publicar-se. A mesma temática foi tratada, numa perspectiva mais abrangente, no meu artigo "Itinerários da Estrada Olisipo-Brãcara: Contributo para o Estudo da Hispãnia de Ptolomeu", *O Arqueólogo Português*, sãrie IV, vol. 13/15, 1995-1997, p. 313-346. Publica-se agora o tecto, tal como foi entregue para publicação em 1996, acrescentando-se uma nova sãrie de notas de rodapã, numeradas alfabeticamente.

* Professor Auxiliar no Departamento de Electrãnica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro.

(1) Agradeço ao Prof. Doutor Vitor Jabouille, da Faculdade de Letras de Lisboa, a amãbilidade de me ter recebido, bem como a indicaçãõ de diversas referências bibliogrãficas sobre a geografia antiga.

(2) Augusto Soares de Sousa Baptista, "Talãbriga", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 214-230.

«Esta página da conquista da Lusitania é tanto mais importante quanto é, com igual individuação, a única que nos resta da história escrita dos oppidos lusitanos, e, embora narre um só episódio da guerra da conquista, não deixa de ser elucidativa. Quando li este texto de Apiano, confes so que senti amargura por não podermos ainda ir conversar na região do Vouga com as ruínas da cidade onde estes sucessos cruéis se desfiaram » (3).

Convém, todavia, referir que não é totalmente segura a identificação da Talábriga a que se refere Apiano com a Talábriga do Vouga. Na verdade, parece ter existido outra Talábriga a norte do Douro (4), no território dos brácaros, precisamente onde se passam os acontecimentos narrados por Apiano no capítulo anterior ao que se citou acima. Alguns bons argumentos a favor da localização dos acontecimentos narrados por Apiano na Talábriga do Vouga foram já apresentados por Sousa Baptista (5). Parece-me ainda de acrescentar um outro argumento. Na verdade, é preciso não esquecer a profunda dualidade cultural existente no território português na época da conquista romana, no século II aC. Às regiões do sul e do litoral a partir do Vouga, mediterraneizadas e com muitos centros urbanos, contrapunham-se o interior e o norte com um cariz tribal, castrejo e pastoril. Apiano, no pequeno capítulo dedicado ao norte do Douro, não refere cidades, apenas fala de um povo, os brácaros. O próprio Plínio, já no século I dC., quando descreve o litoral da Lusitânia, apenas refere cidades a partir do Vouga, sendo a primeira Talábriga. Entre Vouga e Douro, Plínio não refere cidades, mas sim dois povos, os Túrduos Velhos e os Pesures. Assim, parece-me pouco provável que o *Talabriga oppidum* de Apiano pudesse ficar a norte do Douro.

A passagem em que Plínio refere Talábriga é a seguinte: «*A Durio Lusitania incipit: Turduli veteres, Pæsuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica, oppidum et flumen Aeminium, oppida Conimbrica, Collipo, Eburobritium [...]*» (6). De há muito que está solucionado o problema da localização de Conimbriga e Emínio. As ruínas romanas de Condeixa a Velha são o que resta da primeira, encontrando-se a segunda sob a actual Coimbra. A estas cidades situadas no litoral entre Vouga e Tejo chamou Pompónio Mela as *cidades dos Túrduos (Turdolorumque oppida)*.

Informações mais detalhadas sobre a localização de Talábriga encontram-se no *Itinerarium Provinciarum Antoni Augusti*, um roteiro do império, com indicação de estradas, *mansiones* e distâncias, e conhecido vulgarmente como *itinerário de Antonino*. Contem alguns erros, em especial nas distâncias, mas o seu valor como auxílio ao estudo e reconstrução da rede viária romana não é posto em causa. O itinerário de An-

(3) Félix Alves Pereira, "Geographia Protohistórica da Lusitania. Situação Conjectural de Talabriga", *O Archeologo Português*, vol. 12, 1907, pp. 129-158.

(4) Em Estorões, Ponte de Lima, foi encontrada uma ara romana, datada dos séculos III/IV, ofertada por uma talabrigense. A descoberta desta ara levou Miguel de Oliveira a reanalisar a citada passagem de Apiano, bem como o contexto em que aparece, concluindo que haveria dois ópidos com o nome de Talábriga, sendo um deles na região do Lima (Miguel de Oliveira, «Talábriga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1938, pp. 117-120). A hipótese de uma segunda Talábriga nessa região parece confirmar-se por uma inscrição, achada em El Replado (Huelva, Espanha), que documenta um *Limicus (castello) Talabric(a)* (J. M. Luzón Nogué, *Antigüedades Romanas en la Provincia de Huelva*, p. 295-298, *apud* Amílcar Guerra, *op. cit.*, pp. 81-82 e n. 192).

(5) Sousa Baptista, «Talábriga», *op.cit.*

(6) Plínio o Velho, *Naturalis Historiae apud* Amílcar Guerra, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, pp. 32-33 e 79-85.

tonino, cuja redacção final deverá datar de finais do século III dC., é considerado uma das mais importantes obras geográficas que nos chegaram da Antiguidade (7). Nele foram também incluídas as principais vias que atravessavam o actual território português. Talábriga, que era tocada pela estrada de Olissipo a Bracara, ficaria entre Emínio e Lancóbriga, a uma distância de 40 milhas da primeira e de 18 milhas da segunda. Por sua vez, Lancóbriga, cuja existência se conhece apenas pela referência do itinerário de Antonino, ficava a 13 milhas de Cale, que deverá procurar-se em Gaia ou no Porto (8).

II

As primeiras conjecturas e controvérsias sobre a localização exacta de Talábriga surgiram no século XVI, perfeitamente integradas no movimento renascentista de culto das civilizações antigas e de procura dos seus vestígios. Insurgindo-se contra autores que faziam corresponder Talábriga a Talavera de La Reina, em Espanha, o antiquário Gaspar Barreiros defendeu em 1561 que umas ruínas, que encontrou em Cacia, próximo de Aveiro, eram o que restava de Talábriga (9). Nos três séculos seguintes, os mais variados autores concordaram com a localização de Talábriga em Aveiro ou próximo (10) (b).

Gaspar Barreiros procurou sinceramente, e com notável sentido crítico para a sua época, identificar a localização de Talábriga. Porém, a sua tese não é totalmente consistente com os dados do itinerário de Antonino, pois, a distância que deveria separar Talábriga de Cale, 31 milhas ou 46 Km, obrigaria a colocar Talábriga um bocado a norte do Vouga.

Félix Alves Pereira chamou a atenção para este facto, num artigo publicado no também já longínquo ano de 1907, em que abriu novas perspectivas para a resolução deste problema (11). Nesse artigo, o autor definiu a situação conjectural de Talábriga com base nas restrições impostas pelo itinerário de Antonino, isto é, esta cidade da Lusitânia deveria ficar na intersecção de dois círculos: um centrado em Emínio e tendo de raio 40 milhas, e outro centrado em Cale e tendo de raio 31 milhas. O espaço assim definido exclui Cacia, ou qualquer outra povoação próxima de Aveiro, e exclui ainda as margens do Vouga. Segundo esta tese conjectural, a freguesia da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha, teria grandes possibilidades de conter nos seus limites as ruínas deste *oppidum* romano (12).

(7) Raymond Chevalier, *Les Voies Romaines*, Lib. Armand Colin, Paris, 1972, p. 30-33.

(8) Emilio Hubner, *Noticias Arqueológicas de Portugal*, Typographia da Academia, 1871, p. 98; Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 2.ª ed., Publicações Europa-América, 1988, p. 45. A milha romana equivale a 1481.5 m.

(9) Gaspar Barreiros, *Chorographia de algvns Lvgares*, Coimbra, 1561, fl. 48-52v.

(10) Sobre a historiografia de Talábriga, consultar António Gomes da Rocha Madaíl, «Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga. Terraço Subjacente à Ermida do Espírito Santo, ou da Vitória», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, 1941, pp. 227-258 e pp. 313-369.

(b) Existe agora uma inventariação mais actualizada e exaustiva da historiografia de Talábriga (L. Seabra Lopes, «Tentativa de Sistematização da Historiografia de Talábriga», *Al-madan*, IIª série, nº 9, Centro de Arqueologia de Almada, 2000, p. 28-28).

(11) Alves Pereira, *op. cit.*

(12) Idem, pp. 142-144.

Em 1942, Alberto Souto publicou um trabalho, sobre a romanização do Baixo Vouga, em que manifestou total concordância com as conclusões de Alves Pereira (13). Souto foi mais longe, propondo que Talábriga deveria procurar-se em Cristelo da Branca. Em defesa desta hipótese, referiu a configuração topográfica do local (um pequeno planalto entre duas ravinas), a existência de vestígios romanos e o próprio significado arqueológico do topónimo *Cristelo*. Entretanto, como Cristelo ficava um pouco afastado do suposto traçado da estrada romana e, ainda por cima, em rigor, ficava já fora da zona de intercepção definida por Alves Pereira, Alberto Souto acabou por propôr que, embora Talábriga se situasse em Cristelo, a sua *mansio* seria em Albergaria-a-Nova. Recentemente, Vasco Mantas defendeu também que Talábriga deveria procurar-se na zona de Albergaria-a-Nova (14) (c). Félix Alves Pereira concluiu o seu estudo assim:

«Entrevejo pois para a archeologia portuguesa este proble ma: sondar o jazigo de Talabriga, verdadeiro simbolo do nosso sentimento de independencia territorial e figura-se-me que mostrei onde com toda a probabilidade elle se deve encontrar. Espero ter eu mesmo ensejo de averiguar se o simples e frio raciocinio me guiou, sem desvio, até as trincheiras históricas, que occultam os miserandos restos de Talabriga » (15).

Porém, tal não veio a acontecer e, agora, já no final do século (d), o problema continua sem solução geralmente aceite. Os trabalhos de Félix Alves Pereira e de Alberto Souto tiveram, em qualquer caso, a virtude de reunir e sistematizar um conjunto apreciável de informações com ele relacionadas.

Em dois artigos recentes (16) argumentei que a tese conjectural de Alves Pereira não é aceitável. Por um lado, e ao contrário do que este arqueólogo pensou, o itinerário de Antonino contém necessariamente um erro em alguma das distâncias entre Emínio e Cale. Com efeito, sendo de 104.5 Km a distância em linha recta entre Coimbra e Gaia, não pode estar correcto o comprimento de 71 milhas ou 105.2 Km que o itinerário indica para a estrada entre as duas cidades. Aliás, no início do século, a estrada real media 116 Km entre os mesmos pontos e na idade média parece que era ainda mais longa. Por outro lado, a localização de Talábriga na zona da Branca, portanto bastante a norte do Vouga, vai contra o citado testemunho de Plínio que obriga a situar esta cidade a sul do Vouga.

(13) Alberto Souto, «Romanização no Baixo-Vouga (Novo *Oppidum* na Zona de Talábriga)», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. IX, fasc. 4, Porto, 1942, pp. 283-328.

(14) Vasco Gil Mantas, *A Rede Viária do Convento Escalabitano*, Saragoça, 1990, p. 225.

(c) Tive oportunidade de comentar e rebater vários dos argumentos de Vasco Mantas em L. Seabra Lopes, «O Problema da Localização de Talábriga», *Munda*, n.º 34, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 1997, p. 57-60. Entretanto, Vasco Mantas («Cidades e História Económica na Área de Influência da Estrada Olisipo-Bracara», *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania*, R.M.S. Centeno, M.P. García-Bellido y G. Mora (coord.), *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, 1999, p. 279-298, ver p. 296) qualificou de "muito discutíveis" as minhas opiniões, prometendo que oportunamente as comentaria. No entanto, acho que ainda não chegou a fazê-lo.

(15) *Idem*, *op. cit.*, p. 158.

(d) Relembro que o artigo foi escrito em 1996.

(16) L. Seabra Lopes, «Talábriga: Situação e Limites Aproximados», *Portvgalia*, nova série, vol. XVI, Instituto de Arqueologia, Porto, 1995, p. 331-343; L. Seabra Lopes, «Talábriga e as Origens da Terra de Vouga», *Beira Alta*, vol. LV, 1-2, Assembleia Distrital de Viseu, 1996, pp. 169-187.

Numa coisa, Alves Pereira teve razão: Talábriga não poderá localizar-se em Aveiro pela simples razão de que Talábriga ficava junto à estrada e esta dificilmente cruzaria o Vouga em outro ponto que não fosse junto ao Monte Marnel. Que a estrada passava mais pelo interior, pela mesma directriz depois seguida pela estrada real, confirma-se por três marcos miliários, um dos quais encontrado na Mealhada e os outros dois em UI, concelho de Oliveira de Azeméis.

Nos artigos citados, argumentei que as ruínas romanas do Monte Marnel são o que resta de Talábriga. Na verdade, estas ruínas, postas a descoberto por Rocha Madail (17) em 1941, a expensas de J. Sousa Baptista, são as mais importantes até hoje encontradas na região do Vouga e ficam, como convém, a sul deste rio. O Monte Marnel era o local que melhores condições oferecia para servir de capital da região do Vouga. Situado entre os rios Vouga e Marnel, e não longe da antiga foz do Vouga, o monte era quase uma ilha, apenas ligada a terra pelo extremo oriental. Estrategicamente, a localização de Talábriga nesse ponto, dominando, quer o trânsito fluvial no Vouga, quer o trânsito terrestre na estrada Olisippo-Brácar e na estrada, também romana, que do Marnel partia em direcção a Viseu, não podia ser melhor.

Finalmente, analisando a distribuição dos marcos de fronteira e dos marcos miliários até agora encontrados, verifiquei que o território de Talábriga coincidia em grande parte com a medieval *terra de Vouga*, cuja sede era precisamente a *civitas Marnel* (Fig. 1) (e). Também isto me pareceu um forte argumento a favor da localização da cidade romana no Marnel. Mais ainda, estendendo-se o território de Talábriga desde o rio Antuã até à Mealhada, dificilmente poderia Talábriga situar-se em Cristelo ou Albergaria-a-Nova, povoações que ficam no extremo norte deste vasto território (f).

III

Parece-me que os argumentos apresentados deixam pouca ou nenhuma margem de manobra para os seguidores de Alves Pereira. Encontrei, entretanto, um argumento que parece verdadeiramente decisivo.

Situando-se Talábriga no castelo do Marnel, o erro por defeito encontrado no itinerário de Antonino deve atribuir-se ao percurso entre esta cidade e Cale. Segundo o itinerário, a distância entre esses pontos seria de 31 milhas. Uma vez que a distância pela estrada real entre os mesmos pontos era de 63.9 Km ou 43.1 milhas no princípio do século (18), o erro em questão poderá ter sido de 12 milhas.

Na mesma estrada, a distância entre Sélío (Tomar) e Conímbriga que, segundo o itinerário, media 34 milhas, contém também um erro por defeito. Neste caso, a própria distância em linha recta é superior à distância do itinerário em mais de 3 milhas. Se o factor de afastamento da estrada em relação à linha recta for aqui o mesmo que na

(17) Rocha Madail, *op. cit.*

(e) Neste mapa, apresento também o traçado da estrada romana tal como entretanto vim a propôr (L. Seabra Lopes, «A Estrada Eminio-Talábriga-Cale: Relações com a Geografia e o Povoamento de entre Douro e Mondego», *Conímbriga*, vol. 39, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 2000, p. 313-346).

(f) Alarcão, que já desde 1988 situa Talábriga no Marnel, ainda que fundado numa análise superficial, reafirmou recentemente a sua crença nessa possibilidade (J. Alarcão, «Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia – I», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7 (1), 2004, p. 317-334, ver p. 325-330). Registo com agrado que Alarcão aceita os limites que propus para o território de Talábriga.

(18) *Carta Itinerária de Portugal*, Serviço do Estado Maior, 1905, fl. 3.

estrada real entre Coimbra e Gaia, então a distância por estrada entre Selio e Conimbriga poderia ser $(116/104.5) \times 37 \approx 41$ milhas e o erro no itinerário poderá ter sido de 7 milhas.

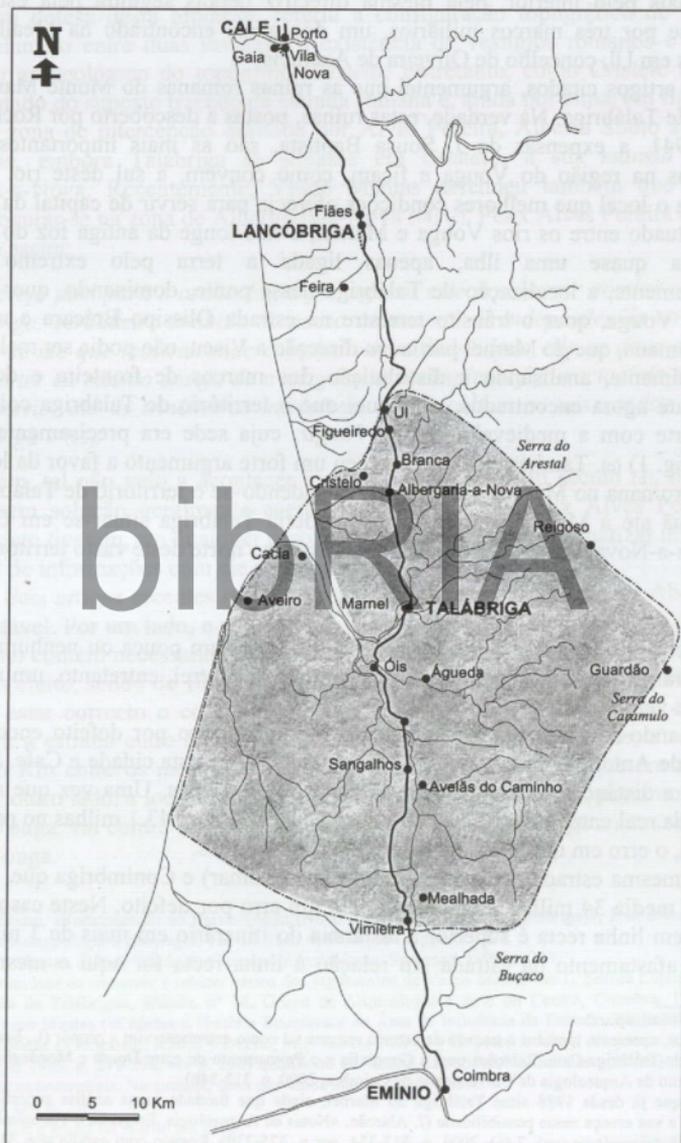


Fig. 1 - Talábriga e o seu território

O que, até agora, ninguém tinha notado é que estes dois erros podem ser corrigidos por comparação com a geografia de Ptolomeu. O matemático e astrónomo Cláudio Ptolomeu, de Alexandria, cuja actividade se desenvolveu na primeira metade do século II dC., preparou mapas do mundo conhecido assinalando cidades, rios e montanhas, bem como as suas coordenadas astronómicas. O que hoje se conhece como a *geografia de Ptolomeu* é uma compilação bizantina dos séculos X ou XI que reúne trabalhos de Ptolomeu, mas também de outros geógrafos (19). Tal como o geógrafo refere na introdução, a estimação das distâncias era, por regra, baseada na duração de viagens, quer por terra, quer por água (20). Ora, como as distâncias itinerárias são sempre superiores às distâncias em linha recta, o tamanho do mundo conhecido acabou por ficar bastante exagerado (aliás, segundo alguns autores, Colombo terá preferido explorar um caminho ocidental para a Índia, em parte porque, nos mapas antigos, a Índia aparecia muito mais longe da Europa do que na realidade está). Em todo o caso, baseando-se parcialmente em itinerários de estradas, as coordenadas ptolomaicas podem servir de complemento ao itinerário de Antonino (21).

Muitos autores antigos tinham a noção de que a terra era um globo (22). Segundo Ptolomeu, um grau de longitude no paralelo de maior raio (o equador, latitude 0°) corresponderia a 500 estádios ou 62.5 milhas romanas. Um vez que os meridianos convergem no ponto do globo à latitude de 90°, o comprimento do grau de longitude diminui à medida que se aumenta a latitude. Assim, por exemplo, no paralelo de Rodes (a linha de referência do mundo antigo, à latitude de 36°), o grau de longitude correspondia a apenas 400 estádios ou 50 milhas. O grau de latitude correspondia sempre a 500 estádios.

Para definir as coordenadas num certa região, Ptolomeu introduziu algumas simplificações. Em primeiro lugar, adopta um valor médio para o grau de longitude e trata os meridianos como se fossem linhas paralelas. Para a Hispania e para a Itália, o grau de longitude médio é o do paralelo 40°, arredondado para 375 estádios, mais ou menos 46.9 milhas. Assim, na região que interessa a este artigo, o minuto do grau de longitude equivaleria aproximadamente a 0.781 milhas. O minuto do grau de latitude equivalia a 1.042 milhas em qualquer ponto do globo. Ver-se-á, pelas coordenadas de algumas cidades da Lusitânia, que Ptolomeu, por vezes, simplificando ainda mais, considera o minuto de longitude igual ao minuto de latitude.

Tendo as coordenadas ptolomaicas sido definidas na primeira metade do século II, elas têm uma autoridade indiscutível no domínio da rede viária. É claro que, para tirar conclusões, é necessário encontrar a lógica que explica as coordenadas. O itinerário de Antonino é obra mais tardia (finais do século III) e as cópias mais antigas que nos chegaram datam já do século VIII. Em certos casos, estou convencido de que a geografia de Ptolomeu poderá ter maior autoridade do que o próprio itinerário de Antonino.

(19) A Hispânia é descrita no Livro II da *Geografia*. Utilizei a edição de Karl Müller (*Claudi Ptolemaei Geographia*, vol. I, Paris, 1883), que apresenta a transcrição do original em grego bem como a sua tradução para latim.

(20) Vários excertos de Ptolomeu aparecem traduzidos para inglês em G. Kish (ed.), *A Source Book in Geography*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1978, p. 105-116.

(21) Chevalier, *op. cit.*, p. 34-35.

(22) Sobre a história da geografia antiga consultar J. Oliver Thomson, *History of Ancient Geography*, Nova Iorque, 1965. Sobre a geografia de Ptolomeu ver, em especial, as páginas 334-345.

Das cidades mencionadas pelo itinerário de Antonino entre Olissipo e Brácará, a geografia de Ptolomeu menciona apenas Olissipo, Arábriga (Ierábriga no itinerário, hoje Alenquer), Scalabis (Santarém), Selio, Emínio, Talábriga e Brácará. À primeira vista, as localizações destas cidades parecem aleatórias e sem sentido. Com efeito, as coordenadas de Talábriga e Emínio, por exemplo, colocam estas cidades em pleno Alentejo e já próximo da fronteira com Espanha. Neste facto se baseou, provavelmente, a identificação de Talábriga com Talavera de La Reina que alguns defenderam no século XVI. Não tem sido fácil tirar informação útil da geografia de Ptolomeu. Por exemplo, Borges de Figueiredo, que brilhantemente demonstrou a situação de Emínio em Coimbra em finais do século passado, quando todos situavam aquela cidade em Águeda, declarou o seguinte sobre a *Geografia*: «Vê-se, pois, claramente que as coordenadas ptolomaicas não podem servir de argumento para a localização de Emínio na vila de Águeda, como também não podem, por si sós, ser base para a identificação de nenhum outro ponto geográfico da península ibero-lusitana». (23)

Há, no entanto, uma surpreendente ordem no caos das coordenadas ptolomaicas das cidades do itinerário de Antonino. Com efeito, vou mostrar que Ptolomeu usou, para definir essas coordenadas, um itinerário da via Olissipo-Brácará que continha apenas um erro, precisamente na distância entre Emínio e Talábriga. O erro consistiu em trocar as 40 milhas, que o itinerário de Antonino refere, por 11 milhas, coisa fácil de acontecer, pela confusão entre os números XL e XI. Este erro, aliás, também aparece num dos códices do itinerário de Antonino e precisamente para o mesmo segmento da estrada. (24)

A Fig. 2 mostra as distâncias entre Olissipo e Brácará segundo o itinerário de Antonino (primeira coluna), segundo o itinerário utilizado por Ptolomeu (segunda coluna) e também as distâncias corrigidas (terceira coluna). A distância entre Talábriga e Cale sobe de 31 para 43 milhas, que é precisamente a distância medida pela estrada real entre o Marnel e Gaia. Atribuí esta diferença ao segmento Talábriga-Lancóbriga, que passa a medir 30 milhas (25). Se a diferença fosse atribuída ao segmento Lancóbriga-Cale, teríamos que colocar Lancóbriga na zona de Oliveira de Azeméis, possivelmente em Lações. Neste caso, porém, Lancóbriga ficava totalmente descentrada em relação ao seu território. De resto, deixaria de ter explicação o miliário de Ul, que marca 12 milhas necessariamente a contar de Lancóbriga. A distância entre Selio e Conímbriga sobe de 34 para 41 milhas (a minha estimativa era precisamente esta!). A distância total entre Olissipo e Brácará sobe de 244 para 263 milhas.

Para verificar que Ptolomeu utilizou um itinerário com as distâncias apresentadas na segunda coluna da Fig. 2, o melhor é fazer uma simulação do procedimento que o geógrafo terá seguido na marcação das coordenadas (a Fig. 3 apresenta um sumário das distâncias entre as cidades que o geógrafo marcou):

(23) António Cardoso Borges de Figueiredo, «Oppida Restituta: As Cidades Mortas de Portugal: Emínio», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 5ª série, nº 2, 1885, p. 67-92.

(24) Hubner, *op. cit.*

(25) Curiosamente, uma das cópias mais antigas do itinerário de Antonino, o *códice florentino do século X* (só há dois códices mais antigos, ambos do século VIII; ver Hubner, *op. cit.*), indica também 30 milhas para este segmento da estrada. Infelizmente, como todos os outros códices indicam 18 milhas, nunca ninguém lhe tinha dado importância. Agora que temos um dos códices mais antigos do itinerário e a geografia de Ptolomeu ambos a indicar 30 milhas, o caso muda de figura.

	itinerário de Antonino	itinerário usado por Ptolomeu	itinerário corrigido
Olissipo			
Ierabriga	30	30	30
Scalabis	32	32	32
Selio	32	32	32
Conimbriga	34	41	41
Emínio	10	10	10
Talábriga	40	11	40
Lancóbriga	18	30	30
Cale	13	13	13
Brácara	35	35	35
TOTAL (milhas)	244	234	263

Fig. 2 - Correções ao itinerário de Antonino entre Olissipo e Brácara

Olissipo	62
Scalabis	32
Selio	51
Emínio	11
Talábriga	78
Brácara	

Fig. 3 - Sumário das distâncias usadas por Ptolomeu (em milhas)

• Ptolomeu terá começado por marcar a foz do Tejo e as cidades de Olissipo, Arábriga e Scalabis (ver Fig. 4). O geógrafo devia conhecer as posições relativas daquelas cidades relativamente à foz do Tejo que, na época romana, ficaria próxima de Vila Franca de Xira. Na verdade, marcou Olissipo 22 milhas a sudoeste da foz do Tejo e Scalabis 35 milhas para nordeste. Arábriga, que deve corresponder à Ierábriga do itinerário de Antonino e à moderna Alenquer, ficou a 8 milhas da foz do Tejo, distância que efectivamente separa Alenquer de Vila Franca. A soma das distâncias de Olissipo à foz do Tejo e daí a Ierábriga perfaz as 30 milhas que o itinerário de Antonino indica entre as duas cidades. A distância medida directamente entre Olissipo e Arábriga é de 28.2 milhas (contra 26.3 em linha recta e 30 no itinerário de Antonino) e entre Arábriga e Scalabis é de 30.4 milhas (contra 24 em linha recta e 32 no itinerário). Parece, pois, que Ptolomeu tinha informações relativamente rigorosas sobre esta região. (g)

(g) Para esta região, tenho uma análise mais aprofundada em L. Seabra Lopes, «Itinerários da Estrada Olisipo-Brácara: Contributo para o Estudo da Hispânia de Ptolomeu», *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 13/15 1995-1997, p. 313-346.

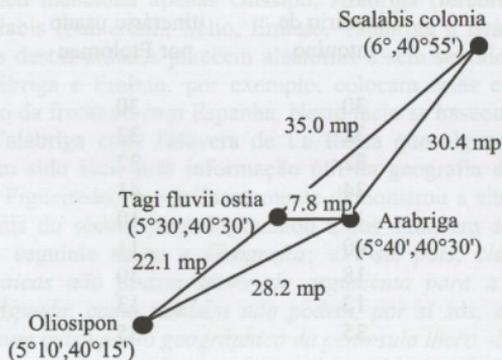


Fig. 4 - Localização das cidades do vale do Tejo (distâncias calculadas considerando o grau de longitude equivalente a 375 estádios)

- Em seguida o geógrafo marca as restantes cidades a partir de Scalabis, que era colónia e capital de convento (ver Fig. 5). Enquanto que, na região a sul de Scalabis, Ptolomeu parece ter tido em conta a diferença de escalas na latitude e na longitude, na região a norte de Scalabis ele considerou escalas iguais, possivelmente por não ter informação sobre as posições relativas das cidades. Assim, em qualquer direcção, um minuto vai agora valer 1.042 milhas (em rigor 1.041(6)).

- Selio ficou, considerando a igualdade das escalas, a uma distância de 26.0 milhas de Scalabis, distância insuficiente, mesmo em linha recta, não podendo por isso ter sido obtida de um itinerário. Na verdade, a distância de Selio a Scalabis foi calculada por forma a que a distância total a Olissipo ficasse de acordo com o itinerário. Senão vejamos: considerando a igualdade das escalas, a distância de Olissipo a Arabriga é de 34.9 milhas e a distância de Arabriga a Scalabis é de 33.4 milhas; somadas estas distâncias com a de Scalabis a Selio, 26.0 milhas, obtém-se um total de 94.3 milhas, o que concorda perfeitamente com as 94 milhas indicadas pelo itinerário de Antonino.

- Finalmente, Ptolomeu marcou as cidades de Emínio, Talábriga e Brácara em pontos arbitrários do mapa, mas às distâncias de 83, 94 e 172 milhas respectivamente. Estas são precisamente as distâncias de Scalabis às três cidades medidas pelo itinerário de que o geógrafo dispunha (Fig. 3). (h)

(h) Relativamente à cidade de Talábriga que aparece na *Geografia* de Ptolomeu, Alarcão (2004, op. cit.), limita-se a dizer que é provável que seja a própria Talábriga do Vouga. Ora, com as coordenadas que Ptolomeu atribuiu a Talábriga e a algumas cidades vizinhas (*Scalabis colonia*, *Selium*, *Aeminium*, *Bracaraugusta*), fica provado, não só que a Talábriga de Ptolomeu é a Talábriga do Vouga, mas também que Ptolomeu se baseou em informação similar (em alguns casos igual) à que viria a ser coligida no *Itinerário de Antonino* (como se vê neste artigo e em Seabra Lopes, 1995-1997, op. cit.). Admito que não seja óbvio o raciocínio subjacente à marcação das coordenadas, mas uma vez entendido, não poderá haver dúvidas sobre o que afirmo.

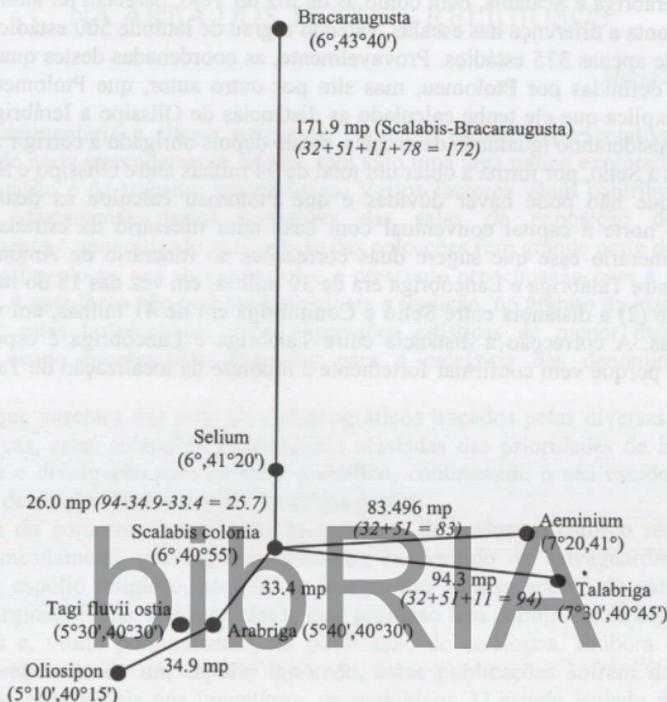


Fig. 5 - A localização das cidades do itinerário de Antonino na geografia de Ptolomeu (distâncias calculadas considerando a escala da longitude igual à da latitude)

No mapa da Fig. 5, foram unidos os pontos cujas distâncias tem explicação lógica, seja ela com base no itinerário ou com base em outros conhecimentos geográficos. Tudo o resto é aleatório. Mesmo a distância de Sélio a Brácara, 145,8 milhas, próxima da distância dada pelo itinerário de Antonino entre os mesmos pontos, que são 150 milhas, não passa de uma coincidência absolutamente fortuita, e mesmo assim por uma diferença de mais de 4 milhas. As coincidências em que se baseia a minha interpretação são todas com diferenças na ordem das décimas da milha.

Conclusão

Ptolomeu definiu as coordenadas de Selio, Eminio, Talábriga e Brácara de acordo com as distâncias por estrada entre essas cidades e a colônia de Scalabis. Na marcação destas cidades, o geógrafo utilizou escalas iguais na latitude e na longitude, valendo o

grau sempre 500 estádios e o minuto 1.041(6) milhas. Pelo contrário, as coordenadas de Olissipo, Ierábriga e Scalabis, bem como as da foz do Tejo, parecem ter sido marcadas tendo em conta a diferença nas escalas, valendo o grau de latitude 500 estádios e o grau de longitude apenas 375 estádios. Provavelmente, as coordenadas destes quatro pontos não foram definidas por Ptolomeu, mas sim por outro autor, que Ptolomeu utilizou. Assim se explica que ele tenha calculado as distâncias de Olissipo a Ierábriga e dali a Scalabis considerando igualdade de escalas, sendo depois obrigado a corrigir a distância de Scalabis a Selio, por forma a obter um total de 94 milhas entre Olissipo e Selio.

Do que não pode haver dúvidas é que Ptolomeu calculou as distâncias das cidades do norte à capital conventual com base num itinerário da estrada Olissipo-Brácara, itinerário esse que sugere duas correcções ao itinerário de Antonino: (1) a distância entre Talábriga e Lancóbriga era de 30 milhas, em vez das 18 do itinerário de Antonino; e (2) a distância entre Selio e Conimbriga era de 41 milhas, em vez das 34 antoninianas. A correcção à distância entre Talábriga e Lancóbriga é especialmente importante porque vem confirmar fortemente a hipótese da localização de Talábriga no Marnel. (i)

Fig. 4 - Localização das cidades do vale do Tejo, distâncias calculadas considerando o grau de longitude e o grau de latitude.

bibRIA

(i) Ao longo do tempo, vários foram os caminhos trilhados entre Coimbra e o Marnel (L. Seabra Lopes, «A Estrada Eminio-Talábriga-Cale ...», *op. cit.*). Os mais antigos contornavam a várzea do rio Águeda, um a ocidente, passando em Espinhel, Óis da Ribeira e Travassô, e outro a oriente, passando por Borralha e Assequins. O traçado ocidental corresponde exactamente à distância de 40 milhas que o *Itinerário de Antonino* atribui ao segmento Eminio-Talábriga.

PROJECTO MUSEOLÓGICO NA ÁREA DOS TÊXTEIS RELIGIOSOS

Maria João Mota *

A paramentaria e alfaias religiosas, enquanto espólio representativo da cultura ocidental de cariz marcadamente cristão, têm sido uma área pouco explorada em termos de investigação e de trabalho museológico. Vários factores vêem contribuindo para o frequente afastamento destas colecções das salas de exposição dos museus, nomeadamente o generalizado mau estado das colecções (em grande parte decorrente do fraco investimento na sua recuperação) e a crescente preocupação com a conservação das peças. A este facto não será também alheia a tradição, no âmbito da história da arte, de avaliar estes testemunhos como expressões artísticas de menor merecimento e interesse, sendo prontamente relegadas para a categoria das denominadas “artes menores.”

Porque ausentes dos projectos museográficos traçados pelas diversas instituições museológicas, estas colecções permanecem afastadas das prioridades de investigação, publicação e divulgação com carácter científico, continuando o seu estudo cingido ao âmbito da descrição técnica e ornamental das peças.

Fora do contorno dos museus nacionais, é de realçar o esforço realizado pela Igreja, nomeadamente por algumas dioceses, no sentido de salvaguardar, estudar e divulgar o espólio religioso, no qual se integra um valioso acervo de paramentaria e alfaias litúrgicas têxteis. Nalguns casos, esse processo tem culminado na organização de exposições e, muito pontualmente, na publicação de catálogos. Embora expressivas, porque reveladoras de um espólio ignorado, estas publicações sofrem de limitações idênticas às observáveis nos inventários museológicos. O estudo isolado de peças e a ausência de um estudo integrado das colecções torna impossível atingir conclusões mais abrangentes.

Ao reflectirmos sobre o défice de conhecimento constatável nesta área de estudo, verificamos ser a ausência de investigação arquivística um dos factores responsáveis pela superficialidade de grande parte dos estudos efectuados. De facto, se excluirmos o caso de algumas Misericórdias com arquivos próprios bem organizados, pouco ou nada se tem avançado.

Outro aspecto se revela importante para a compreensão da ausência de uma política museológica frutuosa nesta área: uma tradição museológica arraigada à ideia de fruição estética dos objectos e valorização dos merecimentos artísticos. Esta abordagem espalhada dos objectos vem condicionando a sua exploração museológica na medida em que inviabiliza a exploração dos mesmos enquanto “objectos/ diálogo”, abordando-os somente numa perspectiva estética.

Nesta reflexão reside a motivação de uma abordagem museológica distinta da habitual.

* Mestre em Museologia pela ULHT. Conservadora do Museu de Aveiro.

Possuindo o Museu de Aveiro uma significativa colecção têxtil de carácter religioso, procurámos conceber um projecto museológico que tivesse por base um núcleo têxtil com alguma consistência e significância para o público, valorizando e explorando as peças do ponto de vista social e cultural tornando-as significantes para o visitante.

Com este intuito foram seleccionados dois conjuntos de paramentos e alfaia associados ao culto da Princesa Santa Joana: o primeiro, mais numeroso, composto por 25 peças em lhama de prata bordada a ouro¹, o segundo, com menor número de peças, em seda canelada bordada a ouro². Ambos os conjuntos apresentavam idêntica decoração e técnica de bordado.

A selecção destes dois núcleos justificou-se pela sua estreita relação com tradição, cultura e religiosidade locais.

Iniciámos este projecto sujeitando ambos os conjuntos a um aturado estudo técnico, artístico, histórico e arquivístico³. Embora não tendo alcançado os resultados desejáveis⁴, foi-nos possível despistar algumas das hipóteses até então mais creíveis. Assim, concluímos que a realização do primeiro conjunto, ao contrário do que se pensava, não deverá ter sido feito para as festas da beatificação da Princesa (1694), nas quais se reconhece o patrocínio de D. Pedro II, mas antes situar-se entre 1711 e 1734, em pleno período barroco Joanino. Quanto à sua execução, até agora atribuída às freiras de Jesus, será quanto a nós de uma ou mais oficinas de fora da Provedoria de Aveiro e resultante de patrocínio real ou do Duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre.

Quanto ao segundo conjunto, mais tardio, poderá eventualmente ter sido encomendado para servir nas cerimónias de elevação da Princesa a padroeira da cidade de Aveiro (1965) nas quais terá participado um número acrescido de celebrantes, situação que justificaria um acréscimo ao conjunto inicial em lhama.

Embora condicionados pela insuficiência de informação procurámos, com o material de investigação reunido, dar início à fase do projecto museológico.

Projecto museológico

A estratégia delineada para a exposição teve em conta cinco vectores essenciais: a selecção das peças, a escolha do público-alvo, os objectivos pretendidos, o espaço disponível e finalmente os recursos humanos e materiais existentes.

Tentando aproximarmo-nos o mais possível das condições reais, e fugindo ao impulso de conceber um estudo idealizado que não tivesse em conta os enormes

1 Conjunto constituído por uma capa de asperges, uma casula, duas damáticas, três manipulos, duas estolas, três colarinhos, um pano de estante, um gremial, um pálio processional com os respectivos laços, um pano de púlpito e uma manga de cruz.

2 Conjunto constituído por uma capa de asperges, uma casula, uma estola e um manipulo.

3 Toda a pesquisa bibliográfica desenvolvida tinha como principais objectivos identificar os encomendantes de ambos os conjuntos, as oficinas responsáveis, e a ocasião que teria justificado tal encomenda. Os resultados de todo o trabalho desenvolvido no campo artístico, histórico e arquivístico encontram-se na Tese de Mestrado *Museu de Aveiro – Da colecção à musealização: têxteis, Paramentos e alfaia da festa da Princesa Santa Joana* (2004) Maria João Mota. Trabalho policopiado. Biblioteca do Museu de Aveiro.

4 Infelizmente, e à data do trabalho desenvolvido, o Arquivo Municipal de Aveiro encontrava-se em mudança de instalações, pelo que não nos foi possível consultar as fontes aí arquivadas. Restou-nos sobretudo a consulta de documentação do Arquivo Distrital de Aveiro no qual foi feito o levantamento dos livros referentes aos “Livros de Actos e Contratos e Testamentos e mais Actos admitidos por Lei”.

constrangimentos com que se deparam a generalidade dos museus na montagem de exposições, propusemo-nos aceitar algumas condicionantes que encontraríamos no nosso próprio museu.

Assim, a ordem pela qual desenvolveremos estes parâmetros não assenta num critério de relevância dos mesmos, mas sim na necessidade de respeitar determinadas prioridades na concepção do projecto.

O **espaço** apresentou-se como primeiro factor determinante. As salas destinadas à exposição teriam necessariamente de se localizar no meio do percurso de exposição permanente do museu, fechando o circuito referente ao séc. XVIII. Este aspecto condicionou, desde logo, a selecção do **público-alvo** obrigando a que o discurso expositivo se direccionasse para a generalidade do público que habitualmente visita o museu. Estávamos, assim, perante um leque extremamente alargado de visitantes, com interesses, necessidades, capacidades e experiências de vida diferentes⁵.

Perante esta heterogeneidade, e no sentido de satisfazer os interesses do maior número de visitantes, pareceu-nos que a definição de grupos alvo se deveria basear no critério etário, já que outro critério poderia, quanto a nós, revelar-se demasiado restritivo. Assim considerámos três grupos distintos: o público infanto-juvenil, o público sénior e sénior + (com mais de 65 anos).

Identificados os grupos-alvo prosseguimos delineando os objectivos gerais e específicos a atingir para cada um dos grupos.

Como **objectivos gerais**, tomava-se prioritário que a apresentação e exploração dos objectos não constituísse um fim em si mesmo, ou um exercício de simples contemplação estética, mas que permitisse ao visitante ampliar os seus conhecimentos de forma a alcançar um entendimento mais lúcido e informado da realidade. Simultaneamente, pretendíamos proporcionar-lhe experiências cognitivas, estéticas e emocionais que contribuíssem para o seu enriquecimento e valorização pessoal.

Os **objectivos específicos** foram igualmente pensados para os diferentes níveis etários.

Para a generalidade do público sénior almejávamos contrariar uma atitude de passividade perante a exposição, inculcando hábitos de observação, análise e reflexão crítica quer perante os objectos quer perante a informação facultada. Desta forma, a exposição poderia constituir um ponto de partida para a alteração de atitudes e sentimentos (tantas vezes construídos sobre o desconhecimento e a ignorância) ou para uma fundamentação de convicções em bases mais sólidas.

No caso dos visitantes provenientes do distrito de Aveiro, onde o culto à Princesa permanece arraigado na população, procurámos ir mais longe convidando a que a sua participação na vida da comunidade fosse mais consciente e informada.

Quanto ao público infantil, definimos como objectivos prioritários para além da aquisição de um número limitado de conhecimentos, o incentivo à descoberta e à exploração da arte pelos sentidos, desenvolvendo nas crianças a capacidade de observação e de questionamento perante os objectos.

⁵ No que respeita à caracterização do "público tipo" que habitualmente visita o museu de Aveiro, pode ler-se a tese anteriormente citada, pág.

Projecto museográfico

Estratégia de comunicação

Todo o projecto museológico se centrou nos dois conjuntos de paramentos e alfaia anteriormente referidos. Os objectos, embora desconhecidos do público visitante, apresentavam uma funcionalidade facilmente identificada por alguns. Esta familiaridade não era contudo constatável numa faixa etária mais baixa, menos atenta e motivada para esses aspectos, ou no visitante menos familiarizado com o culto católico. Importava, por isso, explorar os objectos de forma a que os menos atentos a estas questões pudessem captar o seu sentido mas, simultaneamente, diversificar as vertentes de abordagem evitando para alguns uma repetição de informação já adquirida por experiência de vida.

Conscientes destas dificuldades estruturámos a exposição desenvolvendo-a ao longo de cinco espaços:

Sala 1 – introdução à exposição;

Sala 2 – apresentação da Princesa e desenvolvimento do culto da Infanta;

Sala 3 – exploração da temática dos paramentos festivos;

Sala 4 – reconhecimento dos ofícios associados à paramentaria religiosa;

Sala 5 – exploração do tema da festa enquanto fenómeno social.

A apresentação em cada um destes espaços correspondentes à criação de vários sub-temas foi feita através de uma abordagem multifacetada colocando em diálogo objectos, documentos, narrativas e propostas de análise.

Os têxteis, amágo da exposição, foram destacados ao centro das várias salas criando assim um maior impacto estético sobre as peças. Deste modo, o visitante é imediatamente seduzido pelas obras que consideramos prioritárias, e só então desvia a sua atenção para o que consideramos denominar de “periferia informativa”. Constituem essa “periferia” diversos objectos, recursos museográficos e suportes informação, que têm como função complementar o significado e facilitar a compreensão dos contextos interpretativos dos elementos centrais. Acima de tudo pretende-se que estes recursos dispostos em vários níveis informativos possam transmitir conforto ao visitante.

Toda a exposição se baseia num conceito museográfico que posiciona a colecção como elemento fundamental do discurso museológico, e o visitante como elemento prioritário de sedução.

Suportes de informação

Toda a informação se apresenta estruturada de forma a facilitar a leitura e compreensão dos conteúdos e dos objectos em exposição, estabelecendo a comunicação desejada com o público.

A informação escrita é apresentada em dois suportes diferentes, nomeadamente, em painéis verticais de leitura e nas legendas localizadas junto das peças.

Os painéis verticais de leitura encontram-se hierarquizados de acordo com o tipo de informação que apresentam.

O “painel título”, colocado à entrada da exposição, em local bem visível, deve apresentar o título da exposição numa mensagem curta e simples.

Segue-se na primeira sala, de função introdutória à exposição, um painel explicitando os sub temas abordados nas várias salas de exposição e a forma como esta se encontra organizada. Este texto não deverá exceder as 100 palavras⁶ funcionando em paralelo com uma planta da exposição.

As restantes salas iniciam com um “painel de secção”. Este comporta o título do sub tema (o qual não deverá reunir mais de 2 ou 3 palavras), uma imagem de referência e uma resenha do assunto abordado (não ultrapassando as 100/125 palavras).

Em cada sala sub temática dispõem-se ainda painéis com informação de cariz mais específico, a que designámos “painéis de assunto”. A estes foi atribuído um código cromático correspondente a diferentes formas de abordagem a um mesmo conjunto de objectos, explorando as áreas da “História”, “Materiais e Técnicas”, “Simbolismo”, “Testemunhos escritos” e “Espaço interactivo.” As 5 cores diferentes materializam a compartimentação da informação referente às peças expostas. Deste modo, introduzimos o visitante para a leitura e compreensão global da peça através da sua análise aparentemente fragmentada.

Esta identificação dos assuntos por cores procura suavizar a exigência e esforço inerentes a uma exposição com a tipologia de objectos que apresentamos, uma vez que, ao permitir ao visitante seleccionar as abordagens que mais se aproximam dos seus interesses, permite-lhe, se assim o desejar, limitar o tempo da visita. Este parece-nos um ponto essencial desta opção museográfica que procura minimizar os efeitos da fadiga museológica⁷.

Ainda com o mesmo propósito de não sobrecarregar a atenção do visitante, consideramos três níveis de acesso à informação: o primeiro correspondente aos objectos, o segundo, à informação contida nos painéis informativos, e o terceiro correspondente a um grau técnico mais elevado, dirigido a um público mais especializado.

A quantidade de informação disponível no primeiro e segundo níveis foi calculada de forma a que cada visitante dependa no máximo 10 minutos por sala, podendo este tempo ser reduzido caso o visitante opte por ignorar determinados painéis.

Outro nível de informação escrita é constituído pelas legendas. O seu uso foi limitado às peças que, não fazendo parte do núcleo fulcral dos objectos a explorar, foram expostas com o intuito de ajudar à sua contextualização e de fornecer informação adicional. Nestas constarão o título da peça, a datação, o material e a técnica.

Ao contrário da informação contida nos vários painéis informativos, fornecida exclusivamente em Português, as legendas serão apresentadas em Português e inglês.

Um nível mais aprofundado de informação estará ainda disponível já não em painéis ou suporte de papel, mas em vários suportes magnéticos e de multimédia. O visitante poderá, assim, levar a pesquisa quase à exaustão, tendo ainda a possibilidade de

⁶ *Museum Practice*. Display text. Vol. 5, n.º 1, p. 56.

⁷ Como refere Germain Bazin, “A fadiga musculológica (...) é não só de ordem física, mas ainda de natureza psicológica. Se ela resultar no caso do visitante mediano, de uma iniciação insuficiente (...) ela encontra a sua origem na intensidade da sua própria emoção. A tensão sensível, resultante de uma visita ao Museu, implica um dispêndio considerável de energia nervosa (...). In: Bazin, Germain - *Une expérience Le Musée de l' Impressionnisme*. Museum. Paris, 1948.

aceder a indicações bibliográficas especializadas sobre os diferentes temas e assuntos evocados.

De referir ainda alguns suportes de informação de natureza gráfica que integrarão a exposição: são eles os frisos cronológicos e mapas. Ambos têm como função auxiliar a situar geográfica e temporalmente os fenómenos referentes aos sub temas tratados em alguns dos núcleos apresentados. Estes dois recursos podem ser incluídos no 3º nível de informação, podendo a sua observação ou leitura ser dispensada pelo visitante.

O último tipo de suporte escrito foi criado para responder às necessidades de 50% dos utentes do Museu, os visitantes estrangeiros. Dada a dificuldade em incluir nos painéis informativos os textos traduzidos numa segunda língua, optamos por disponibilizar os respectivos conteúdos em folhas de sala. Também nestes suportes a hierarquização da informação será explícita, assim como serão respeitados os códigos cromáticos anteriormente apresentados.

Textos e linguagem

Como é facilmente comprovável pela experiência pessoal de cada um, os textos que habitualmente acompanham as exposições nem sempre funcionam como elementos facilitadores da sua compreensão. Uma linguagem demasiado hermética ou tecnicista, com frases excessivamente longas, implica, na maioria das vezes, um esforço de atenção superior ao que um visitante comum consegue dispensar. Incapaz de descodificar a mensagem, o visitante tende a desviar a atenção dos textos adquirindo uma sensação de desconforto e insegurança. Nestes casos, a exposição pode funcionar como inibitória, ao invés de estimulante do ponto de vista intelectual.

É, pois, fundamental que a realização dos textos tenha em conta o nível cultural e as necessidades do público-alvo. Assim, e embora sem perder de vista o rigor científico, é importante que a linguagem museológica prime pela simplicidade e clareza, fazendo recurso a frases curtas e directas, evitando o recurso à adjectivação e a demasiados termos técnicos. As ideias mais complexas deverão ser desdobradas em informação mais simples e concisa, devendo o texto resumir-se às ideias essenciais.

Em cada painel, o sistema de textos será hierarquizado de acordo com os três grupos etários considerados. Considera-se que o discurso dirigido ao público escolar deverá ser estimulante à leitura, divertido, conciso nas informações e capaz de lançar pistas de descoberta e exploração ao longo da visita. É igualmente importante a comparação de certos fenómenos do passado com a realidade que lhes é familiar. Será neste público que a linguagem se deverá aproximar mais à oralidade, podendo ser usados pronomes pessoais de forma a tornar o discurso mais familiar.

Para o público adulto os textos deverão ser mais desenvolvidos, deixando pistas para posteriores investigações. As pistas ou orientações deixadas poderão ser desenvolvidas com o apoio de material multimédia que apresentará "on line" todo o trabalho de investigação preparatório da exposição. A linguagem, embora mais erudita, não deverá afastar-se da simplicidade e clareza essenciais a uma comunicação eficaz.

Para o público sénior os textos deverão ser sucintos, com ideias claras, parágrafos curtos e informação mais circunscrita aos objectos expostos.

É de realçar que serão sempre dadas ao visitante orientações para que possa aceder a um nível de informação mais aprofundado, sempre que assim o desejar. Procuramos assim garantir o acesso aos vários níveis de conhecimento sem que este surja por imposição.

O modo como é transmitida a informação deve, ainda, independentemente do tipo de público a que se dirige, evitar um discurso autoritário, manipulador e irrefutável, deixando espaço aberto à reflexão, à discussão e ao diálogo.

Mais uma vez frisamos que não se pretende que o visitante interiorize passivamente as ideias que lhe são apresentadas, mas antes que as aceite ou conteste de forma consciente, fazendo os seus próprios juízos de valor. Neste sentido, optaremos por textos que desafiem intelectualmente o visitante, ao mesmo tempo que desmistifiquem o Museu como autoridade máxima do conhecimento.

Esta abertura à descoberta e ao diálogo pode transmitir ao visitante uma maior confiança ao percorrer a exposição, proporcionando-lhe uma segurança encorajadora da procura do conhecimento e na participação nas diferentes actividades que lhe vão sendo propostas.

Tipo e corpo de letra

Uma hierarquia no corpo de letra orientará o discurso para os três níveis etários previstos para público-alvo: lettering maior para o público infantil, corpo médio para os idosos e corpo menor para o público adulto.

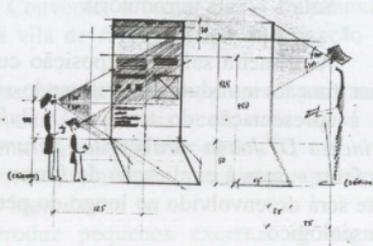
Naturalmente que à hierarquia da letra corresponderá simultaneamente, uma informação mais ou menos aprofundada.

Ainda para o público infantil o lettering utilizado será menos tradicional, aligeirando a aparência dos textos e tornando-a mais atractiva.

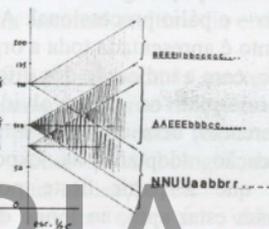
Para reduzir as manchas de texto cada linha, com apenas uma ideia, deve ter no máximo 45 letras. O texto deverá ser repartido por quatro ou cinco frases, sendo a primeira o elemento orientador do conteúdo descrito.

Nos painéis cromáticos faremos recurso à utilização de palavras “quentes”, a “bold”, chamando a atenção para as ideias mais importantes. Estas palavras serão também o link para os diversos conteúdos que o visitante poderá desenvolver noutros suportes informativos, aos quais já fizemos referência.

→ ÁREAS DE VISIBILIDADE - SEWELDES/CAZANHAS



→ CORPO DE LETRA DE ACORDO COM AL TONAL E DE ACORDO COM AS ÁREAS DE VISIBILIDADE

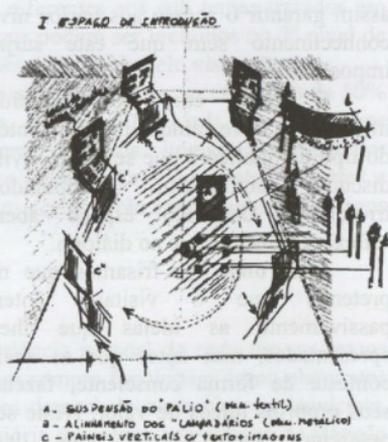


Circuito museológico.

Sala 1 – Sala introdutória

A primeira sala de exposição cumpre uma função introdutória destinando-se não só à apresentação do tema – *O Culto da Princesa D. Joana através dos paramentos de festa* – mas à explicação da forma como este será desenvolvido ao longo do percurso museológico.

Com esse intuito, no centro da sala será exposta uma peça significativa do tema da exposição – o pálio processional. A partir deste elemento é apresentada toda a orgânica da exposição, com a indicação dos diferentes conteúdos informativos desenvolvidos ao longo do percurso, bem como da estratégia de comunicação adoptada na exposição. Pretende-se que a partir deste ponto o visitante possa estar apto, ao longo da visita, a seleccionar, de uma forma simples e imediata, os assuntos e o nível de informação que mais lhe convêm⁸.



Sala 2 – O culto à Infanta

A segunda sala corresponde ao primeiro momento de exploração do tema: o culto à Infanta.

Neste espaço procura-se fazer uma apresentação sumária da Princesa, e da forma como se desenvolveu o culto, desde a sua morte à instituição oficial do mesmo (1694).

Ao centro da sala destacam-se duas imagens processionais de roca representando Santa Joana e S. Domingos envergando os respectivos hábitos dominicanos. São peças em seda, ricamente bordadas a prata dourada, encomendadas já no decorrer do séc. XVIII para sair na procissão anual em honra da Princesa e que testemunham uma fase importante do desenvolvimento do culto.

A fim de melhor ilustrarmos e contextualizarmos a vida da Princesa socorremos de vários testemunhos, nomeadamente de pintura historiada sobre a sua vida e de uma cópia do processo de beatificação, no qual se procede à descrição dos milagres associados à Princesa. Expostas serão, igualmente, a Bula de beatificação da Infanta, e ainda alguns exemplos de encomendas artísticas associadas ao seu culto⁹.

⁸ Ver texto respeitante aos suportes de informação.

⁹ Entre as encomendas destacam-se os relicários encomendados pelas religiosas de Jesus, nomeadamente uma ámbula de prata e cristal contendo uma madexa de cabelo da Infanta e um cofre relicário em prata e cristal contendo parte do hábito, do cinto e o terço que, segundo a tradição, lhe teriam pertencido.

Toda a informação relevante sobre a figura da Princesa e o seu culto distribui-se pelos painéis cromáticos a que fizemos anteriormente referência. Assim:

Painel histórico - fornece indicações concisas dos principais acontecimentos da vida da Infanta, esclarecendo a sua ligação ao Convento, a forma como se iniciou e desenvolveu o culto quer no Convento quer na vila de Aveiro, até à organização da primeira procissão.

Painel simbólico – explora a iconografia associada à Princesa, presente em várias peças em exposição, nomeadamente o porquê das três coroas reais e da coroa de espinhos, atributos iconográficos que habitualmente lhe surgem associados¹⁰.

Painel de materiais e técnicas – refere elementos relativos apenas às peças têxteis, sendo as restantes identificadas pelas respectivas legendas.

Painel de testemunhos escritos – Reproduz pequenos excertos de alguns testemunhos retirados do processo de beatificação da Princesa, que relatam milagres atribuídos à Infanta após a sua morte.

Painel do espaço interativo – Comporta um terminal multimédia onde é possível “entrar”

numa procissão setecentista, podendo vivenciar todo o aparato em torno da cerimónia. Através do menu pode ainda obter respostas a diversas questões sobre a simbologia das peças, a origem da sua utilização, etc.

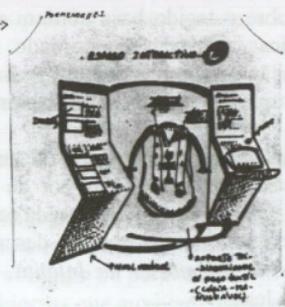
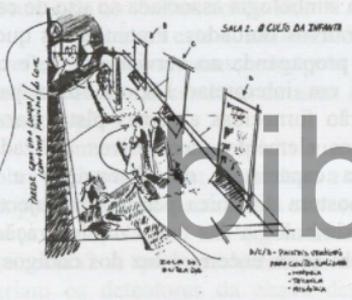
Na mesma sala, um vídeo sobre o restauro das vestes em exposição, realça a preocupação com as questões de conservação.

Sala 3 – Paramentos da festa de Santa Joana

Nesta sala é exposto o conjunto completo de paramentos e alfaias em lhamas de prata.

Pretendemos neste espaço, e a partir da apresentação dos elementos têxteis, fazer a integração das peças no contexto político, social e artístico do Barroco, dando azo à interpretação do papel da paramentaria religiosa festiva como recurso cénico. Neste sentido, privilegiamos a abordagem dos têxteis enquanto meios de apelação visual, com um papel fundamental na *boca de cena*.

Simultaneamente, exploramos a sua função enquanto veículos de transmissão da mensagem católica, através de uma linguagem figurativa e simbólica.



¹⁰ De uma forma muito sucinta o público é elucidado acerca da ligação destes atributos aos casamentos recusados pela Infanta com pretendentes de três casas reais europeias, propostas que foram preteridas em favor da vida conventual a que sempre aspirou. Da mesma forma é relacionada a coroa de espinhos com a recusa voluntária de uma vida de luxo no corte em prol de uma conduta de humildade e sacrifício.

Pinturas representando procissões barrocas ajudam o visitante a visualizar o ambiente festivo caracterizador destas cerimónias. Da mesma forma, a exposição de um livro processional setecentista evidencia a submissão de todos os actos a regras pré estabelecidas, anulando qualquer espaço para o improviso.

Numa das paredes, um friso cronológico dá a indicação dos acontecimentos mais importantes de alguma forma associados a esse culto. Destaque para as principais obras realizadas no edifício, para as peças e encomendas conventuais, ducais ou reais feitas em louvor da Princesa Santa, bem como outros acontecimentos relevantes para a história do culto e do Convento.

Este friso permite ainda ao público estabelecer algumas relações com o edifício com as colecções que puderam apreciar no restante percurso de exposição permanente.

O conteúdo informativo referente a este núcleo é apresentado nos seguintes painéis:

Painel histórico: informa sobre a possível encomenda dos paramentos e alfaias expostas, associando-a aos acontecimentos mais marcantes que poderão ter estado na sua origem.

Painel simbólico: elucida o visitante sobre a simbologia associada ao uso de cada peça, à cor dos paramentos e aos motivos decorativos bordados. Pretendemos que o visitante seja alertado para essa linguagem, de propaganda ao serviço da fé, e que tomasse consciência da dificuldade que sente em interpretar sozinho uma parte significativa dessa simbólica. Neste sentido, serão fornecidas algumas pistas para a descodificação da mensagem cristã implícita nos elementos decorativos utilizados. Estas pistas têm como objectivo estimular a capacidade de observação e de interpretação do público, levando-o a ter uma postura dinâmica perante os objectos. Serão igualmente fornecidos elementos sobre a simbologia das cores da decoração e dos materiais, assim como da mística que cada um deles encerra à luz dos códigos da Igreja.

Painel dos materiais e técnicas: Informa sobre o tecido base comum a todas as peças, a lhama de prata, e sobre as várias técnicas utilizadas no bordado. Para este efeito recorreremos ainda a esquemas com a explicação dos pontos de ouro, assim como a imagens de alguns dos materiais observados à lupa binocular, nomeadamente do fio laminado dourado.

Uma vez que todas as peças de paramentaria de ambos os conjuntos, em lhama e seda canelada, apresentam idênticas características no bordado, esta cor de painel só voltará a surgir quando for conveniente explicar a técnica específica da seda canelada.

Painel dos testemunhos escritos: transcreve pequenos trechos descritivos da procissão joanina em honra da Princesa retirados do *Memorial da Infanta*, descrição coeva da permanência de D. Joana no Mosteiro de Jesus.

Transcreve ainda alguns excertos da autorização concedida pelo Papa aos párocos das diversas paróquias e frades dos vários conventos para se poderem ausentar dos seus locais de residência a fim de participarem nas cerimónias do tríduo de Santa Joana.

Painel do espaço interactivo: neste espaço será disponibilizado um terminal multimédia no qual o público será convidado a participar num jogo multimédia com diversas etapas. Aqui pode reconstituir uma procissão, vestindo correctamente os

membros do clero que habitualmente a integram, estabelecendo a hierarquia dos participantes, fazendo a armação de uma igreja barroca com as múltiplas alfaias que lhe são apresentadas, etc.

Ainda no mesmo suporte informático são disponibilizados, para consulta, registos fotográficos, pinturas, gravuras, aguarelas, entre outros materiais, que fixaram momentos desse culto centenário. Através da comparação de imagens de épocas diferentes, é possível ao visitante constatar, nestas cerimónias, a continuidade das linhas mestras divulgadas pelo poder religioso e a permanência ao apelo a determinados recursos cénicos e efeitos visuais para atingir os fins pretendidos.

Um espaço de diálogo, constituído por um painel de afixação, permite ao visitante deixar memórias pessoais sobre as festividades, ou algum testemunho da sua participação directa nas cerimónias.

Para terminar com um momento de descontração, o público pode experimentar os paramentos que o bispo envergava na procissão. Estes protótipos, réplicas especialmente concebidas para a exposição, embora não apresentando semelhanças nos materiais utilizados, apresentariam aparência e peso idêntico às peças originais permitindo ao visitante experienciar essa realidade.

Concluimos este núcleo introduzindo uma nota de provocação levando o público a reflectir sobre a manutenção, pela Igreja católica, *grosso* modo, dos mesmos códigos simbólicos de há centenas de anos atrás. Estas questões são deixadas sob a forma de interrogações.

Com este mesmo espírito suscitamos a reacção do público convidando-o a pensar sobre várias questões: Levando-o a recuar ao período barroco levantamos questões que propositadamente deixaremos sem resposta. Qual a eficácia desses códigos simbólicos junto da população? Em que medida a função simbólica cumpria o papel para que era concebida? A quem realmente se destinaria esse exercício de descodificação? Quem seriam os detentores da chave desse código? Que códigos continuam a ser hoje utilizados pela Igreja para passar a sua mensagem? Que efeitos cénicos continua esta a utilizar?

Esta reflexão poderá levar o público a reflectir sobre o efeito que muitos desses códigos exercem sobre si mesmos.

Sala 4 – Oficinas e paramentaria religiosa

Igualmente interessante será explorar a rede de relações que girava em torno da confecção e consumo destes bens.

O conjunto de paramentos em seda canelada ilustra este núcleo, ao qual acrescem outros objectos que auxiliam o visitante na compreensão deste mundo laboral.

Gravuras ilustram os locais de transformação dos materiais têxteis em peças de uso religioso, nomeadamente mostrando o interior de oficinas de bordadores, de vestimenteiros, de batedores de ouro, de lojas de capelistas, etc.

Mapas ilustram as principais zonas de produção e rotas comerciais de seda, quer nacionais quer estrangeiras, e os principais centros produtores de paramentaria religiosa, aos quais o Convento de Jesus naturalmente tinha acesso.

Estes elementos, correspondentes a um segundo anel informativo, completam o significado das peças têxteis facilitando ao visitante o entendimento dos aspectos inerentes a esses circuitos.

Reproduções fotográficas dos materiais utilizados nos tecidos e bordados ilustram a existência de uma colaboração estreita entre profissionais de áreas diferentes, nomeadamente entre os paramenteiros e os ourives.

Tendo em conta os objectivos traçados para esta sala, e dada a necessidade de não ver repetida informação fornecida em salas anteriores, o uso dos painéis cromáticos é limitado a apenas três cores correspondentes ao painel histórico, ao painel dos materiais e técnica e ao espaço interativo.

Painel histórico: explora o motivo pelo qual foi necessário proceder ao aumento do número de paramentos, dando conta do desenvolvimento do culto à Princesa na cidade de Aveiro após 1694.

Painel dos materiais e técnicas: informa apenas sobre o tecido base dos paramentos, a seda canelada, uma vez que a técnica e materiais do bordado já haviam sido tratados na sala 3.

Painel relativo ao espaço interativo: a enorme quantidade de informação pertinente que justificaria fornecer no âmbito do tema proposto nesta secção, não nos permite desenvolvê-la convenientemente nos painéis cromáticos, pelo que optámos por canalizar o seu acesso para um terminal informático. Aí o visitante pode consultar os assuntos de forma mais aprofundada. Temas como a organização profissional subjacente à produção de peças têxteis de uso religioso, o conhecimento das competências inerentes aos diferentes ofícios, os direitos e deveres dos mesteiros, o relacionamento entre os trabalhadores de diferentes níveis na hierarquia oficial, a identificação de alguns centros de produção, das redes de distribuição, entre tantos outros aspectos, permitem ao público, directa ou indirectamente, reconstituir as redes de relações económicas e sociais fazendo simultaneamente o reconhecimento da mentalidade da época.

Curioso é ainda explorar a forma como factores de natureza económica condicionaram as necessidades de consumo, e como estas se repercutiram nos métodos de produção e nas relações de trabalho. A título de exemplo, estarão à disposição do público vários fragmentos de têxteis bordados que o visitante pode observar à lupa binocular, podendo comprovar a adaptação das técnicas têxteis às disponibilidades económicas existentes.

Igualmente neste espaço o visitante poderá assistir a um vídeo e acompanhar todos os preparativos que precedem a encenação da procissão: a preparação dos andores, das imagens, dos enfeites, da armação da igreja, da preparação dos figurantes, etc. Assiste, ainda, a gravações com testemunhos orais dados pelos habituais participantes nos preparativos da festa e da procissão¹¹.

¹¹ A participação da comunidade na exposição foi concretizada através da elaboração de vários trabalhos apresentados ao público nos espaços interactivos das diversas salas, como sejam as gravações áudio e vídeo, onde são fundamentais os seus testemunhos, as suas opiniões, as suas histórias, e onde poderão sentir-se como participantes activos deste processo.

Sala 5 – A Festa – elemento catalisador da população

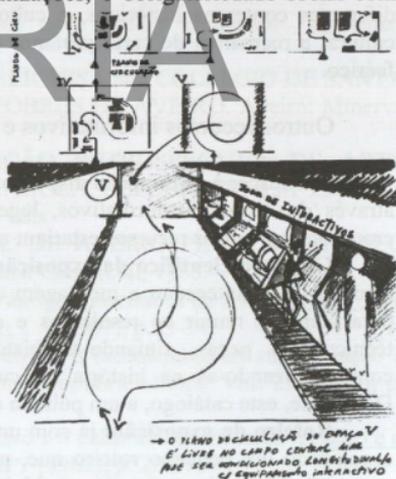
O quinto núcleo da exposição fornece uma perspectiva do tema menos historicista, evocando a função (ou funções) atribuídas pelo município e pela Igreja às festas da Padroeira, e explorando a festa do ponto de vista social.

Prendemos assim chamar a atenção para fenómenos religiosos, sociais e culturais associados ao culto da Princesa, e reflectir sobre a forma como essa crença foi aproveitada pelos poderes político e religioso como elemento catalisador da população.

Neste sentido, convidaremos o público a fazer uma análise desapaixonada das festividades, de forma a constatar o modo como a Igreja e o Município tentaram, e continuam a tentar, projectar a sua imagem através da promoção de uma tradição que sempre se revelou unificadora de toda a comunidade. Reflectiremos sobre o modo como a perpetuação da tradição vem funcionando, igualmente, e à imagem de festas semelhantes, como um escape à monotonia do quotidiano e um convite à diversão, criando uma predisposição para uma maior convivência entre a população.

Assim estabelecemos uma analogia entre os cuidados e preocupações tidos com a organização da festa no período barroco, e a situação vivida na actualidade: a existência de uma comissão organizadora que dirige convites às principais entidades e instituições da cidade, a fim de que os seus mais altos representantes tomem os seus lugares na hierarquia processional; a semelhança entre a participação das principais organizações da cidade, outrora obrigatória e sujeita a penalizações, e obrigatoriedade social com consequências para a imagem das próprias instituições; a curiosa semelhança entre o papel anteriormente assumido pela classe dos mestrais e comerciantes, encarregados pelo poder municipal da construção ou encomenda dos carros alegóricos e da organização das danças que integravam a procissão e o papel hoje assumido pela própria hierarquia religiosa e pela Irmandade que continuam a pugnar pela manutenção do culto, nomeadamente convidando a população a encarnar vários papéis associados à vida da Infanta, mobilizando grupos de jovens que assumem o papel de “cavaleiros”, de “aias da Princesa Joana”, de “pajens” e da própria “Princesa Joana”.

Parece-nos igualmente interessante explorar as motivações que levavam a população a participar nas festividades, e tentar perceber em que medida estas se afastariam das actuais. Como tivemos referimos, se grande parte da população aderira aos festejos levada pela crença na Santa e nos seus dons milagreiros, é também certo que grande parte das procissões era de frequência obrigatória, imposta pela igreja ou pelo município. Por outro lado, ao cortejo religioso associava-se uma forte componente



pagã e jocosa, concebida certamente para atrair assistência e tornar a festa mais participativa.

Actualmente essa componente foi amenizada, sendo a procissão estritamente religiosa. Os próprios figurantes a que fizemos referência surgem integrados com um propósito religioso. Todavia a festa profana não se perdeu, apenas se alterou pela mudança dos tempos, sendo numerosas as actividades preparadas para os períodos que antecedem e sucedem à procissão. Hoje assistimos à semana das festas da cidade, período em que se organizam múltiplos acontecimentos culturais, desportivos, entre outros, que nitidamente se sobrepõem à motivação inicial que justificou o seu aparecimento – o culto à Princesa Santa. As festas tornam-se hoje um ponto de atracção turística que ultrapassa largamente o seu significado religioso.

No desenvolvimento deste tema, e ao contrário das salas anteriores, neste espaço não serão expostas peças museológicas, mas antes utilizados meios multimédia que ajudam a concretizar as ideias apresentadas e a suscitar todo o tipo de questões.

Gravuras, desenhos e fotografias ilustrarão as inúmeras semelhanças perceptíveis nos preparativos para a festa, o que permitirá comparar os recursos cénicos utilizados ao longo do tempo para atrair a participação da população nos actos solenes e nas festividades em geral.

A título de exemplo iremos comparar os programas das festas ocorridas durante o séc. XVIII e os vários programas anunciados entre as décadas de 40 e 80 do séc. XX nos órgãos de comunicação regionais. Verificando-se a necessidade de, apesar dos diferentes contextos históricos, o culto religioso se associar a actividades de índole cultural e recreativa de cariz profano, cativando a população pelo lado mais lúdico e feérico.

Outros recursos informativos e didácticos ao dispor do público

A crescer à informação disponibilizada ao longo de toda a visita, nomeadamente através dos painéis informativos, legendas, folhas de sala, plantas, mapas e frisos cronológicos, outros recursos estariam ainda disponíveis ao público.

Catálogo científico da exposição: aproveitando todo o trabalho de investigação científica que antecedeu a montagem da exposição, seria realizado um catálogo que, para além de reunir os resultados e conclusões da pesquisa, apresentaria o estudo técnico das peças, situando-as historicamente no seu período de produção e contextualizando-as na história do culto da Princesa, no Convento e em Aveiro. Destina-se, este catálogo, a um público mais especializado.

Roteiro da exposição: já com um grau menos aprofundado de informação, seria organizado um pequeno roteiro que, para além de auxiliar à leitura e exploração da exposição, deixaria registadas as ideias fundamentais relacionadas com o tema em questão. Este roteiro, apesar de facilitador da visita, não seria indispensável à sua leitura e compreensão.

Roteiros infantis: destinados especificamente ao público mais jovem seriam disponibilizados pequenos cadernos didácticos explorando apenas algumas das ideias essenciais da exposição, fazendo para isso recurso a jogos, a trocadilhos, a exercícios de descoberta, entre outros. Este material seria adaptado a vários níveis de compreensão e

dificuldade, sendo os dos mais pequenos baseados sobretudo em pictogramas e associações de imagens, enquanto outros já poderiam fazer recurso à leitura e à escrita.

Conclusão

Pretendemos com este projecto contribuir para abrir o enorme leque de possibilidades que uma colecção de têxteis de contornos tradicionais permite explorar. Fizemo-lo não só através de diferentes propostas de estudo, mas das formas de comunicação encontradas. O projecto museológico desenvolvido permitiu-nos, ainda que tudo se limite a um plano teórico, trabalhar o tema da paramentaria de uma forma mais enriquecedora e multifacetada. A museografia adoptada potenciou a eficácia da comunicação, constituindo um dos aspectos inovadores desta proposta de trabalho.

Agradeço a colaboração de Maria da Luz Nolasco que realizou os desenhos ilustrativos do artigo e de José António Cristo e me auxiliou na sua revisão.

Bibliografia:

AMORIM, Inês – Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814): Estudo económico de um espaço histórico. Coimbra: Centro de Coordenação da Região Centro, 1996.

HOOPER-GREENHILL, Eileen – Museum and Gallery Education. Leicester: University Press, 1991.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ARTE RELIGIOSA NO COLLEGIO DE SANTA JOANA PRINCEZA EM BENEFÍCIO DOS POBRES DE AVEIRO. Aveiro: Minerva Central, 1895.

CATÁLOGO ILLUSTRADO DA EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DE ARTE ORNAMENTAL PORTUGUEZA E HESPANHOLA CELEBRADA EM LISBOA, EM 1882. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. 2 vols.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO PROMOVIDA PELO GRÊMIO MODERNO EM 1882. Porto: Imprensa Comercial, 1883.

CERQUEIRA, Eduardo – Apontamentos sobre antigas procissões de Aveiro. Aveiro e o seu Distrito. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro. n.º 4 (1967), p.39-54.

CERQUEIRA, Eduardo – O Milenário de Aveiro e o bicentenário da sua elevação a cidade. Arquivo do Distrito de Aveiro. Coimbra: Coimbra editora. Vol. 25 (1959), p. 247-266.

GASPAR, João Gonçalves – Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana. Aveiro e o seu Distrito. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro. n.º7 (1969), p. 27-39.

GASPAR, João Gonçalves – A Diocese de Aveiro: subsídios para a sua história. Aveiro: Cúria Diocesana de Aveiro, 1964.

GOMES, João Augusto Marques – O Convento de Jesus: Memória Histórica Comemorativa do 4º Centenário da Princesa Santa Joana. Aveiro: [s.n.], 1890.

GOMES, João Augusto Marques; VASCONCELLOS, Joaquim de – Exposição Districtal de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional. Aveiro: Grémio Moderno, 1883.

- GOMES, João Augusto Marques – Exposição Districtal de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882. Porto: [s.n], 1883.
- GOMES, João Augusto Marques- Exposição de arte Religiosa no Collégio de Santa Joanna Princeza em beneficio dos pobres de Aveiro. Aveiro: [s.n.] 1895.
- LANGHANS, Franz-Paul – As corporações dos officios mecânicos- subsídios para a sua história. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.
- MENEZES, Luís - O primado do discurso sobre o efeito decorativo. Cadernos de Museologia. Lisboa: Centro de estudos Socio-Museologias. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993. n.º1
- MOUTINHO, Mário - A construção do objecto museológico. Cadernos de museologia. Lisboa: Centro de estudos de socio-museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994. n.º4
- MUSEUM PRACTICE. Interpretation strategies. London: Museums Association. Vol.5, n.º 1 (2000) p.50.
- MUSEUM PRACTICE. Display text. London: Museums Association. Vol. 5, n.º 1 (2000) p. 56.
- MUSEUM PRACTICE. Museums and Education: Part 1. London: Museums Association. Vol.4, n.º 1 (1999) p.46-59.
- MUSEUM PRACTICE. Museums and Education: Part 2. London: Museums Association. Vol.4, n.º 2 (1999) p.48-67.
- MUSEUM PRACTICE. Museums and Education: Part 3. London: Museums Association. Vol.4, n.º 3 (1999) p.40-57.
- NASCIMENTO, Rosana - O objecto museal como objecto de conhecimento, Cadernos de museologia. Lisboa: Centro de estudos de socio-museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994. n.º3.
- QUADROS, Rangel de – Apontamentos históricos, III: festividades municipais. (trabalho policopiado). Biblioteca do Museu de Aveiro.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – O Mosteiro de Jesus de Aveiro. Lisboa: Ed. Companhia de Diamantes de Angola, 1967. 6 vol.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira - A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. Cadernos de museologia Lisboa: Centro de estudos de socio-museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994. n.º3.

DOIS QUARTÉIS DE BOMBEIROS

A César o que é de César

Marília Silvestre



Quartel inaugurado por Bernardo Torres

1. A propósito de uma data: “1916”

O frontão do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, situado na Rua de Gustavo Ferreira Pinto Basto, outrora *Rua da Revolução*, tem uma inscrição bem visível: “C.M.A. — 1916”.

Atravessei a espaçosa Praça do Marquês de Pombal a cogitar na minha dúvida suscitada pela confrontação daquela data com uma corrente da opinião¹ que atribui à gerência do renomado Presidente da Câmara – Dr. Lourenço Peixinho – a construção dos dois quartéis de bombeiros imediatamente anteriores aos actuais.

Como é possível, interrogava-me, afirmar-se que a edificação deste imóvel, datado de 1916, seja da responsabilidade do referido Autarca, se o mesmo iniciou o cargo em 1918?!

2. Avaliando as fontes

Importava, pois, sobre o assunto, ver o que declaravam os documentos:

Consultando actas e jornais, encontram-se, na verdade, esclarecimentos pertinentes:

¹ Veja-se, como exemplo, “*Aveiro e o seu progresso*” – Tavares, José – Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XXV, pág. 59.

Em 1914 lavrava-se, em acta do órgão deliberativo aveirense, breve referência “à venda do prédio onde se encontra instalado o quartel dos Bombeiros Voluntários da cidade, na rua 31 de Janeiro, a fim de construir, em local mais apropriado, um novo edifício para o efeito”².

E sobre este objectivo, O Democrata³ informava: “Vão principiar dentro em pouco e com a maior actividade, as obras do novo quartel destinado à antiga e prestante Companhia dos Bombeiros Voluntários desta cidade, pelo que o encarregado da construção já começou a remover os respectivos materiais para o sitio que lhe foi destinado, na Rua da Revolução, próximo do commissariado da policia”.

Face a estas notícias, pode imaginar-se o intenso regozijo dos altruístas e prestimosos Bombeiros perante tão almejada construção que começava e prosseguiria sem detença.

Enquanto isto, em sessão extraordinária⁴ da C.M.A., aludia-se às “obras do quartel dos bombeiros”.

Era preciso saber esperar até que a edificação chegasse ao seu termo.

E chegou! Por isso, o frontão tem a data de 1916.

Estava, pois, próxima a inauguração, que se anunciava já no citado semanário, em edição dos primórdios de 1917:

*“Estão sendo distribuidos largos convites para a festa que esta antiga Corporação Local leva a efeito, no próximo domingo, comemorativa do seu aniversário e da inauguração da nova casa que vai ocupar, propositadamente construída na Rua da Revolução para nela se instalar.”*⁵

É compreensível que os aveirenses vibrassem de genuíno entusiasmo com o ambiente festivo que criavam e viviam quando a cidade era enriquecida com alguma imprescindível edificação pública, naqueles tempos de minguados recursos económicos! E os Bombeiros, que trabalhavam denodadamente, com risco da própria vida, no meio da maior penúria de material contra incêndios, eram dignos de todas as manifestações de consideração e apoio.

Na semana subsequente, o Democrata⁶ referiria, em retrospectiva, o acontecimento inaugural, nestes termos: [...] “no domingo, teve lugar, às 12 horas, a posse do novo edifício, cuja chave foi entregue pelo Sr. Bernard o Torres, presidente da Câmara, ao Sr. Arnaldo Ribeiro, presidente da direcção dos bombeiros, proferindo ambos breves alocações alusivas ao acto”.

Será de todo o interesse esclarecer que o mandato de Bernardo Torres decorreu de 1914 a 1917, tal como, aliás, se pode confirmar em “Município de Aveiro”⁷ e em dois Livros de Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Aveiro⁸.

² Acta de 1 / 6 / 1914, constante do Livro n.º 29 das Sessões da Câmara Municipal de Aveiro.

³ O Democrata, n.º 363, de 26 / 3 / 1915.

⁴ Acta de 29 / 5 / 1916, constante do Livro n.º 29 das Sessões da C.M.A..

⁵ O Democrata, n.º 457, de 26 / 1 / 1917.

⁶ O Democrata, n.º 458, de 2 / 2 / 1917.

⁷ “Município de Aveiro” – 1893.1993 – Barros, Rui – edição da Câmara Municipal de Aveiro – Outubro de 1995.

⁸ Livro de Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.A. – 1914-1916. Esclarece-se que o outro Livro de Actas compreende os anos de 1917-1926.

3. O outro quartel de Bombeiros



Quartel inaugurado pelo Dr. Lourenço Peixinho (*)

Volvidos poucos anos, O Democrata, numa local intitulada “*Quartel de bombeiros*”, noticia:

*“Realiza-se amanhã a entrega do novo quartel que a Câmara fez construir, no Largo da Vera-Cruz, à Companhia Voluntária de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes, que por esse motivo promove vários festejos e distribui um bodo a 100 pobres.”*⁹

Com a mesma epígrafe, podia ler-se, sete dias depois¹⁰:

“Revestiu a maior solenidade a inauguração do quartel mandado construir pela Câmara para a Companhia Voluntária de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes, tendo-se realizado uma sessão em que fizeram uso da palavra vários oradores, entre eles o Comandante da Companhia, que fez a história desta e consignou os valiosos serviços de protecção e carinho dispensados pelo município à frente do qual se encontra o prestimoso aveirense Sr. Dr. Lourenço Peixinho”.

4. Conclusões

Foi, pois, ao Dr. Lourenço Peixinho que ficou a dever-se o Quartel dos Bombeiros Novos, anterior ao actual erguido no mesmo terreno, defronte do Largo Maia Magalhães, na freguesia da Vera-Cruz.

(*) Este documento fotográfico está inserido na pág. 49 de “Desenhos de Pedra” – Edição e Propriedade da Câmara Municipal de Aveiro.

⁹ O Democrata, n.º 729, de 10 / 6 / 1922.

¹⁰ O Democrata, n.º 730, de 17 / 6 / 1922.

O velho e desativado Quartel dos Bombeiros Velhos, datado de 1916, foi, sem dúvida, mandado erigir, na freguesia de Nossa Senhora da Glória, pela Câmara Municipal a que presidia Bernardo Torres.

Assim se dá “A César o que é de César”, pela autenticidade dos factos. Os Bombeiros de Aveiro, Novos e Velhos, bem como a população em geral merecem saber a verdade.



Há largos anos em desuso, esta bomba braçal esteve exposta no Quartel dos Bombeiros Novos, ao qual pertence. A fotografia foi gentilmente autorizada.

O PROJECTO BIORIA

um modelo de Conservação da Natureza ao nível local

Rui Brito¹, Cláudia Albergaria², Susana Lamas³ e Rui Boaventura⁴

1 - Introdução

1.1 - A importância das zonas húmidas costeiras

As zonas húmidas costeiras são áreas de extrema importância e sensibilidade, servindo de interface entre habitats terrestres e habitats aquáticos. Esta importância advém-lhes, entre outros factores, da elevada produtividade inerente aos ecossistemas estuarinos, que é relacionada, por diversos autores, com a extensão dos sapais. Nestes locais desenvolve-se uma vegetação constituída por plantas tolerantes à salinidade e, em regra, muito eficientes na produção de biomassa (Matos, 1994). Uma grande percentagem da energia produzida nos sapais é posteriormente exportada, sob a forma de matéria orgânica particulada, para o estuário e de seguida para o mar. Deste modo contribuem de forma directa para o aumento da produtividade marítima, da qual depende a produção de muitos organismos com interesse económico, tais como moluscos, crustáceos e peixes (Catarino & Caçador, 1981).

Outro factor importante reside no significativo efeito depurador da água, que a vegetação estuarina desempenha, visto consumir os nutrientes e fixar materiais tóxicos, em particular metais pesados, que se encontram muitas vezes em elevadas concentrações nas águas estuarinas. Num futuro cada vez mais próximo, estas zonas naturais poderão mesmo vir a ser desenvolvidas e utilizadas, em larga escala, com a finalidade de eliminar contaminantes e reduzir o potencial de eutrofização de efluentes urbanos e industriais (Pinho *et al.*, 1989).

Portugal, pelo facto de possuir uma extensa linha de costa, que se estende desde o Norte até ao Algarve, é detentor de numerosas zonas húmidas, que estão ainda, na esmagadora maioria dos casos, mal estudadas. Entre estas poderemos referir os estuários do Minho, Tejo e Sado, a Ria Formosa e a Ria de Aveiro.

1.2 - A Ria de Aveiro - expoente de biodiversidade

A Ria de Aveiro para além de ser uma zona húmida costeira de relevância socio-económica indiscutível, é o grande biótopo no qual se insere a área de intervenção do projecto BioRia. Enquanto detentora de um Património Natural de valor a todos os níveis inestimável, a importância da Ria é-lhe reconhecida, quer no contexto nacional, quer no internacional, pelos diversos estatutos de protecção que lhe foram atribuídos. Assim, ao nível nacional, encontra-se classificada como Reserva Ecológica

¹ rui Brito@tvtel.pt, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

² c.albergaria@netcabo.pt, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

³ susanack@yahoo.com, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

⁴ bventura@fe.up.pt, LSRE, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Nacional (REN) e como Reserva Agrícola Nacional (RAN). Por outro lado, ao nível Internacional, foi declarada ZPE (Zona de Protecção Especial para as Aves) ao abrigo da Directiva Aves e incorporada na Rede Natura 2000, IBA (Important Bird Area) pela Birdlife Internacional e pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo da Aves) e inventariada como biótopo CORINE. Outros estatutos de protecção da Ria têm origem na Convenção de Berna e na Convenção de Bona.

Todos os estatutos acima referidos encontram-se plenamente justificados, visto a Ria de Aveiro ser um dos mais notáveis acidentes geográficos do litoral português, constituindo uma das mais extensas zonas húmidas localizadas em território nacional (Moreira, 1992). Dela faz parte uma enorme massa de águas de salinidade variável, em permanente contacto com o mar através de uma “barra”, aberta e mantida artificialmente, estando a Ria sujeita, portanto, ao regime de marés.

A influência marinha permitiu o desenvolvimento e consolidação de uma imensa diversidade de biótopos de grande importância ecológica, quer no seio da laguna, quer à sua volta, de acordo com o gradiente salino, a maior ou menor proximidade aos cursos de água, bem como a frequência e o grau de imersão dos locais. Podem destacar-se, de entre a diversidade de biótopos existentes, as zonas de sapal, paul, dunas, águas livres, ilhas com vegetação, praias de vasa e lodos e os campos agrícolas (Matos, 1994).

Importa ainda referir certos habitats de origem antropogénica que constituem alguns dos mais importantes núcleos de riqueza biológica deste ecossistema e que urge recuperar e revitalizar, em particular as salinas, os arrozais e o “bocage”. Este último é um habitat exclusivo desta região.

Todos estes habitats são ocupados por comunidades de seres vivos que mantêm estreitas relações inter-específicas, constituindo uma complexa teia alimentar, a qual sustenta uma enorme diversidade biológica. A Ria é, na realidade, detentora de uma riqueza faunística e florística elevadas, acolhendo espécies emblemáticas de mamíferos, casos da lontra e do toirão; importantes espécies da ictiofauna, inclusive espécies migradoras de elevado valor comercial, como a enguia, o robalo e a solha, além de 15% das aves aquáticas que invernam em Portugal, colocando-a, como uma das mais significativas zonas para invernação de aves a nível nacional (Neto, 1998).

A Ria assume ainda importância internacional em efectivos de algumas espécies de limícolas (Loureiro, 2001). A rica diversidade florística é evidenciada pela própria variedade de biótopos, com zonas de sapal halófito e sub-halófito, de paul, e de “bocage”. É devido a toda esta biodiversidade, assim como, às estreitas relações de interdependência entre o meio natural e o humano, e à riqueza cultural e histórica desenvolvidas ao longo de séculos de convivência, que a Ria se transformou no que é hoje.

São estas tradições seculares de coexistência sustentada que importa recuperar, manter ou recriar, possibilitando, dessa forma, uma Conservação da Natureza activa e eficaz, um desejado crescimento e desenvolvimento socio-económico, caminhando-se, assim, para o pretendido equilíbrio ecológico e consequente sustentabilidade.

1.3 - A necessidade de uma gestão sustentável e sustentada da Ria

O elevado crescimento demográfico ocorrido desde a segunda metade do século XX, nas margens da laguna de Aveiro, bem como o aumento brutal da actividade portuária, a sobrepesca, a caça desregulada e o desenvolvimento de grandes unidades industriais, em particular da indústria química e de pasta de papel, aliados à pressão massiva do turismo, generalizaram, num passado recente, a agressão antropogénica a esta zona natural.

Esta perturbação do frágil equilíbrio ecológico da zona traduz-se, principalmente, por problemas de contaminação e de reconversão de terras. É evidente o conflito de interesses entre os vários utilizadores da Ria (Moreira, 1992). Tal conflito evidenciou-se ainda recentemente no Congresso da Ria, realizado pela AMRIA, onde foram por demais evidentes as diferentes opiniões e pontos de vista, dos diversos intervenientes neste espaço natural.

No entanto, a evolução do conhecimento científico, a mudança de consciências a nível ambiental e a apreensão, pela opinião pública, de conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento sustentado”, “conservação da biodiversidade”, abrem espaço para uma nova visão integradora e multidisciplinar que possibilitou o emergir de novas iniciativas. O recente anúncio, por parte do primeiro-ministro, no supracitado Congresso da Ria, da criação do Gabinete de Gestão da Ria, é um claro sinal dessa mudança de atitude e um exemplo que se deseja de sucesso. Espera-se que este Gabinete venha a ser uma estrutura exemplar de descentralização, de acção efectiva, de compatibilização de interesses e de unificação e posterior transmissão do conhecimento adquirido, de forma a permitir uma gestão eficaz e ambientalmente equilibrada do sistema vivo e dinâmico que é a própria Ria.

Um outro exemplo vivo desse redesenhar do conceito de sustentabilidade é o desenvolvimento do projecto BioRia. Este é um instrumento inovador, na medida em que assume como ideia de base a Conservação da Natureza com a participação activa das entidades e populações locais, apostando claramente na sua sensibilização e envolvimento directo, na certeza de que estas serão o melhor garante da preservação e valorização da imensa biodiversidade existente na área de intervenção do projecto.

2 - O Projecto Bioria

2.1 - Breve enquadramento histórico

O projecto BioRia foi idealizado e concebido, há cerca de dois anos, por uma equipa de 3 biólogos integrados na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e materializado em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Estarreja e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. É um projecto de Conservação e Valorização do Património Natural do Concelho de Estarreja que vai de encontro com as acções programáticas da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza. Teve o seu início em Dezembro de 2003 e concluir-se-á em Dezembro de 2005. O seu financiamento é comparticipado em $\frac{3}{4}$ por fundos Comunitários e o restante, pela Câmara Municipal de Estarreja e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

2.2 - Importância enquanto ferramenta activa de conservação

O projecto BioRia assume um papel importante ao nível dos projectos de Conservação na Ria de Aveiro e em particular no Concelho Estarrejaense. Esse papel passa, desde logo, pelo envolvimento precoce da administração local, na pessoa da Câmara Municipal de Estarreja. Este envolvimento é uma importante mais valia, visto ser a administração local o nível da hierarquia de governo mais próximo das populações e dos seus problemas do dia-a-dia, e aquele que melhor conhece as potencialidades e os condicionalismos específicos de cada área, possuindo, portanto, uma responsabilidade acrescida neste domínio (Nogueira *et al*, 1996; Baker *et al*, 1997; Fidélis, 2001). Através desta estreita colaboração, procura garantir-se uma participação activa das populações locais, incentivando o seu envolvimento tanto no desenhar, como no implementar de soluções adaptadas à realidade da região, que possam ser aceites por todos e não impostas política ou tecnicamente, bem como promovendo um sentimento de pertença e de desejo de defesa do Património Natural e Cultural do Concelho.

Por outro lado, o referido envolvimento permitirá uma co-responsabilização das várias entidades Socio-económicas e Culturais do Concelho, garantindo o cumprimento do seu papel de intervenientes activos no difícil processo de planeamento do dia-a-dia, com uma visão de futuro, que contemple necessariamente, o equilíbrio sustentado e a Conservação da Natureza.

Deste modo, com uma abordagem integradora, prática e de cariz local, pretende-se contribuir para a desejada requalificação ambiental do Concelho de Estarreja e da Ria de Aveiro.

2.3 - Caracterização da área de intervenção do projecto

A área abrangida pelo projecto BioRia, situada no Concelho de Estarreja, é parte integrante do Baixo Vouga Lagunar. É uma área territorial, de considerável dimensão, posicionada cerca de 20 km a Norte de Aveiro e totalmente inserida nessa notável e vasta zona húmida Portuguesa que é a Ria de Aveiro, que se prolonga desde Ovar, mais a Norte, até Mira, mais a Sul.

Mais concretamente, a área de intervenção física do presente projecto localiza-se nas Freguesias de Salreu e Canelas, situadas na periferia da laguna, no denominado sapal doce, onde a influência marinha se manifesta diariamente, através dos esteiros que percorrem a área. Esta área é igualmente cruzada pelos Rios Antuã, Jardim e Vouga.

As suas condições particulares, aliadas a uma dinâmica permanente característica de sistemas abertos, levaram à multiplicação de habitats e ao conseqüente desenvolvimento de uma rica diversidade biológica.

As duas Freguesias têm um passado intimamente ligado às práticas agrícolas, sendo todo o sistema fortemente humanizado, embora hoje em dia grande parte dos campos já não seja cultivada e se encontre ao abandono. Toda a zona é entrecortada por diversas valas e canais decorrentes do antigo sistema de rega e drenagem. Actualmente encontramos como principal cultura, praticamente apenas com carácter de subsistência, a orizicultura, junto com algumas poucas plantações de milho e culturas forrageiras (estas últimas apenas no perímetro de Canelas).



Fig.1 - Paisagem de Salreu



Fig.2 - Arrozais e Vila de Salreu

Ainda ao nível dos terrenos de cultivo, importa destacar o “bocage”, pois é um habitat típico do Baixo Vouga Lagunar, muito raro em Portugal, de origem antropogénica e constituído por terrenos agrícolas rodeados por sebes vivas e valas de água. Além do seu aspecto em mosaico de inegável valor paisagístico, este habitat possui uma elevada biodiversidade associada (Neto, 1998).



Fig.3 - Arrozais de Canelas



Fig.4 - Orizicultura

Outro biótopo, com grande expressão nesta área, é o sapal. Este é composto por grandes manchas de sapal sub-halófito, principalmente caniçal e junçal, com pequenas manchas de vegetação arbórea e arbustiva pontuais, constituída maioritariamente por salgueiros (*Salix atrocinerea*) e amieiros (*Alnus glutinosa*).

Em Salreu, o caniço (*Phragmites australis*) e o junco (*Juncus effusus* e *Juncus maritimos*) são tradicionalmente cortados e usados em camas para o gado, sendo a posteriori, convertidos em fertilizante utilizado nos terrenos de cultivo (Neto, 1998), ou mais recentemente para atar os ramos das videiras, durante a poda na zona do Douro.

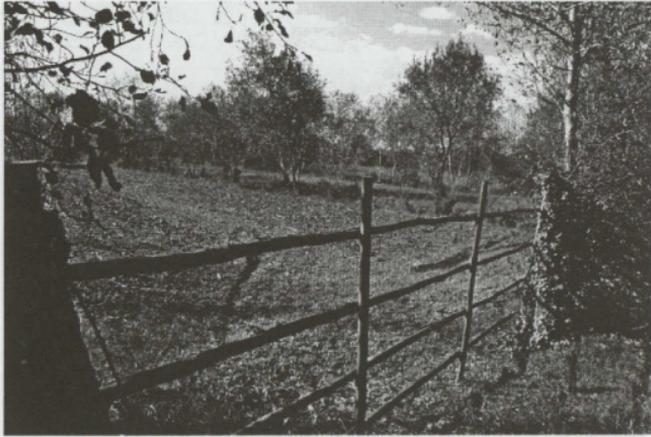


Fig.5 - Bocage

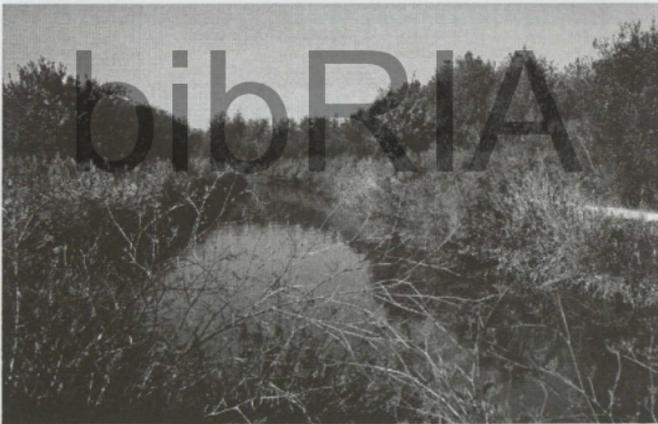


Fig.6 - Esteiro de Canelas

Esta área apresenta ainda uma riquíssima fauna, resultante desta enorme variedade de habitats e da grande abundância de alimento. São de destacar a Lontra (*Lutra lutra*) e o Toirão (*Mustela putorius*) na classe dos mamíferos; a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o Tartaranhão-ruivo-dos-pauis ou Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), bem como diversas espécies da família das limícolas e dos passeriformes paludícolas, na classe das aves; algumas espécies da classe dos peixes de significativo valor comercial, como a solha (*Pleuronectes platessa*), a enguia (*Anguilla anguilla*) e o robalo (*Dicentrarchus labrax*); a rela-comum (*Hyla arborea*) e a rã-de-focinho-

pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), na classe dos anfíbios e o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a cobra-de-água-viperina (*Natrix maura*), na classe dos répteis.

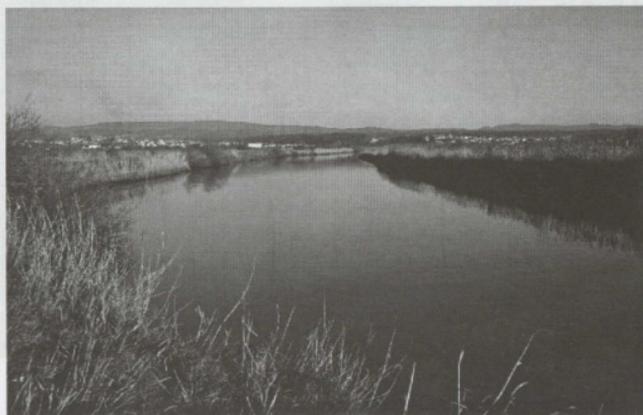


Fig.7 - Esteiro de Salreu



Fig.8 - Relá-comum (*Hyla arborea*)

Contudo, este privilegiado espaço natural possui numerosos focos de poluição ambiental, quer na própria zona, quer na envolvente: indústrias de grande e médio porte; aglomerados populacionais de média e elevada dimensão, geradores de efluentes residuais e resíduos sólidos; importantes movimentos e actividades portuárias nas proximidades; várias vias de elevada intensidade de tráfego rodoviário; uma ferrovia; e instalações agropecuárias difusas, também geradoras de elevadas cargas de efluentes ambientalmente nocivos (Andresen *et al*, 2001).



Fig.9 - Garça-vermelha (*Ardea purpurea*)



Fig.10 - Indústria

2.4 - Objectivos do projecto

O projecto BioRia apresenta, como seus objectivos de base, os seguintes:

Promover a protecção e Conservação da Natureza numa perspectiva pró-activa;
Fomentar a aproximação das populações ao meio natural envolvente;

Contribuir de forma inovadora e dinâmica para a formação, sensibilização e consciencialização da população para as questões ambientais e da Conservação da Natureza;

Divulgar o valioso Património Natural do Concelho de Estarreja;

Apoiar a realização de estudos de ecologia.

2.5 - Actividades em curso e a desenvolver

O projecto BioRia encontra-se dividido em 4 linhas de acção primordiais, por se entender constituir a melhor forma de operacionalização das intervenções programadas, permitindo um cumprimento integral dos objectivos propostos:

2.5.1 - Infraestruturação da área de intervenção:

Nesta linha de acção está a implementar-se um “trilho de interpretação da natureza” com cerca de 8,5 km, ao longo do qual os visitantes serão acompanhados por painéis informativos e sinalética adequada. Nestes painéis será disponibilizada informação sobre curiosidades e aspectos relevantes da fauna, flora, habitats e actividades tradicionais da área. Colocar-se-ão ainda estruturas de apoio, nomeadamente bancos, mesas e zonas de sombra, que proporcionem ao espaço natural em causa algum conforto e potenciem o desenvolvimento de acções de sensibilização, conservação e de auto e hetero educação ambiental (Albergaria *et al*, 2004).

2.5.2 - Sensibilização e educação ambiental:

Com esta vertente, serão fomentadas várias actividades de educação ambiental, adequadas às diversas faixas etárias da população escolar, nas quais se optará sempre que adequado e possível, por uma forte componente prática. Além disso serão ainda dinamizadas acções de sensibilização para a restante população e colectividades da zona. Deste modo, procura-se potenciar a apreensão de conceitos-chave pelas populações locais que lhes permitam uma melhor compreensão do funcionamento dinâmico da área, tornando-as, assim, o melhor garante do equilíbrio ecológico desejado e os elementos-chave no processo de Conservação da Natureza e da Ria de Aveiro (Albergaria *et al*, 2004).

2.5.3 - Divulgação:

Na componente de divulgação será realizado um conjunto de acções de promoção do vasto Património Natural de Estarreja, e especificamente da área em causa. As actividades a desenvolver passam, entre outras, pela elaboração de um vídeo promocional da área, a concepção e distribuição pelas entidades ligadas ao ambiente, turismo, educação e poder local, entre outras, de um cartaz e *flyers* promocionais, edição de publicações sobre a área e sua biodiversidade. Pretende-se, desta forma, despertar nas populações curiosidade e o desejo de conhecer “*in situ*” as áreas naturais do Concelho, bem como, a vontade de contribuir activamente para a sua conservação efectiva (Albergaria *et al*, 2004).

2.5.4 - Estudos de Ecologia:

A vertente de trabalhos científicos pode ser subdividida em três temáticas diferentes, através das quais se pretende não só aumentar o conhecimento científico sobre a ecologia da área, mas também, contribuir de forma determinante para a sua conservação.

Mais concretamente, uma das temáticas incidirá sobre a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), espécie escolhida como principal representante da Avifauna local, quer pelo número muito significativo de indivíduos que ocorrem na área, quer pela importância e estatuto prioritário que apresenta em termos de conservação. De facto, esta espécie possui o estatuto de “em perigo” em Portugal (ICN, 2004), sendo actualmente objecto, por parte do I.C.N. (Instituto da Conservação da Natureza) de um Plano Nacional de Acção para a espécie (Albergaria *et al*, 2004).

A segunda temática versará a realização de estudos sobre a flora microbiológica dos solos agrícolas. Para além de uma caracterização das espécies, procurar-se-á ainda avaliar o seu potencial de biodegradação sobre o molinato, um dos mais utilizados pesticidas orgânicos sintéticos em orizicultura (Albergaria *et al*, 2004).

Finalmente, a terceira temática consistirá na elaboração de algumas propostas a incorporar num futuro Plano de Ordenamento e Gestão para a zona de Salreu/ Canelas. Deste modo procura-se contribuir de modo determinante para a sustentabilidade e conservação deste espaço, e uma correcta integração no biótopo Ria de Aveiro (Albergaria *et al*, 2004).

3 - Considerações Finais

A Ria de Aveiro e em particular o Concelho de Estarreja, são detentores de um Património Natural e Cultural inestimáveis que importa conservar, recuperar e requalificar a todo o custo. A recente evolução de mentalidades e a crescente exigência de aumento da qualidade do ambiente, em grande parte resultado do avanço do conhecimento científico, tomaram possível o desenvolvimento de novas atitudes e abordagens, na Conservação da Natureza, por parte de todos os intervenientes, locais e regionais. Neste enquadramento surgiu o BioRia, uma ferramenta inovadora de Conservação da Natureza ao nível local. O BioRia é, essencialmente, um projecto de sensibilização e educação ambiental, que assenta em dois outros objectivos: a realização de estudos de ecologia sobre a área e as espécies que nela ocorrem e a divulgação do Património Natural do Concelho de Estarreja. Desta forma pretende-se dar um primeiro passo para uma efectiva conservação da área e da Ria de Aveiro. É de crucial importância que a recente criação do tão desejado Gabinete de Gestão da Ria, permita que outras iniciativas e projectos de Conservação idênticos possam surgir por toda a Ria, contribuindo, assim, para a requalificação ambiental integral deste espaço natural, bem como para o repor do equilíbrio ecológico, mantendo sempre como linha de rumo a sustentabilidade, marco ambiental das sociedades mais evoluídas (Albergaria *et al*, 2004).

4 - Agradecimentos

Aos nossos pais, restantes familiares e amigos por acreditarem em nós, nos apoiarem e incentivarem desde sempre, ajudarem e criticarem de forma desinteressada.

À Câmara Municipal de Estarreja, em particular na pessoa do seu Presidente, o Dr. José Eduardo Matos, que desde cedo apadrinhou a ideia.

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em particular na pessoa do Dr. António Martins e da sua equipa, sem os quais o projecto não seria possível.

Ao Professor Doutor Paulo Pinho, pelo apoio e orientação prestados na componente científica de planeamento.

À Professora Doutora Olga Pastor Nunes pelo apoio e orientação prestados na componente científica de microbiologia.

Ao Professor Doutor Tiago Múrias dos Santos, pelo apoio e orientação prestados na componente científica da avifauna.

Ao Dr. Nuno Gomes, pelo incentivo e pelas críticas construtivas.

Ao arquitecto Rui Jerónimo pelo acompanhamento na parte gráfica do projecto, e pelo seu apurado sentido crítico.

5 - Bibliografia

- Albergaria, C.; Brito, R.; Lamas, S. e Boaventura, R. (2004), Projecto BioRia – Uma aplicação in loco do Desenvolvimento Sustentável ao nível local, *Actas da 8ª Conferência Nacional do Ambiente*, Lisboa.
- Andresen, T. e Curado, M.J. (Coords.), (2001), *Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*, Vols. II, III, IHERA, Aveiro.
- Baker, S.; Kousis, M.; Richardson, D. e Young, S. (1997), *The theory and practice of sustainable development in EU perspective* em Baker, S.; Kousis, M.; Richardson, D. e Young, *The politics of sustainable development*, Routledge, London.
- Catarino, F., & Caçador, M.I. (1981), Produção de biomassa e estratégia do desenvolvimento em *Spartina maritima* e outros elementos da vegetação dos sapais do estuário do Tejo, *Bol. Soc. Brot.*, vol. 54, pp. 387-403.
- Fidélis, T. (2001), *Planeamento Territorial e Ambiente – o caso da envolvente à Ria de Aveiro*, Principia, Cascais.
- I.C.N., (2004), *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal – resultados preliminares*, I.C.N., Lisboa.
- Loureiro, J. (2001), Ria de Aveiro – Riqueza Perdida ou a prazo, *Ozono*, num. 33.
- Matos, R., (1994), *Fauna da zona húmida de Salreu/ Canelas (Ria de Aveiro)*; *Contribuição para a sua caracterização e propostas de gestão*, Tese de Licenciatura, Universidade do Porto, Porto.
- Moreira, H., (1992), *Importância ecológica das zonas húmidas: caso da Ria de Aveiro*, Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Neto, J., (1998); *Os passeriformes paludícolas do caniçal de Salreu, Ria de Aveiro*, Tese de Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras, Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Nogueira, T.F. & Pinho, P. (1996), *Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável – Perspectivas Teóricas sobre a Contribuição do Planeamento Territorial e da Avaliação Ambiental em Borrego et al. (ed.), V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Universidade de Aveiro, Aveiro, vol. I, pp. 3-19.
- Pinho, P. (1992), *Impactes de projectos de emparcelamento rural: estudo de caso em Partidário, M. R. & Jesus, Júlio, Avaliação de Impacte ambiental*, Centros de Planeamento e Gestão ambiental.
- Pinho, P. e Pires, A. R. (coords) (1989), *Estudo de Impacte Ambiental e Socio-económico do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*. Vol. III., Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Voisin, Claire (1991), *The Herons of Europe*, T&A D Poyser, London.

MARISCAGEM DO CASULO NO CANAL DE MIRA, RIA DE AVEIRO: um exemplo do capital escondido e do juro retirado de um ecossistema

Teresa Cunha¹, Henrique Queiroga²

Nota prévia

Este artigo pretende ser uma reflexão sobre um trabalho de investigação, que teve lugar no Canal de Mira da Ria de Aveiro, de Maio de 2001 a Abril de 2002, no âmbito de uma tese de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade de Aveiro. O estudo teve como objectivo avaliar a produção da mariscagem de casulo no Canal de Mira.

Introdução

As zonas costeiras desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade, incluindo-se entre os ecossistemas mais produtivos e exuberantes da biosfera. Além disso, contribuem para uma ampla gama de funções relacionadas com o crescimento sócio-económico e com a qualidade de vida do Homem, como a pesca e aquacultura, os transportes marítimos e o turismo, que partilham entre si um espaço restrito ao longo da linha da costa.

Neste contexto, a Ria de Aveiro constitui um exemplo fascinante da interacção entre a Natureza e o Homem, dado que os seus recursos naturais são regularmente explorados por diversas actividades económicas das quais se destacam a pesca profissional e desportiva, a aquacultura, a apanha de algas, a salinicultura e a mariscagem.

A mariscagem

A mariscagem, marisqueio ou apanha, consiste na recolha de espécies animais marinhas de elevado valor comercial, como moluscos bivalves, poliquetas e crustáceos, utilizando para tal as mãos ou instrumentos artesanais. Esta actividade é praticada um pouco por toda a costa portuguesa, com grande incidência nos estuários e nas lagoas costeiras, dado que estas zonas reúnem condições de elevada produtividade biológica e fácil acesso (Castro, 1991).

Na Ria de Aveiro, o marisqueio é praticado intensamente, em particular no Canal de Mira, que é dos canais principais da Ria. No Canal de Mira as espécies são apanhadas durante a baixa-mar, e podem ser destinadas ao consumo humano ou serem utilizadas como isco vivo na pesca profissional e desportiva. Na primeira categoria incluem-se a lambujinha (*Scrobicularia plana*), a amêijoia boa (*Ruditapes decussatus*), a amêijoia branca (*Spisula solida*), a cadelinha ou conquilha (*Donax vittatus*), a amêijoia

¹ Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental; teresa.cunha@cimar.org

² Dep. de Biologia, Universidade de Aveiro; hqueiroga@bio.ua.pt

macha (*Venerupis pullastra*), o crico ou berbigão (*Cerastoderma edule* e *C. glaucum*) e o longueirão ou navalha (*Solen marginatus*). O longueirão é utilizado para consumo humano e isco da pesca. Na segunda categoria incluem-se o casulo (*Diopatra neapolitana*), a bicha branca (*Nephtys sp.*) e a serradela (*Nereis diversicolor*).

É importante salientar que o produto resultante da mariscagem, qualquer que seja a espécie apanhada, constitui um recurso económico de grande importância para muitas famílias, principalmente quando existe mais do que um elemento envolvido nesta actividade. Além disso, a maioria dos mariscadores não possui outra actividade remunerada, sendo a mariscagem a única fonte de rendimento de muitos agregados familiares.

Esta actividade é actualmente regulamentada pela Portaria nº 1102-B/2000 de 22 de Novembro, designada por “Regulamento da Apanha”. Este regulamento considera que a apanha com fins comerciais, deve ser executada por titulares de cartão e de licença de apanhador. Além disso, estabelece que é obrigatório declarar junto da Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, as quantidades capturadas bem como o respectivo destino. O documento fixa ainda um período de interdição da apanha de espécies de moluscos bivalves e inclui uma relação de espécies que podem ser objecto da apanha, (Anexo I), uma lista das zonas onde a apanha é autorizada (Anexo II) e uma descrição dos utensílios autorizados para o exercício da mariscagem (Anexo III).

Todas as espécies que são exploradas no Canal de Mira, constam do Anexo I do Regulamento. No entanto, e tal como foi possível verificar durante o trabalho de campo, a grande maioria dos mariscadores do Canal não possui o cartão nem a licença de apanhador e, além disso, não declara as quantidades apanhadas.

No que diz respeito ao licenciamento, os números fornecidos pela Direcção Geral das Pescas e Aquicultura relativamente ao ano 2000, não distinguem o número de licenças atribuídas unicamente para o casulo, mas indicam que nesse ano foram concedidas 3 licenças para apanha de casulo e de minhocão (*Marphysa sanguinea*) na Capitania do Porto de Caminha, e 71 licenças para a apanha destas duas espécies e de conquilha (*Donax vittatus*), na Capitania de Lisboa. Não foi atribuída qualquer licença para a região de Aveiro, facto que vem confirmar o que acima foi dito, sobre o incumprimento do “Regulamento da Apanha”.

O Casulo

O casulo, cujo nome científico é *Diopatra neapolitana*, é um anelídeo poliqueta, pertencente à ordem Eunicida, família Onuphidae. Habita em águas oceânicas, quentes e pouco profundas do Atlântico, tal como Golfo da Biscaia, costa ocidental de África e mar Mediterrâneo, (Fauvel, 1923) assim como no Índico (Paxton & Chou, 2000). Fig. 1

Tal como todos os membros da família Onuphidae, *D. neapolitana* vive enterrado no sedimento vasoso, dentro de um tubo ou casulo. Normalmente a zona anterior do tubo, ultrapassa o sedimento em alguns centímetros. O tubo é constituído internamente por uma substância membranosa segregada pelo poliqueta e externamente por areia, vasa, fragmentos de conchas e algas marinhas (Paxton, 1986; Ruppert, 1994).



Fig 1. Pormenor do tubo e do animal (*Diopatra neapolitana*). Fotografia gentilmente cedida pelo Prof. Doutor Henrique Queiroga.

Tecnologia da mariscagem do casulo no Canal de Mira

A apanha do casulo envolve o corte da região anterior do corpo do animal que inclui a cabeça, os primeiros segmentos, bem como o respectivo tubo.

O casulo é apanhado com uma pá, ou pachil, um instrumento de mão que possui uma lâmina de ferro e na parte superior desta, uma travessa perpendicular que é utilizada para apoiar um dos pés do homem e assim facilitar a entrada da lâmina no substrato arenoso ou vasoso (Carneiro *et al.*, 2002). Posteriormente o sedimento é revolvido, inspeccionado com a mão e, os animais nele contidos são retirados e acondicionados em baldes (Fig. 2). Alguns mariscadores cavam o terreno empregando uma enxada agrícola, idêntica à utilizada na agricultura. A opção entre a pá ou a enxada, prende-se com a composição do terreno. Se for mole, ou seja, com maior percentagem de sedimentos vasosos, utiliza-se a enxada. Se o terreno tiver uma consistência mais dura, a pá é preferida.

Estes instrumentos não constam da lista de utensílios do Anexo III do Regulamento da Apanha, portanto não estão autorizados pela Lei.

A técnica de apanha do casulo é fisicamente muito desgastante, sobretudo se considerarmos que a jornada de um mariscador dura entre duas a três horas e levada a cabo durante todos os dias da semana, incluindo domingos e feriados.

É importante reflectir sobre o modo como esta população de casulo tem vindo a resistir à pressão exercida pela mariscagem. Alguns autores como Ruppert (1994), afirmam que os poliquetas, que vivem enterrados no sedimento e que habitam no interior de tubos, têm uma grande capacidade de regeneração, e que a cabeça quando é cortada, pode ser rapidamente substituída. Durante o trabalho de campo observaram-se,

com efeito, alguns indícios de regeneração dado que alguns indivíduos apresentavam uma área de cicatrização entre a zona anterior (correspondente à porção apanhada pelos mariscadores) e a zona posterior do animal (que permanece enterrada no sedimento). Se o casulo tiver capacidade auto-regenerativa, tal pode explicar a sobrevivência do stock, indicando que este banco de maré detém uma capacidade de produção biológica significativa.

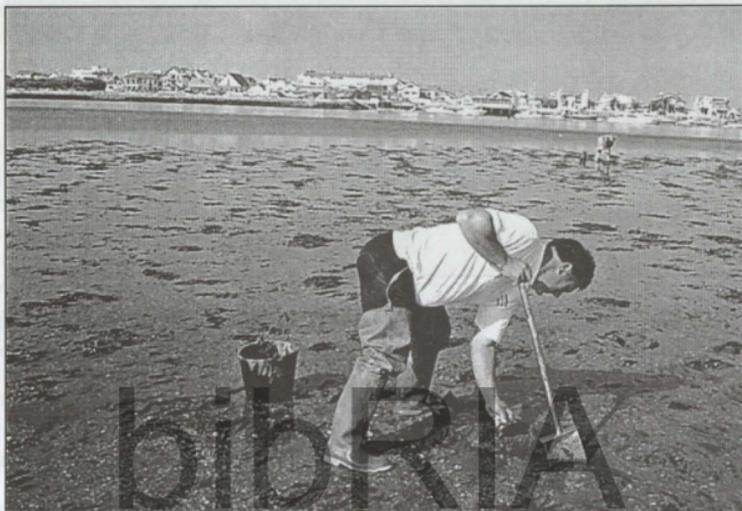


Fig 2. Fotografia da apanha do casulo (*Diopatra neapolitana*) com pá.

Considerações finais

No futuro é fundamental promover a investigação sobre o ciclo de vida desta espécie (idade de maturação sexual, esperança de vida e período reprodutivo), pois essa informação é essencial para avaliar o real impacto da mariscagem neste local. A exploração da hipótese de auto-regeneração por parte do casulo é também uma questão essencial, em virtude da sua importância na discussão sobre a sustentabilidade da apanha do isco.

Perante este cenário de incerteza quanto à sustentabilidade da mariscagem, as medidas de fiscalização previstas na legislação devem ser postas em prática rapidamente, nomeadamente o controle do número de mariscadores através da atribuição de licenças, para precaver eventuais danos irreversíveis no ecossistema.

Finalmente, o panorama actual não favorece os próprios mariscadores que, não estando organizados colectivamente, são sujeitos à fixação dos preços por parte dos revendedores. Assim, seria desejável a constituição de uma associação que representasse os interesses dos mariscadores junto das autoridades competentes e que

contribuísse activamente para a elaboração e implementação de medidas de controlo da actividade.

Bibliografia

- Carneiro, M., Martins, R., Rebordão, F.R., Sobral, M., 2002. Contribuição para o conhecimento das artes de pesca utilizadas na Ria de Aveiro. Publicações Avulsas do IPIMAR. Instituto de Investigação das Pescas e do Mar. nº8. 49p.
- Castro, J.J. (1991). Recursos bentónicos do Estuário do Sado: A era pós-ostreícola. Semeando novos rumos. Actas do IV Congresso sobre o Alentejo, Sines, 28 – 36.
- Fauvel, P. (1923). Faune de France. Polychètes errantes. Fédération Française des Sociétés des Sciences Naturelles, Office Central de Faunistique, Paris.
- Paxton, H. (1986). Generic revision and relationships of the family Onuphidae (Annelida: Polychaeta), Records of the Australian Museum, 38, 1 – 74.
- Paxton, H. & Chou, L.M. (2000). Polychaetous annelids from the South China Sea, The Raffles Bulletin of Zoology, 80, 209 – 232.
- Portaria nº. 1102-B/2000 de 22 de Novembro, Diário da República, 1ª Série B – nº 270, pp. 6692 (4) – 6692-(9).
- Ruppert, E. (1994). Invertebrate Zoology. Sunders College Publishing. 6th Edition. Fort Worth.

biblioteca

combinando activamente para el desarrollo e implementación de medidas de control de calidad en el campo de la bibliotecología, así como a otros aspectos de la actividad profesional en el campo de la bibliotecología y la documentación.

Carroll, J. (1991). Record-keeping in the field. *Journal of Agricultural Librarianship and Documental Science*, 23(1), 1-10.

Farrington, P. (1997). *Journal of the International Association of Agricultural Librarians and Documentalists*. London: Taylor & Francis.

Foxton, H. (1996). *Journal of the International Association of Agricultural Librarians and Documentalists*. London: Taylor & Francis.

Foxton, H. (1997). *Journal of the International Association of Agricultural Librarians and Documentalists*. London: Taylor & Francis.

Foxton, H. (1998). *Journal of the International Association of Agricultural Librarians and Documentalists*. London: Taylor & Francis.

Foxton, H. (1999). *Journal of the International Association of Agricultural Librarians and Documentalists*. London: Taylor & Francis.

bibRIA

Fig. 2. Fotografía de la cubierta de la revista "bibRIA".

Comunicación

Este artículo de investigación se centra en el análisis de la información que se genera en el campo de la bibliotecología y la documentación, así como en el estudio de los factores que influyen en la producción de esta información. El artículo se divide en tres partes: una introducción, un análisis de los factores que influyen en la producción de esta información y una conclusión.

Para ello se realizó un estudio de caso en el que se analizaron los factores que influyen en la producción de esta información en un campo de investigación de la bibliotecología y la documentación.

Finalmente, se concluye que la información que se genera en el campo de la bibliotecología y la documentación es un recurso valioso que debe ser gestionado adecuadamente.

O RIO VOUGA E A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO reflexão sobre o contributo das associações de municípios

Teresa Fidélis (1) e Tânia Mendes (2)

Introdução

Este artigo desenvolve uma breve reflexão sobre o contributo das associações de municípios para a gestão sustentável do território nas imediações do Rio Vouga. O conceito de desenvolvimento sustentável, que se incorporou no discurso governativo dos vários níveis e sectores de intervenção sobre o território e os recursos naturais, envolve diversas dimensões e estratégias de intervenção mais complexas e, até mesmo mais controversas, do que é frequentemente referido. Entre outros aspectos, destacam-se a necessidade de articular o desenvolvimento económico com qualidade do ambiente e com as expectativas sociais associadas a determinado território. Ao nível da qualidade do ambiente e dos recursos naturais destaca-se a necessidade de valorizar os rios e respectivas bacias hidrográficas. Um dos aspectos que torna mais complexa a articulação de intervenções reside no facto de estes se estenderem por áreas territoriais que em geral envolvem diversas jurisdições. A complexidade de gestão e a necessidade de cooperação e colaboração entre as diversas jurisdições presentes nas bacias hidrográficas têm suscitado várias experiências de colaboração intermunicipal através da criação de associações de municípios. Num tempo em que se repensa a criação de regiões, vale a pena relembrar a herança deixada pelo associativismo municipal que as antecede. Neste artigo analisam-se criticamente os objectivos, motivações e estratégias de funcionamento de várias associações de municípios tendo em vista a preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga. O artigo está estruturado em duas partes. A primeira refere-se ao enquadramento teórico da temática e reporta-se essencialmente ao contributo do planeamento territorial e das associações de municípios para a gestão integrada das áreas de bacia hidrográfica. Na segunda parte do artigo estuda-se criticamente o papel das Associações de Municípios na promoção da visão intermunicipal para protecção e valorização da bacia hidrográfica do rio Vouga.

2. Planeamento territorial e gestão sustentável de bacias hidrográficas o contributo das associações de municípios

As bacias hidrográficas são, pela sua natureza, integradoras de várias componentes, nomeadamente a geomorfológica, a ecológica, a social, a económica e a territorial. Estas, estão associadas a uma grande biodiversidade, a características paisagísticas particulares e ao equilíbrio ambiental. Alguns dos factores perturbadores destas áreas podem ser gerados por núcleos urbanos (Crabtree, 1998), por actividades

(1) Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Professora Auxiliar no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

(2) Licenciada em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro.

turísticas, aproveitamentos hidroeléctricos (Brismar, 2002), ou outras actividades económicas poluentes. O carácter interdisciplinar do planeamento territorial permite uma abordagem integrada destas componentes e factores, ao mesmo tempo que pode promover a colaboração e cooperação entre os diferentes níveis administrativos e respectivas entidades e sectores (Phelps & Tewdwr-Jones, 2000). O planeamento territorial pode também promover o envolvimento dos diversos actores locais na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento local. Este envolvimento permite a sensibilização de diversos actores sociais (ver Baum, H.S., 2001), bem como a obtenção de consensos (ver Innes, 1998 e Margerum, 2002) e de co-responsabilização na implementação das políticas de protecção ambiental e de desenvolvimento. A necessidade de identificar e salvaguardar o *'capital natural'*, promovida no âmbito do processo de planeamento, constitui também um contributo importante para o estabelecimento de acordos de cooperação entre diferentes entidades locais e agentes económicos (Beatly, 2000).

A Directiva Quadro da Água (3) constitui um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, estabelecendo normas que regulamentam as Bacias Hidrográficas da União Europeia. A estratégia adoptada por esta Directiva baseia-se nos princípios da precaução, da acção preventiva, da correcção dos danos ambientais prioritariamente na fonte (4), da subsidiariedade e do poluidor-pagador. A Directiva-Quadro realça a importância da elaboração de Planos de Bacia Hidrográfica, por forma a coordenar as medidas relativas às águas de superfície e subterrâneas que pertençam a um mesmo sistema ecológico, hidrológico e hidrogeológico, promovendo, assim, uma abordagem territorialmente integrada e sustentável. Estes planos têm como objectivo principal promover o uso sustentável da água, protegendo os ecossistemas, directa ou indirectamente, associados aos recursos hídricos existentes. Para além desta abordagem integrada, também a participação activa dos cidadãos em termos de gestão das águas, deixando de os encarar apenas como utilizadores, é considerada nesta Directiva como uma questão chave. Aponta essencialmente para a necessidade de desenvolver estratégias de comunicação e participação que englobem todos os actores sociais, promovendo, desta forma, a sua incorporação e envolvimento nos processos de tomada de decisão.

Em Portugal, o processo de planeamento dos recursos hídricos é feito através dos planos de bacia hidrográfica (D.L. 45/94, de 22 de Fevereiro), onde se inclui o Plano Nacional da Água (5), abrangendo todo o território nacional, e os Planos de Bacia Hidrográfica, relativos às várias Bacias (onde se inclui a Bacia Hidrográfica do Rio Vouga). No seu conjunto estes planos transpõem os princípios da Directiva-Quadro da Água para o quadro nacional. São entendidos como planos sectoriais e instrumentos de programação e de concretização de uma política nacional com e de concretização de uma política nacional com incidência na organização do território, apresentando normas

(3) Directiva Quadro 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 23 de Outubro de 2000.

(4) Controlo da poluição na fonte, através do estabelecimento de valores-limite de emissão e de normas de qualidade ambiental.

(5) D.L. 112/2002 de 17 de Abril.

programáticas a concretizar através da actuação da administração central e local. Neste contexto, é salientado que *“uma correcta gestão dos recursos hídricos passa por uma adequada política de Planeamento, assente numa abordagem integrada territorialmente e numa perspectiva qualitativa e quantitativa do meio”*. Defende-se, essencialmente, um *“planeamento integrado por bacia que se constitua como verdadeiro instrumento orientador da gestão”*. Segundo o n.º 2 do art. 2.º daquele Decreto-Lei o planeamento de recursos hídricos tem como objectivos *“a valorização, a protecção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos nacionais, assegurando a sua harmonização com o desenvolvimento regional e sectorial através da economia do seu emprego e racionalização dos seus usos”*, contribuindo para um desenvolvimento sustentável. No mesmo artigo é ainda referido que o planeamento deve ter como requisitos básicos: a globalidade, a racionalidade, a integração, a participação e a estratégia.

Tendo em conta a necessária articulação da política dos recursos hídricos com as restantes políticas sectoriais, no sentido de alcançar uma abordagem integrada e uma gestão sustentável destes recursos, é salientado que *“as acções e medidas definidas nos planos de recursos hídricos devem ser previstas em todos os instrumentos de planeamento que definam ou determinem a ocupação física do solo, designadamente planos regionais e municipais de ordenamento do território”* (6), incluindo nestes últimos os Planos Directores Municipais que estabelecem o uso e ocupação dos solos, visando o seu equilíbrio social, económico e ambiental.

As bacias hidrográficas são um recurso comum, mas as barreiras administrativas dificultam a sua gestão enquanto tal. Portanto, para potenciar a sua abordagem integrada é fundamental a existência de fortes níveis de cooperação e de coordenação entre as entidades responsáveis pelo planeamento territorial. Contudo, considerando as bacias hidrográficas como ‘unidades de gestão’ para efeitos de planeamento, é necessário, para além da cooperação horizontal e vertical, uma cooperação intermunicipal, que vise o desenvolvimento de estratégias de intervenção articuladas. A necessidade de uma gestão equilibrada e integrada dos recursos hídricos, e o reconhecimento dessa necessidade, constituiu um dos motivos para a criação de associações de municípios (7) envolventes a determinados rios. Estas associações (8) têm potencialidades para influenciar os objectivos de desenvolvimento local, e consequentemente, de preservação dos recursos hídricos através do seu envolvimento nos processos de tomada de decisão do planeamento territorial local (9). Outros factores determinaram também a sua criação, nomeadamente, a procura de uma conjugação de esforços (técnicos, humanos e financeiros) entre os Municípios, e a maior facilidade de acesso a financiamento para o desenvolvimento de projectos comuns.

(6) Artigo 13.º do Decreto-Lei 45/94, de 22 de Fevereiro.

(7) Artigo 1.º da Lei n.º 172/99, de 21 de Setembro (estabelece o regime jurídico comum das Associações de Municípios de direito público).

(8) As Associações de Municípios desempenham as atribuições conferidas por lei aos municípios, ou outros interesses, mas que estejam compreendidos nas atribuições destes.

(9) Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro – Artigo 6.º – Direito de Participação (n.º 1 e 2).

A criação de associações de municípios centradas em questões de desenvolvimento, de planeamento territorial e de valorização de recursos naturais revela “a emergência de territórios de concertação supra e intermunicipal (...) abrangendo em alguns casos a concertação entre áreas com assimetrias significativas de desenvolvimento” (CCRN, 1998, 12) e o reconhecimento da importância de “relações de concertação supra-municipal entre municípios.” (CCRN, 1998, 20). Outro aspecto a salientar está relacionado com o papel e contributo das Associações de Municípios para a promoção do desenvolvimento local e regional. As Associações de Municípios representam também uma oportunidade para integrar novos actores nos processos de tomada de decisão relativos ao desenvolvimento local e regional. Desta forma, assumem um novo papel em termos do ordenamento territorial, proporcionando o estabelecimento de parcerias público-privado, fundamentais para a valorização de recursos com interesse ambiental.

3. A bacia hidrográfica do Rio Vouga

O Rio Vouga é um rio totalmente português, com uma extensão de 148 km e com uma área de bacia hidrográfica de 3635 km². Nasce na Serra da Lapa, em Sernancelhe (distrito de Viseu) a uma altura de cerca de 950 m e percorre diversos municípios para desaguar na Ria de Aveiro, a qual é constituída por um conjunto de canais e enquadrada por uma das mais importantes e peculiares zonas húmidas de Portugal. Este rio tem como principais afluentes o Rio Sul, Rio Caima e Rio Antuã, na margem direita e o Rio Águeda (afluentes: Rio Cértima e Alfusqueiro), na margem esquerda. A Bacia do Rio Vouga abrange 24 concelhos (10) dos distritos de Aveiro, Viseu e Coimbra, (ver Fig. 1), correspondendo a uma população de cerca de 656 000 habitantes. Corresponde à segunda maior bacia hidrográfica totalmente portuguesa e apresenta recursos naturais importantes relacionados com as características climáticas, a diversidade de solos, a flora e a fauna e os recursos hídricos (ver figura 2).

A região abrangida por esta Bacia apresenta potencialidades de desenvolvimento associadas aos sectores produtivo, energético, turístico, desportivo e termalismo, entre outros. Entre os diversos factores de perturbação da bacia, destacam-se a degradação e destruição gerada por fogos, a poluição do Rio Vouga e dos seus afluentes e a desertificação dos principais núcleos urbanos. As ‘pressões’ exercidas sobre a Bacia do Vouga alteram significativamente a qualidade e quantidade dos recursos disponíveis. No sentido de definir uma estratégia de gestão e de desenvolvimento para a Bacia do Rio Vouga, Costa et al. (1996) reconhece que para além dos aspectos de gestão hídrica, “a diversidade interna e a sua integração económica e territorial implicam uma geometria de abordagem mais complexa”.

(10) Ovar, Estarreja, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Ílhavo, Vagos, Mira, Cantanhede, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Águeda, Anadia, Mealhada, Oliveira de Frades, Vouzela, Tondela, Mortágua, S. Pedro do Sul, Viseu, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Sátão e Aguiar da Beira.

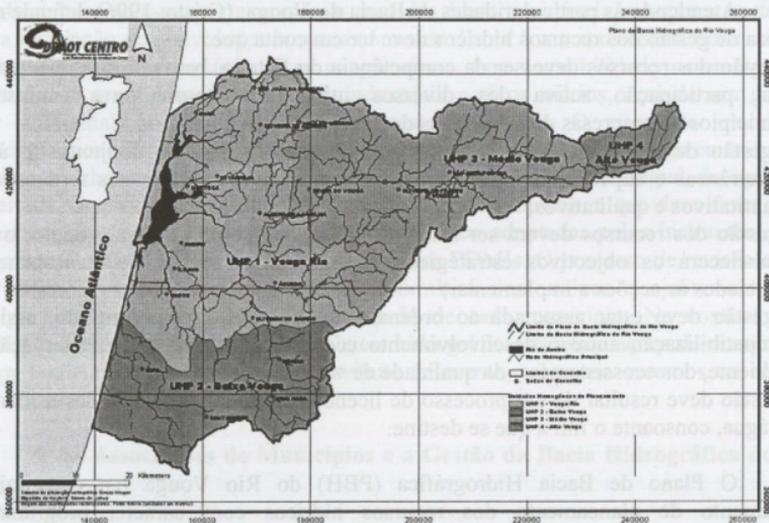


Figura 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Vouga. (11)

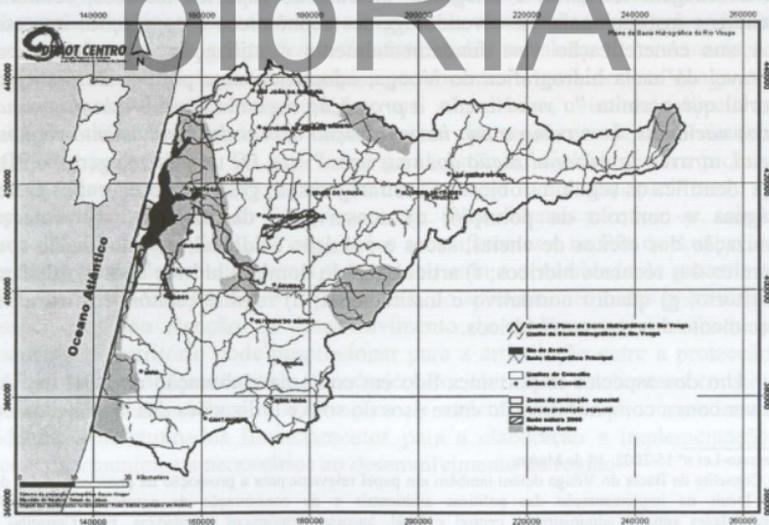


Figura 2 - Áreas naturais classificadas na bacia hidrográfica do Rio Vouga. (12)

(11) Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Vouga.

(12) Idem.

Atendendo às particularidades da Bacia do Vouga, (Cristo, 1996) defende que a política de gestão dos recursos hídricos deve ter em conta que:

- a gestão dos recursos deve ser da competência do Estado, bem como o resultado de uma participação activa dos diversos utilizadores (agricultores, industriais, municípios ou empresas distribuidoras de água, etc);
- a gestão deve ser integrada, no que se refere ao tratamento conjunto de águas subterrâneas e superficiais, doces e costeiras e no que se refere aos seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- a gestão dos recursos deverá ser resultado de um processo de planeamento, o qual estabelecerá os objectivos estratégicos, bem como a análise de custo-benefício associados às acções a implementar;
- a gestão deve estar associada ao ordenamento do território, permitindo, assim, a compatibilização entre o desenvolvimento económico e social e a preservação do ambiente, dos ecossistemas e da qualidade de vida;
- a gestão deve resultar de um processo de licenciamento e autorização das utilizações da água, consoante o fim a que se destine.

O Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Rio Vouga (13) constitui um instrumento de planeamento dos recursos hídricos com carácter programático, definindo normas relativas à gestão dos recursos hídricos, a concretizar através da actuação da administração central e local. Trata-se de um plano sectorial que assenta numa abordagem territorial e integrada, articulando aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolvendo agentes económicos e populações interessadas (14). A sua concretização visa fundamentalmente a utilização e gestão racional e sustentável da bacia hidrográfica do Vouga, adoptando uma política de planeamento territorial que permita *“a valorização, a protecção e gestão equilibrada dos recursos hídricos nacionais, bem como a sua harmonização com o desenvolvimento regional e sectorial, através da racionalização dos seus usos.”* (15) De uma forma geral, o PBH do Vouga identifica os seguintes objectivos estratégicos: a) gestão da procura; b) protecção das águas e controlo da poluição; c) conservação da natureza; d) protecção e minimização dos efeitos de cheias, secas e poluição acidental; e) valorização social e económica dos recursos hídricos; f) articulação do domínio hídrico com o ordenamento do território; g) quadro normativo e institucional; h) regime económico-financeiro; i) conhecimento dos recursos hídricos.

Um dos aspectos importantes tido em conta na elaboração do PBH do Vouga, tem a ver com a compatibilização entre usos do solo e utilizações das águas dos recur-

(13) Decreto-Lei n.º 15/2002, 14 de Março.

(14) O Conselho de Bacia do Vouga detém também um papel relevante para a promoção da participação dos diversos agentes locais na implementação das políticas ambientais e de conservação da natureza e na partilha de responsabilidades entre a administração central e local, agentes económicos e cidadãos. Este Conselho integra representantes do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, do Ministério do Ambiente, do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde, bem como representantes da Associação Nacional de Municípios, dos Utilizadores e de Organizações Não Governamentais.

(15) Decreto Regulamentar n.º 15/2002 de 14 de Março.

sos adjacentes. Veja-se, por exemplo, o caso das áreas inundáveis, em que a apetência para a instalação de actividades humanas é maior. Estas áreas apresentam bons solos e disponibilidades hídricas úteis para a agricultura, boa acessibilidade natural para a instalação de áreas urbanas, unidades industriais e eixos viários, e ainda um grande valor ambiental por constituírem importantes biótipos. O risco de inundação condiciona, contudo, a instalação destas actividades (16). O PBH do Vouga constitui um instrumento chave para a promoção de uma abordagem intermunicipal, integrada e concertada, de protecção e gestão de recursos hídricos comuns, e que deve fazer parte das estratégias de desenvolvimento socio-económico adoptadas pelos instrumentos de planeamento a nível local, designadamente, pelos PDM's. O processo de revisão a que estes últimos estão, entretanto, sujeitos, permitirá desenvolver o ajustamento dos princípios de protecção e gestão à realidade de cada município. No contexto das estratégias integradas para a gestão da bacia hidrográfica, as associações de municípios podem também desempenhar um contributo relevante, tal como veremos na secção seguinte.

4. As Associações de Municípios e a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga

Este artigo tem a ver com o estudo dos objectivos, motivações e estratégias de funcionamento de várias associações de municípios tendo em vista a preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga (17). O estudo empírico aqui apresentado foi realizado com base num conjunto de entrevistas dirigidas às associações mais relevantes cujos nomes, objectivos e área geográfica estão sintetizados na tabela 1. As Associações de Municípios analisadas integram municípios pertencentes à bacia do Rio Vouga. Alguns deles pertencem a várias Associações em simultâneo, visando objectivos de participação diferentes, tendo em conta o seu interesse no desenvolvimento de determinados projectos (18). De uma forma geral, estão relacionadas com a protecção e valorização dos recursos hídricos. As motivações têm a ver com problemas e com potencialidades que a Bacia do Vouga apresenta. Os problemas prendem-se, sobretudo, com a poluição da água do Rio Vouga e dos seus afluentes e na Ria de Aveiro, com a consequente perda de ecossistemas e habitats, ou com a necessidade de garantir níveis satisfatórios de saneamento básico. No domínio do aproveitamento das potencialidades as Associações dão atenção ao desenvolvimento da região e ao contributo que o planeamento do território pode proporcionar para a articulação entre a protecção dos recursos e o desenvolvimento socio-económico. Por último, há a salientar a constituição das associações sustentada por motivações de ordem económica, nomeadamente a candidatura a determinados financiamentos para a elaboração e implementação dos projectos intermunicipais necessários ao desenvolvimento da região.

(16) O Decreto-Lei n.º 89/87 de 26 de Fevereiro, prevê a possibilidade de se estabelecer condicionantes à ocupação de áreas inundáveis, nas quais se limita ou proíbe a edificação.

(17) Para um estudo mais aprofundado ver Mendes, T. (2003).

(18) Da análise efectuada conclui-se que os concelhos de Aguiar da Beira, Castro Daire, Mortágua, Tondela e Vila Nova de Paiva não integram nenhuma das Associações estudadas.

Tabela 1 – Principais associações de municípios ligadas à bacia hidrográfica do Vouga

Associações	Municípios	Objectivos
Associação de Municípios da Ria (AMRia)	Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ilhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos	- estudo e implementação de acções consensuais, nos domínios do ambiente, da gestão dos recursos naturais e do ordenamento do território, para a defesa e preservação da Ria; - elaboração e gestão de planos de infra-estruturas, da defesa do meio ambiente, do património arquitectónico e paisagístico, de ordenamento da Ria, melhoria da eficiência energética e aproveitamento dos recursos locais e regionais.
Associação dos Amigos do Rio Vouga (AARV)*	Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Sátão, Sever do Vouga, Viseu e Vouzela	- defender o Rio Vouga de todas a agressões que levem à sua degradação ou descaracterização e promover as excepcionais potencialidades oferecidas ao longo de todo o seu curso para locais de lazer - papel pedagógico sobre as instituições e o público relativamente ao valor do Rio Vouga.
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga (AMC-V)	Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ilhavo e Murtosa	- promover, realizar e unificar a exploração de serviço público d abastecimento de água e a execução das respectivas obras nas áreas dos municípios associados, designadamente de captação comum, de tratamento, elevação e adução até aos centros de distribuição”.
Associação de Municípios do Médio Vouga (AMMV)	Oliveira d Frades, S. Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vouzela	- planeamento, programação de projectos e financiamento da sua execução; - gestão e manutenção de actividades relacionadas com o abastecimento de água, o saneamento básico e a protecção do ambiente e qualidade de vida; - planeamento e ordenamento territorial.
Associação de Municípios das Regiões Bairrada / Vouga (AMBV)	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Cantanhede, Mealhada, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga	- promoção da conjugação adequada de recursos e receitas, proporcionando um correcto ordenamento territorial e ambiental. - especial atenção à despoluição do rio Cértima

(*) integra municípios e cidadãos.

O conceito de “intermunicipalidade”, constitui um objectivo subjacente a todas as associações analisadas. No âmbito da AMRia, que abrange o troço final da bacia do Vouga foi referido que, *“hoje os municípios não existem confinados ao seu espaço territorial. Há projectos de intervenção territorial que só fazem sentido se partilhados com câmaras vizinhas, e as associações intermunicipais, como a AMRia, são instrumentos fundamentais para a gestão e planeamento do território numa perspectiva integrada. Somos onze municípios, onze agentes de desenvolvimento, em volta de um objectivo comum: a recuperação e requalificação da Ria de Aveiro”* (19). As restantes Associações procuram também a prossecução da inter-municipalidade, embora associada a objectivos e espaços de intervenção diferentes, mas resultando sempre da elaboração e implementação de acções e projectos comuns, desde a associação que visa, essencialmente, a protecção e valorização da Bacia, sobretudo no troço do Rio Vouga,

(19) Dr. Alberto Souto de Miranda in Jornal AMRia – Março, 2003, p.4.

através da sensibilização do público (como a AARV), até às associações que visam a elaboração de projectos, como os sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico (como a AMMV ou a AMC-V) ou o ordenamento territorial (como a AMMV) que pretende o desenvolvimento sustentável e integrado do seu espaço de abrangência. A inter-municipalidade é, desta forma, reconhecida como essencial para a gestão equilibrada e sustentada da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga. Para a sua prossecução, contudo, é alegada a necessidade das associações de municípios alargarem o seu âmbito de acção e fortalecerem as relações de cooperação e de coordenação entre municípios. Contudo, relativamente a este último aspecto, é salientado (20) que *“há poucas associações a nível da Região Centro... a Região Centro tem pouco ‘espírito associativo’”*. Para combater esta lacuna considera-se *“necessário que as autarquias comecem a tomar consciência e a ver que este tipo de associações, e actuações/acções são tão importantes como outras, como qualquer outro ‘investimento.’”* (21)

As Associações de Municípios desenvolvem um trabalho de cooperação e de coordenação entre as várias entidades administrativas locais. Tendo em vista a implementação de alguns dos seus projectos, promovem também o estabelecimento de parcerias com o sector privado. Estas parcerias público-privado proporcionam uma melhoria das capacidades técnicas e financeiras, fundamentais à concretização dos projectos intermunicipais, compensando os limitados recursos de alguns municípios associados. Desta forma, promovem, também, o envolvimento de novos actores e agentes sociais no desenvolvimento territorial integrado da região.

O envolvimento e participação do público nos processos de planeamento e de tomada de decisão, relacionados com o desenvolvimento sustentável da região da Bacia do Vouga, constituem também um aspecto que pode ser potenciado pelas associações. A sensibilização e educação do público, bem como a sua participação nos processos de tomada de decisões e de elaboração de projectos intermunicipais são fundamentais para implementar estratégias de desenvolvimento sustentável. Apesar dos benefícios, as Associações de Municípios analisadas estão longe desta interacção com o público. Apenas a AARV revela um ‘contacto’ mais directo com este, sobretudo no que se refere à sensibilização para os problemas e potencialidades da Bacia do Vouga, através de acções culturais e sociais. Relativamente a esta questão, um representante da AMMV refere que *“o público apenas participa através dos seus representantes, nas Assembleias Municipais, não havendo auscultação prévia”*. Refere ainda que *“o público pode sempre acompanhar o desenvolvimento dos processos... fazemos publicidade e emitimos actas como qualquer Câmara Municipal... com a implementação dos SIG e com a sua consulta através da Internet, essa participação, com certeza, aumentará...”* (22). De uma forma geral, o estudo revela que o público é apenas informado depois da tomada de decisões, i.e., durante a apresentação final dos projectos. Esta situação poderá ainda ser explicada pela natureza dos projectos actualmente desenvolvidos pelas Associações, pouco apelativa para suscitarem o envolvimento do público.

(20) Dr.ª Olga Cravo, AMRia.

(21) Dr. Paulo Figueiredo, AARV.

(22) Dr.ª Carminda Neves, AMBV.

Em síntese, apesar da reconhecida necessidade de uma actuação intermunicipal, que vise a cooperação e conjugação de esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável das áreas específicas de intervenção das Associações de Municípios, foram vários os problemas detectados, que impedem e limitam uma actuação e desempenho mais eficazes e céleres:

- as limitações em termos de recursos financeiros essenciais para assegurar o desenvolvimento dos projectos intermunicipais;
- a falta de recursos humanos e técnicos, muitas vezes associada à própria falta de capacidade financeira;
- a falta de celeridade no desenvolvimento dos processos.

Para corrigir algumas das limitações da actuação é apontada a necessidade de conferir às associações de municípios, enquanto 'entidades de direito público', uma maior autonomia e um maior poder financeiro. A própria necessidade de uma gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga impõe um modelo de gestão que confira uma maior autonomia às associações e uma maior liderança dos seus municípios.

A tabela 2 sistematiza uma análise comparativa da atitude das associações face aos vários aspectos relacionados com a intervenção sobre a bacia hidrográfica numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, económica e social.

Tabela 2 – Análise comparativa das associações

	AMRia	AARV	AMC-V	AMMV	AMBV
Valorização da bacia hidrográfica do Rio Vouga	elevada	elevada	média	média	média
Valorização da qualidade ambiental	explícita	explícita	implícita	explícita	explícita
Planeamento e ordenamento do território	explícito	---	implícito	implícito	explícito
Sensibilização do público	média	elevada	reduzida	média	média
Envolvimento do público na elaboração de projectos e de tomada de decisão	reduzido	médio	reduzido	reduzido	reduzido
Motivações económicas	sim	não	sim	sim	sim
Recursos técnicos e financeiros	suficientes	limitados	suficientes	suficientes	limitados

4. Conclusões

Este artigo desenvolveu uma breve reflexão sobre o contributo das associações de municípios para a gestão sustentável do território nas imediações do Rio Vouga, analisando criticamente os objectivos, motivações e estratégias de funcionamento de várias associações de municípios tendo em vista a preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga. A reflexão teórica sobre o contributo do planeamento territorial para a gestão sustentável das bacias hidrográficas apresentada na primeira parte do artigo salientou, entre outros aspectos, a importância da definição de estratégias concertadas entre diversas jurisdições associadas às bacias hidrográfica e o papel das associações de municípios para essa concertação.

Na segunda parte do artigo estudou-se criticamente o papel das Associações de Municípios na promoção da visão intermunicipal para protecção e valorização da bacia hidrográfica do rio Vouga. Tal como foi possível observar nos objectivos de constituição, as associações de municípios mais importantes associadas ao Rio Vouga procuram essa abordagem integrada e concertada, nomeadamente através da promoção de projectos intermunicipais e através do envolvimento de outros agentes locais no seu processo de elaboração. A criação de inúmeras associações revela uma apetência e um reconhecimento da importância da “inter-municipalidade”. Apesar das potencialidades apresentadas e das tentativas de conjugação de esforços e de cooperação, as associações de municípios confrontam-se, contudo, com limitações ao seu real desempenho. Um dos motivos está relacionado com a falta de recursos técnicos, humanos e financeiros. Outro com a sustentação do funcionamento e preservação dos objectivos de criação depois da concretização de grandes projectos (que frequentemente parecem esvaziar os propósitos iniciais das associações). Outro motivo tem a ver com o próprio sistema de organização e de liderança das associações que, não raramente, gera desequilíbrios na identificação de oportunidades e nas estratégias de prossecução dos objectivos para que foram criadas. O facto de não possuírem mecanismos institucionalizados, quer de avaliação interna, que permitam identificar os sucessos e os insucessos, quer de escrutínio por parte do público e de outros agentes locais que permita suscitar um processo de revisão de objectivos e formas de actuação, limita o seu contínuo aperfeiçoamento.

O seu potencial para promover o conceito de “inter-municipalidade” está, contudo, ainda muito por explorar. Entre outras, as seguintes recomendações poderão contribuir para melhorar o seu desempenho e o contributo das associações de municípios para uma gestão sustentável do território envolvente ao Rio Vouga:

- os princípios e normas estabelecidos pelo PBH do Vouga devem ser tidos em conta na tomada de decisão ao nível local e integrados nos PDM's (em grande parte sob processo de revisão) e respectivas políticas de desenvolvimento territorial, contribuindo para uma abordagem preventiva/pró-activa, integrada e multi-sectorial;
- os municípios deverão promover o envolvimento e participação da população local, através da promoção de debates e discussões públicas, na tentativa de construir estratégias de desenvolvimento concertadas/consensuais; note-se que participação se reveste de um carácter pedagógico, tanto para o público como para os profissionais de planeamento;
- o estabelecimento de parcerias público-privado, contribuindo para o envolvimento de novos agentes locais e regionais na promoção do desenvolvimento sustentável da área da bacia do Vouga;
- as associações de municípios deverão promover um contacto mais directo com o público, através da divulgação dos trabalhos e projectos em curso;
- as associações devem adoptar mecanismos de reflexão sobre o seu contributo e desempenho, enquadrando-os numa estratégia de abertura às opiniões e sugestões das comunidades locais.

Referências Bibliográficas

- BAUM, H. (2001), How Should We Evaluate Community Initiatives? , in *Journal of American Planning Association* , Vol.67, nº2 (pp.147-158).
- BEATLEY, T. (2000), Preserving Biodiversity – Challenges for Planners, in *Journal of American Planning Association* , Vol.66, nº1 (pp.5-18).
- BRISMAR, A. (2002), River Systems as Providers of Goods and Services: A Basis for Comparing Desired and Undesired Effects of Large Dam Projects, in *Environmental Management* , vol. 29, nº 5 (pp.598-608).
- BRUFF, G. & WOOD, A. (2000), Making Sense of Sustainable Development: Politicians, Professionals, and Policies in Local Planning, in *Environment and Planning C* , vol. 18 (pp.593-607).
- CCRN (1998), *Modelos Associativos Inter-Institucionais com a Participação dos Municípios – Síntese*, CCRN, Porto .
- COSTA, F., Moura, M., Jacinto, R. (1996) A Bacia do Vouga: Heterogeneidade e dinâmismos de um território em mudança, in *Seminário - A Bacia do Vouga e os seus Recursos. Que Desafios?* , Associação dos Amigos do Rio Vouga, S. Pedro do Sul (pp. 215-246).
- CRABTREE, R.W., et al. (1998), *Interim River Water Quality, Planning Procedures for Controlling Intermittent Pollution from Storm Sewage Overflows*, WRc., Blagrove.
- CRISTO, F. (1996) *Gestão dos Recursos Hídricos na bacia do Rio Vouga*, in *Seminário - A Bacia do Vouga e os seus Recursos. Que Desafios?* , Associação dos Amigos do Rio Vouga, S. Pedro do Sul (pp.137-149).
- DAVIES, A. (2001), Hidden or Hiding? – Public Perceptions of Participation in the Planning System, in *Town Planning Review* , vol.72, nº2 (pp.193-213).
- Innes, J. (1998), Information in Communicative Planning, in *Journal of American Planning Association* , (pp.52-61)
- MAOT (2002), *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Vouga*, Lisboa, MAOT.
- MARGERUM, R. (2002), Evaluating Collaborative Planning – Implications from an Empirical Analysis of Growth Management, in *Journal of American Planning Association* , Vol.68 , nº2 (pp.179-191).
- MENDES, T. (2003), O Rio Vouga – O Planeamento Territorial e as Instituições – o Papel das Associações de Municípios, Projecto e Relatório de Estágio Prodep, Universidade de Aveiro.
- PHELPS, N. & TEWDWR-JONES, M. (2000), Scratching the Surface of Collaborative and Associative Governance: Identifying the Diversity of Social Action in Institutional Capacity Building, in *Environment and Planning* , vol. 32 (pp.111-130).

ACTIVIDADES DA ADERAV

A Direcção da ADERAV reuniu com regularidade, agora às quintas-feiras, na sede situada nos antigos Armazéns Gerais da Câmara Municipal de Aveiro, sito na Rua das Pombas, junto à entrada principal do Estádio Mário Duarte e, a partir de Setembro de 2004 na nova sede sita na “Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora”, Praça da República, n.º 1, 2.º andar - sala 5, das 18.00 às 20.00 horas.

No seguimento do convite efectuado pela Câmara Municipal de Aveiro, na pessoa do Vereador do Pelouro da Cultura, continuamos a integrar o Conselho Consultivo do Património, através do Dr. Delfim Bismarck e do Arqt.º Sérgio Azeredo.

12 de Maio - Dia da Cidade de Aveiro. Em Sessão Solene realizada neste dia no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Aveiro, foi atribuída à ADERAV a Medalha de Mérito Municipal de Grau Prata pelo Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda.



O Presidente da ADERAV, Dr. Delfim Bismarck, e o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Souto de Miranda, após a entrega da Medalha de Mérito Municipal Grau Prata à associação.

Na ocasião, o discurso oficial que antecedeu a entrega da medalha de mérito proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, foi o seguinte:

“A ADERAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, que vai ser distinguida com a medalha de mérito municipal em prata. São vinte e cinco anos de actividade intelectual e cívica essencial. Sem a vossa sensibilização muito do nosso património teria sucumbido, sem a vossa investigação muita da nossa memória teria desaparecido, sem as vossas publicações muita da nossa história passaria despercebida. Das pequenas curiosidades à busca biográfica, de inventários do edificado e da qualificação patrimonial, da valorização dos nossos recursos naturais - do salgado e da Ria, naturalmente, da dignificação da arquitectura de referência, mesmo quando não classificada, a ADERAV soube sempre congregar ao longo destes anos um conjunto de homens e de mulheres de muita e sólida cultura e de muito desvelo à terra, que nos ensinaram a compreendê-la melhor e a melhor a respeitar: homenagear a ADERAV é reconhecer o papel primordial que tiveram na defesa da nossa identidade e é também um sinal da importância que atribuímos ao património natural e cultural. Mantem sempre o alerta perante o poder municipal. Mas não basta só defender o património, é preciso incentivar a criação de novo património de referência para que os vindouros militem um dia pela sua defesa. Aveiro está-vos muito grato.”

14 de Maio - Assinalando as comemorações do 25.º aniversário da ADERAV, decorreram no auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro as *Jornadas Patrimónios 2004* que contaram com a presença de de perto de uma centena de participantes. O programa, dedicou a parte da manhã ao Património Natural e a parte da tarde ao Património Cultural, contando com a presença dos seguintes oradores convidados:

- Eng.º Armando Carvalho, CCCR

“Espaços florestais: para uma gestão sustentável”

- Mestre Fernando Nogueira, DAO - UA

“Da cidade à região urbana - uma estrutura de ocupação do território à espera de modelos de gestão”

- Prof. Doutor Henrique Queiroga, DB - UA

- Dr.ª Teresa Cunha, DB - UA

“Mariscagem de casulo no canal de Mira: um exemplo do capital escondido e do juro retirado de um ecossistema”

- Prof. Doutora Filomena Martins, DB - UA

“Vidas Anfíbias: estruturas e paisagens identitárias”

- Mestre Marta Diogo, DAO - UA

“Evolução da Linha de Costa na Praia da Vagueira”

- Dr.ª Cláudia Albergaria, CME - FEUP

- Dr. Rui Brito, CME - FEUP

- Dr.ª Susana Lamas, CME - FEUP

“Projecto BIORIA: ferramenta relevante na conservação do património natural e sensibilização ambiental das populações”

- Dr.^a Helena Marques, DRC - IPPAR
- Dr.^a Isabel Pereira
 "Escavações Arqueológicas no Museu de Aveiro: análise dos resultados"
- Dr. Francisco Alves - CNANS
 "O património arqueológico náutico e sub-aquático da Ria de Aveiro - panorâmica e ponto da situação"
- Prof. Doutor Mário Moutinho - ULHT
- Dr.^a Andreia Vidal Leite - CMM
 "O Eco-Museu da Ria"
- Arqt.^o António Afonso de Deus - CMOA
 "A recuperação de moinhos e a requalificação ambiental"

24 de Maio - Em colaboração com a Liga dos Amigos do Coração, cujo objectivo é, em defesa do coração, incentivar a população a cada vez mais criar o hábito de andar a pé, ADERAV orientou uma visita à cidade, aproveitando aquele objectivo para percorrer caminhos do Património Cultural Aveirense.

Concentrando os visitantes, cerca de três dezenas, em frente da igreja da Misericórdia, às 9.30, onde os promotores, na voz do Dr. Rogério Leitão e do Mestre Amaro Neves, pela ADERAV, saudaram os presentes e solicitaram a colaboração de todos com suas dúvidas e questões.

Começou, então a visita à Santa Casa (Casa do Despacho - seu significado e importância no passado e no presente, com explicações do património artístico e documental que aí se encontra; o átrio da Santa Casa e análise das obras de arquitectura em seu redor, até ao piso que era o antigo cemitério comum da instituição (não foi possível aceder ao interior, com sua oficina de restauro e "núcleo museológico"); a igreja da Misericórdia nas suas artes e a evolução das mesmas aí representadas; a fachada da igreja como exemplo da "igreja militante" preconizada no Concílio de Trento; o edifício do antigo hospital, recentemente adquirido pela Santa Casa, como marco da assistência na doença, em Aveiro.

Cerca das 10.30 o grupo rumou pela Rua Direita apreciando os marcos antigos mais visíveis do casario que subsiste, nomeadamente uma casa datada de 1616, uma outra com as vieiras indicando apoio no caminho a Santiago de Compostela, uma outra, de maior dimensão e brasonada... virando para a cerca do convento de Jesus e aludindo às olarias que por aqui abundavam ainda no séc. XVI, com protestos das freiras.

Entrou-se no mosteiro de Jesus, em visita sumária à igreja e evolução artísticas das manifestações presentes, passando-se à sala do túmulo e ao claustro como espaços mais significativos para o entendimento da obra em geral (foi feito um apelo aos presentes que aproveitassem um outro domingo para visita de pormenor).

Eram 11.45 quando se reiniciou o caminho externo em direcção ao conjunto franciscano de Santo António e S. Francisco. A passagem pelo Parque da cidade, na parte superior, fez surgir questões sobre a sua evolução a que alguns elementos, mais velhos, associaram suas memórias de tempos de meninice. Depois, fez-se a leitura da Crónica da Soledade, no que toca à cerca do convento, para confronto do que era nos séculos XVII e XVIII, com a actual realidade.

De seguida, entrou-se na igreja dos Terceiros de S. Francisco e na igreja do convento de Santo António, onde foram explicadas as artes presentes e pormenores na evolução do convento e da irmandade da Ordem Terceira, passando-se à sacristia, onde é mais evidente a deterioração das talhas e pinturas, como um pouco por todo este conjunto que outrora foi de grande interligação com a comunidade aveirense.

Por deferência da P.J., o grupo foi autorizado a visitar o claustro e sua envolvente, sem dúvida melhor cuidado que o restante conjunto, mas de leitura complexa por “desanexado” dele.

Já no exterior, muitas questões se levantaram sobre a defesa e valorização do Património Cultural em Aveiro, mas obviamente as soluções não são fáceis de encontrar enquanto não houver uma clara sensibilidade para a importância desta riqueza nacional e regional.

28 de Maio - A convite da Câmara Municipal de Aveiro, estivemos presentes na inauguração da exposição *“A Ria de Aveiro e a Arqueologia Náutica e Subaquática em Portugal”* realizada no edifício da antiga Capitania, através das presenças dos Dr. Delfim Bismarck e Dr. João Paulo Simões Rodrigues.

14 de Junho - A pedido do Centro Universitário Vasco da Gama, oferecemos exemplares das nossas publicações à biblioteca daquela instituição de ensino superior através do nosso Vice-Presidente Arqt.º Sérgio Azeredo.

1 de Julho - A convite da Universidade de Aveiro, estivemos presentes na inauguração do Centro de Ciência Viva de Aveiro, situado nas antigas instalações da Companhia Aveirense de Moagens, através das presenças de: Dr. Delfim Bismarck, Arqt.º Sérgio Azeredo e Dr. João Paulo Simões Rodrigues.

28 de Agosto - A convite da organização, estivemos presentes através do Dr. Delfim Bismarck numa acção inserida no Programa Ciência Viva - Geologia no verão 2004, denominada *“Ria de Aveiro: uma leitura Geoarqueológica”*, que constou de uma palestra do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, e visitas à Baixa de Santo António, ao sítio arqueológico do “Aveiro - A”, e à exposição do CNANS patente no Museu Marítimo de Ílhavo.

17 de Setembro - Nesta data, a nossa associação transferiu a sua sede social para a “Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora”, sito na Praça da República, n.º 1, 2.º andar, sala 5, em frente ao edifício dos Paços do Concelho de Aveiro.

9 de Outubro - A convite da Câmara Municipal de Estarreja, estivemos presentes através do Dr. Delfim Bismarck na inauguração da Biblioteca Municipal de Estarreja, integrada na Rede Pública de Bibliotecas Municipais, que contou com a presença de Sua Excelência o Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, Dr. José Luís Arnaut.

14 de Novembro - Promovida pela Liga dos Amigos do Coração e orientada pela ADERAV, foi feita outra visita, com o objectivo de “descobrir as raízes do Carmo, em Aveiro, até à implantação dos seus conventos”.

A concentração verificou-se na capela de S. Gonçalinho, às 9.45, aconcorrendo 38 pessoas. Feitas as saudações por parte do Dr. Rogério Leitão e do Mestre Amaro Neves, este fez o enquadramento económico e social de Aveiro, na viragem para o século XVII, distribuindo uma gravura da “vila de Aveiro”, da autoria do geógrafo Pedro Teixeira para debate da situação e do aglomerado urbano então existente.

De seguida, integrou a construção da capela de S. Gonçalinho na sua época e fez-se a análise das artes ali presentes e das tradições da Beira-Mar, em termos da religiosidade popular.

Às 10.30, o grupo tomou a Rua das Salineiras para apreciar a antiga casa do fidalgo Gil Homem (séc. XVII), onde se instalou o 1º convento Carmelita (1613) até à saída para o palacete de D. Brites de Lara (1618) e, depois da edificação e do convento, em Sá, para este (1620).



Seguiu-se uma pausa na igreja da Apresentação para seu enquadramento na evolução urbana de Aveiro, outra no palacete brasonado da Rua do Campeão das Províncias, e após uma análise à organização do “bairro” da Beira-Mar e suas ruas perpendiculares, entrou-se na capela de S. Bartolomeu. Aqui, para além do enquadramento da capela na casa senhorial a que pertencia, foi feita a apreciação das artes, nomeadamente o azulejo de Quinhentos e de Seiscentos, a escultura e a tradição popular, em torno da capela.

Às 11.30 rumou-se à “estrada real” (hoje Rua do Gravito e, depois, Rua do Carmo), apreciando várias casas e palacetes do século XVII e XVIII, bem como outras, entre elas - como bom exemplo, a recuperada casa do arquitecto Silva Rocha, arte-nova.

Pelas 12.15 o grupo entrou no átrio da igreja do Carmo, onde foi explicada a fachada e o corpo da igreja conforme aos objectivos da Ordem e segundo architectos seus, seguindo-se visita ao interior. Aqui, depois de apreciada a qualidade da obra produzida, foi evocada a figura de D. Brites de Lara e Meneses (1560-1648), verdadeira mecenas e

benemérita aveirense, mas sobretudo da Ordem carmelita, que patrocinou esta obra e a dotou de importantes peças artísticas, bem como deixou o seu “palacete-mosteiro” para ser nele instalado o convento feminino das Carmelitas Descalças - o que só viria a acontecer após a sua morte.



Evocando a sua figura e o trajecto de vida - que vai ser objecto de obra a publicar, muito em breve - apreciou-se o seu mausoléu como boa peça funerária e teceram-se comentários sobre a boa obra de arquitectura maneirista e suas artes. Seguiu-se amplo diálogo e visitou-se o templo, em obras de restauro, com o apoio da comunidade carmelita.

22 de Novembro - No seguimento da visita acima citada, solicitámos à Câmara Municipal de Aveiro a atribuição do nome de uma artéria da cidade de Aveiro com o nome de D. Brites de Lara e Menezes que no presente ano de 2004 faz quatrocentos (400) anos veio residir para Aveiro, trazendo grandes benefícios à então vila de Aveiro. Esta ilustre mecenas aveirense, que fora casada com D. Pedro de Médicis, foi fundadora do Convento das Franciscanas de Sá, fundadora do Convento e Igreja do Carmo, benfeitora do Mosteiro de Jesus, deixou legados à Misericórdia de Aveiro e depois a favor da beatificação da Infanta D. Joana. Isto, apenas para falar nas principais acções que desenvolveu durante os cerca de quarenta e quatro anos que viveu em Aveiro, onde faleceu em 4 de Julho de 1648 e se encontra sepultada. Figura um pouco esquecida pela historiografia aveirense e pelos sucessivos executivos municipais, pensamos ser hora de se fazer justiça à sua acção e ao seu bom nome e, sugerimos, por este meio, a atribuição do nome de D. Brites de Lara e Menezes a uma artéria com a dignidade apropriada ao seu nome e à sua obra.

27 de Novembro - Realizou-se a Assembleia Geral da associação com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Relatório de Contas do exercício de 2003; 2. Plano de Actividades de 2004; 3. Outros assuntos de interesse para a Associação.

2 de Dezembro - Neste dia solicitámos às Câmaras Municipais de Aveiro e de Estarreja as seguintes classificações como Imóveis de Valor Municipal:



Casa do século XVIII onde viveu o Bispo de Aveiro D. João Evangelista de Lima Vidal, em Aveiro.



Casa do Outeiro, em Beduido, Estarreja. Século XVIII.

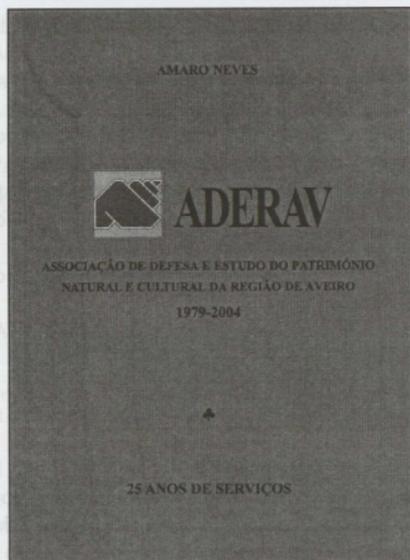


Aspecto geral do pórtico da Casa do Outeiro, em Beduido, Estarreja.

18 de Dezembro - Enviámos ao GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, com sede em Coimbra, um exemplar de cada uma das nossas publicações, através do nosso Director Eng.º Paulo Morgado.

12 de Fevereiro - Ainda no âmbito das comemorações do 25.º aniversário da associação, foi editada a obra: *ADERAV - Associação de Defesa e Estudo do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (1979 -2005) - 25 anos de Serviços*, da autoria do Mestre Amaro Neves.

O autor, Presidente fundador da Associação e seu principal zelador durante todo este tempo, apresenta-nos, ao longo de 95 páginas, o historial da associação, contando de forma resumida os vinte e cinco anos de actividade da mesma e dividindo o seu trabalho em seis capítulos: 1. Sobre a origem da ADERAV; 2. A criação da ADERAV; 3. A afirmação regional: desafios e realizações; 4. Outras perspectivas da ADERAV; 5. O 25.º aniversário - algumas conclusões, 6. Adenda documental.



6 de Março - Através do Vice-Presidente, Dr. Luís Souto de Miranda, procedemos à assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Aveiro no sentido de oficializar a cedência da nova sede sita na Casa Municipal da Cultura - Edifício Fernando Távora, Praça da República, n.º1, em Aveiro.

21 de Março - Foi neste dia indicado como representante da ADERAV no Plano de Acção 2005 e Dispositivo de Actualização do Diagnóstico Social do Concelho de Aveiro, Grupo Cultura/Património, o Dr. João Paulo Baeta Simões Rodrigues. Este grupo, inserido na Rede Social, serão responsáveis pela actualização, elaboração e redacção do Diagnóstico Social, do Painel de Indicadores do Concelho e do Plano de Acção 2005 do Concelho de Aveiro.

22 de Abril - Permutámos com ao CADC - Centro Académico de Democracia Cristã - Instituto Justiça e Paz, com sede na Couraça de Lisboa, n.º 30, em Coimbra, exemplares da nossa revista *Patrimónios* com a revista *Estudos*.

6 de Maio - Oferecemos à Biblioteca da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com sede em Coimbra, exemplares da nossa revista *Patrimónios*.

12 de Maio - A convite do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, estivémos presentes, através do Vice-Presidente Dr. Luís Souto, na Sessão Solene do Dia da Cidade, e através do Presidente Dr. Delfim Bismarck, no Jantar Comemorativo do Dia da Padroeira da Cidade, Santa Joana.

29 de Maio - Em colaboração com a LAC - Liga dos Amigos do Coração, realizámos uma vez mais, uma visita guiada pela cidade de Aveiro, orientada pelo Mestre Amaro Neves. A mesma, que contou com a presença de cerca de sessenta pessoas, teve o seguinte programa:

10.00 - Concentração, junto ao coreto do Parque Infante D. Pedro, onde foram dadas as boas vindas pelo Dr. Rogério Leitão, Presidente da LAC, e pelo Mestre Amaro Neves. Ai foram apresentadas algumas notas históricas sobre aquele parque.

10.10 - A primeira paragem foi na “casa de chá”, onde foram tecidas algumas considerações sobre este exemplo da “casa portuguesa”.

10.20 - Pelo percursos, foram apresentadas considerações sobre o interesse botânico do Parque Infante D. Pedro, pela Dr.^a Rosa Pinho.

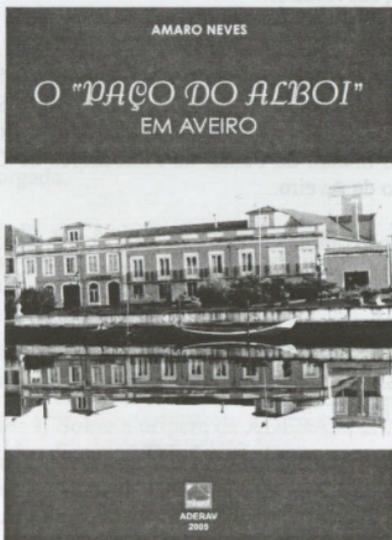
10.30 - Seguiu-se, depois, um percurso pela “baixa de Santo António, com algumas evocações.

10.45 - A paragem seguinte foi na Capela de Santos Mártires, onde foi apresentado o seu enquadramento histórico e artístico, assim como um breve resumo histórico sobre a 1.^a Loja Maçónica de Aveiro

11.15 - A visita continuou na direcção do “Paço do Alboi”, em frente do qual foi feita uma evocação da extinta Capela de São João do Rossio, pela Prof.^a Marília Silvestre.

11.30 - Na “Gelataria Fantasias Geladas”, sita no rés-do-chão do “Paço do Alboi”, foi feita a apresentação do livro da autoria do Mestre Amaro Neves “*O Paço do Alboi*”, pelo Dr. Delfim Bismarck. Seguiu-se o encerramento da visita pelo Dr. Rogério Leitão e pelo Dr. Delfim Bismarck

12.30 - Houve depois, um breve circuito pelo “Paço do Alboi”, até ao “abrigo secreto” de Sua Alteza Real.



EDIÇÕES SOBRE A REGIÃO

Sobre a Região de Aveiro ou com ela relacionados, recebemos alguns exemplares de publicações que passamos a divulgar:

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Santos que Curam e Protegem

C.M. Ovar

Abril de 2004

79 pp.



bibRIA

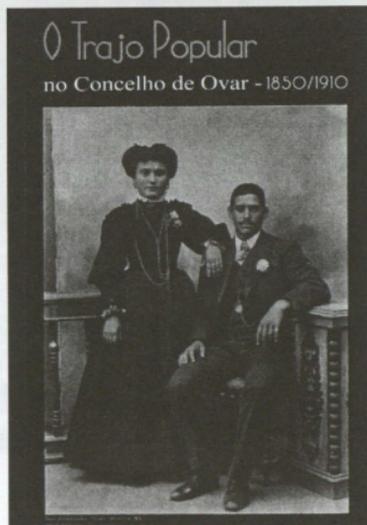
CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

O Trajo Popular no Concelho de Ovar

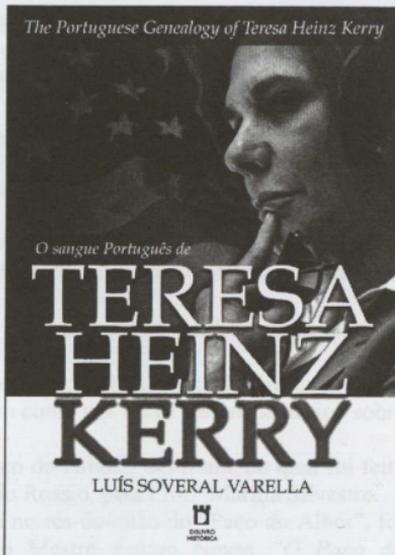
- 1850/1910

Junho de 2004

111 pp.



VARELLA, Luís Soveral
O sangue Português de Teresa Heinz Kerry
 Dislivro Histórica
 Outubro de 2004
 360 pp.

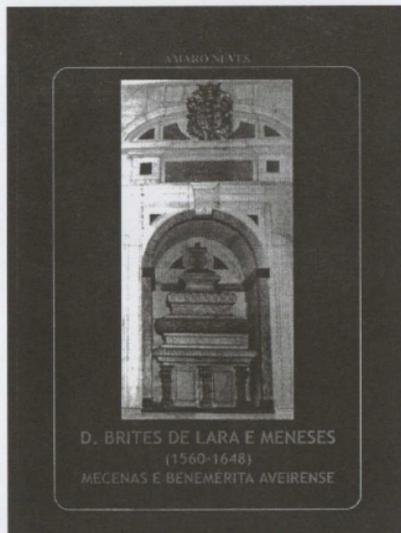


bibRIA

FERNANDES, Jaime Caldeira
Barrô ao longo dos tempos
 ABARCA
 Outubro de 2004
 391 pp.



NEVES, Amaro
D. Brites de Lara e Meneses
(1560-1648)
Mecenas e Benemérita Aveirense
Confraria de N. Sr.^a do Carmo - Aveiro
Janeiro de 2005
175 pp.

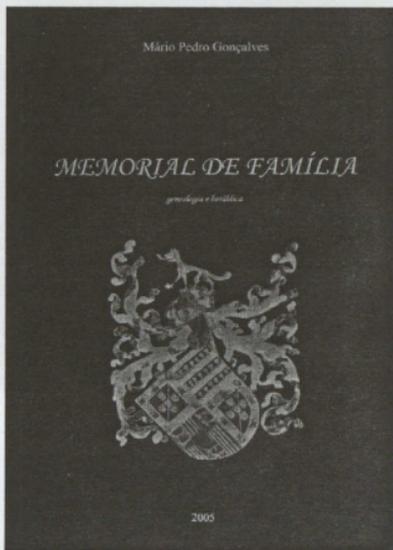


bibRIA

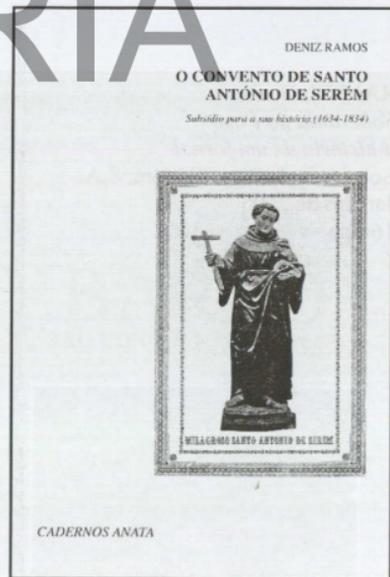
RAMOS, Deniz
Soberania do Povo
a história de um jornal
Soberania do Povo Editora, S.A.
Janeiro de 2005
166 pp.



GONÇALVES, Mário Pedro
Memorial de Família
Genealogia e Heráldica
 Edição de Autor
 Março de 2005
 305 pp.



RAMOS, Deniz
O Convento de Santo António de Serém
subsídio para a sua história
(1634-1834)
 ANATA (Associação dos Naturais
 e dos Amigos de Águeda)
 Abril de 2005
 141 pp.





Associação para o Estudo e
Defesa do Património Natural
e Cultural da Região de Aveiro

bibRIA

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

PATRIMÓNIO